

Fundação Oswaldo Cruz
Centro de Relações Internacionais em Saúde (CRIS)
CADERNOS CRIS/FIOCRUZ 11/2023
20 de junho a 4 de julho de 2023



Publicação Digital
Produção coletiva dos trabalhadores do CRIS-FIOCRUZ
Rio de Janeiro, 6 de julho de 2023



Ministério da Saúde

FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz

Presidência
Centro de Relações Internacionais em Saúde - CRIS



SUMÁRIO

04 Apresentação - *Paulo M. Buss, Pedro Burger e Erica Kastrup*

Sistema Nações Unidas

- 09 Sábado, 1º de julho de 2023, visto por dois moleques em Marte - *Santiago Alcázar*
- 13 Sociedades, Estados e o poder das transnacionais frente às exigências dos direitos humanos: a desafiadora rota para a implantação dos Princípios Orientadores - *Armando De Negri Filho*
- 25 Os reforços de políticas regionais na OPAS - *Paula Reges, Luana Bermudez e Guto Galvão*
- 31 Líderes mundiais se reúnem em Cúpula para um Novo Pacto de Financiamento Global e discutem desafios climáticos - *Danielly de P. Magalhães e Luiz Augusto Galvão*
- 37 Construir o futuro, antecipando riscos: uma proposta do PNUD para a Ásia e Pacífico - *Erica Kastrup e Romulo Paes de Sousa*
- 43 Observatório da OIT sobre o Mundo do Trabalho: “Sem ação em geração de empregos e proteção social, os países de baixa renda ficarão ainda mais para trás” - *René Mendes*
- 53 Migrações, refúgio e saúde global - *Rafael Gomes França, Caio Murta, Harim Baek, Júlia Moraes, Marina Sujkowski e Deisy de Freitas Lima Ventura*
- 58 Progressos no Plano Estratégico 2022-2025: primeiras análises da UNFPA e UNICEF - *Maria Teresa Rossetti Massari e Maria Auxiliadora Mendes Gomes*
- 67 Cúpula de Sistemas Alimentares +2 (UNFSS+2): o momento para o Brasil revisar seus compromissos nacionais e reafirmar seu protagonismo internacional - *Eduardo Nilson, Denise Oliveira e Silva, Erica Ell, Juliana Ubarana*
- 75 Fortalecendo as relações Árabe-Latino-Americanas: O Projeto 'Arab-Latinos' da UNESCO - *Fabiane Gaspar, Gisele Sanglard e Vitor Rodrigues*
- 77 How health literacy can improve health outcomes - *Cecilia de Lamare Hunt*
- 84 O Novo Pacto de Financiamento Global e as Instituições Financeiras Multilaterais - *Isis Pillar Cazumbá*
- 88 Propriedade intelectual e recursos genéticos, conhecimento tradicional e folclore: Desafios para a Conferência Diplomática - *Claudia Chamas*

Movimentos sociais globais e saúde

- 94 "Aonde mais devemos ir?": o deslocamento forçado e outras frentes de luta da sociedade civil por um mundo menos cruel - *Ana Carol Vaquera, Diana Reyna Zeballos Rivas, Jesus Enrique Patiño Escarcina, Laurenice Pires, Marciglei Brito Moraes, Patrícia Lewis Carpio, Renan Amaral Oliveira e Luis Eugênio de Souza*

111 As multinacionais como inimigas da saúde global e dos movimentos sociais: a luta contra a pobreza antidemocrática deve incorporar a luta contra a riqueza exorbitante - *Rafaela Venturella De Negri e Armando De Negri Filho*

Territórios, multilateralismos regionais e grupos de países

121 Vozes do Sul Global na Diplomacia da Saúde: UNOSSC, G-77, MNA e Centro Sul - *Regina Ungerer*

135 Evento Saúde 20 – (H20) discute papel do G7 e G20 na Saúde Global - *Pedro Burger, Paulo Esteves e outros*

145 Etiópia pede passagem para ingressar em BRICS. Afinal, que membros levam vantagem com a ampliação do grupo? - *Claudia Hoirisch*

147 O Brasil está de volta? Desafios para a retomada da liderança na ALC - *Samia de Brito, Sebastian Tobar e Miryam Minayo*

161 Nova estratégia para combater ilicitudes sobre recursos patrimoniais africanos - *Augusto Paulo Silva, Tomé Cá, Manuel Mahoche e Felix Rosenberg*

174 Na Europa, Alemanha vive crise na saúde - *Ana Helena Gigliotti de Luna Freire*

179 Lei de Relações Exteriores da República Popular da China - *André Costa Lobato*

182 EUA, saúde global e diplomacia da saúde - *Guto Galvão*

187 Manchetes reveladoras - *Paulo M. Buss*

Autores deste Caderno - 190

**Eventos do CRIS e acessos a materiais do CRIS - 193

***Para citações, ver 'Ficha catalográfica' - 194

CADERNOS CRIS/FIOCRUZ

Informe sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde Nº 11/2023 – 20 de junho a 04 de julho de 2023

Apresentação

O grande momento da quinzena, para nós no Brasil, não foi global. Foi nacional, com a belíssima manifestação popular da 17ª. *Conferência Nacional da Saúde*, desde a abertura, no domingo 2 de junho, e sua culminância com a participação apoteótica do presidente Lula no encerramento, na 4ª feira, com compromissos de fazer do SUS o sistema de saúde que todos aspiram. De quebra, a confirmação de Nísia Trindade, aclamada pela plateia e pelo próprio presidente, no cargo aspirado pelo famigerado Centrão na sua conhecida sanha por verbas e outras benesses.

No plano regional, o destaque foi a posse do *Brasil na PPT do Mercosul* (ver no artigo sobre ALC neste Caderno 11) e, no plano global, a *cúpula de líderes por um novo (mais um?) pacto global para o financiamento* do desenvolvimento e do enfrentamento das mudanças climáticas, comentado no artigo sobre ambiente e saúde.

Alcázar, num dos seus sempre instigantes artigos, no qual invoca um diálogo de dois gurus marcianos espantados com o que assistem no vizinho planeta Terra, analisa a reunião de seguimento e implementação dos resultados das conferências internacionais sobre financiamento para o desenvolvimento, realizada em 25 e 26 de junho, na ONU, em Nova York.

De Negri Filho reporta o processo em curso na **53ª Sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU** oferecendo os links das notícias destacadas pela plataforma do CDH nas duas primeiras semanas de Sessão, o que dá uma pista dos debates gerados pelo conjunto da agenda de trabalho. Na sequência, o autor concentra a atenção no relatório que propõe a “*Capacitação para a implementação dos Princípios Orientadores sobre Empresas e Direitos Humanos*”, de autoria do Grupo de Trabalho sobre a questão dos direitos humanos e das empresas transnacionais e outras empresas, aprovados em 2011. No centro da agenda, a necessidade de melhorar a complementaridade das iniciativas de reforço das capacidades, afetando simultaneamente recursos adequados à implementação dos Princípios Orientadores, a fim de assegurar um impacto transformador e duradouro. Com efeito, a coordenação entre múltiplas partes interessadas, setores e níveis de execução continua a ser um desafio significativo. Isso decorre, em parte, do fato de que as medidas de capacitação variam consideravelmente em termos geográficos e setoriais, na amplitude dos públicos visados e no tipo de questões de direitos humanos abordadas.

Como refere no informe sobre a sociedade civil defensora dos interesses públicos (ver artigo adiante), o tema da monopolização da produção e promoção de produtos alimentares que afetam a saúde dos povos e os monopólios na promoção da medicalização e no controle sobre a produção dos medicamentos para tratar essas mesmas doenças, mostra o alcance e a necessidade desses Princípios Orientadores e sua aplicação radical e crítica em relação ao estado de fragilidade atual dos direitos frente aos interesses do mercado e do capital financeiro.

Abordando a governança da saúde global, **Reges, Bermudez e Galvão**, apresentam os resultados da 172ª Sessão do Comitê Executivo da **Organização Panamericana da Saúde (OPAS)**, que esteve dividida em sete seções, que incluíram assuntos Processuais, assuntos de Comitês, assuntos de Política de Programas, assuntos Administrativos e Financeiros, assuntos de Pessoal,

assuntos de Informação e Resoluções e outras Ações de Organizações Intergovernamentais de Interesse da OPAS. Para além, foi aprovada a política que reforça o papel importante e central dos profissionais da saúde na construção de sistemas de saúde resilientes e lançada a nova Plataforma de Investimentos de Impacto na Saúde (*Health Impact Investment Platform, ou HIIP*, em inglês), parceria da OMS com três bancos multilaterais de desenvolvimento, que tem por objetivo o investimento e fortalecimento de serviços de atenção primária à saúde de modo que estejam preparados para enfrentar mudanças nos sistemas trazidas pela crise climática e que possam dar suporte sobretudo à países de baixa e média renda.

No informe sobre ambiente e saúde, **Magalhães e Galvão** apresentam a Cúpula de líderes mundiais organizada pelo presidente francês Emanuel Macron para discutir um novo **pacto global de financiamento para enfrentar as mudanças climáticas e alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. Um destaque foi a fala do presidente Lula, que ressaltou a importância de abordar a desigualdade global e melhorar as instituições internacionais, além de reafirmar o compromisso do Brasil em combater o desmatamento e a pobreza. Tratam ainda da Semana do Clima da América Latina, que focou no mercado de carbono e no intercâmbio de conhecimento entre profissionais do clima da iniciativa privada - tema que deve ser discutido na próxima COP, e da reunião entre países ricos em recursos minerais para discutir mecanismos de tributação diante do baixo valor agregado dos minérios em contraste com seu grande impacto ambiental e na saúde, considerando a necessidade desses minerais na transição energética e no desenvolvimento de tecnologias.

Sobre o **PNUD**, **Kastrup e Sousa** apresentam os resultados do *Relatório de Principais Riscos e Incertezas para a região da Ásia e Pacífico de 2023* lançado pelo Programa em maio de 2023. Trata-se de um estudo de foresight que tem como objetivo é fornecer informações para o planejamento de políticas públicas alinhadas com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e os autores defendem que estudos de futuro são importantes instrumentos para esse fim.

O tema escolhido por **Mendes** para este número busca sintetizar o conteúdo da 11ª edição do *“Observatório da OIT sobre o Mundo do Trabalho”*, lançado no final do 1º semestre de 2023. O foco principal é a situação global do emprego/desemprego num mundo submetido a múltiplas crises. A conjuntura econômica e política extremamente adversa e complexa faz com que os países de mais baixa renda não consigam superar as dificuldades econômicas, as quais, por sua vez, promovem desemprego e desproteção social, agravando o quadro, num aparente círculo vicioso. A recuperação mundial tem sido lenta e profundamente desigual. “Sem ação em geração de empregos e proteção social, os países de baixa renda ficarão ainda mais para trás” é o título da publicação da **OIT**. Este título introdutório é um diagnóstico melancólico; também uma prescrição óbvia, de improvável aplicação no curto e médio prazo. Em tal contexto global, é feita ao final uma breve síntese da evolução recente do emprego e desemprego no Brasil.

O **Grupo de Trabalho sobre Migração, Refúgio e Saúde Global** destaca o surgimento de novas crises pelo mundo, que geram aumento de deslocamentos forçados e mostra a importância do reassentamento dos refugiados, que oferece esperança e proteção. Também discute as novas ondas de refugiados que fogem dos conflitos armados no Sudão, emigrando aos países vizinhos. Mostra o drama vivido pelos habitantes de Bentiu, no Sudão do Sul, que foi fortemente inundado. Por fim, comenta sobre os problemas de saúde dos refugiados afegãos no aeroporto de Guarulhos e as tratativas entre as três esferas de governo para solucionar a situação.

No informe sobre **segurança alimentar e nutricional** o grupo formado por **Nilson, Silva, Eli e Ubarama** discutem a preparação para o Momento de Inventário da Cúpula de Sistemas Alimentares das Nações Unidas (UN Food Systems Summit +2 Stocktaking Moment), que se realizará em julho de 2023, analisando os documentos preparatórios à luz da necessidade de transformação dos sistemas alimentares e o momento crucial para o reposicionamento do Brasil na agenda, tanto como liderança global, quanto na revisão de suas prioridades e compromissos assumidos.

Massari e Gomes destacam relatórios da **UNFPA e UNICEF** sobre a implementação de seus *planos estratégicos 2022-2025*. As duas agências ressaltaram os desafios para desenvolvê-los em um momento de múltiplas crises globais, que ainda englobam as consequências da pandemia de Covid-19, crises climáticas e humanitárias potencializadas por conflitos e deslocamentos forçados, além de uma crise financeira experimentada em todo o mundo, ainda que com impactos muito distintos entre os Estados-membros.

Sanglard, Gaspar e Rodrigues apresentam o Projeto 'Arab Latinos' da **UNESCO** e, também discutindo as relações entre educação e saúde, Hunt defende que a literacia em saúde é um instrumento importante se melhorar os resultados em saúde.

Monitorando o trabalho das Instituições Financeiras Internacionais, **Cazumbá** discorre sobre a participação do **BID, Banco Mundial e FMI** na Reunião sobre o Novo Pacto de Financiamento Global, que propôs mudanças no atual sistema internacional diante de um cenário mundial preocupante, como o aumento da pobreza, da elevada dívida dos países mais pobres e das alterações climáticas.

A 47ª reunião do ICG **OMPI** e o African Regional Meeting que ocorreram em junho de 2023 são os temas do informe de **Chamas**. A pauta do encontro incluiu discussões sobre o reconhecimento obrigatório da origem de recursos genéticos e conhecimentos tradicionais em documentos de patentes e a promoção da repartição de benefícios. Tratou também da preparação para Conferência Diplomática sobre o tema, que ocorrerá em 2024. O ajuste das provisões legais multilaterais, atualmente insuficientes, e a harmonização de sistemas nacionais trarão transparência, qualidade e eficácia mais amplas aos atos no campo da propriedade intelectual e incentivarão processos de inovação, evitando apropriações indevidas e proporcionando previsibilidade.

O grupo dedicado a observar a **sociedade civil global** apresenta informe com monitoramento de *46 Organizações da Sociedade Civil (OSC)*, das quais trinta fizeram manifestações, apresentadas neste Caderno. Dentre os temas discutidos, as pautas dos refugiados e migrantes foram especialmente frequentes, devido à passagem do Dia Mundial do Refugiado, em 20 de junho. A crise climática e suas consequências nas comunidades em situação de vulnerabilidade também foram temas centrais, com enfoque na necessidade de financiamento adequado para seu enfrentamento. Além disso, a resposta humanitária a conflitos e guerras e o controle de doenças infecciosas, incluindo a Covid-19, foram muito mencionados.

O artigo apresenta disparidades entre as Organizações da Sociedade Civil de interesse público e privado; enquanto as primeiras noticiam problemas e crises, denunciando suas causas e apelando por ações de ajuda aos afetados, as segundas estão focadas no desenvolvimento de tecnologias biomédicas ou no financiamento de pesquisa científica. Ainda assim, todas as iniciativas têm como objetivos declarados combater a desigualdade na saúde global e ampliar o acesso a tratamentos em países de baixa e média renda.

De Negri e De Negri Filho analisam a atual relação profundamente interconectada entre grandes indústrias multinacionais, economia, governo, saúde pública e movimentos sociais que defendem os interesses públicos, usando cinco categorias: alimentos, saúde, recursos naturais, impostos e tecnologia artificial. Explicitam como as empresas multinacionais atuam e mudam nosso sistema social em suas estratégias de manter o poder que detém, propondo formas de controle social e governamental sobre essas megacorporações.

Debruçando-se sobre o **Sul Global**, **Ungerer** destaca que o **UNOSSC** já está se preparando para a reunião do *High Level Political Forum* que começara em 10 de julho, com uma reunião paralela para discutir a Cooperação Sul-Sul e Triangular para enfrentar as crises climáticas e de energia. O **G-77 e a China** participaram de três reuniões da AGNU discutindo mais uma vez, o escopo da Cúpula do Futuro de 2024; a soberania das Ilhas Malvinas incitando os Governos da Argentina e do Reino Unido a encontrarem, o mais rápido possível, uma solução pacífica para a disputa. Entre outros eventos, destaca a importância da Cúpula para um novo pacto financeiro global, que reuniu mais de 300 chefes de Estado, organismos internacionais e a sociedade civil em Paris, onde vários Chefes de Estado de países em desenvolvimento se pronunciaram firmemente contra o sistema financeiro vigente, desafiaram o Banco Mundial e o FMI e se colocaram em pé de igualdade com os países mais ricos, forçando uma discussão em seus termos.

Burger, Esteves e colegas apresentam a quinzena no **G20**, marcada por grandes consensos e a publicação de duas declarações conjuntas dos Ministros do bloco na área da educação e do turismo. E, no âmbito da saúde, a realização da Cúpula do H20 para discutir a *coesão das agendas do G20 e do G7* foi o principal acontecimento. Com relação à, **OCDE** destacam relatórios periódicos sobre governo e sobre cooperação internacional, a declaração do Secretário-Geral sobre o novo pacto global de financiamento internacional e a publicação de estudos sobre transição para economia verde, economia de cuidado e inteligência artificial. Em relação ao Brasil, há previsão de avanços em decisões de pautas econômicas prioritárias do governo.

Sobre os **BRICS**, **Hoirisch** destaca que, próxima cúpula BRICS em agosto, o grupo estará diante de uma decisão importante: criar ou não um processo formal para admitir novos integrantes. Já houve uma expansão anterior com o ingresso da África do Sul. A expansão faz sentido para Pequim, porque um grupo ampliado pode ajudar a formalizar a influência que a China já exerce globalmente; para a Rússia, também é interessante, pois ajuda a protegê-la do isolamento diplomático imposto pelo Ocidente. Para a Índia e o Brasil, ampliar o grupo teria um custo: um BRICS diluído não traria o mesmo prestígio que o grupo propicia em seu formato atual. Enquanto Nova Delhi e Brasília têm a capacidade de vetar decisões em um grupo de cinco países, será mais difícil exercer a mesma influência em uma aliança maior. A participação brasileira no BRICS, do jeito que está, produz vantagens concretas para o Brasil, facilitando o diálogo com quatro atores-chave. Aceitar um BRICS ampliado equivaleria a abrir mão desses benefícios; para fortalecer seus laços com os países que almejam entrar no BRICS, o Brasil pode aproveitar-se do G77. O último país que pediu para ingressar no grupo foi a Etiópia.

Na região da **América Latina e Caribe**, o destaque deste período foi a *LII Reunião de Ministros da Saúde* e a *62ª. Reunião de Cúpula de Presidentes e Chefes do Estado do MERCOSUL*, com a passagem da PPT da Argentina para o Brasil. **Brito, Minayo e Tobar** trazem os desafios desta presidência e fazem uma análise do cenário atual. Analisam também outros eventos relevantes da quinzena, como os seminários da **CEPAL: Brechas de Desigualdade no México, América Central e Caribe** e o *3º. Seminário Regional de Desenvolvimento Social*. A **SEGIB**

participou da Conferência Ibero-Americana de Ministros da Justiça pelo seu trabalho em prol de um maior acesso à justiça. Além disso, **SELA** e **OTCA** se reuniram para definir as linhas de trabalho para o desenvolvimento dos países amazônicos e a **ORAS- CONHU** promoveu uma reunião de autoridades andinas para discutir a implementação da política de câncer na região. Por fim, comentam 53ª Assembleia Geral da **Organização dos Estados Americanos**.

Já na **África**, o destaque foi para o acordo assinado entre a União Africana e o PAM para enfrentamento da insegurança alimentar em cenários de conflitos. Validado o II Relatório Bial sobre redução do risco de catástrofes naturais. Como apontam **Silva e colegas**, a União Africana encara com a maior seriedade o desenvolvimento do sistema de informação para o mercado de trabalho. Aconteceu o insólito, um especialista de saúde pública nigeriano recusou sua nomeação ao mais alto cargo da GAVI. Uma demonstração de intensificação de cooperação regional para acelerar a obtenção de paz e estabilidade na Região dos Grandes Lagos onde as populações continuam sendo massacradas pelos diferentes grupos armados. As áreas de educação, ciência, tecnologia e inovação estão sendo revistas para desempenharem seu verdadeiro papel de relevo no desenvolvimento da África Austral. A dimensão financeira para a emancipação econômica das mulheres vem ganhando destaque nos debates regionais para uma verdadeira promoção de igualdade de gênero.

Freire aborda a crise da saúde e a primeira eleição da extrema-direita na Alemanha, em meio à movimentada quinzena na **Europa**, que começa com a visita de Lula e seus discursos. Outros acontecimentos são a volta dos franceses às ruas, após a morte de um adolescente pela polícia em operação de trânsito, e a rebelião das milícias Wagner na Rússia. Considerações sobre o mais mortal naufrágio da história do Mediterrâneo iniciam e encerram o informe.

Lobato trata da nova **Lei de Relações Exteriores da República Popular da China**, que une conceitos da fundação da república, como os Cinco Princípios da Coexistência Pacífica, a outros mais modernos, como a Iniciativa de Civilização Global. O texto cobre os princípios da república para as relações internacionais, da governança interna da participação chinesa no regimento internacional, da proteção de interesses estrangeiros na China e dos interesses chineses no exterior. O Conselho de Estado é o responsável por elaborar contramedidas a, por exemplo, sanções unilaterais impostas contra a China.

O artigo referente aos **EUA**, elaborado por **Galvão**, enfatiza a importância das ocupações e das desigualdades na questão climática, o que reafirma as posições corretas do presidente Lula e da Ministra Nísia Trindade. E aponta ainda as recentes decisões polêmicas da Suprema Corte que geraram um grande debate e estão marcando a discussão política e provavelmente terão consequências de longo prazo.

Finalizando esta edição dos Cadernos, trazemos um artigo de **Buss** que busca ilustrar a conjuntura atual a partir de manchetes de 'jornalões' nacionais e estrangeiros no último fim de semana, concluindo que o Brasil até vai bem, quando comparado com a barbárie global.

Boa leitura, queridos leitores e leitoras deste nosso quizenário.

Rio de Janeiro, Mangueiras, 06 de julho de 2023

Paulo M. Buss, Pedro Burger e Erica Kastrup
Coordenação do CRIS/Fiocruz

Sábado, 1º de julho de 2023, visto por dois moleques em Marte

Santiago Alcázar

Planeta Terra. Pouco mais de 8 bilhões de pessoas. Quatro crises impactantes: Covid-19, guerra na Ucrânia, elevada inflação, emergência climática. Graças a um eficiente sistema de inequidades, os efeitos perversos são sentidos de maneira desigual. Mais de 1.2 bilhão de pessoas situam-se numa faixa de pobreza extrema. Situam-se na base de uma pirâmide social, que nada tem a ver com aquelas construções arquitetônicas magníficas. A capacidade que demonstram em adaptar-se às condições mais abjetas constituem prova cabal da resiliência do gênero humano. No topo da pirâmide, grupo de 26 indivíduos. O interessante é que esses 26 têm mais dinheiro que a metade para baixo. Alguns dizem que no ano que vem serão menos. As propriedades da pirâmide ressaltam quando o topo é um ponto geométrico. Um único indivíduo, portanto. Quanto tempo faltará para alcançar esse desenho?

Leio que o entorno macroeconômico – que não sei o que é – está muito difícil, sobretudo nos países em desenvolvimento. Claro, são os que estão mais perto da base. *Elevados níveis de dívida pública, pressão inflacionária, juros elevados com deletérias ramificações socioeconômicas por conta da crise climática. Esses países enfrentam acesso desigual ao financiamento para o desenvolvimento sustentável.* Qual é a surpresa? *Sem uma ação rápida, as brechas de financiamento se tornarão brechas de desenvolvimento.* O que é isto? Chamada à sublevação?

Realizou-se de 25 a 26 de junho, em Nova York, reunião de seguimento e implementação dos resultados das conferências internacionais sobre financiamento para o desenvolvimento. A reunião insere-se no âmbito do item 18 da agenda provisória da 78ª sessão da AGNU, que será inaugurada em setembro. Gosto do tempo futuro. Sugere confiança. *A reunião foi ocasião para a busca de soluções para os problemas de financiamento, bem como para balizar as decisões sobre financiamento na próxima série de eventos de alto nível encaminhados a resgatar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.* É um documento da AGNU, que tem estas siglas: A/78/93-E2023/90. Em negrito explica que se trata de um resumo do foro sobre o seguimento do financiamento para o desenvolvimento, inclusive a reunião especial de alto nível com as instituições de Bretton Woods, a Organização Mundial de Comércio e a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento, preparado pela Presidência do Conselho Econômico e Social (Nova York, 17 a 20 de abril de 2023).

A arquitetura – que mania com a arquitetura – financeira internacional não consegue abordar com eficácia as dificuldades enfrentadas pelos países em desenvolvimento, como dívida, déficits e mudança climática. Evidentemente! O sistema é eficaz porque obedece a outros objetivos. *Não deve perder-se o crescente impulso e o sentido de urgência das reformas integrais dos bancos multilaterais de desenvolvimento, bem como a sua maior harmonização com os ODS e a ação climática.* A insatisfação parece clara. *Ademais, essas reformas devem situar os princípios dos direitos humanos e a ação climática no centro do financiamento para o desenvolvimento.* Isto parece original. Os objetivos dos bancos são uma coisa; outra coisa são os princípios dos direitos humanos. Por que misturá-los agora? Quem são essas pessoas? Onde estão na pirâmide? Querem sabotar o desenho perfeito!

Ainda que a Ajuda Oficial ao Desenvolvimento tenha alcançado seu máximo nível histórico em 2022, isso esteve acompanhado pelo aumento de gasto com processamento e acolhida de refugiados e a ajuda à Ucrânia. Se os gastos com refugiados nos países doadores forem excluídos, a Ajuda Oficial ao Desenvolvimento a países mais vulneráveis em realidade

diminuiu. Em todo caso está longe da promessa dos que estão no topo da pirâmide de comprometer o 0,7% de seus respectivos PIBs, uma vez que não passa de magros 0,36%. Essa tal de Ucrânia deve mesmo ser muito importante.

Muitos países veem-se na situação de ter de escolher entre as suas aspirações de desenvolvimento e a estabilidade fiscal. É claro! Não se pode ter tudo. É sempre assim, dá-se uma mão, puxam o braço. Existe um déficit de investimentos estrutural no sistema alimentar, que tende a favorecer os empreendimentos de grande escala em prejuízo dos pequenos agricultores. Óbvio! Os objetivos dos bancos e os princípios dos direitos humanos são incompatíveis, por isso a pirâmide. A comunidade internacional deve promulgar reformas nos regimes de direitos de propriedade intelectual para facilitar o acesso a tecnologias e impulsionar a inovação. Essa é boa! É mais fácil convencer o leão a substituir carne por frutas e nozes em seu regime alimentar. Quem são essa gente?

As discussões seguiram com propostas que cobririam distintos aspectos da questão do financiamento para o desenvolvimento. Ao final, muitos expressaram decepção que o documento, que será encaminhado à 78ª AGNU, não inclui condenação às medidas coercitivas unilaterais – leia-se sanções econômicas, como aquelas a países como Cuba, Venezuela, entre outros, e agora Rússia. É mais que evidente que essas sanções funcionam como freio para o ODS. Outros celebraram a vinculação dos direitos humanos e mudança climática aos objetivos dos bancos de desenvolvimento, o que deveria ser natural, mas não é.

Tarde, numa noite de junho, o SG haveria de recordar que em outubro de 2022, durante a Cúpula do G-20, enquanto expunha a sua visão sobre o estado do mundo – a injustiça, as inúmeras dificuldades de acesso a todo tipo de benefício, o desequilíbrio insustentável do sistema financeiro – uma voz interna lhe dizia “segue, não importa o que pensem”. E foi assim que, dobrando-se à vontade de sua voz, anunciou que um estímulo de US\$ 500 bilhões por ano para os ODS é factível.

Pobre homem. Coragem não lhe falta. Isso não, mas o que esperar se, como consta no documento A/78/93-E/2023/90, a Ajuda Oficial ao Desenvolvimento é menor e a promessa dos países ricos de contribuir com US\$ 100 para os impactos da mudança climática nos países em desenvolvimento não se cumpre? Acaso não sabe que, entre todas as figuras geométricas, a pirâmide parece a mais assentada na alma dos homens?

O peso da memória lhe faria cair em outro documento com esta placa: A/78/XX-E/2023/XX. Estranho que tenha tantos Xs. Em negrito diz-se que se trata do progresso para a meta dos ODS. Para isso propõe-se um plano de resgate para Pessoas e o Planeta. *As primeiras ações produziram tendências favoráveis. Pobreza extrema e mortalidade infantil caíram. Avanços foram alcançados contra algumas doenças. Algumas metas para a igualdade de gênero pareciam ao alcance da mão. Mas está claro que este progresso era frágil e o avanço foi muito pouco. A pandemia da Covid-19, a guerra na Ucrânia e a mudança climática bloqueiam qualquer avanço. Não podemos continuar com o mesmo e esperar resultados diferentes. Insto aos líderes para que se comprometam de novo com os ODS. É necessário que o sistema econômico e financeiro responda aos desafios de hoje e não àqueles de 1940. É necessário que os países membros do G-20 colaborem entre si para apoiar os países em desenvolvimento a alcançarem os ODS.* A voz interna se fez externa. Nada mais o impede de seguir adiante.

Entendo que é preciso seguir adiante, pois em julho, de 10 a 14, para ser preciso, deverá realizar-se o Foro Político de Alto Nível, seguido do segmento de alto nível, que reunir-se-á de 14 a 17. O tema escolhido para a ocasião será “Acelerando a recuperação da Covid-19 e a plena

implementação da Agenda 2030, em todos os níveis”. Trata-se de um ensaio para a Cúpula dos ODS, programada para setembro, no âmbito da 78ª AGNU. Sem contar que, em 2024, em setembro, sob os auspícios da 79ª AGNU, deverá realizar-se a Cúpula do Futuro, sobre os mesmos temas. Confesso que tenho um fraco pelo tempo futuro. É cheio de esperança, como brisa de primavera.

- Que fazes, moleque verde?
- Acompanho os últimos desdobramentos dessa turma desenvolvimentista, moleque azul.
- Algo a reportar?
- Não. É sempre igual. Parece aquela canção do Chico Buarque.
- Qual?
- Todo dia ela faz tudo sempre igual, acho.
- Sim, Cotidiano.
- E tu, que fazes, moleque azul?
- Observo a outra turma.
- Algo a reportar?
- Sabes bem que essa turma desfaz tudo o que a tua turma faz.
- Pois é.
- Guerra, guerra, guerra. Violência como meio de criação de oportunidades. Agem como se tivessem que alcançar a perfeição piramidal.
- Não é, mesmo? É o que penso. Em todas as civilizações nada se compara ao círculo, tão simples, tão bonito. Mas aqui, a preferência recai sobre a pirâmide, que está nos primórdios da civilização e agora volta com ênfase. Há um círculo nisto, creio, ainda que venha acompanhado de ironia.
- Sabes essa tal de Ucrânia?
- Sim, está em todos os documentos.
- Pois bem, é um rótulo para grandes transformações.
- Como a dos bancos de desenvolvimento?
- Não sei nada disso, apenas que Ucrânia é um nome para mudança profundas.
- Como assim?
- Todos pensam que se trata de uma guerra como as outras. Mas não é. Apela à imagens do bem contra o mal e coisas do gênero.
- Há uma religiosidade escondida aqui. Curioso, uma vez que, primeiro, furaram o balão de deus e depois reduziram a sacralidade a um lugar comum cheio de bobagens.
- Sim, mas voltemos ao que interessa. O líder dos arruaceiros posa de bom mocinho, diz que se sacrifica pelo bem dos outros, que tem que fazer o que faz para trazer paz e seguridade para todos e coisa e tal. A última é do arco da velha, como ouvi alguém dizer lá embaixo. Enfraquecer a Rússia a ponto que não consiga mais caminhar sem andador. Depois, “descolonizar” aquele território enorme, pois assim conseguir-se-ia ter acesso – a mesma palavra usada pelo pessoal de tua turma, mas com sentido mais restritivo – a tudo o que ela oferece. Fontes de energia gigantescas, minerais essenciais, fertilizantes e muito mais. Não é uma beleza? É o mesmo que se fazia antes, nos tempos primitivos quando ainda não haviam alcançado o nível de sociedades civilizadas. Agora fazem o mesmo, mas com verniz e perfume sofisticados.

- Tudo em nome da pirâmide
- Exato.
- E essa tal de Nações Unidas?
- O que tem ela?
- Também é piramidal?
- Está se tornando uma enorme pirâmide. Começou como círculo, todos à mesma distância do centro. Bem democrático. Agora não existe mais centro, só o topo, pequeno, mas dominante.

Monsieur le Président, Madam Prime Minister

- O que é isso?
- É o SG pronunciando discurso por ocasião do Novo Pacto Global sobre Financiamento
 - Aquele em que o Lula sentou a pua?
- Disse umas verdades. É esse sim. Vamos ouvi-lo.

.....

O que precede não é ficção. Está fortemente apoiado nos seguintes documentos das Nações Unidas A/78/93-E/2023/90, A/78/50*, A/78/XX-E/2023/XX, bem como nos documentos do HLPF em <https://www.un.org/en/conferences/SDGSummit2023/documentation> e <https://www.un.org/sg/en/content/sg/speeches/2023-06-22/secretary-general-remarks-the-paris-summit-new-global-financing-pact> As opiniões tendenciosas do moleque azul são resultado de sua leitura de artigo de jornal <https://www.pagina12.com.ar/398803-victoria-nuland-un-personaje-sombrio-en-la-crisis-de-ucrania> e <https://en.mehrnews.com/news/202488/Ukraine-peace-talks-to-begin-in-July-report> . O resto é adaptação livre do autor, que teve acesso à conversa interna e externa dos moleques em Marte.

Sociedades, Estados e o poder das transnacionais frente às exigências dos direitos humanos: a desafiadora rota para a implantação dos Princípios Orientadores

Armando De Negri Filho

Este informe, em pleno processo de 53ª Sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU, começa por oferecer os links das notícias destacadas pela plataforma do CDH nessas duas primeiras semanas de Sessão, o que nos dá uma pista dos debates gerados pelo conjunto da agenda de trabalho.

Na sequência, concentramos nossa atenção no relatório que propõe a “Capacitação para a implementação dos Princípios Orientadores sobre Empresas e Direitos Humanos”, de autoria **do Grupo** de Trabalho sobre a questão dos direitos humanos e das empresas transnacionais e outras empresas.

O Relatório destaca:

“Desde a aprovação unânime dos Princípios Orientadores sobre Empresas e Direitos Humanos pelo Conselho de Direitos Humanos em 2011, o movimento empresarial e de direitos humanos tem testemunhado a proliferação de medidas de capacitação destinadas a promover, disseminar e implementar os Princípios Orientadores, que têm sido realizadas por uma gama diversificada de partes interessadas que operam no mundo e nos níveis regional e local. Este momentum promoveu o ganho de força na área dos desenvolvimentos regulamentares relativos a empresas e direitos humanos, incluindo legislação obrigatória em matéria de due diligence em matéria de direitos humanos. O impulso levou a um ponto de inflexão, em termos de como os Estados, as empresas e a comunidade empresarial e de direitos humanos em geral podem aproveitar essas oportunidades para apoiar esforços melhores e contínuos e traçar uma visão ambiciosa para a próxima década de implementação dos Princípios Orientadores.

No centro da agenda para a segunda década dos Princípios Orientadores está a necessidade de melhorar a complementaridade das iniciativas de reforço das capacidades, afetando simultaneamente recursos adequados à implementação dos Princípios Orientadores, a fim de assegurar um impacto transformador e duradouro. Com efeito, apesar dos esforços para assegurar o alinhamento reforçado, a acessibilidade e a sustentabilidade das iniciativas de reforço das capacidades relacionadas com os Princípios Orientadores, a coordenação entre múltiplas partes interessadas, setores e níveis de execução continua a ser um desafio significativo. Isso decorre, em parte, do fato de que as medidas de capacitação variam consideravelmente em termos geográficos e setoriais, na amplitude dos públicos visados e no tipo de questões de direitos humanos abordadas.

O Grupo de Trabalho recomenda que os Estados: (a) Endossem uma abordagem em três partes para o desenvolvimento de capacidades em nível internacional no campo das empresas e dos direitos humanos, com base no roteiro do Grupo de Trabalho, composto por: (i) Uma instituição ou centro de conhecimento global e multilateral; (ii) Uma função de help desk no ACNUDH; (iii) Um fundo global de reforço das capacidades; b) Prestar apoio, incluindo financiamento, à criação e ao funcionamento de polos de conhecimento; (c) Apoiar a criação e o fornecimento de um *help desk* no ACNUDH; d) Criar um fundo global destinado a apoiar medidas de reforço das capacidades destinadas a acelerar a aplicação dos princípios orientadores.”

Essas medidas propostas mostram uma intenção de mover a agenda para fortalecer o controle sobre a ação das empresas a partir do enfoque de direitos humanos e aposta em formar agentes da sociedade, dos estados e das empresas para transformar a relação entre direitos e negócios, com apoio de um *help desk* no Alto Comissariado, o que muito provavelmente terminará sendo também um espaço de denúncias e questionamentos, conectando recursos de documentação, formação e pesquisa.

Esse enfoque pode ser de enorme interesse e importância para os temas relacionados à saúde, tais como o tema dos alimentos, da água, das exposições ocupacionais e ambientais / climáticas, assim como os produtos e bens de interesse imediato para a saúde como são a indústria de medicamentos, equipamentos biomédicos, a indústria de seguros e serviços de saúde.

Este caminho sugerido, de desenvolvimento de capacidades, sustentado por um centro internacional e um fundo dirigido a este esforço (esperando que as empresas também coloquem recursos para livre apoio a processos identificados como estratégicos), pode dinamizar a construção de processos efetivos que desnudem quem ganha e quem perde na tensão entre os negócios e os direitos humanos, o que esperamos resulte no efetivo controle, especialmente das transnacionais que hoje são fator diretamente relacionado com a determinação econômica e social dos processos de produção de doenças gerando crescentes desigualdades.

Como referimos no informe sobre a sociedade civil defensora dos interesses públicos, o tema da monopolização da produção e promoção de produtos alimentares que afetam a saúde dos povos e os monopólios na promoção da medicalização e no controle sobre a produção dos medicamentos para tratar essas mesmas doenças, mostra o alcance e a necessidade desses Princípios Orientadores e sua aplicação radical e crítica em relação ao estado de fragilidade atual dos direitos frente aos interesses do mercado e do capital financeiro.

1. Notícias sobre as duas primeiras semanas da 53ª Sessão do CDH, tal como publicadas na plataforma do CDH:

[Conselho de Direitos Humanos Ouve que Programas de Alfabetização Digital, de Mídia e Informação Devem Ser Considerados Parte Integrente dos Esforços de Educação, Dada a sua Importância para o Exercício de Direitos na Era Digital](#)

03/07/2023

[Alto Comissariado para os Direitos Humanos: o Meio Ambiente está morrendo e o direito à alimentação está amplamente ameaçado pelas mudanças climáticas - o mundo exige ação agora](#)

03/07/2023

[Alta Comissária para os Direitos Humanos apela aos Estados e ao Conselho para que se comprometam a tomar medidas concretas e transformadoras para combater a violência de gênero contra mulheres e meninas na vida pública e política](#)

30/06/2023

[Conselho de Direitos Humanos realiza segunda parte de sua discussão anual de dia inteiro sobre os direitos humanos das mulheres, com foco na proteção social: participação e liderança das mulheres](#)

30/06/2023

[Comissão de Inquérito da ONU Síria elogia instituição internacional há muito esperada para esclarecer destino e paradeiro de dezenas de milhares de desaparecidos e desaparecidas](#)

29/06/2023

[Conselho de Direitos Humanos ouve sobre a necessidade urgente de solidariedade internacional na resposta a crises humanitárias, conflitos e deslocamentos forçados, e sobre o clima de impunidade por abusos dos direitos à liberdade de reunião pacífica e de associação em todo o mundo](#)

28/06/2023

[Conselho de Direitos Humanos discute relatório sobre tráfico de pessoas e as interseções com proteção de refugiados, deslocamento interno e apatridia](#)

28/06/2023

[Presidente do Conselho de Direitos Humanos nomeia Vrinda Grover para servir como membro da comissão de inquérito da Ucrânia](#)

28/06/2023

[Grupo de Trabalho Ressalta Necessidade Exigente de Capacitação para Avançar na Implementação dos Princípios Orientadores sobre Empresas e Direitos Humanos, e Relator Especial Diz que o Direito à Educação é um Direito à Aprendizagem ao Longo da Vida e Educação Gratuita de Qualidade](#)

27/06/2023

[Presidente do Conselho de Direitos Humanos nomeia Ariela Peralta Distefano para integrar grupo de especialistas da Nicarágua](#)

27/06/2023

[Conselho de Direitos Humanos realiza diálogo interativo sobre execuções extrajudiciais, sumárias ou arbitrárias e conclui diálogo sobre direitos humanos de migrantes](#)

26/06/2023

[Conselho de Direitos Humanos realiza diálogo interativo sobre a independência de juízes e advogados e inicia diálogo sobre os direitos humanos dos migrantes](#)

26/06/2023

[Conselho de Direitos Humanos Realiza um Diálogo Interativo sobre a Eliminação da Discriminação contra Pessoas Afetadas pela Hanseníase e seus Familiares e Conclui um Diálogo sobre o Direito à Liberdade de Opinião e Expressão](#)

23/06/2023

[Relator Especial do Conselho de Direitos Humanos: o Direito à Liberdade de Opinião e Expressão é um Catalisador e Ingrediente do Desenvolvimento Sustentável](#)

23/06/2023

[Special Rapporteur on the Right to Health Says Digital Innovation Has Strengthened the Right to Health for Some, but Warns it Could Enable Violations and Undermine this Right](#)

22/06/2023

[Working Group on Discrimination against Women and Girls Calls for a Feminist Human Rights-Based Economy to Tackle the Disproportionate Representation of Women and Girls Living in Poverty Globally](#)

22/06/2023

[Relator especial sobre o direito à saúde diz que inovação digital fortaleceu o direito à saúde para alguns, mas alerta que pode permitir violações e minar esse direito](#)

22/06/2023

[Grupo de Trabalho sobre Discriminação contra Mulheres e Meninas pede uma economia feminista baseada em direitos humanos para combater a representação desproporcional de mulheres e meninas que vivem na pobreza globalmente](#)

22/06/2023

[Conselho de Direitos Humanos ouve falar de um agravamento do cenário de direitos humanos no Irã, de uma deterioração constante da situação dos direitos humanos na Nicarágua e de que a crise econômica no Sri Lanka continua a ter um impacto severo sobre os direitos](#)

21/06/2023

[Autoridades de Mianmar devem garantir pleno reconhecimento legal do direito à cidadania de todo o povo rohingya, diz Alto Comissário Adjunto ao Conselho de Direitos Humanos - Conselho conclui diálogo interativo com o Alto Comissário sobre seu Relatório Anual](#)

21/06/2023

[Conselho de Direitos Humanos realiza diálogo interativo sobre o relatório anual do Alto Comissariado para os Direitos Humanos e ouve palestrantes levantarem preocupações sobre retrocessos contra os direitos das mulheres, redução do espaço cívico e mitigação dos danos da inteligência artificial](#)

20/06/2023

[Alto Comissariado para os Direitos Humanos: O conflito imprudente e sem sentido no Sudão resultou numa crise humanitária e de direitos humanos que se está a desenrolar a um ritmo alarmante e a uma escala devastadora](#)

19/06/2023

[Conselho de Direitos Humanos abre quinquagésima terceira sessão, ouve apresentação do relatório anual do Alto Comissariado para os Direitos Humanos e mantém diálogo sobre os direitos humanos de mulheres e meninas no Afeganistão](#)

19/06/2023

2. Capacitação para a implementação dos Princípios Orientadores sobre Empresas e Direitos Humanos Relatório do Grupo de Trabalho sobre a questão dos direitos humanos e das empresas transnacionais e outras empresas. Distribuído em 18 de maio de 2023.

<https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/G23/094/96/PDF/G2309496.pdf?OpenElement>

I. Introdução

1. Desde a aprovação unânime dos Princípios Orientadores sobre Empresas e Direitos Humanos pelo Conselho de Direitos Humanos em 2011, o movimento empresarial e de direitos humanos tem testemunhado a proliferação de medidas de capacitação destinadas a promover, disseminar e implementar os Princípios Orientadores, que têm sido realizadas por uma gama diversificada de partes interessadas que operam no mundo, níveis regional e local. Este momentum promoveu o ganho de força na área dos desenvolvimentos regulamentares relativos a empresas e direitos humanos, incluindo legislação obrigatória em matéria de due diligence em matéria de direitos humanos. O impulso levou a um ponto de inflexão, em termos de como os Estados, as empresas e a comunidade empresarial e de direitos humanos em geral podem

aproveitar essas oportunidades para apoiar esforços melhores e contínuos e traçar uma visão ambiciosa para a próxima década de implementação dos Princípios Orientadores.

2. No centro da agenda para a segunda década dos Princípios Orientadores está a necessidade de melhorar a complementaridade das iniciativas de reforço das capacidades, afetando simultaneamente recursos adequados à implementação dos Princípios Orientadores, a fim de assegurar um impacto transformador e duradouro. Com efeito, apesar dos esforços para assegurar o alinhamento reforçado, a acessibilidade e a sustentabilidade das iniciativas de reforço das capacidades relacionadas com os Princípios Orientadores, a coordenação entre múltiplas partes interessadas, setores e níveis de execução continua a ser um desafio significativo. Isso decorre, em parte, do fato de que as medidas de capacitação variam consideravelmente em termos geográficos e setoriais, na amplitude dos públicos visados e no tipo de questões de direitos humanos abordadas.

A. Objetivos, âmbito e metodologia do relatório.

3. O presente relatório contém uma avaliação holística do cenário de esforços e iniciativas de capacitação relacionados aos Princípios Orientadores e à agenda mais ampla de negócios e direitos humanos. No relatório, o Grupo de Trabalho aborda as persistentes lacunas de capacidade e conhecimento entre as partes interessadas – particularmente Estados, empresas, especialmente pequenas e médias empresas, e detentores de direitos, incluindo comunidades locais e defensores de direitos humanos – para entender como o dever do Estado de proteger e a responsabilidade corporativa de respeitar os direitos humanos no contexto das atividades empresariais podem ser alcançados na prática. O Grupo de Trabalho faz um balanço dos esforços e iniciativas existentes de reforço das capacidades para examinar a forma como o reforço das capacidades deve ser institucionalizado para facilitar a implementação dos Princípios Orientadores. Com base nessa análise, o Grupo de Trabalho identifica os elementos-chave do desenvolvimento efetivo de capacidades e considera como um esforço globalmente coordenado para construir e fortalecer capacidades no domínio dos negócios e dos direitos humanos pode ser alcançado.

4. Para os propósitos do presente relatório, a capacitação (ou desenvolvimento de capacidades) é entendida como o "processo de desenvolver e fortalecer as habilidades, instintos, habilidades, processos e recursos de que as organizações e comunidades precisam para sobreviver, adaptar-se e prosperar em um mundo em rápida mudança".¹ Com relação à agenda de negócios e direitos humanos, qualquer ação tomada para promover e apoiar a implementação dos Princípios Orientadores deve envolver o reforço e a expansão das capacidades de não apenas Estados e empresas, mas também de instituições nacionais de direitos humanos, organizações da sociedade civil e defensores de direitos humanos, entre outras partes interessadas. Um foco central do desenvolvimento de capacidades deve ser apoiar grupos que estão particularmente em risco de violações dos direitos humanos relacionadas às empresas, incluindo idosos, povos indígenas, afrodescendentes, mulheres, migrantes, pessoas com deficiência, membros de grupos minoritários e crianças. O Grupo de Trabalho adota, assim, uma perspectiva holística para avaliar o panorama atual das medidas de reforço das capacidades e o que é necessário em termos de assegurar que as medidas existentes e futuras estejam alinhadas com as normas consagradas nos Princípios Orientadores.

5. A par destas e de outras observações, o Grupo de Trabalho define uma abordagem em três partes para o desenvolvimento de capacidades, centrada na criação de polos de conhecimento institucionais, compostos por elementos internacionais, regionais e sub-

regionais, a fim de melhorar a acessibilidade por diversos grupos de partes interessadas. Propõe que esses hubs sejam complementados por uma função de help desk de negócios e direitos humanos situada no Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH), que forneceria aconselhamento interpretativo coerente sobre os Princípios Orientadores, em estreita colaboração com o Grupo de Trabalho.

6. O Grupo de Trabalho também apoia a criação de um fundo global para apoiar medidas de desenvolvimento de capacidades, destinadas a acelerar a implementação dos Princípios Orientadores.² Tal fundo responderia à necessidade vital de um aumento significativo dos investimentos para desenvolver e fortalecer a capacidade das partes interessadas. Em conjunto, as medidas da abordagem são coerentes com os requisitos subjacentes ao reforço eficaz das capacidades, nomeadamente a investigação colaborativa e o acompanhamento coerente dos progressos e do impacto, e com a necessidade de qualquer organismo deste tipo ser estratégico e coordenado na sua abordagem e de trabalhar dentro e fora dos limites institucionais. 7. Para o relatório, o Grupo de Trabalho baseou-se em consultas multilaterais, workshops de peritos e entrevistas semiestruturadas realizadas em várias regiões com Estados, representantes de empresas, organizações internacionais, organizações da sociedade civil e peritos. O relatório também é informado por pesquisas documentais; com base em informações publicamente disponíveis provenientes de uma série de organizações, o Grupo de Trabalho foi capaz de identificar, para uma análise mais aprofundada, 45 grandes iniciativas que fornecem apoio ao desenvolvimento de capacidades na área de negócios e direitos humanos. Para permitir uma amostra mais diversificada, a seleção das iniciativas para análise refletiu variações em termos de tamanho, associação e distribuição geográfica.”

"VI. Visão de futuro.

63. Uma pesquisa sobre o "estado da arte" em matéria de capacitação, juntamente com as contribuições das partes interessadas, revela que, apesar de uma infinidade de esforços para desenvolver capacidades empresariais e relacionadas aos direitos humanos, o campo permanece fragmentado. Isso se deve principalmente ao grau limitado de coordenação entre iniciativas e financiamento e, às vezes, às diferenças nas abordagens das várias organizações envolvidas no campo. Além disso, e especialmente à luz dos recentes esforços legislativos na Europa, os esforços de desenvolvimento de capacidades até à data tenderam a orientar-se em grande parte para as empresas, particularmente as sediadas no Norte global, e continua a existir uma lacuna no terreno no que diz respeito ao apoio a organizações da sociedade civil, titulares de direitos e outras partes interessadas, especialmente as localizadas no Sul global. As ideias práticas descritas abaixo fornecem alguns insights sobre como esses desafios podem ser gradualmente superados.

A. Coordenação de políticas e abordagens.

1. Estabelecimento de polos de conhecimento.

64. É necessária uma maior coerência das políticas no domínio das empresas e dos direitos humanos, pelo que é fundamental que tanto o futuro centro de conhecimento como o futuro fundo global sejam claramente definidos no âmbito e que os seus mandatos de atividade sejam explicitamente definidos. Isso permitirá que os participantes novos e existentes resolvam melhor as lacunas de conhecimento e capacidade e evitem a replicação. Além disso, um escopo claramente definido pode ajudar a evitar que o esforço de capacitação seja mal interpretado ou usado indevidamente como um selo de aprovação ou certificação.

65. As recomendações do roteiro no âmbito da área de ação 8 apoiam três propostas complementares, mas distintas: (a) Estabelecer uma função de help desk de negócios e direitos humanos no ACNUDH, de modo a alavancar o papel institucional único do ACNUDH no sistema das Nações Unidas em relação ao avanço dos negócios e dos direitos humanos; (b) Estabelecer um fundo global para apoiar medidas de capacitação empresarial e de direitos humanos; (c) Reforçar a coordenação entre os intervenientes internacionais e ir além das atuais fronteiras institucionais, a fim de proporcionar a coerência e a escala necessárias para satisfazer as necessidades de reforço das capacidades, investigação colaborativa e acompanhamento dos progressos a nível mundial.

66. O Grupo de Trabalho prevê, assim, uma abordagem em três partes para o desenvolvimento de capacidades a nível internacional no domínio das empresas e dos direitos humanos: uma instituição ou centro de conhecimento global e multilateral, complementada por uma função de help desk no ACNUDH, em particular para ajudar a assegurar um aconselhamento interpretativo coerente sobre os Princípios Orientadores, e apoiada por um fundo global. Uma abordagem tão ambiciosa requer recursos adequados e adequados à tarefa.

67. Embora o órgão central de coordenação seja internacional, a fim de assegurar a coerência e a coordenação, terão de ser criados centros de conhecimento em regiões ou sub-regiões, a fim de permitir um acesso mais fácil e localizado a todas as partes interessadas. Eles também precisariam incluir portais on-line e acesso presencial. Embora os centros de conhecimento não tenham um papel de implementação direta, eles serviriam como uma nova ferramenta para fortalecer a coordenação e a colaboração entre os esforços para implementar os Princípios Orientadores. Os centros de conhecimento trabalhariam ainda para complementar e reforçar os papéis das principais organizações normativas e técnicas, como o ACNUDH, a OCDE e a OIT.

68. O Grupo de Trabalho identificou algumas das principais funções através das quais os centros de conhecimento contribuiriam para melhorar e desenvolver as iniciativas de reforço de capacidades que promovem práticas empresariais respeitadoras dos direitos. Estes incluem: (a) Criação de um fórum de discussão e cooperação: os centros de conhecimento funcionariam como uma plataforma para envolver regularmente as principais instituições estatais e internacionais na região e internacionalmente;

b) Apoiar a evolução institucional, legislativa e política pertinente e promover as boas práticas, nomeadamente através da disponibilização de conhecimentos especializados e informações independentes, em conformidade com os princípios orientadores. Eles também forneceriam experiências comparativas e contribuiriam para o desenvolvimento de produtos de orientação que conectam pesquisa, política e prática. Esses produtos poderiam ser abertamente acessíveis e disponíveis em várias línguas e ajudar a facilitar os esforços de coordenação e a coerência entre os intervenientes internacionais e regionais;

c) Facilitar a comunicação e o intercâmbio entre as partes interessadas, proporcionando oportunidades para envolver e construir confiança, incluindo entre empresas, Estados e comunidades afetadas.

2. Implantação de hubs de conhecimento.

69. Tal como acima referido, os centros de conhecimento funcionariam como serviços de apoio que reúnem peritos e profissionais que podem aconselhar as empresas sobre a forma de implementar e racionalizar os Princípios Orientadores nas suas operações e relações

comerciais. Esse apoio pode incluir assistência na avaliação de riscos de direitos humanos e na realização de diligências devidas em direitos humanos em todas as cadeias de valor de uma empresa, além de fornecer orientação sobre ações corretivas caso tenham ocorrido danos. As empresas e, dependendo da missão e do âmbito do hub, outras partes interessadas, podem receber conselhos interpretativos ou práticos sobre a forma como os Princípios Orientadores se aplicam a uma situação empresarial, sem qualquer taxa.

70. Além de atuar como um ponto focal para questões sobre direitos humanos e atividades comerciais diárias, uma plataforma também pode oferecer uma gama de produtos adaptados às necessidades das empresas e dos atores relevantes, incluindo:

(a) Um curso introdutório sobre os Princípios Orientadores para iniciantes: um curso de treinamento interativo on-line que fornece uma explicação introdutória dos três pilares e o que eles implicam;

(b) Workshops de aprendizagem entre pares específicos do contexto: sessões presenciais/em linha em que as empresas familiarizadas com os princípios orientadores se reúnem para partilhar as suas experiências e boas e más práticas;

(c) Cursos de formação individuais: cursos de "formação de formadores" conduzidos por peritos que fornecem aos gestores de empresas/partes interessadas orientações sobre como construir sessões de formação individualizadas para a sua própria empresa ou área de atuação;

(d) Um verificador de riscos de direitos humanos: um algoritmo que fornece às empresas uma lista de possíveis riscos associados aos produtos ou serviços que fornecem e às regiões em que as empresas fornecem esses produtos ou serviços ou os obtêm;

(e) Sessões de consultoria individualizadas: as empresas podem enviar e-mails ou ligar para especialistas em um help desk e fazer perguntas específicas, como sobre como mitigar riscos de direitos humanos, de forma confidencial e receber aconselhamento personalizado; (f) Um portal em linha com perguntas frequentes anónimas: um portal acessível ao público onde as partes interessadas podem receber respostas generalizadas imediatas às perguntas mais frequentes sobre os Princípios Orientadores.

3. Criação de um help desk.

71. Os centros de conhecimento institucional devem ser inclusivos, com representação das principais partes interessadas relevantes, e ser complementados por uma função de help desk do ACNUDH. O Secretário-Geral destacou a preocupação com a fragmentação na interpretação dos Princípios Orientadores e a divergência de entendimentos entre diferentes grupos de partes interessadas, 33 onde vários atores têm procurado desenvolver suas próprias interpretações dos Princípios Orientadores. Para lidar com isso, ele identificou o ACNUDH como o ponto focal institucional dentro do sistema das Nações Unidas para fornecer orientação e esclarecimento uniformes sobre questões relacionadas à interpretação dos Princípios Orientadores, em estreita colaboração com o Grupo de Trabalho, bem como outros mecanismos e agências ou organizações de direitos humanos, conforme apropriado.³⁴ Um help desk no ACNUDH é, portanto, crucial para a construção de orientação e interpretação fidedigna dos Princípios Orientadores. Em consulta com o Grupo de Trabalho e tendo em conta as suas recomendações pertinentes do roteiro, o ACNUDH já começou, de facto, a explorar a viabilidade da criação de um serviço de assistência deste tipo, e manifestou a esperança de que este possa ser operacionalizado o mais rapidamente possível.

4. Mobilizar um fundo global de capacitação.

72. A criação de um fundo global, com o objetivo principal de apoiar medidas de reforço de capacidades, como as acima enumeradas, seria fundamental para fazer avançar a implementação dos princípios orientadores. O fundo deve prestar apoio financeiro adequado e sustentado que permita aos intervenientes relevantes responder rapidamente à necessidade vital de um aumento significativo dos investimentos para desenvolver e reforçar a capacidade das partes interessadas a nível mundial, regional e local.

B. Enfatizar a inclusão e o apoio à sociedade civil e aos detentores de direitos.

73. Embora os titulares de direitos frequentemente apareçam com destaque em estudos de caso ou relatórios sobre negócios e direitos humanos, apenas esforços limitados foram feitos até agora para garantir que as informações apresentadas sejam relevantes ou benéficas para eles. Além disso, a língua continua sendo uma barreira notável, devido às desigualdades estruturais e às múltiplas línguas e dialetos falados dentro das comunidades locais e indígenas. Assim, é fundamental que as vozes dos detentores de direitos e de outros grupos de partes interessadas além das empresas sejam ouvidas e suas preocupações atendidas. As possíveis formas de incluir e apoiar melhor os titulares de direitos e as partes interessadas de uma forma mais ampla podem incluir a garantia de que qualquer órgão de decisão de uma grande iniciativa de reforço de capacidades seja regido de forma representativa, como anteriormente referido, e que tanto os recursos financeiros como consultivos estejam prontamente disponíveis para apoiar os titulares de direitos e outras partes interessadas, em particular no que diz respeito à garantia de que o pilar relativo ao acesso a recursos está a ser implementado.

74. Além disso, é importante que esses recursos de aconselhamento sejam acessíveis através de canais abertos e seguros em várias línguas e, do mesmo modo, que as informações sobre as oportunidades de financiamento estejam disponíveis em várias línguas. Esses passos são cruciais para a capacitação das organizações da sociedade civil para participar de iniciativas multissetoriais. De fato, vale ressaltar que algumas organizações destacaram que sua capacidade de participar de iniciativas multissetoriais foi esgotada. Embora os titulares de direitos sejam frequentemente convidados a participar de iniciativas de definição de padrões e de maior escala, muitas vezes não têm recursos suficientes para participar, resultando em padrões que não incorporam significativamente suas vozes.

C. Garantir a aceitação pelas empresas.

75. As medidas de reforço das capacidades requerem a adoção e implementação pelas empresas, a fim de terem um impacto repercutível no espaço empresarial e dos direitos humanos; Todos os entrevistados mencionaram a necessidade de definir qualquer nova iniciativa em consulta com o setor privado. Isso é particularmente importante em relação a áreas como compras responsáveis e fornecedores responsáveis, empreendimentos sustentáveis e pequenos fornecedores que buscam apoio em relação a maneiras de subir na escada da sustentabilidade.

76. Devido à falta de padronização e coerência das políticas nos níveis nacional e local, em muitos casos, as empresas e outras partes interessadas devem navegar por um terreno altamente complexo se desejarem desenvolver suas capacidades empresariais e de direitos humanos. As empresas têm frequentemente dificuldade em diferenciar entre as expectativas e os requisitos associados a várias iniciativas empresariais e de direitos humanos, à legislação

nacional e regional e às normas laborais ratificadas. Por conseguinte, é fundamental que todos os intervenientes visem uma maior coerência das políticas em todos os domínios político e regulamentar, a fim de facilitar a aceitação e reduzir a sobreposição. Reconhecer o potencial para que as empresas também desempenhem um papel de coordenação na adoção dos Princípios Orientadores torna o desenvolvimento de centros de conhecimento e de um fundo global particularmente fundamental. Estes polos, juntamente com o fundo, podem trabalhar para dotar as empresas de orientações sólidas e de instrumentos práticos, alinhando políticas, racionalizando diferentes iniciativas de reforço de capacidades, por exemplo a nível nacional, regional e intergovernamental, e proporcionando mais oportunidades para as empresas e outras partes interessadas interagirem entre si.

D. Criar mecanismos equilibrados de governação e financiamento.

77. O Grupo de Trabalho reconhece a necessidade de prestar especial atenção aos regimes de governação e financiamento de um centro de conhecimento e de um novo fundo global, a fim de estabelecer a legitimidade, apoiar a divulgação de conhecimentos especializados e assegurar a autonomia política necessária para prestar aconselhamento eficaz e reforçar capacidades mais amplas. A ligação dos mecanismos a um Estado individual ou a uma organização intergovernamental tem sido sublinhada por várias partes interessadas como sendo vantajosa e desvantajosa: algumas partes interessadas vêem a ligação com uma instituição oficial como proporcionando mais legitimidade, enquanto outras observaram que isso poderia restringir o tipo de aconselhamento dado, por razões políticas. Invocando as mesmas razões, todas as partes interessadas favoreceram uma fonte mista de financiamento, incluindo financiamento privado, para garantir a independência de qualquer mecanismo.

78. Por conseguinte, o Grupo de Trabalho confirma a necessidade de ultrapassar as atuais fronteiras institucionais para encontrar melhores formas de coordenar as medidas de reforço das capacidades relacionadas com os Princípios Orientadores. Existe um amplo consenso entre as partes interessadas de que uma nova entidade seria um mecanismo útil para acelerar a implementação dos Princípios Orientadores. Verificou-se igualmente a importância contínua de salvaguardas adequadas para a legitimidade e a independência, incluindo a garantia de plena transparência dos potenciais doadores e a afetação de recursos a projetos individuais, e sobre a importância de uma estrutura de governação multilateral, que inclua todos os intervenientes relevantes e as suas vozes.

79. Devido à natureza inter-relacionada dos três pilares do quadro "Proteger, Respeitar e Remediar", é evidente que o mandato para tal entidade deve ser holístico, embora bem definido, com a opção de escalar gradualmente após cada revisão. A nova entidade deve também ser concebida para incentivar uma maior cooperação entre as várias partes interessadas. O processo de consulta para o presente relatório trouxe opiniões diversas sobre uma série de questões centrais, tais como o âmbito desta entidade potencial, se essa entidade deve realmente ser chamada de "fundo" e como os critérios identificados de elegibilidade e governança podem ser implementados para criar uma entidade adequada à finalidade.

80. Como indicado acima, são necessárias discussões mais focadas envolvendo todos os atores para definir o mandato preciso da entidade e sua estrutura decisória. Para o efeito, um processo de consulta específico e multissetorial contribuiria para o desenvolvimento de recomendações concretas para o funcionamento de tal entidade, com a participação de todos os grupos de partes interessadas relevantes, incluindo representantes dos Estados, do setor privado, dos titulares de direitos, de membros da sociedade civil e de organizações de base, do

Grupo de Trabalho, da OIT e da OCDE. As experiências dos fundos fiduciários existentes das Nações Unidas, das parcerias público-privadas e de outros modelos de financiamento administrados através de estruturas de governação multissetorial fornecem exemplos valiosos que podem informar as deliberações relevantes.

VII. Conclusões.

81. O reforço das capacidades está na base da aplicação dos princípios orientadores. Na ausência de partes interessadas que compreendam as expectativas dos Princípios Orientadores e que possuam as capacidades para promovê-los, disseminá-los e implementá-los, o movimento empresarial global e de direitos humanos não existiria como hoje.

82. A aprovação dos Princípios Orientadores deu origem a uma série de esforços e iniciativas de capacitação no âmbito empresarial e de direitos humanos. Ao longo do tempo, esses esforços cresceram em volume e sofisticação, com uma variedade em oferta para empresas, Estados, detentores de direitos e outras partes interessadas. No entanto, o aumento não produziu necessariamente uma maior coordenação ou coerência entre os esforços. Além disso, a maioria dos programas de capacitação ainda está focada no atendimento às empresas, com mais opções necessárias para Estados, organizações da sociedade civil e detentores de direitos. Por conseguinte, são necessárias mais medidas de reforço das capacidades para dar resposta às necessidades de capacidade das partes interessadas, especialmente das que são marginalizadas e estão em maior risco, incluindo as mulheres, as pessoas idosas, os defensores dos direitos humanos, os povos indígenas, as pessoas de ascendência africana, os migrantes e os trabalhadores dos setores informais.

83. Apoiar os esforços para promover o desenvolvimento de capacidades entre os intervenientes relevantes é uma tarefa importante atribuída ao Grupo de Trabalho. Dada a dimensão do desafio, e considerando como a sustentabilidade e a sensibilidade ao contexto estão entre os elementos-chave necessários para um reforço eficaz das capacidades, esta torna-se uma tarefa que é melhor assumida por todas as partes interessadas.

84. Portanto, os Estados devem considerar, e as empresas devem apoiar, maneiras pelas quais recursos e financiamento podem ser mobilizados para acelerar a implementação dos Princípios Orientadores por meio de uma seleção de iniciativas de capacitação para Estados, empresas, instituições nacionais de direitos humanos, organizações da sociedade civil, detentores de direitos e outras partes interessadas, conforme estabelecido na área de ação 8 do projeto do roteiro. Tal ação exigiria também o fortalecimento da coordenação e colaboração multissetoriais, inclusive com agências do sistema das Nações Unidas, para garantir a prestação de interpretação e orientação coerentes sobre os Princípios Orientadores que facilitarão sua adoção em uma escala ainda maior.

VIII. Recomendações.

85. O Grupo de Trabalho recomenda que os Estados: (a) Endossem uma abordagem em três partes para o desenvolvimento de capacidades em nível internacional no campo das empresas e dos direitos humanos, com base no roteiro do Grupo de Trabalho, composto por: (i) Uma instituição ou centro de conhecimento global e multilateral; (ii) Uma função de help desk no ACNUDH; (iii) Um fundo global de reforço das capacidades; b) Prestar apoio, incluindo financiamento, à criação e ao funcionamento de polos de conhecimento; (c) Apoiar a criação e o fornecimento de um help desk no ACNUDH; d) Criar um fundo global destinado a apoiar

medidas de reforço das capacidades destinadas a acelerar a aplicação dos princípios orientadores.

86. O Grupo de Trabalho recomenda que as Nações Unidas e outros atores internacionais: (a) Assegurem amplo apoio à implementação dos Princípios Orientadores, inclusive por meio de assistência bilateral e no âmbito da cooperação com organizações multilaterais; (b) Reforçar a coordenação entre os intervenientes internacionais para prestar serviços coerentes e adequados de reforço das capacidades e assegurar a investigação colaborativa e um melhor acompanhamento dos progressos a nível mundial; c) Utilizar a abordagem de reforço das capacidades em três partes para apoiar os Estados e todas as partes interessadas, nomeadamente através da promoção de boas práticas, do apoio ao desenvolvimento e orientação de políticas e da facilitação dos esforços de coordenação e da coerência entre os intervenientes internacionais.

87. O Grupo de Trabalho recomenda que as empresas:

(a) Investir e manter um foco no desenvolvimento de suas capacidades para cumprir sua responsabilidade de respeitar os direitos humanos em suas atividades, operações e relações comerciais;

(b) Buscar apoio para o desenho e implementação de políticas e práticas corporativas internas responsáveis, em linha com os Princípios Orientadores;

(c) Contribuir de forma construtiva para um centro de conhecimento multilateral, reconhecendo as assimetrias de poder que podem afetar as suas interações com outras partes interessadas, especialmente os titulares de direitos, que participam nesses espaços e comprometer-se com um diálogo construtivo.

Os reforços de políticas regionais na OPAS

Paula Reges, Luana Bermudez e Luiz Augusto Galvão

Resumo: A 172ª Sessão do Comitê Executivo da Organização Panamericana da Saúde (OPAS) esteve dividida em sete seções, que incluíram assuntos Processuais, assuntos de Comitês, assuntos de Política de Programas, assuntos Administrativos e Financeiros, assuntos de Pessoal, assuntos de Informação e Resoluções e outras Ações de Organizações Intergovernamentais de Interesse da OPAS. Para além, foi aprovado a política que reforça o papel importante e central dos profissionais da saúde na construção de sistemas de saúde resilientes. Ainda com o mesmo foco, foi lançada a nova Plataforma de Investimentos de Impacto na Saúde (Health Impact Investment Platform, ou HIIP, em inglês), parceria da OMS com três bancos multilaterais de desenvolvimento. Tem por objetivo investimento e fortalecimento de serviços de atenção primária à saúde essenciais, que estejam preparados para enfrentar mudanças nos sistemas trazidas pela crise climática e que possam dar suporte, sobretudo à países de baixa e média renda.

Palavras-chave: Comitê executivo OPAS. Sistemas de saúde resilientes.

Abstract: The 172nd Session of the Executive Committee of the Pan American Health Organization (PAHO) was divided into seven sections, which included Procedural Matters, Committee Matters, Program Policy Matters, Administrative and Financial Matters, Personnel Matters, Information Matters and Resolutions, and other Actions by Intergovernmental Organizations of Interest to PAHO. In addition, a Policy was approved to reinforce the central role of health professionals in building resilient health systems. Still with the same focus, was launched the new Health Impact Investment Platform (HIIP), a partnership between the WHO and three multilateral development banks. Its objective is to invest in and strengthen essential primary health care services that are prepared to face changes in systems brought about by the climate crisis and that can provide support especially to low- and middle-income countries.

172ª Sessão do Comitê Executivo da Organização Panamericana da Saúde

A Agenda da 172ª Sessão do Comitê Executivo da Organização Panamericana da Saúde (OPAS) esteve dividida em sete seções:

- Assuntos Processuais,
- Assuntos de Comitês,
- Assuntos de Política de Programas,
- Assuntos Administrativos e Financeiros,
- Assuntos de Pessoal,
- Assuntos de Informação e
- Resoluções e outras Ações de Organizações Intergovernamentais de Interesse da OPAS.

A seção Assuntos Processuais incluiu itens relacionados à aprovação da agenda, à representação do Comitê Executivo no 60º Conselho Diretor da OPAS e ao projeto de agenda provisória do 60º Conselho Diretor.

A seção Assuntos do Comitê tratou dos itens relacionados ao relatório do Subcomitê de Programa, Orçamento e Administração, ao Prêmio da OPAS para Gestão e Liderança de Serviços de Saúde, ao engajamento com Atores não estatais em relações oficiais com a OPAS,

aos relatórios do Escritório de Ética e do Escritório de Investigações, ao relatório do Comitê de Auditoria da OPAS, e a indicação de um membro para o Comitê de Auditoria da OPAS.

A seção Assuntos de Política do Programa tratou dos itens relacionados à proposta de Orçamento-Programa da OPAS para 2024-2025, à escala de contribuições avaliadas para 2024-2025, à Política sobre a Força de Trabalho em Saúde 2030, à Política de Prevenção e Controle de Doenças Não Transmissíveis em Crianças, Adolescentes e Jovens Adultos, às Comunicações Estratégicas em Saúde Pública para Mudança de Comportamento e à Estratégia para Melhorar a Saúde Mental e a Prevenção do Suicídio na Região das Américas.

A seção Assuntos Administrativos e Financeiros tratou dos itens relacionados ao relatório sobre a arrecadação das contribuições avaliadas, o relatório financeiro do Diretor e o relatório do Auditor Externo para 2022, a nomeação do Auditor Externo da OPAS para 2024-2025 e 2026-2027, o relatório do Escritório de Auditoria Interna para 2022, o relatório sobre o Fundo de Investimento de Capital Master e sobre a Implementação do Plano Mestre de Investimento de Capital, o relatório sobre a situação do empréstimo emergencial do Fundo Rotativo de Acesso a Vacinas para o Fundo Rotativo Regional de Insumos Estratégicos de Saúde Pública e as alterações no Estatuto do Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde (BIREME).

A seção Assuntos de Pessoal incluiu itens relacionados às alterações nos Regulamentos e Regras de Pessoal da Repartição Sanitária Pan-Americana, à gestão de recursos humanos na Repartição Sanitária Pan-Americana, à atualização sobre prevenção e resposta à exploração e abuso sexual na OPAS e à declaração do Representante da Associação de Funcionários da OPAS/OMS.

A seção Matérias de Informação incluiu itens relacionados à atualização sobre a pandemia de COVID-19 na Região das Américas, o relatório sobre questões estratégicas entre a OPAS e a OMS, a implementação do Regulamento Sanitário Internacional, o status de acesso aos serviços de saúde sexual e reprodutiva, o plano de ação para a eliminação de doenças infecciosas negligenciadas e as ações pós-eliminação 2016-2022, a estratégia e o plano de ação para fortalecer o controle do tabaco na Região das Américas 2018-2022, o plano de ação para o fortalecimento das estatísticas vitais 2017-2022, a doença renal crônica em comunidades agrícolas na América Central, saúde e turismo e relatórios de progresso sobre questões técnicas.

A seção Resoluções e outras Ações das Organizações Intergovernamentais de Interesse da OPAS inclui itens relacionados às resoluções e outras ações da Setenta e Sexta Assembleia Mundial da Saúde e organizações sub-regionais.

Para além do mencionado, o Comitê da OPAS aprovou a política que reforça o importante resguardo dos profissionais da saúde na construção de sistemas de saúde resilientes.

O objetivo desta Política (CE172/14) é fornecer aos Estados Membros orientação estratégica e técnica para o desenvolvimento e implementação de iniciativas destinadas a fortalecer os recursos humanos para a saúde (RHS). Busca-se avançar efetivamente para que nos países da Região recuperem as conquistas de saúde pública afetadas durante a pandemia e proponham ações prioritárias para fortalecer a força de trabalho em saúde na Região e o caminho para o cumprimento do Plano de Desenvolvimento Sustentável Metas para 2030.

A política promove ações agrupadas em linhas estratégicas de atuação:

1. Fortalecer a governança e promover recursos humanos nacionais para políticas e planos de saúde
2. Fortalecer a formação e integração de equipes interprofissionais nas redes integradas de serviços de saúde com base na atenção primária à saúde.
3. Promover o desenvolvimento e fortalecer as capacidades do pessoal de saúde para atender as prioridades de saúde das populações e para a preparação e resposta a emergências de saúde pública
4. Promover condições dignas de trabalho e proteção física e mental dos profissionais de saúde, bem como uma dotação adequada de recursos humanos para a saúde por meio de financiamento e regulamentação

Atenção Primária em Saúde e novos fundos de investimento

Foi [lançado](#) na última semana de junho a nova Plataforma de Investimentos de Impacto na Saúde (Health Impact Investment Platform, ou HIIP, em inglês). Será uma parceria entre três bancos multilaterais de desenvolvimento e a OMS com foco no investimento e fortalecimento de serviços de atenção primária à saúde (APS) essenciais, que estejam preparados para enfrentar mudanças nos sistemas trazidas pela crise climática e que possam dar suporte, sobretudo à países de baixa e média renda (LICs e LMICs).

A Plataforma, lançada durante a Cimeira para um Novo Pacto de Financiamento Global que aconteceu em Paris, disponibilizará um montante inicial de 1,5 bilhão de euros a LIC e LMIC em empréstimos concessionais e subvenções para expandir o alcance e âmbito dos seus serviços de APS, especialmente para os mais populações e comunidades vulneráveis e carentes.

O Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), o Banco Europeu de Investimento (BEI), o Banco Islâmico de Desenvolvimento (BID) e a OMS são os membros fundadores da Plataforma. Por se tratar de um desafio global, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) também estuda a adesão a essa parceria para estender a iniciativa à região da América Latina e Caribe.

A OMS atuará como coordenadora de políticas da Plataforma, responsável por garantir o alinhamento das decisões de financiamento com as prioridades e estratégias nacionais de saúde. O secretariado da Plataforma apoiará os governos a desenvolver planos nacionais de saúde e priorizar os planos de investimento em APS. A Plataforma também terá como objetivo catalisar investimentos mais amplos na APS em apoio às estratégias governamentais de saúde.

O Dr. Tedros Adhanom Ghebreyesus, diretor-geral da OMS, disse que uma abordagem de APS oferece os meios mais eficazes para melhorar a saúde e o bem-estar, inclusive por meio da prestação de serviços essenciais de saúde a todas as pessoas. É um impulsionador da cobertura universal de saúde, um dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas. Os líderes mundiais se comprometeram em 2015 a obter acesso a serviços essenciais de saúde e medicamentos e vacinas essenciais a preços acessíveis para todas as pessoas até 2030.

O amplo espectro de serviços que a APS oferece pode promover a saúde e prevenir doenças, evitar e retardar a necessidade de serviços secundários e terciários mais caros e oferecer reabilitação. Além disso, como salientado no discurso de lançamento pelo Dr Tedros adhanom (DG OMS), a APS funciona como os 'olhos e ouvidos' do sistema de saúde de um país, atingindo as próprias comunidades onde as pessoas vivem. A nova Plataforma de Investimento de Impacto na Saúde fortalecerá o desenvolvimento desses serviços, servindo como um investimento inestimável na saúde das populações hoje e no futuro.

O presidente do BEI, Werner Hoyer, disse que os bancos de desenvolvimento parceiros estão empenhados em apoiar os países a fortalecer seus serviços de atenção primária à saúde, tanto para promover a saúde de suas comunidades quanto para protegê-los contra os impactos de futuras emergências de saúde.

A proposta de cooperação entre os bancos visa cooperar na construção de sistemas de saúde mais resilientes, e foi apresentada como uma entrega do apelo do presidente Macron para aumentar a solidariedade financeira internacional com o Sul Global, como dito por Hoyer.

Antes da pandemia de COVID-19, a OMS estimou que, para atingir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) relacionados à saúde, os LICs e LMICs precisavam aumentar significativamente seus gastos com saúde e exigir US\$ 371 bilhões adicionais anualmente combinados até 2030. Esse financiamento permitiria populações a terem acesso aos serviços de saúde, contribuindo para a construção de novas instalações, treinamentos e capacitação com estrutura mínima de suporte aos profissionais de saúde. Estima-se também que a preparação para futuras pandemias exigirá investimentos da ordem de US\$ 31,1 bilhões anuais. Aproximadamente um terço desse total teria que vir de financiamento internacional. O financiamento catalisador da Plataforma de Investimento de Impacto na Saúde também é projetado para promover a mobilização e coordenação de fluxos de financiamento mais amplos por meio de planos nacionais de investimento em APS.

A nova plataforma se baseia na experiência adquirida por meio da cooperação entre países, organizações multilaterais e bancos de desenvolvimento que se mostrou frutífera durante a pandemia. Por exemplo, a OMS, o BEI e a Comissão Europeia trabalharam em estreita colaboração com Angola, Etiópia e Ruanda para fortalecer seus sistemas de saúde. Inicialmente lançadas como programas autônomos ou como parte da resposta dos países à COVID-19, essas intervenções mobilizaram assistência técnica, doações e investimentos em condições vantajosas para fortalecer a atenção primária à saúde.

Mudanças na Gavi

A Gavi Alliance, aliança para vacinas, surgiu em 2000 com financiamento da Bill and Melinda Gates Foundation. Hoje se organiza como uma parceria público-privada, entre governos de países, OMS, Banco Mundial, outras ONGs e associações profissionais e comunitárias, além de fabricantes de vacinas e institutos de pesquisa de saúde.

Em 2020, em meio à grave crise da pandemia de Covid-19, a CEPI (Coalition for Epidemic Inovações em Preparação), a OMS e a Gavi criaram o programa Covax Facility para arrecadar dinheiro que seria utilizado para distribuir vacinas, a preço de custo, para os países mais pobres do planeta. No final de janeiro de 2021, a Gavi anunciou que até o final de 2021, 2,3 bilhões de doses de vacinas covid-19 deveriam ser entregues aos países subdesenvolvidos, na seguinte proporção (pela população): Sudeste Asiático: 695 milhões; África: 540 milhões; Mediterrâneo Oriental: 355 milhões; Américas e Caribe: 280 milhões; Pacífico Ocidental: 225 milhões; Europa: 165 milhões de doses.

A atual estratégia da Aliança é baseada em um plano de cinco anos (2021-2025) e foca na implementação total da estratégia que fará com que os países de baixa renda imunizem mais 300 milhões de crianças, evitando de 7 a 8 milhões de mortes futuras. Como missão é trazido um foco central em alcançar crianças “dose zero” e comunidades perdidas, com equidade como princípio organizador. Para além, visa estratégias com abordagens mais diferenciadas,

personalizadas e direcionadas para os países elegíveis para Gavi, com importância para maior sustentabilidade programática.

A estrutura de Governança da Gavi é equipada pela UNICEF, OMS, Banco Mundial e a Fundação Bill & Melinda Gates com assentos permanentes; representantes de outros parceiros da Gavi atuam por tempo limitado, além dos assentos descritos na Imagem 1.

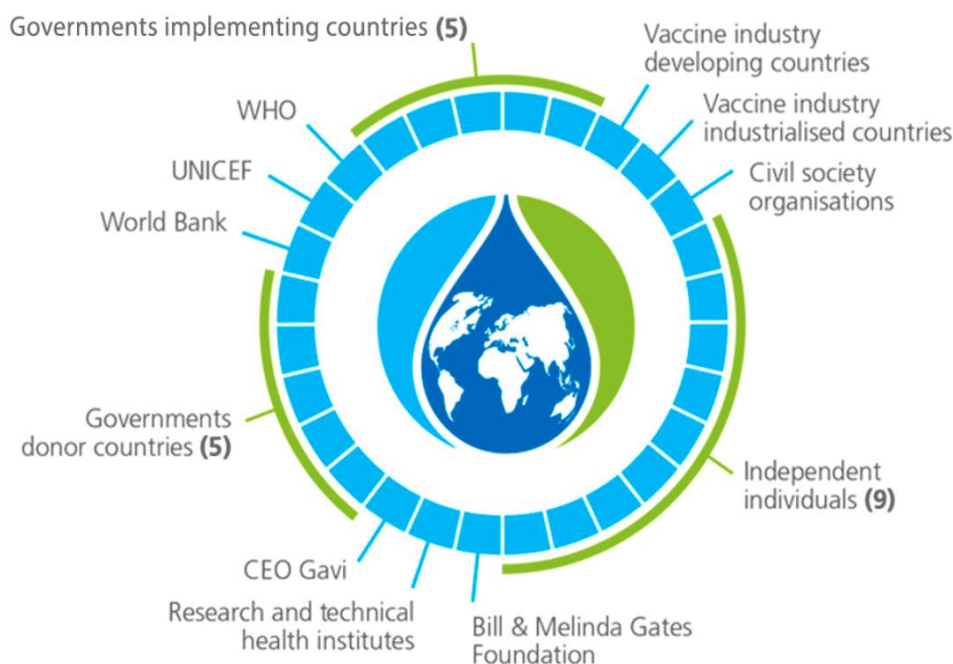


Imagem 1. Gavi Alliance Governance. Acessado em <https://www.gavi.org/our-alliance/governance>.

Depois de 12 anos à frente da Gavi, como CEO, Dr. Seth Berkley anunciou que sairia do cargo em agosto deste ano. O sucessor anunciado anteriormente, Dr Muhammad Pate, ex-ministro da saúde da Nigéria, declarou na última semana de junho que não mais assumiria a posição. Isso ocorreu 6 semanas antes da passagem oficial de bastão.

O anúncio foi feito enquanto o conselho da Gavi se reunia em Genebra, em meio à publicação do [relatório da Reuters](#) de que um superávit de US\$ 2 bilhões ainda deve ser gasto na plataforma COVAX.

Embora seja provável que cerca de um quarto dos fundos vá para os programas de vacinação contra a COVID-19, grandes decisões precisam ser tomadas sobre se parte do dinheiro deve ser investido na distribuição de vacinas contra a COVID, preparação para pandemias e reforço da capacidade de produção de vacinas na África.

O que foi dito por porta-voz da CEPI, foi de que os fundos COVAX, fazem parte do compromisso de mercado (Advanced Market Commitment - AMC, em inglês), vindo de doações para a Gavi, então a decisão sobre como gastá-los cabe, em última instância, ao Conselho da Gavi e aos doadores. O CEPI está defendendo que tais mecanismos de financiamento sejam estabelecidos por meio do envolvimento com o processo do Acordo Pandêmico e o G20 e G7

O Gavi COVAX AMC é o instrumento de financiamento inovador que apoiou a participação de 92 economias de baixa e média renda no COVAX Facility.

É advogado, frente aos aprendizados com a pandemia de Covid-19, de que o financiamento previsível e sustentável de ponta a ponta, além de flexibilidade de fundos – inclusive para Pesquisa e Desenvolvimento e manufatura – são fundamentais para o preparo de enfrentamento a novas emergências de saúde pública. Estar com estruturas prontamente disponíveis no caso de um novo surto com potencial pandêmico é essencial para permitir o acesso equitativo a vacinas e outras contramedidas médicas.

Líderes mundiais se reúnem em Cúpula para um Novo Pacto de Financiamento Global e discutem desafios climáticos

Danielly de Paiva Magalhães e Luiz Augusto Galvão

Resumo. O presidente francês Emmanuel Macron organizou uma cúpula com líderes mundiais, incluindo Luiz Inácio Lula da Silva e Joe Biden, para discutir um novo pacto global de financiamento para enfrentar as mudanças climáticas e alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Durante o evento, o presidente Lula ressaltou a importância de abordar a desigualdade global e melhorar as instituições internacionais, além de reafirmar o compromisso do Brasil em combater o desmatamento e a pobreza. Foi estabelecido um plano de ação para futuras reuniões internacionais. No entanto, a falta de comprometimento dos líderes do G7 e o fracasso dos EUA em cumprir suas promessas climáticas foram evidentes.

A Semana do Clima da América Latina focou no mercado de carbono e no intercâmbio de conhecimento entre profissionais do clima da iniciativa privada - tema que deve ser discutido na próxima COP.

Houve ainda uma reunião entre países ricos em recursos minerais para discutir mecanismos de tributação diante do baixo valor agregado aos minérios em contraste com seu grande impacto ambiental e na saúde e a necessidade desses minerais na transição energética e no desenvolvimento de tecnologias.

No workshop sobre o acordo de Montreal foram discutidas formas de fortalecer sua implementação e combater o contrabando de substâncias, questões que servirão como base para a próxima reunião do Protocolo.



O presidente da França, Manuel Macron convocou vários líderes mundiais em uma Cúpula para discutir um novo pacto de financiamento global. Dentre os líderes estavam Mia Mottley (primeira-ministra de Barbados), Luiz Inácio Lula da Silva (presidente do Brasil), Ursula von der Leyen (presidente da Comissão Europeia), Charles Michel (presidente do Conselho Europeu), Olaf Scholz (chanceler da Alemanha), Fumio Kishida (primeiro-ministro do Japão),

William Ruto (presidente do Quênia), Macky Sall (presidente do Senegal), Cyril Ramaphosa (presidente da África do Sul), Mohamed bin Zayed Al Nahyan (presidente dos Emirados Árabes Unidos), Rishi Sunak (primeiro-ministro do Reino Unido) e Joe Biden (presidente dos Estados Unidos).

A [Cúpula para um Novo Pacto de Financiamento Global](#), realizada em 22 e 23 de junho de 2023 em Paris, teve como objetivo enfrentar as mudanças climáticas e alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, mobilizando o financiamento necessário e reformando a arquitetura financeira internacional. O momento se dá diante da necessidade urgente de enfrentar múltiplas crises, incluindo fome, pobreza, desigualdade e riscos climáticos e de colocar as pessoas no centro das estratégias de bem-estar global. No entanto, o fracasso dos países mais ricos do mundo em cumprir as promessas sobre pobreza e mudanças climáticas divide ainda mais um mundo tenso.

Durante a Cúpula, o presidente Lula enfatizou a necessidade de abordar a desigualdade global, incluindo disparidades salariais, raciais, de gênero, educacionais e de saúde. Ele ressaltou que as discussões para garantir um futuro próspero para a humanidade devem priorizar as necessidades dos mais pobres. Lula pediu o aprimoramento das instituições internacionais e defendeu um novo sistema de governança global que se alinhe com a geopolítica atual para coordenar esforços e apoiar nações necessitadas. Ele criticou a inadequação das instituições do pós-Segunda Guerra Mundial, como o Banco Mundial e o FMI, destacando seu fracasso em atender às aspirações da sociedade. Lula enfatizou a importância de restaurar a representação política e a força dentro da ONU para implementar medidas ambientais cruciais de forma mais eficaz ([Planalto, 2023](#)).

O [discurso](#) de Lula também se concentraram no papel do Brasil no combate ao desmatamento e à pobreza. Ele reafirmou o compromisso de eliminar o desmatamento na Amazônia até 2030 e proteger outros biomas nacionais. Lula defendeu o fim do desmatamento como uma questão de honra e enfatizou o potencial de restaurar 30 milhões de hectares de terras degradadas sem mais desmatamento. Ele expressou dedicação ao combate à pobreza e enfatizou a necessidade de replicar políticas sociais bem-sucedidas implementadas durante as presidências dele e de Dilma Rousseff.

Durante a Cúpula, foi estabelecido um plano de ação ([Nouveau Pacte Financier, 2023](#)) com pontos específicos a serem discutidos e implementados em futuras reuniões do G20, Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional (FMI), COP28 e outros encontros internacionais. Esse plano deve ser concluído até setembro de 2024, na Cúpula das Nações Unidas para o Futuro, quando a França colaborará com parceiros e partes interessadas para realizar uma avaliação abrangente do progresso alcançado. O objetivo dessa avaliação é determinar quais ações foram mais eficazes no avanço dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, bem como dos objetivos do Acordo de Paris e dos acordos Montreal e de biodiversidade.

O plano também destaca a necessidade de aumentar a disponibilidade de empréstimos para os países necessitados, melhorar a capacidade de resposta à crise climática e encontrar soluções urgentes para a crise da dívida que está afetando de forma desproporcional os países de baixa renda. A cúpula ressaltou ainda a importância de reformar as instituições financeiras internacionais para que estejam mais alinhadas com a geopolítica atual e possam implementar de forma efetiva medidas ambientais.

A falta de compromisso dos líderes do G7 e o fracasso dos EUA em cumprir suas promessas climáticas foram flagrantes durante o evento. Embora o Fundo Monetário

Internacional (FMI) tenha anunciado que a meta de US\$ 100 bilhões de Direitos Especiais de Saque (DES) foi cumprida, ela inclui uma contribuição de US\$ 21 bilhões dos EUA que ainda precisa ser aprovada pelo Congresso dos EUA, mas dificilmente será aprovada este ano. Além disso, a ajuda oficial ao desenvolvimento continua a priorizar as nações mais ricas do mundo, com quase US\$ 30 bilhões destinados aos países em desenvolvimento permanecendo não implantados em 2022 ([The Guardian, 2023](#)).

O apelo para que os bancos de desenvolvimento tornem os empréstimos mais acessíveis e respondam melhor à crise climática, bem como encontrem soluções urgentes para a crise da dívida, constam como ações do pacto ([Global Citizen, 2023](#)). Houve avanço com o Banco Mundial, que se comprometeu em suspender os pagamentos da dívida dos países afetados pelo clima, porém estas medidas aplicam-se atualmente apenas a novos acordos de empréstimo e não aos existentes. Para realmente enfrentar a crise climática e garantir a justiça climática, são necessárias reformas mais ambiciosas das principais economias e dos piores poluidores do mundo.

A Cúpula para um Novo Pacto de Financiamento Global, realizada em Paris, representou uma primeira oportunidade para que líderes mundiais reafirmem seu comprometimento com os desafios das mudanças climáticas e da desigualdade global, estabelecendo um roteiro de curto prazo para ações concretas que serão revistas logo em setembro de 2024. O roteiro pode ser eficaz no sentido de estabelecer ações em menos de 1 ano, bem como interpretar seus efeitos para o benefício da mitigação climática e nos ODS.

Workshop preparatório para a 45ª reunião do grupo de trabalho do Protocolo de Montreal

O Workshop realizado em Bangkok, Tailândia, em 2 de julho de 2023, focou na tarefa crucial de fortalecer a implementação e cumprimento do Protocolo de Montreal, amplamente considerado o acordo ambiental mais bem-sucedido do mundo, porém com desafios que carecem de seu fortalecimento e atenção constante visto que o problema do buraco na camada de ozônio ainda existe. Os participantes se reuniram para trocar experiências nacionais e se envolver em discussões sobre questões-chave, como o combate ao comércio ilegal, o aprimoramento dos sistemas de licenciamento e cotas e a melhoria das medidas para a implementação e cumprimento efetivo do Protocolo.

Ao abordar questões relacionadas ao comércio ilegal, os participantes buscaram identificar estratégias eficazes para combater as atividades ilícitas que atentam contra os objetivos do acordo. Além disso, as discussões sobre o fortalecimento dos sistemas de licenciamento e cotas visaram explorar formas de aumentar sua eficiência e eficácia, garantindo melhor controle e regulamentação das substâncias abrangidas pelo Protocolo.

O Workshop também proporcionou uma oportunidade para aprofundar as medidas de implementação e cumprimento do Protocolo de Montreal. Ao examinar as práticas e experiências atuais, os participantes buscaram identificar áreas de melhoria e elaborar estratégias para superar os desafios. Por meio dessas deliberações, os participantes buscaram fortalecer a estrutura geral de implementação, permitindo que os países cumprissem seus compromissos sob o Protocolo de forma mais eficaz. O uso de novas tecnologias, incluindo blockchain e inteligência artificial (IA), foi sugerido como potenciais ferramentas para fortalecer os mecanismos existentes.

O resultado do workshop alimentará a quadragésima quinta reunião do Grupo de Trabalho Aberto das Partes do Protocolo de Montreal (OEWG 45) que ocorrerá de 3 a 7 de julho

de 2023. Os documentos para a reunião podem ser encontrados na [página web do evento](#). Dentre este, destacamos o relatório sobre potenciais foco para os relatórios quadrienais de 2026 do Painel de Avaliação Científica, do Painel de Avaliação de Efeitos Ambientais e do Painel de Avaliação Tecnológica e Econômica ([UNEP/OzL.Pro.WG.1/45/CRP.3, 2023](#))

Semana do Clima da América Latina

Diante do maior comprometimento dos países latino-americanos com as metas do Acordo de Paris, aconteceu de 27 a 29 de junho no Panamá a [Semana do Clima da América Latina](#), com foco no futuro do mercado de carbono. Apesar de ter o mesmo nome da semana do Clima organizada pela UNFCCC, o atual foi organizado pela Associação Internacional de Comércio de Emissões (IETA) em parceria com a Parceria Internacional de Ação de Carbono e o Banco Interamericano de Desenvolvimento, teve como objetivo facilitar o intercâmbio de conhecimento e o networking entre vários profissionais do clima. O evento foi fechado e predominantemente representado pelo setor privado.

As discussões centraram-se em fornecer atualizações regulatórias sobre os mercados de carbono e o mercado voluntário de carbono, com ênfase especial em garantir sua estabilidade e integridade para implementação de programas de crédito eficientes na geração de resposta necessária para atingir a meta de emissões líquidas zero. Nos últimos anos, o número de mercados voluntários de carbono aumentou como resultado da operacionalização do Acordo de Paris e de um fluxo geral de investidores para o setor, no entanto ainda constitui um mercado sem regulação e sem rastreabilidade.

O mercado de carbono está no Artigo 6 do [Acordo de Paris](#) para permitir que os países cooperem voluntariamente entre si para atingir as metas de redução de emissões estabelecidas em suas Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs). De acordo com o Artigo 6, um país (ou países) poderá transferir créditos de carbono obtidos com a redução de suas emissões de gases de efeito estufa (GEE) para ajudar outros países a cumprir suas metas climáticas. Tais créditos são conhecidos como Resultados de Mitigação Transferidos Internacionalmente (ITMOs).

Existe um amplo consenso de que, para que um sistema interno de redução de emissões funcione, os governos devem garantir que a obtenção de reduções esteja disponível internamente primeiro, antes de permitir a exportação de tais reduções. Ainda não está claro em que momento as reduções de emissões internas serão consideradas alcançadas para implementar a exportação de tais reduções, no entanto, os mercados de carbono já existem.

De acordo com [CADMAN & HALES](#) (2022), os riscos associados à falha do mercado de carbono decorrem da insuficiência de Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs) e da falta de transparência nos mercados de carbono.

Há também outras consequências negativas a serem consideradas, incluindo uma dependência excessiva da compensação de carbono, que pode desviar a atenção da redução das emissões em sua fonte. Há ainda o risco de greenwashing, potencialmente levando a uma falsa sensação de progresso sem reduções substanciais de emissões.

O impacto limitado do mercado de carbono na mudança sistêmica é outra preocupação, pois se concentra principalmente em entidades individuais, em vez de abordar transformações estruturais mais amplas necessárias para alcançar emissões líquidas zero. A precificação

inadequada dos créditos de carbono pode não fornecer incentivos econômicos suficientes para a redução de emissões e pode dificultar o desenvolvimento de tecnologias limpas. Por último, o risco de manipulação do mercado e de atividades fraudulentas compromete a integridade e a eficácia do mercado.

Para fazer face a estes riscos e combater eficazmente as alterações climáticas, é essencial estabelecer sistemas de integridade baseados em princípios sólidos que regem as compensações de carbono e outros mecanismos de redução de emissões. A não adoção de tais padrões cria incerteza e dificulta os esforços de mitigação das mudanças climáticas, especialmente considerando os riscos do greenwashing e da pandemia em curso.

A próxima Conferência das Partes (COP) do Clima será crucial para discutir avanços significativos na abordagem das mudanças climáticas e estabelecer padrões sólidos para o mercado de carbono. É fundamental superar os desafios e garantir uma ação concreta para mitigar as mudanças climáticas e alcançar um futuro sustentável.

Conferência Global sobre o Futuro da Tributação de Recursos Minerais

Em julho de 2020, o International Growth Centre (IGF) e a African Tax Administration Forum (ATAF) lançaram uma iniciativa de diálogo inclusivo e multissetorial com o objetivo de repensar a forma como os países em desenvolvimento podem obter benefícios financeiros com seus recursos minerais. Essa iniciativa foi construída com base na experiência das duas organizações em fornecer assistência técnica a governos em questões fiscais internacionais e relacionadas à mineração.

O setor de mineração desempenha um papel crítico em vários fenômenos globais, como mudanças climáticas, transição para energia de baixo carbono, avanços tecnológicos que afetam os mercados de trabalho, luta contra a desigualdade e reformas tributárias. Esses fatores aumentaram a importância da mineração em termos de extração mineral e resultados financeiros. Consequentemente, os governos devem implementar novas medidas fiscais para proteger os interesses financeiros públicos na próxima era de extração de recursos.

Para enfrentar esse desafio, o Centro Internacional de Crescimento (IGF) e o Fórum Africano de Administração Tributária (ATAF) uniram forças em 2020 para reavaliar como as nações em desenvolvimento podem obter benefícios financeiros de seus recursos minerais. Eles iniciaram um projeto de pesquisa chamado "O futuro da tributação de recursos" para aprimorar o sistema de tributação de mineração existente e explorar opções fiscais inovadoras que os países ricos em recursos podem utilizar para maximizar os retornos de sua riqueza mineral. O projeto envolveu governos, sociedade civil, academia e indústria para reunir e refinar ideias de políticas. O resultado dessa colaboração é um manual chamado "[O futuro da tributação de recursos: 10 ideias de políticas para mobilizar receitas de mineração](#)", que fornece uma série de medidas fiscais inovadoras para fortalecer a arrecadação de receitas no setor de mineração para permitir que os países ricos em recursos alcancem o máximo valor por meio de estratégias tributárias modernas e adequadas.

De 26 a 28 de Junho, os líderes de países ricos em recursos minerais se reuniram para discutir o Manual e como os governos podem otimizar a mobilização de receitas provenientes da mineração. As discussões destacaram as dificuldades em precificar os minerais, incluindo a dependência de preços de referência e preços negociados com mineradoras. Questões como determinação da qualidade mineral, instalações de teste terceirizadas, interferência política e a complexidade dos mercados minerais foram identificadas como desafios. Os palestrantes

propuseram possíveis políticas fiscais e soluções administrativas para garantir receitas governamentais progressivas e previsíveis.

Também foi discutido regimes tributários alternativos projetados para enfrentar os desafios associados ao imposto de renda corporativo dominante e royalties de produção. Os representantes discutiram os benefícios e limitações dos contratos de partilha de produção e regimes tributários tradicionais. Eles compartilharam experiências de países como Libéria, Guiné, Filipinas e Equador, destacando a importância de encontrar um equilíbrio entre altos limites tributários, flexibilidade, boa governança, transparência e participação das partes interessadas. As discussões também enfatizaram a necessidade de garantir que as receitas da mineração beneficiem diretamente as comunidades locais e abordem as preocupações ambientais.

Workshop preparatório para a 45ª reunião do grupo de trabalho do Protocolo de Montreal

O Workshop realizado em Bangkok, Tailândia, em 2 de julho de 2023, focou na tarefa crucial de fortalecer a implementação e cumprimento do Protocolo de Montreal, amplamente considerado o acordo ambiental mais bem-sucedido do mundo, porém com desafios que carecem de seu fortalecimento e atenção constante visto que o problema do buraco na camada de ozônio ainda existe. Os participantes se reuniram para trocar experiências nacionais e se envolver em discussões sobre questões-chave, como o combate ao comércio ilegal, o aprimoramento dos sistemas de licenciamento e cotas e a melhoria das medidas para a implementação e cumprimento efetivo do Protocolo.

Ao abordar questões relacionadas ao comércio ilegal, os participantes buscaram identificar estratégias eficazes para combater as atividades ilícitas que atentam contra os objetivos do acordo. Além disso, as discussões sobre o fortalecimento dos sistemas de licenciamento e cotas visaram explorar formas de aumentar sua eficiência e eficácia, garantindo melhor controle e regulamentação das substâncias abrangidas pelo Protocolo.

O Workshop também proporcionou uma oportunidade para aprofundar as medidas de implementação e cumprimento do Protocolo de Montreal. Ao examinar as práticas e experiências atuais, os participantes buscaram identificar áreas de melhoria e elaborar estratégias para superar os desafios. Por meio dessas deliberações, os participantes buscaram fortalecer a estrutura geral de implementação, permitindo que os países cumprissem seus compromissos sob o Protocolo de forma mais eficaz. O uso de novas tecnologias, incluindo blockchain e inteligência artificial (IA), foi sugerido como potenciais ferramentas para fortalecer os mecanismos existentes.

O resultado do workshop alimentará a quadragésima quinta reunião do Grupo de Trabalho Aberto das Partes do Protocolo de Montreal (OEWG 45) que ocorrerá de 3 a 7 de julho de 2023. Os documentos para a reunião podem ser encontrados na [página web do evento](#). Dentre este, destacamos o relatório sobre potenciais focos para os relatórios quadrienais de 2026 do Painel de Avaliação Científica, do Painel de Avaliação de Efeitos Ambientais e do Painel de Avaliação Tecnológica e Econômica ([UNEP/OzL.Pro.WG.1/45/CRP.3, 2023](#))

Construir o futuro, antecipando riscos: uma proposta do PNUD para a Ásia e Pacífico
Build the future with risk anticipation: an UNDP proposal for Asia and Pacific

Erica Kastrup
Romulo Paes de Sousa

Abstract. *This article revises the 2023 Report on Main Risks and Uncertainties for the Asia and Pacific region released by the UNDP in May 2023. It is a foresight study that aims to provide information for the planning of public policies involved with the Sustainable Development Goals. Predictive studies are important instruments for designing public policies in contexts of growing complexities full of diverse threats.*

Keywords: *foresight; risks; future; sustainable development goals*

Resumo: este artigo fala sobre o Relatório de Principais Riscos e Incertezas para a região da Ásia e Pacífico de 2023 lançado pelo PNUD em maio de 2023. Trata-se de um estudo preditivo que tem como objetivo fornecer informações para o planejamento de políticas públicas alinhadas com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Estudos preditivos são importantes instrumentos para o desenho de políticas públicas em contextos de crescente complexidade e plenos de diversas ameaças.

Palavras-chave: foresight; riscos; futuro; objetivos do desenvolvimento sustentável

Nos últimos anos, o PNUD vem introduzindo o conceito de riscos em suas abordagens sobre o desenvolvimento, visando antecipá-los através de mapeamento de ameaças futuras ao desenvolvimento. Estas abordagens têm utilizado técnicas de foresight.¹ O **Relatório de Principais Riscos e Incertezas para a região da Ásia e Pacífico de 2023**,² lançado pelo Programa em maio deste ano, tem o objetivo de fornecer insights e análises para formuladores de políticas, profissionais e partes interessadas em antecipar e responder proativamente aos riscos e às incertezas que poderão moldar o futuro da região. A ideia é o que o estudo sirva como bússola para a formulação de políticas regionais.

O trabalho foi realizado no âmbito de uma Rede de Prospecção Estratégica formada por profissionais em todas as regiões onde o PNUD atua. O estudo em tela é voltado para a Ásia e Pacífico. As contribuições foram colhidas através de os 18 escritórios regionais, quais sejam: Bangladesh, Butão, Camboja, China, Indonésia, Irã, Laos, Malásia, Maldivas, Mongólia, Nepal, Pacífico (Fiji), Paquistão, Filipinas, Samoa, Tailândia, Timor-Leste, Vietnam. Também foram consideradas contribuições provenientes do Hub Regional para Ásia e Pacífico situado em Bangkok e da sede em Nova York.

A metodologia cumpriu as seguintes etapas: inicialmente foi realizada uma atividade de varredura do horizonte (*Horizon Scanning*),³ cruzando os resultados com exercícios

¹ O Strategic foresight é um conjunto de técnicas de pesquisa que buscam se antecipar às mudanças assim preparar empresas e organizações para definirem as melhores estratégias para o futuro.

² Disponível em: <https://www.undp.org/publications/anticipating-risks-and-uncertainties-asia-and-pacific-2023-updated-key-risks-report-0>

³ *Horizon scanning* é uma das técnicas dos estudos de *foresight* que tem o objetivo de detectar padrões ou sinais de que possam ter um impacto transformador sobre o objeto que se estuda.

participativos de predição,⁴ e a iniciativa *Reimagining Development*⁵, que serviram para aplicar princípios da imaginação no planejamento para a incerteza.

Inicialmente, o contexto regional foi analisado a partir de quatro temas utilizados, buscando se identificar seus potenciais efeitos na alteração e mesmo e transformação da região. Alguns alertas foram apontados:

- O Sul e Sudeste Asiático apresentam taxa de crescimento mais rápida do mundo em emissões de gases de efeito estufa (GEE) (ASIAN DEVELOPMENT BANK, 2022), e ao mesmo tempo, uma alta na dependência energética, com distribuição desigual no seu acesso. Mais de 350 milhões de pessoas na região têm acesso limitado à energia e 150 milhões de pessoas não têm acesso algum. Até 2032, a demanda por energia deverá dobrar na região. Por outro lado, a região vem ampliando sua matriz de energia renovável, que cresceu de 21.6%, em 2015, para 24.3%, em 2019 (ASIAN DEVELOPMENT BANK, 2022).
- A insegurança alimentar e inflação de alimentos ameaçam a região que possui 375,8 milhões de pessoas em situação de fome. O aumento de 54 milhões é debitado à pandemia (FAOSTAT, 2022)
- É grande a desigualdade digital na região. Embora seja prioridade na região incorporar a conectividade digital na vida, na economia e na infraestrutura, muitos territórios continuam incapazes de acessar benefícios de e-learning, e-saúde, e-agricultura, governo digital, comércio digital e serviços de comércio. A divisão ou segregação digital é mais evidente entre as populações urbanas e rurais, onde 75% dos habitantes urbanos são usuários de Internet, em comparação com 39% da população rural.
- As mudanças no mercado de trabalho proporcionadas pela ampliação da incorporação tecnológica em diversas áreas ameaçam a região que apresenta um dos mais baixos níveis de desemprego do mundo (4,9%). Por exemplo, a incorporação do pagamento digital pode ser um desafio para pequenas empresas, além depender de infraestrutura muitas vezes precária, como eletricidade, acesso à Internet, cobertura de rede de celular, penetração de *smartphones* e sistemas de identificação digital. Essa situação pode aprofundar as desigualdades no mercado de trabalho.
- No que tange à saúde, a ameaça é o descompasso entre a quantidade de profissionais de saúde disponíveis em relação ao crescimento populacional na região. A Ásia-Pacífico

⁴ É uma das técnicas de *foresight* utilizadas pelo PNUD que consiste na realização de workshops voltados para a reflexão coletiva e a imaginação que tem o objetivo de colher percepções sobre desafios e possibilidades e ao mesmo tempo envolver os participantes na construção de futuros mais justos, equitativos e inclusivos. Relatório disponível em: <https://www.undp.org/asia-pacific/publications/inclusive-imaginaries-catalysing-forward-looking-policy-making-through-civic-imagination>

⁵ Foi um exercício feito pelo PNUD em 2022 usando uma técnica de análise qualitativa de estudos de *foresight* que colocou intencionalmente formas tradicionalmente isoladas de conhecimento e experiência em conversa para provocar o pensamento sobre possíveis trajetórias de desenvolvimento e riscos emergentes e oportunidades para a região da Ásia e Pacífico. Especificamente, o exercício oferece visões e esperanças da juventude e da sociedade civil em toda a região da Ásia-Pacífico, entrelaçadas com análises e recomendações dos principais especialistas acadêmicos globais em direitos humanos, descolonização, riscos, pensamento de longo prazo e equidade na cooperação digital. Relatório disponível em: <https://www.undp.org/asia-pacific/publications/reimagining-development-asia-and-pacific-synthesis-report>

apresenta uma das menores taxas de médicos por 1.000 pessoas em todo o mundo. Existe escassez de 3,6 milhões médicos, 19,8 milhões de enfermeiras e parteiras, 2 milhões de dentistas e 1,5 milhão farmacêuticos. Ao mesmo tempo, o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) informou que a Ásia-Pacífico está na vanguarda da tendência global de envelhecimento da população. Em 2050, um quarto da população da região terá mais de 60 anos (em torno de 1,3 bilhão de pessoas), o que exigirá níveis crescentes de assistência médica. O descompasso entre a demanda futura e a oferta representa riscos significativos para a capacidade e qualidade dos serviços prestados pelos sistemas de saúde da região.

- Outro desafio refere-se às transformações sociais em curso. A pandemia acelerou tendências de digitalização nas relações comerciais, modificação no mercado de trabalho e na seguridade social, ampliando desigualdades e demandando novos padrões para se prover políticas públicas. No campo das transformações, por exemplo, se observou a tendência de retorno às áreas rurais e a padrões de vida baseados na subsistência, além de um resgate das religiões e tradições culturais locais, principalmente na região do Pacífico (MONOVO ET AL, 2022).

Foram identificados e analisados seis riscos atuais e emergentes interconectados que podem produzir retrocessos no desenvolvimento da região da Ásia e Pacífico:

1- Retrocesso da participação das mulheres nas sociedades

O confinamento exigido pela pandemia aumentou os casos de violência contra a mulher. O reforço dos estereótipos sobre os papéis da mulher dentro e fora de casa impactaram mais as mulheres, inclusive no retorno mais lento ao mercado de trabalho. Ao mesmo tempo, mudanças nos regimes políticos, conflitos civis e violência sistemática investiram contra direitos das mulheres, com especial atenção para a tomada de poder pelo Talibã, no Afeganistão. Esses contextos ameaçam ganhos na equidade de gênero, na educação das meninas e inclusive na redução da pobreza feminina. Após a pandemia, as meninas voltaram mais lentamente à escola. Isso ocorreu, tanto por serem mais solicitadas nas atividades domésticas, quanto pela priorização da educação de meninos. É um fenômeno que ameaça a equidade de gênero na região e inclusive a participação política de mulheres no futuro.

2 - Escassez de água e diminuição no acesso aos recursos naturais

Nas últimas décadas, o rápido crescimento demográfico da região, acompanhado de expansão na urbanização e na industrialização, levaram a um declínio na qualidade e acessibilidade de recursos naturais. A industrialização tem produzido a extração exacerbada de águas subterrâneas, levando a um esgotamento de aquíferos e reservas, à redução da disponibilidade de água para a agricultura e para uso doméstico e à maior dependência de fontes externas. Atividades industriais também contribuíram para a poluição da água, reduzindo a disponibilidade de água potável e aumentando os riscos de saúde para as comunidades.

A escassez de água potável é também um risco para a própria sustentabilidade do crescimento econômico na região, dados os riscos de redução na produção, aumento do custo nas atividades industriais, e ampliação da migração forçada. Esse quadro provavelmente será exacerbado com os impactos da mudança climática, que tem provocado crises hídricas (seca e piora na qualidade da água), abrindo espaço para a doenças transmissíveis, com impacto desigual sobre populações indígenas e vulnerabilizadas.

3 - Desaceleração na produção agrícola

A integração dos sistemas alimentares e agrícolas, de energia e de saúde conforma um emaranhado de riscos. O aumento do preço de energia, principalmente, devido às incertezas quanto a guerra na Ucrânia, ameaçam o crescimento econômico e o bem-estar das populações da Ásia e Pacífico. Esse quadro provoca uma crise que em inglês é conhecida como 5f (food, feed, fuel, fertilizer and finance), ou seja, alimentos, ração para a pecuária, combustíveis, fertilizantes e finanças. A região importa quase US\$ 2 trilhões em alimentos por ano e foi duramente atingida pelo aumento dos preços de itens básicos, como arroz, trigo e óleo. Ao mesmo tempo, a inflação dos alimentos diminuiu a capacidade das famílias em pagar por serviços de saúde, ampliando sua vulnerabilidade. As mudanças climáticas, por sua vez, tendem a agravar esse quadro, ao passo que eventos extremos vão afetar diretamente a agricultura e os sistemas alimentares, e alta de temperatura agravará a escassez de água, levando ao aumentando da inflação dos alimentos.

4 - Desaceleração econômica global

Em 2022, embora as principais economias da região tenham parcialmente se recuperado da crise econômica global sobreposta desencadeada pela COVID-19, pela guerra na Ucrânia e pelas outras crises conexas, a produção em muitos países permanece abaixo dos níveis pré-pandêmicos com indicativo de continuidade. Em 2023, espera-se que as economias emergentes e em desenvolvimento da região cresçam 4,3%, embora isso possa ser retardado pelo enfraquecimento da demanda interna e externa. Da mesma maneira, as perspectivas de crescimento são desiguais entre os países. No sul da Ásia, as expectativas de crescimento se reduziram significativamente devido a alta dos preços de alimentos e energia, à austeridade fiscal e ao aumento da dívida pública.

Ao mesmo tempo, são estimadas perda ou precarização de cerca de 300 milhões de empregos devido ao avanço da inteligência artificial. Contudo, as perdas poderão ser mitigadas pelo crescimento da economia verde, em função do crescente compromisso dos países com a neutralização do carbono.

5 - Governança e direitos digitais

A digitalização está transformando rapidamente a região da Ásia-Pacífico com novas tecnologias e inovações que permitem crescimento econômico, maior bem-estar social e maior conectividade e maior integração comunitária. A região abriga mais da metade dos usuários de Internet do mundo, embora as taxas de penetração por país variem substancialmente. A região também está ampliando sua infraestrutura e capacidade digital por meio de *data centers*, torres móveis e redes de fibra ótica. Por outro lado, a pandemia contribuiu para a ampliação do hiato digital e da censura em diversos países da região. A pandemia aprofundou os desafios inerentes ao processo democrático. Países como Mianmar, Índia, Bangladesh, Irã e Paquistão estão entre os mais afetados do mundo por interrupções do serviço de internet e censura de conteúdos.

Prováveis implicações desse quadro são a ampliação do hiato digital entre homens e mulheres, e ampliação de violações aos direitos humanos no ambiente digital, numa região em que o arcabouço legal para a proteção do consumidor ainda é insuficiente. Na região, somente 50% dos países possuem legislação ou dados disponíveis sobre o tema.

6 - Ampliação das iniquidades e erosão da confiança

A pandemia, as restrições das capacidades financeiras dos governos e a rápida ascensão de políticos populistas têm produzido desconfiança na governança e nas instituições, tornando o futuro do livre comércio, da globalização econômica e da integração regional cada vez mais incerto.

O espaço cívico tem encolhido, ao passo que aumenta o descontentamento com as condições econômicas da maioria desfavorecida e os ressentimentos em relação às elites governantes. Estas últimas são cada vez mais associadas à corrupção em instituições públicas, à opressão de grupos marginalizados, o que alimenta movimentos de insurgência social. No plano individual, as incertezas alimentam o sofrimento mental, conforme revelado no Relatório do Desenvolvimento Humano de 2021-2022 (PNUD, 2022).

Pesquisas na região indicam a queda da confiança no governo e a ampliação da confiança nas empresas, vistas como instituições éticas e confiáveis. Mais pessoas confiam mais nos CEOs das empresas para incentivar mudanças na sociedade do que nos governos. Esse é um dado alarmante uma vez que as mídias sociais têm crescente influência sobre o discurso público, a ética e a saúde mental das pessoas. A interseção entre revolução tecnológica e erosão das democracias, e do espaço cívico, tornou-se uma relação que demanda monitoramento. A insuficiente alfabetização tecnológica, por exemplo, aumenta a desconfiança e pode contribuir para a disseminação de desinformação, polarização e reforçar as divisões de classe existentes

Conclusões

O cenário de riscos interconectados múltiplos produz novas escalas de insegurança para humanidade. A tarefa urgente para formuladores de políticas e atores de desenvolvimento hoje não é apenas superar a atração de políticas de curto prazo e medidas de análise de risco baseadas em mudança linear e previsível, mas igualmente confrontar a crise da imaginação social e moral que obscurece a possibilidade de se buscar processos e caminhos alternativos para o desenvolvimento. No meio do caminho do prazo de vigência da Agenda 2030, o progresso está ameaçado e é preciso que se busque novos instrumentos, e novas e criativas abordagens que facilitem o alcance dos objetivos propostos.

Recentemente, durante a 6ª Reunião do Fórum de Países da ALAC sobre o Desenvolvimento Sustentável, o Secretário Executivo da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) ressaltou que uma das características da região que dificultam a adoção da Agenda 2030 é possuir uma institucionalidade frágil, carente de continuidade e capacidade preditiva. Para ele, tal falta de capacidade preditiva “gera a longo prazo uma desconexão entre a tomada de decisões de política pública e as demandas reais das populações dos países” (Paes de Sousa e Gadelha, 2023).

Alguns caminhos para a superação desse quadro são: a cooperação internacional, a disseminação de boas práticas e de lições aprendidas. É neste sentido que se dá a importância do exame do exercício de *foresight* desenvolvido pelo Programa para a região da Ásia e Pacífico. Ainda que se assente em particularidades regionais, é possível compreender a dimensão global das crises interconectadas e suas possibilidades de impacto no futuro. Mais ainda, fica clara a importância de se pensar o futuro para começar a construí-lo no presente e metodologias estratégicas de predição tem um lugar importante na construção de um futuro sustentável.

Referências

ASIAN DEVELOPMENT BANK. 2022. Disponível em: <https://www.adb.org/news/speeches/smoothing-green-just-energy-transition-asia-pacific-ashok-lavasa> (acessado em 02/07/2023).

MOVONO, et al. Silver linings around dark clouds: Tourism, Covid-19 and a return to traditional values, villages and the vanua. 2022

FAO. 2022. World Food and Agriculture – Statistical Yearbook 2022. Rome. <https://doi.org/10.4060/cc2211en>

SOUZA, RP; GADELHA, P. Lideranças globais alertam para o risco de estagnação global na implementação da Agenda 2030. CADERNOS CRIS/FIOCRUZ 08/2023.

Observatório da OIT sobre o mundo do trabalho: “Sem ação em geração de empregos e proteção social, os países de baixa renda ficarão ainda mais para trás”

ILO Monitor on the world of work: “Without action on job creation and social protection, low-income countries will be left further behind”

René Mendes

Abstract. *The theme chosen for this issue seeks to synthesize the content of the 11th edition of the “ILO Monitor on the world of work”, launched at the end of the 1st half of 2023. The main focus is the global situation of employment/unemployment in a world subjected to multiple crises. An extremely adverse and complex economic and political situation makes the lowest income countries unable to overcome economic difficulties, which, in turn, promotes unemployment and social lack of protection, aggravating the situation, in an apparent vicious circle. The world's recovery has been slow and deeply uneven. “Without action in job creation and social protection, low-income countries will be left further behind” is the title of the ILO publication. This introductory title is a melancholic diagnosis; also an obvious prescription, unlikely to be applied in the short and medium term, and here it serves as the main conclusion of this brief article, also prepared for an 11th edition, but from “Cadernos CRIS”. In such a global context, a brief summary of the recent evolution of employment and unemployment in Brazil is made at the end.*

Keywords: *Employment/unemployment; Work in the world; International Labour Organization (ILO)*

Resumo. O tema escolhido para este número busca sintetizar o conteúdo da 11ª edição do “Observatório da OIT sobre o mundo do trabalho”, lançado no final do 1º semestre de 2023. O foco principal é a situação global do emprego/desemprego num mundo submetido a múltiplas crises. Uma conjuntura econômica e política extremamente adversa e complexa faz com que os países de mais baixa renda não consigam superar as dificuldades econômicas, as quais, por sua vez, promove desemprego e desproteção social, agravando o quadro, num aparente círculo vicioso. A recuperação mundial tem sido lenta e profundamente desigual. “Sem ação em geração de empregos e proteção social, os países de baixa renda ficarão ainda mais para trás” é o título da publicação da OIT. Este título introdutório é um diagnóstico melancólico; também uma prescrição óbvia, de improvável aplicação no curto e médio prazo, e aqui serve como principal conclusão deste breve artigo, elaborado também para uma 11ª edição, mas dos “Cadernos CRIS”. Em tal contexto global, é feita ao final uma breve síntese da evolução recente do emprego e desemprego no Brasil.

Palavras-chave: Emprego/Desemprego; Trabalho no mundo; Organização Internacional do Trabalho (OIT)

1. Introdução

A 11ª edição do “Observatório da OIT sobre o mundo do trabalho”⁶ (“ILO Monitor on the world of work”⁷), divulgada no início da 111ª Conferência Internacional do Trabalho, foi dedicada à questão das tendências globais e regionais de emprego e desemprego, referenciadas ao que a OIT denomina de “policrise” ou “policrises”, que vão da persistência dos impactos tardios da crise da pandemia da Covid-19, passam pelos grandes desastres naturais e crise ambiental, alcançam as repercussões políticas e econômicas da guerra na Ucrânia, e se agravam em ambientes econômicos caracterizados por taxas de inflação altas e em elevação, ao lado de elevadas taxas de juros, também em elevação. “Tempestade perfeita” ou “crise em cascata” são os rótulos, em que se mesclam realismo com pessimismo, com pouco ou nenhum espaço para o otimismo. Saliente-se que o preço pago pelas economias menos desenvolvidas, onde se combinam baixos investimentos produtivos, alta taxa de desocupação, e elevada/crescente taxa de endividamento, vem levando a prognósticos sombrios, pois, além de retratarem a profunda desigualdade global, inter e intra países, apontam para a persistência e agravamento do círculo vicioso da pobreza. Falta de oportunidades de trabalho provocam pobreza local e, também, agravam os movimentos migratórios internacionais, movidos que são pela busca da sobrevivência em países e regiões onde se pensa haver mais oportunidades de trabalho.

Esta edição do “Observatório da OIT sobre o mundo do trabalho” dedica, também, uma seção à questão da “proteção social, em perspectiva global e regional. Para a OIT, permanecem lacunas significativas nas políticas de proteção social nos países em desenvolvimento, especialmente nos países de baixa renda, inclusive no que diz respeito às pensões para idosos (pensão por velhice). **Apenas 38,6% dos idosos em países de renda média baixa e 23,2% em países de baixa renda recebem uma pensão de velhice.** Para a OIT, “investir em sistemas nacionais de proteção social com base no financiamento equitativo e sustentável de impostos e contribuições sociais e complementado por apoio internacional quando necessário, é necessário e trará benefícios econômicos, sociais e de emprego.”

O presente artigo pretende trazer uma síntese da questão do desemprego (por sua importância dramática para as condições de vida e saúde), globalmente, e ao final, trazemos algumas notícias recentes da evolução do emprego e desemprego no Brasil, segundo dados divulgados pelo IBGE, há poucos dias.

2. Tendências de uma recuperação incerta e desigual do mercado de trabalho: o que informa e analisa o “Observatório da OIT sobre o mundo do trabalho”?

2.1. O contexto: efeitos desiguais da "policrise"

Precipitada pela guerra na Ucrânia e pelos efeitos prolongados da pandemia da COVID-19, a atual crise do custo de vida afetou a renda e os meios de subsistência em todo o mundo, especialmente nos países em desenvolvimento. Espera-se que o crescimento do PIB global diminua para 2,8% este ano, de uma desaceleração de 3,4% em 2022. Essa desaceleração mascara uma divergência significativa entre economias avançadas e em desenvolvimento. Nos

⁶https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/---publ/documents/briefingnote/wcms_883344.pdf

⁷https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/---publ/documents/briefingnote/wcms_883341.pdf

países de alta renda, os mercados de trabalho permanecem apertados, apesar de uma série de aumentos nas taxas de juros (embora alguns déficits de emprego persistam mesmo nessas economias). Enquanto algumas grandes economias emergentes, como a Índia, retornaram a um forte crescimento econômico, os países de baixa renda enfrentam altos níveis de endividamento e custos crescentes de empréstimos, limitando ainda mais seus esforços para promover o crescimento.

A inflação e as altas taxas de juros continuam pesando em muitos mercados de trabalho, embora em alguns países se espere que a situação melhore. Ao mesmo tempo, **o espaço fiscal nas economias mais pobres é severamente reduzido**, limitando suas respostas políticas a um mundo de "policrises" definido por uma série complexa e em cascata de problemas, como conflitos, desastres naturais e crises econômicas que amplificam os efeitos de interrupções globais devido à pandemia de COVID-19 e à crise do custo de vida. Esta situação tem contribuído para aumentar o hiato em termos de emprego no mundo, e os déficits mais significativos no mercado de trabalho são evidentes nos países de baixa renda.

A inflação persistente levou a um aperto agressivo da política monetária. As taxas de inflação em todo o mundo começaram a subir em 2021 e dispararam significativamente em 2022, em todos os grupos de renda dos países; isso levou a um aperto significativo da política monetária. **No início de 2023, 37 dos 162 países, quase todos de baixa e média renda, tinham taxas de juros do banco central acima de 10%.** Espera-se que a manutenção de altas expectativas de inflação desencadeie mais aperto monetário em cerca de metade dos países: embora quase todos os países de alta renda sofram mais aperto, prevê-se que apenas uma minoria de países de alta renda o faça.

Os países enfrentam um dilema na gestão da inflação esperada, das flutuações da taxa de câmbio, da sustentabilidade da dívida e da atividade econômica. As altas taxas de juros complicam a sustentabilidade da dívida e o financiamento de novas dívidas, especialmente porque muitos países viram a relação dívida/PIB aumentar significativamente durante a crise da COVID-19. A depreciação das taxas de câmbio em muitos países em desenvolvimento contribuiu para o aumento da inflação e das taxas de juros, ao mesmo tempo em que agravou o peso da dívida externa. De fato, a parcela de países com sobre endividamento, ou com alto risco de superendividamento, dobrou para 60% em comparação com os níveis de 2015⁸. Empresas e trabalhadores sofrem efeitos profundos durante uma crise de dívida. Críticas para a atividade econômica, as taxas de juros reais permaneceram relativamente baixas nas economias avançadas. Mas o aperto contínuo da política monetária, juntamente com a queda da inflação, poderia empurrar as taxas de juros reais esperadas e reais para níveis mais altos, acabando por afetar os mercados de trabalho.

2.2. Desemprego e déficit de empregos: desemprego global pode atingir nível pré-pandêmico em 2023

Com base nas estimativas mais recentes da OIT, a taxa de desemprego global deverá cair 0,1 pontos percentuais em 2023 (Gráfico 1). Isso implica uma redução no número total de desempregados equivalente a 1 milhão, o que se deve a uma resiliência maior do que o esperado do mercado de trabalho nos países de alta renda diante da desaceleração econômica. Há sinais de que novos aumentos nas taxas de juros em muitos países de alta renda serão limitados, pois os bancos centrais começam a priorizar as preocupações com a saúde da economia. As previsões

⁸ <https://www.imf.org/en/Publications/WEO/Issues/2023/04/11/world-economic-outlook-april-2023>

indicam que as taxas de juros em muitos países de baixa e média renda permanecerão estáveis ou cairão. No entanto, o risco de a economia global entrar em recessão continua apreciável, criando um risco negativo significativo para os mercados de trabalho globais⁹.

As estimativas de desemprego global para os anos de 2020 a 2022 foram substancialmente revisadas. Conseqüentemente, o desemprego global em 2022 é agora estimado em 192 milhões de pessoas, em comparação com os 205 milhões citados na publicação WESO Trends 2023¹⁰. Segundo as previsões, em 2023 o desemprego global cairá para 191 milhões de pessoas, o que corresponde a uma taxa de desemprego de 5,3 por cento. A recuperação global das taxas de desemprego após a crise do COVID-19 foi notavelmente rápida em comparação com crises anteriores, como a crise financeira global de 2008-2009 (Gráfico 1).



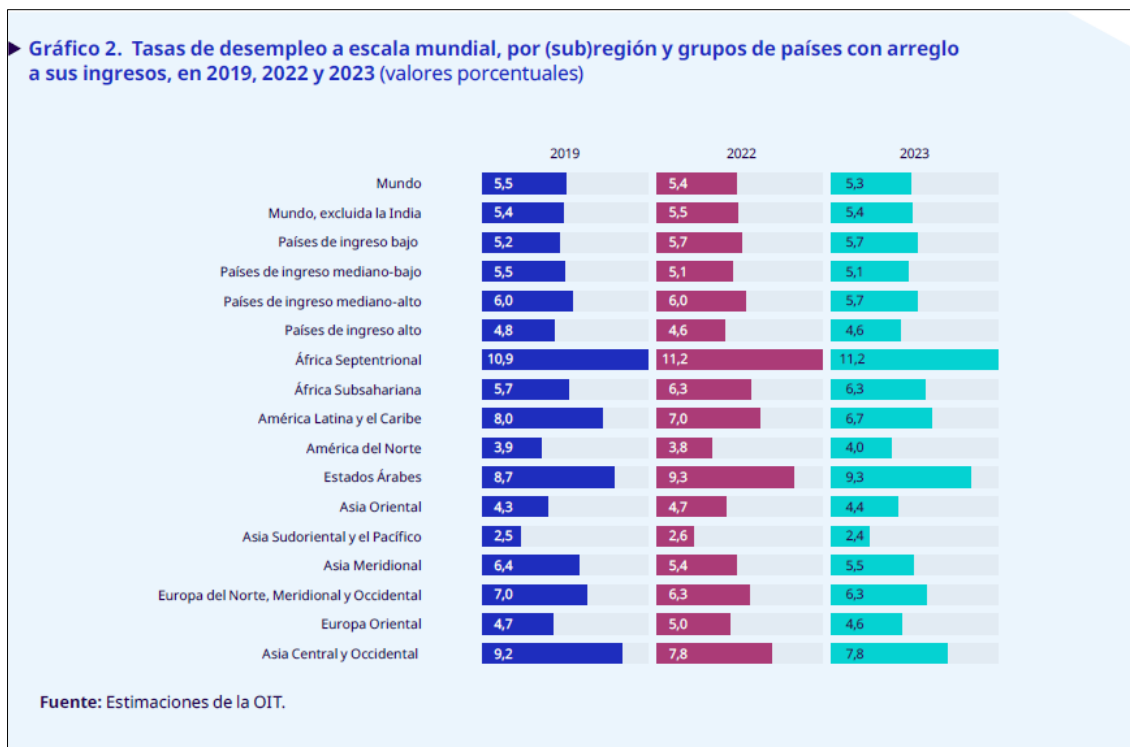
(Fonte: Observatorio de la OIT sobre el mundo del trabajo. Undécima edición¹¹. p.4)

No entanto, não se espera que o desemprego nos países de baixa renda em geral e na África e nos Estados Árabes retorne aos níveis pré pandêmicos até 2023. O quadro global esconde alguma heterogeneidade regional significativa em termos de velocidade de recuperação da crise da COVID-19. Prevê-se que as taxas de desemprego na África e nos Estados Árabes em 2023 permaneçam altas em comparação com 2019, enquanto outras regiões, como América Latina e Caribe, Norte, Sul e Europa Ocidental e Ásia Central e Ocidental conseguiram reduzir essas taxas para níveis substancialmente abaixo dos níveis pré-crise. Até agora, os países de baixa renda não conseguiram recuperar a taxa de desemprego observada em 2019 (Gráfico 2).

⁹ <https://www.imf.org/en/Publications/WEO/Issues/2023/04/11/world-economic-outlook-april-2023>

¹⁰ https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---inst/documents/publication/wcms_865332.pdf

¹¹ https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/---publ/documents/briefingnote/wcms_883344.pdf



(Fonte: Observatorio de la OIT sobre el mundo del trabajo. Undécima edición¹². p.4)

2.3. O indicador de déficit de emprego aponta para déficits de emprego significativos, especialmente nos países em desenvolvimento

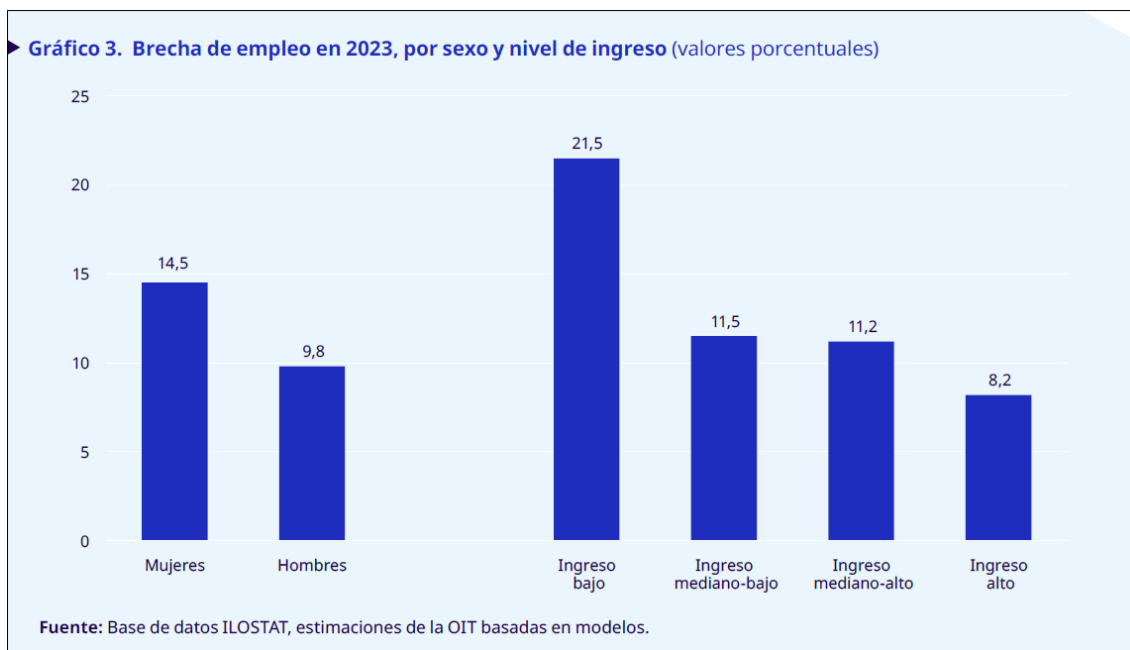
Embora os números do desemprego forneçam informações importantes sobre a extensão da subutilização da mão de obra, especialmente nos países em desenvolvimento, um novo indicador desenvolvido pela OIT, o ‘déficit de empregos’, oferece uma medida mais abrangente da demanda insatisfeita (não atendida) de emprego no mundo. Permite ter em conta todas as pessoas que gostariam de trabalhar, mas não têm trabalho. Para o déficit de emprego, são utilizadas as mesmas fontes de dados que para as estatísticas de desemprego, mas também são utilizados dados do inquérito à força de trabalho para incorporar todas as pessoas à procura de emprego ou outras que trabalhariam se pudessem. Como tal, o indicador é um complemento útil da taxa de desemprego e ajuda a fornecer um quadro mais completo da subutilização da mão-de-obra¹³.

Em 2023, projeta-se que o déficit global de empregos seja de 453 milhões de pessoas ou 11,7%, mais que o dobro do número de desempregados. O déficit global de empregos de 453 milhões inclui os 191 milhões de desempregados e outros 262 milhões que querem um emprego, mas não se qualificam como desempregados. As pessoas sem trabalho, mas não classificadas como desempregadas, incluem, por exemplo, as pessoas desencorajadas a procurar e as que atualmente não conseguem aceitar um emprego de curto prazo, como as que têm responsabilidades de cuidado.

¹² https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/---publ/documents/briefingnote/wcms_883344.pdf

¹³ O indicador de déficit de empregos da OIT complementa o conjunto de indicadores atuais incluídos nas estimativas modeladas da OIT, pois fornece estimativas combinadas de desemprego, força de trabalho potencial e não candidatos a emprego https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---stat/documents/normativeinstrument/wcms_234036.pdf

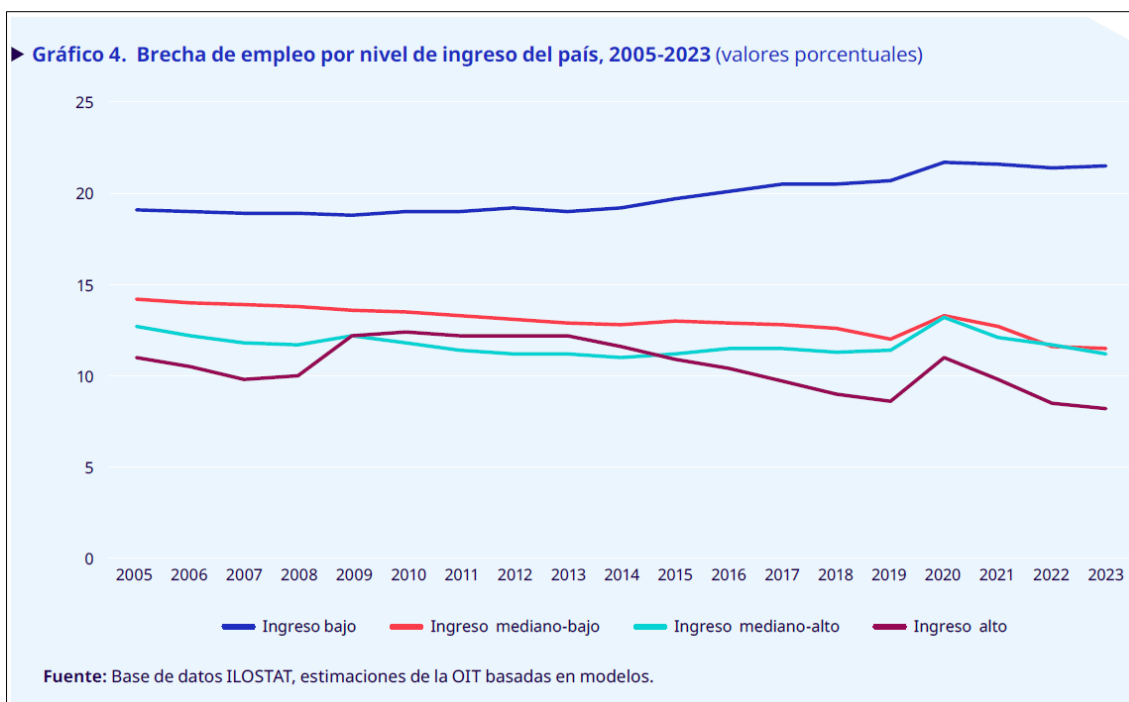
Há disparidades no déficit de empregos em todo o mundo. Em 2023, os países de baixa renda enfrentarão a maior taxa de déficit de empregos, de 21,5%, enquanto a taxa nos países de renda média está ligeiramente acima de 11%. Os países de alta renda têm as taxas mais baixas, de 8,2% (Gráfico 3). No geral, enquanto apenas alguns países, principalmente de alta renda, experimentam uma taxa relativamente baixa de déficit de empregos, o resto do mundo continua a sofrer com um déficit persistente de empregos. A situação é especialmente grave para as mulheres, cuja taxa de déficit de empregos seria de 14,5%, contra 9,8% dos homens. Os países de baixa renda têm a maior disparidade de gênero nas lacunas de emprego, com as mulheres enfrentando uma taxa de lacunas de emprego 9 pontos percentuais maior do que os homens.



(Fonte: Observatorio de la OIT sobre el mundo del trabajo. Undécima edición¹⁴. p.5)

Embora a previsão para 2023 seja de queda da taxa de déficit global de empregos de 0,2 pontos percentuais, para 11,7%, há diferenças consideráveis entre os grupos de países classificados por renda (Gráfico 4). Poucas mudanças são projetadas para países de baixa renda em 2023; é também o único grupo classificado por renda que experimentou um aumento prolongado da taxa de déficit de empregos, que passou de 19,1% em 2005 para 21,5% em 2023. A persistência do déficit de empregos nesses países mais pobres reflete que, por várias razões, não há novas oportunidades de emprego suficientes para uma população jovem em rápido crescimento. Prevê-se que os países de renda média-baixa permaneçam praticamente inalterados em 2023, mas registraram um declínio prolongado significativo. Prevê-se que os países de renda média alta experimentem o maior declínio (0,5 pontos percentuais) em 2023. Os países de renda alta experimentaram a maior melhoria sustentada ao longo do tempo na taxa de déficit de empregos, com um declínio de 4 pontos percentuais desde o final de a crise financeira global de 2008-2009 e uma queda de 0,3 pontos percentuais apenas em 2023.

¹⁴ https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/---publ/documents/briefingnote/wcms_883344.pdf

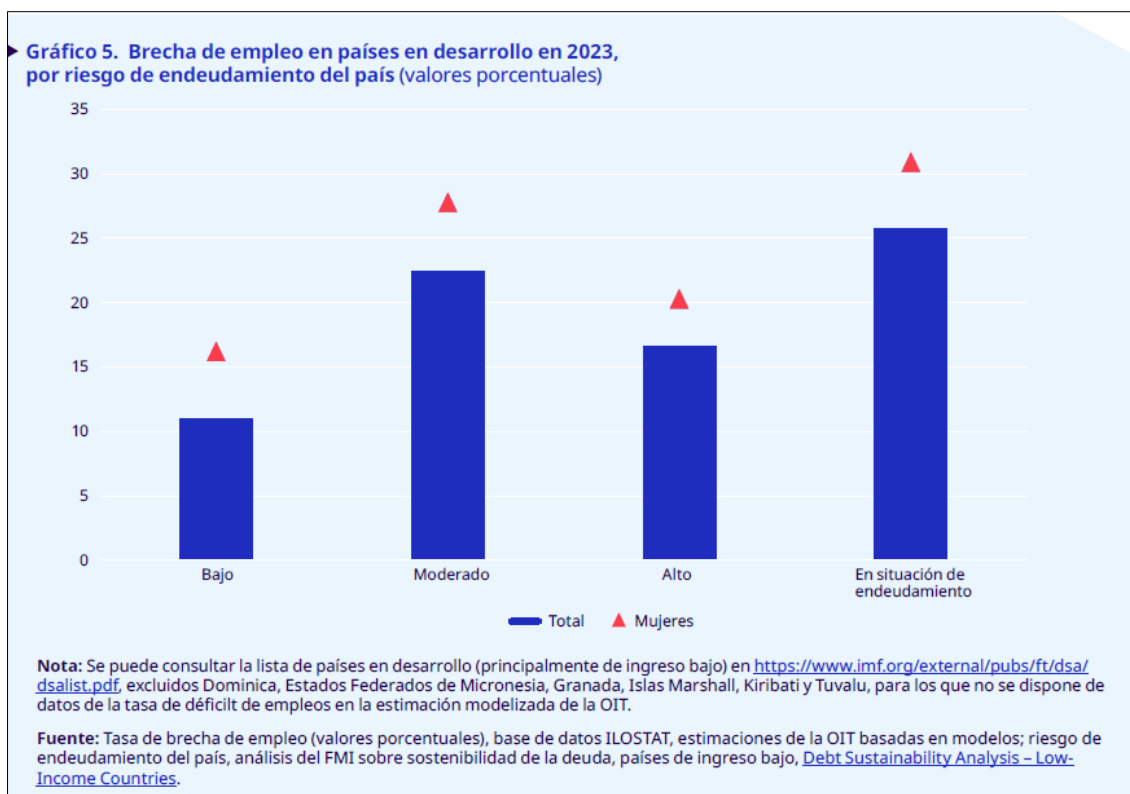


(Fonte: Observatorio de la OIT sobre el mundo del trabajo. Undécima edición¹⁵. p.6)

Os países endividados enfrentam os maiores problemas do mercado de trabalho e têm um espaço político muito mais limitado, o que tornará mais difíceis novas respostas políticas às crises atuais e novas. Nos países de baixa renda classificados como endividados¹⁶, a lacuna de empregos é significativamente maior, estimada em 25,7% até 2023, em comparação com 11,0% nos países em desenvolvimento com baixo risco de endividamento (Gráfico 5). Prevê-se que a taxa de lacunas de emprego para mulheres nesses países altamente endividados atinja 31% até 2023, refletindo uma disparidade de gênero evidente entre os países, conforme observado acima. A correlação entre o superendividamento e a taxa de déficit de empregos indica a importância crucial da assistência econômica internacional aos países endividados para promover a recuperação econômica e do emprego.

¹⁵ https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/---publ/documents/briefingnote/wcms_883344.pdf

¹⁶ <https://www.imf.org/en/Publications/DSA>



(Fonte: Observatorio de la OIT sobre el mundo del trabajo. Undécima edición¹⁷. p.7)

3. Breves comentários sobre a situação do emprego/desemprego no Brasil, divulgada em 30 de junho de 2023

Foram amplamente divulgadas pelas mídias especializada em Economia¹⁸ as notícias de que a taxa de desemprego no Brasil foi de 8,3% no trimestre móvel terminado em maio, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua, anunciada no último dia 30 de junho, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)¹⁹. É o melhor resultado para a taxa de desemprego neste trimestre desde 2015, quando também fechou em 8,3%.

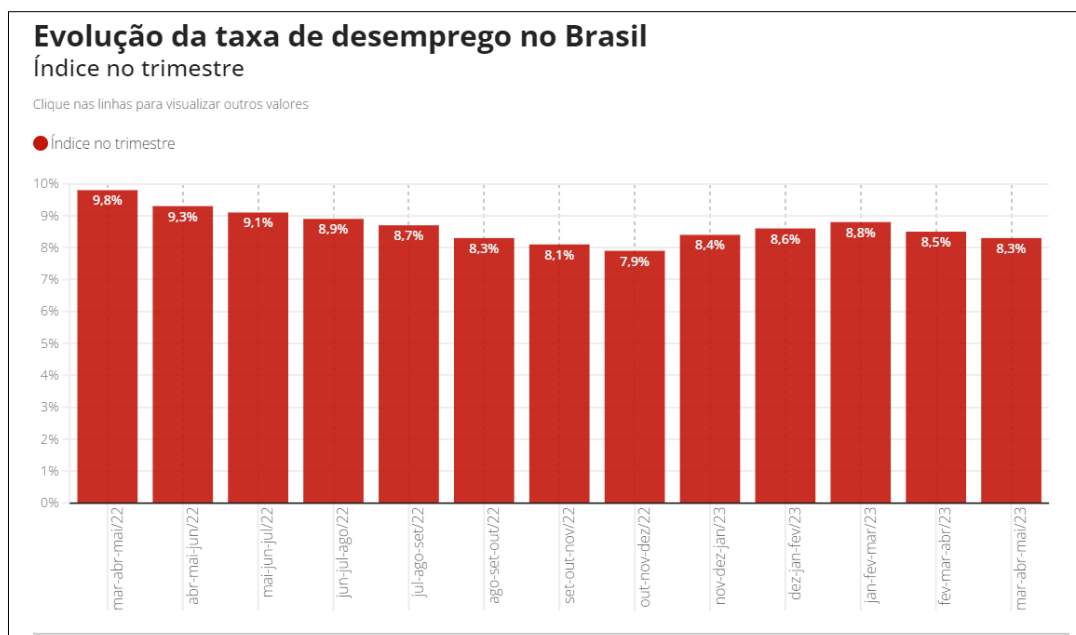
Em relação ao trimestre imediatamente anterior, entre dezembro e fevereiro, o período traz redução de 0,3 ponto percentual (8,6%) na taxa de desocupação. No mesmo trimestre de 2022, a taxa era de 9,8%. Com isso, o número absoluto de desocupados teve baixa de 3% contra o trimestre anterior, chegando a 8,9 milhões de pessoas. São 279 mil pessoas a menos no contingente de desocupados, comparado o último trimestre do ano passado. Em relação ao mesmo período de 2022, o recuo é de 15,9%, ou 1,7 milhão de trabalhadores.

O Gráfico 6, extraído da publicação mencionada, mostra a evolução da taxa de desemprego no Brasil.

¹⁷ https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/---publ/documents/briefingnote/wcms_883344.pdf

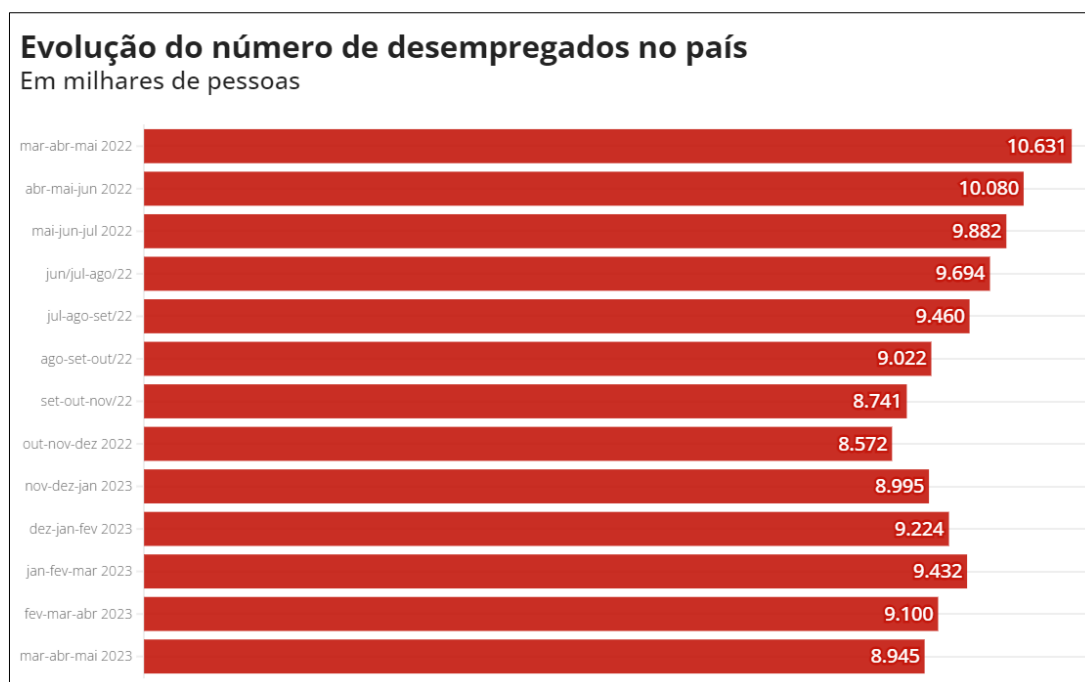
¹⁸ <https://g1.globo.com/economia/noticia/2023/06/30/desemprego-vai-a-83percent-no-trimestre-encerrado-em-maio-diz-ibge.ghtml>

¹⁹ <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php> ; <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?t=resultados>



Fonte:g1 Globo Economia²⁰

O Gráfico 7, extraído da mesma publicação mencionada, mostra a evolução do número de pessoas desempregadas no país.



Fonte:g1 Globo Economia²¹

Segundo Adriana Beringuy, coordenadora de Pesquisas por Amostra de Domicílio do IBGE, entrevistada na mesma publicação, "há mudanças estruturais e conjunturais no mercado de

²⁰ <https://g1.globo.com/economia/noticia/2023/06/30/desemprego-vai-a-83percent-no-trimestre-encerrado-em-maio-diz-ibge.ghtml>

²¹ <https://g1.globo.com/economia/noticia/2023/06/30/desemprego-vai-a-83percent-no-trimestre-encerrado-em-maio-diz-ibge.ghtml>

trabalho. É certo, porém, que o desalento está diminuindo. Os números de hoje mostram que há 1 milhão de desalentados a menos do que no período pré-pandemia", diz. O que não deixa de ser uma boa notícia.

A partir dos dados e informações divulgados pelo IBGE, a fonte jornalística aqui citada elaborou uma síntese de alguns destaques dos dados brasileiros relativos a emprego e desemprego, ajustados para a data da referida publicação (30/6/2023), que foi aqui transcrita:

- Taxa de desocupação: 8,3%
- População desocupada: 8,9 milhões de pessoas
- População ocupada: 98,4 milhões
- População fora da força de trabalho: 67,1 milhões
- População desalentada: 3,7 milhões
- Empregados com carteira assinada: 36,8 milhões
- Empregados sem carteira assinada: 12,9 milhões
- Trabalhadores por conta própria: 25,2 milhões
- Trabalhadores domésticos: 5,7 milhões
- Trabalhadores informais: 38,3 milhões
- Taxa de informalidade: 38,9%

4. Comentários finais

A 11ª edição do “Observatório da OIT sobre o mundo do trabalho”, lançada no final do 1º semestre de 2023 abre com um título intrigante: “Sem ação em geração de empregos e proteção social, os países de baixa renda ficarão ainda mais para trás”. E este título introdutório, que é um diagnóstico melancólico, é também uma prescrição óbvia, de improvável aplicação no curto e no médio prazo, e aqui serve como principal conclusão deste breve artigo, elaborado também para uma 11ª edição, mas dos “Cadernos CRIS”.

Tudo que foi dito em relação ao quadro global aplica-se, também, ao Brasil. Contudo, a partir de janeiro deste ano pode-se apostar que o Brasil poderá se tornar o contraponto ilustrativo e alentador, e por isso propomos um título alternativo: “com ações afirmativas e ousadas em geração de empregos e proteção social, países desiguais e socialmente injustos poderão reduzir as desigualdades e aumentar a justiça social e a equidade.”

Migrações, Refúgio e Saúde Global

*Rafael Gomes França, Caio Murta, Harim Baek,
Júlia Moraes, Marina Sujkowski
e Deisy de Freitas Lima Ventura.*

Abstract. El Grupo de Trabajo de Migración, Refugio y Salud Global destaca el surgimiento de nuevas crisis por el mundo que generan aumento de desplazamientos forzados y muestra la importancia del reasentamiento de los refugiados, que ofrece esperanza y protección. También discute las nuevas ondas de refugiados que huyen de los conflictos armados en el Sudán, emigrando a los países vecinos. Muestra el drama vivido por los habitantes de Bentiu, en Sudán del Sur, que fue fuertemente inundado. Al final, comenta sobre los problemas de salud de los refugiados afganos en el aeropuerto de Guarulhos y las tratativas entre las tres esferas de gobierno para solucionar la situación.

Palabras clave: Refugio. Salud Global. Reasentamiento.

Resumo. O Grupo de Trabalho de Migração, Refúgio e Saúde Global destaca o surgimento de novas crises pelo mundo que geram aumento de deslocamentos forçados e mostra a importância do reasentamento dos refugiados, que oferece esperança e proteção. Também discute as novas ondas de refugiados que fogem dos conflitos armados no Sudão, emigrando aos países vizinhos. Mostra o drama vivido pelos habitantes de Bentiu, no Sudão do Sul, que foi fuertemente inundado. Por fim, comenta sobre os problemas de saúde dos refugiados afegãos no aeroporto de Guarulhos e as tratativas entre as três esferas de governo para solucionar a situação.

Palavras chave: Refúgio. Saúde Global. Reasentamiento.

Global Reassessment Needs Assessment

De acordo com o novo relatório Global Reassessment Needs Assessment de 2024²², divulgado no dia 26 de junho, mais de 2,4 milhões de refugiados precisarão ser reassentados, antecipando um aumento significativo de 20% em relação a 2023. Com a rápida ascensão e o surgimento de novas crises que causam deslocamento, enfatiza-se a ação urgente para enfrentar os desafios enfrentados por milhões de refugiados e deslocados em todo o mundo.

A região da Ásia fica no topo da lista, com quase 730 mil refugiados necessitando de apoio para reassentamento, representando 30% das necessidades globais. Com a crise síria se estendendo em seu décimo terceiro ano e permanecendo a maior situação de refugiados do mundo, os refugiados sírios totalizam 754 mil em todo o mundo, precisando de assistência urgente por meio de reassentamento. Estima-se que os refugiados do Afeganistão tenham a segunda maior necessidade de reassentamento, seguidos pelos do Sudão do Sul, Mianmar e República Democrática do Congo²³.

²²https://files.unhcr.org/en/2023/resettlement/projected-global-resettlement-needs-2024.pdf?_gl=1*1vj9gyz*_rup_ga*MTg3NDYwMjY2LjE2ODc4OTg0MzU.*_rup_ga_EVDQTJ4LMY*MTY4ODMwMjE2NS43LjAuMTY4ODMwMjE2NS4wLjAuMA..*_ga*MTI1ODI0NTU5LjE2NDY5Mzk4Nzc.*_ga_X2YZPJ1XWR*MTY4ODMwMjE2Ni4xMi4wLjE2ODgzMDIxNjYuMC4wLjA.#_ga=2.64345967.1718829497.1688295853-125824559.1646939877

²³https://files.unhcr.org/en/2023/resettlement/projected-global-resettlement-needs-2024.pdf?_gl=1*1vj9gyz*_rup_ga*MTg3NDYwMjY2LjE2ODc4OTg0MzU.*_rup_ga_EVDQTJ4LMY*MTY4ODMwMjE2NS43LjAuMTY4ODMwMjE2NS4wLjAuMA..*_ga*MTI1ODI0NTU5LjE2NDY5Mzk4Nzc.*_ga_X2YZPJ1XWR*MTY4ODMwMjE2Ni4xMi4wLjE2ODgzMDIxNjYuMC4wLjA.#_ga=2.64345967.1718829497.1688295853-125824559.1646939877

Em 2022, dos cerca de 116 mil pedidos apresentados, apenas 58.457 refugiados foram eleitos para reassentamento. O reassentamento oferece esperança e proteção para aqueles que enfrentam riscos extremos, oferecendo uma solução de longo prazo e desempenhando um papel importante no alívio da pressão sobre os países anfitriões e no reforço da estrutura de proteção mais ampla. O ACNUR continua a defender a importância de alocar mais vagas e garantir o processamento em tempo hábil²⁴.

Emergência de saúde no Sudão

Desde abril de 2023, o Sudão encontra-se em meio a um conflito armado entre os militares sudaneses e grupos paramilitares (Rapid Support Forces), resultando em mais de mil mortos e mais de onze mil feridos. Assim, formou-se um grande fluxo de refugiados sudaneses a países vizinhos buscando condições de vida mais seguras, como ao Chade, Sudão do Sul e República Central Africana²⁵.

De acordo com a organização internacional Médicos Sem Fronteiras²⁶(MSF), milhares de pessoas, que escaparam do conflito e cruzaram a fronteira em direção ao Sudão do Sul, estão lutando para sobreviver em centros de acolhimento nas regiões do Alto Nilo e Nordeste do Bahr El Ghazal. Esses grupos têm acesso limitado a abrigos, água potável e alimentos e enfrentam condições sanitárias inadequadas. A resposta humanitária liderada por diversas organizações internacionais já está em seu limite, e, diariamente, entre 800 e 1000 pessoas cruzam a fronteira após longas jornadas em trânsito.

O MSF destaca a urgente necessidade de as autoridades acelerarem o processo de transferência de refugiados do conflito para outras regiões do país de maneira digna, garantindo que acessem serviços básicos para sua sobrevivência e instalação no Sudão do Sul. Esse cenário, somado às condições climáticas da temporada de chuvas, traz impactos severamente negativos à saúde dessas pessoas, que enfrentam doenças que poderiam ser evitadas e prevenidas em melhores condições de vida.

Em Renk, um dos principais destinos de refugiados sudaneses, o principal centro de acolhimento dá assistência a mais de 12 mil pessoas, muito além de sua capacidade. Centenas de famílias também se abrigam ao redor do centro ao não conseguirem ser atendidas. As autoridades locais haviam anunciado um plano para transferir pessoas para outro centro de cuidados na cidade de Malakal, mas devido a diversos episódios de violência que ocorreram em junho, o plano foi suspenso.

No plano da governança da saúde global, a Organização Mundial da Saúde (OMS) publicou²⁷, em 16 de junho, um novo apelo de financiamento de US\$ 145 milhões para endereçar as necessidades de saúde das pessoas afetadas pelo conflito no Sudão e aos deslocados em decorrência desse cenário. Esses recursos permitirão que a OMS providencie assistência a 7,6 milhões de pessoas dentro do Sudão e mais de 500 mil indivíduos forçosamente deslocados para países vizinhos (como os citados anteriormente: Chade, República Central

[ZPJ1XWR*MTY4ODMwMjE2Ni4xMi4wLjE2ODgzMDIxNjYuMC4wLjA.#_ga=2.64345967.1718829497.1688295853-125824559.1646939877](https://www.unhcr.org/news/press-releases/unhcr-global-refugee-resettlement-needs-grow-2024-295853-125824559-1646939877)

²⁴ <https://www.unhcr.org/news/press-releases/unhcr-global-refugee-resettlement-needs-grow-2024>

²⁵ <https://www.msf.org/conflict-sudan>

²⁶ <https://www.msf.org/south-sudan-people-fleeing-conflict-sudan-struggle-survival>

²⁷ <https://www.emro.who.int/media/news/who-requires-us-145-million-to-respond-to-health-emergency-in-sudan-and-neighbouring-countries.html>

Africana, Egito, Etiópia e Sudão do Sul), com a entrega de serviços de saúde essenciais nos próximos seis meses.

Segundo a OMS, em dois meses de conflito, quase dois milhões de pessoas foram forçadas a se deslocar, incluindo aproximadamente 500 mil refugiados cruzando as fronteiras para países vizinhos. Cerca de 60% das instalações de saúde do país não estão funcionando, cujos recursos e suprimentos foram saqueados ou destruídos. A OMS identificou 46 ataques a estabelecimentos de saúde entre abril e junho. Além disso, diversos serviços críticos foram descontinuados, como serviços de maternidade e pediatria e tratamento para pacientes com doenças crônicas. Mais de 100 mil crianças devem sofrer de desnutrição aguda até o fim do ano. A superlotação dos campos de refugiados também são alvo de atenção, visto que favorecem a propagação de doenças transmissíveis.

Em resposta a essa emergência de saúde, a OMS²⁸ enviou times multidisciplinares para apoiar as necessidades de refugiados nas fronteiras, assim como disponibilizou times médicos móveis para fortalecer a coordenação da resposta humanitária em saúde, o monitoramento de doenças e a provisão de serviços à população. Ademais, a OMS também posicionou mais de 200 kits de emergência, contendo suprimentos médicos para testar e tratar cólera, pneumonia e casos de desnutrição.

Emergência Climática no Sudão do Sul²⁹

A Agência da ONU para Refugiados (ACNUR) relata a situação de enchentes e inundações na cidade de Bentiu, no estado de Unity, no Sudão do Sul. As inundações são resultado de quatro anos de chuvas intensas na região, que têm submergido terras agrícolas, casas ancestrais e estradas, transformando Bentiu em uma ilha. Cerca de 360.000 pessoas foram forçadas a fugir de suas vilas inundadas e agora vivem em locais de deslocamento interno (IDPs), abaixo do nível da água e cercados por diques.

Destaca-se o impacto imediato das mudanças climáticas na vida das pessoas, enquanto o debate sobre o assunto costuma se concentrar em um futuro em que o mundo se tornará inabitável. A população local já está vivenciando essa realidade. Mulheres relataram que passam seus dias submersas em água até o pescoço, coletando recursos essenciais como lenha, juncos para construção de casas e alimentos — movendo-se em grupos para se protegerem de ataques e de cobras que estão presentes na água.

As inundações têm afetado não apenas as condições de vida das pessoas, mas também sua capacidade de sobrevivência. As mulheres que vivem nos IDPs têm poucas opções para ganhar a vida, além de coletar e vender lenha, mas precisam percorrer longas distâncias em busca de terra seca, o que as expõe a riscos de agressão sexual.

Além disso, a crise das inundações em Bentiu está agravando as dificuldades enfrentadas pelas pessoas que já estavam lidando com a perda de suas casas, redes de proteção e costumes transmitidos por gerações. O conflito na região interrompeu o fluxo de alimentos e outros suprimentos do Sudão, principal rota de abastecimento da região, levando a um aumento nos preços.

²⁸ <https://www.afro.who.int/countries/south-sudan/news/combating-disease-threats-among-people-fleeing-sudan-conflict>

²⁹ <https://www.unhcr.org/news/stories/south-sudan-s-hostages-climate-emergency>

A situação deve piorar ainda mais com a iminente chegada da temporada de chuvas. O ACNUR e seus parceiros estão construindo sistemas de drenagem e diques mais altos em Bentiu para se prepararem para as chuvas. No entanto, há um limite para a altura que os diques podem atingir. O ACNUR também tem apoiado as comunidades na formação de comitês para cuidar e manter os diques, fornecendo treinamento e ferramentas.

O artigo ressalta que muitos moradores já deixaram suas casas em Tong e se abrigaram nos campos de deslocados em Bentiu, mas há pessoas que ainda esperam poder ficar em suas terras ancestrais. A incerteza prevalece, e elas se perguntam o que acontecerá a seguir, enquanto enfrentam a ameaça constante das inundações.

A situação dos refugiados afegãos que estão acampados no Aeroporto de Guarulhos³⁰

Um surto de escabiose ocorreu em meio a 150 imigrantes afegãos que estavam no Aeroporto de Guarulhos. De acordo com a prefeitura de Guarulhos, 21 ocorrências da doença foram confirmadas através da gestão municipal. Os casos que foram notificados, atingiram desde crianças até famílias inteiras. No dia 29/06, representantes das três esferas de governo se encontraram no aeroporto com o intuito de pensar em soluções para os refugiados. Participaram também, membros da Organização das Nações Unidas e da Frente Afegã, coletivo que realiza ações no Aeroporto Internacional de Guarulhos.

Houve uma divergência na comunicação das autoridades, pois o ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino, disse que os afegãos seriam acolhidos em hotéis, de modo temporário, porém representantes dos governos federal e estadual afirmaram, após a reunião do dia 29/06, que essa proposta ainda estava em estágio de avaliação. O Ministério da Justiça e Segurança Pública divulgou, no dia 30/06, que os imigrantes afegãos que estão no Aeroporto de Guarulhos, vão ser deslocados para Praia Grande e serão acolhidos pelo Sindicato dos Químicos da cidade.

A equipe de reportagem do Estadão passou algumas horas no Aeroporto de Guarulhos, durante o dia 29 de junho, várias pessoas relataram que na maioria dos dias, os afegãos não possuem acesso a banheiros com chuveiro no aeroporto. Para realizar a higiene pessoal, muitos recebem ajuda de voluntários e de um hotel que fica na região, que oferece em torno de 20 banhos diários aos refugiados. Porém, mais problemas são relatados. Os afegãos ouvidos pela equipe de reportagem reclamam de mofo e infiltração nas paredes, mal cheiro nas cobertas e dificuldade de adaptação.

Assim como Renato Teixeira, ouvidor nacional dos Direitos Humanos, disse: é esperado que as medidas que forem tomadas, tenham uma resposta efetiva para o enfrentamento dessa situação, já que a ouvidoria esteve com os imigrantes afegãos e observou graves violações aos direitos humanos.

A situação se prolonga há cerca de um ano, depois de o Brasil conceder visto humanitário aos afegãos por causa da tomada de poder pelo grupo extremista Talibã. Aline Sobral, atual presidente do Coletivo Frente Afegã, relatou que o que vem acontecendo é uma tragédia anunciada. O coletivo já sabia das condições precárias desde agosto de 2022, quando os afegãos passavam cerca de 20 dias sem tomar banho. De acordo com a Frente Afegã, no dia 29/06 haviam 175 refugiados acampados no aeroporto, todos eles muçulmanos. Somente nesta

³⁰<https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/afegaos-acampados-no-aeroporto-de-guarulhos-serao-levados-para-praia-grande-no-litoral-de-sp/>

semana, foram 35 recém acolhidos, o que mostra a dinamicidade presente no grupo, que pode ser diferente a cada semana. De modo geral, os refugiados ficam, em média, três semanas aguardando o acolhimento. Por volta de 3 a 4 voos chegam por dia do Oriente Médio, com a chance de trazer novos afegãos necessitando de algum tipo de auxílio.

A prefeitura do município de São Paulo divulgou ter acolhido 718 afegãos de janeiro a 20 de junho de 2023, sendo que no ano passado, foram acolhidos 714 durante todo o ano. A administração das vagas dos abrigos é organizada pelo governo do Estado, com auxílio de um centro de atendimento instaurado na área de mezanino do terminal 2 pela prefeitura de Guarulhos. A gestão municipal disse que também distribui alimentação diariamente. A GRU Airport, concessionária que administra o aeroporto, informou que tem colaborado para dar suporte nas medidas de procedimentos de higiene pessoal e manutenção de limpeza frequente do espaço.

Progressos no Plano Estratégico 2022-2025: primeiras análises da UNFPA e UNICEF
Progress on the Strategic Plan 2022-2025: First UNFPA and UNICEF Reviews

Maria Teresa Rossetti Massari
Maria Auxiliadora de Souza Mendes Gomes

Abstract: *UNFPA and UNICEF published the first reports to the Executive Director on the implementation of their 2022-2025 strategic plans. The two agencies highlighted the challenges of developing their strategic plans at a time of multiple global crises, which still encompass the consequences of the Covid-19 pandemic, climate and humanitarian crises exacerbated by conflicts and forced displacement, as well as a financial crisis experienced across the world, although with very different impacts among member states.*

Keywords: *family development planning, maternal mortality, gender-based violence*

Resumo: UNFPA e UNICEF publicaram os primeiros relatórios para o Diretor Executivo sobre a implementação de seus planos estratégicos 2022-2025. As duas agências ressaltaram os desafios para desenvolver seus planos estratégicos em um momento de múltiplas crises globais, que ainda englobam as consequências da pandemia de Covid-19, crises climáticas e humanitárias potencializadas por conflitos e deslocamentos forçados, além de uma crise financeira experimentada em todo o mundo, ainda que com impactos muito distintos entre os estados-membros.

Palavras-chave: planejamento familiar, mortalidade materna, violência de gênero

UNFPA - Relatório sobre o progresso do Plano Estratégico 2022-2025

A UNFPA analisou o progresso alcançado no primeiro ano do plano estratégico 2022-2025. Este é o segundo de três planos consecutivos concebidos para orientar a UNFPA no alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e na aceleração do progresso para implementar o [Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento \(CIPD\)](#).

A UNFPA se comprometeu a acelerar a obtenção de três resultados transformadores:

- Acabar com a necessidade não atendida de planejamento familiar;
- Acabar com as mortes maternas evitáveis; e
- Acabar com a violência de gênero e todas as práticas nocivas, incluindo a mutilação genital feminina e o casamento infantil, precoce e forçado.

O contexto de 2022 - O ano de 2022 foi um “ano de extremos” que impactou a vida de oito bilhões de pessoas. A pandemia de COVID-19, os conflitos, os efeitos das mudanças climáticas e a turbulência econômica trouxeram miséria para muitas pessoas. As mulheres e os jovens foram os mais afetados.

Em 2022, o mundo testemunhou o maior número de conflitos violentos desde 1945, com mais de 103 milhões de pessoas deslocadas à força em todo o mundo, incluindo um grande número de mulheres e jovens.

O mundo também entrou no terceiro ano da pandemia de Covid-19 e pelo menos 10.000 pessoas em todo o mundo morrem em decorrência da doença todas as semanas, e as desigualdades globais continuam a dificultar a resposta. Apenas 1 em cada 5 pessoas em países de baixa renda foi vacinada. Um adicional de 75 a 95 milhões de pessoas viviam em extrema pobreza em 2022.

As perspectivas econômicas globais se deterioraram ao longo do ano e em vários países a recuperação econômica estava em risco devido a: (a) inflação; (b) aumento das taxas de juros; (c) aumento dos encargos da dívida; (d) prioridades concorrentes; e (e) espaço fiscal limitado. Diante desse contexto, muitos países enfrentaram desafios para priorizar as intervenções sociais e de saúde.

As mudanças climáticas, que atuam como um “multiplicador de crises”, agravaram essas situações com o aumento de ondas de calor, secas e inundações que afetaram bilhões de pessoas em todo o mundo, incluindo, mais uma vez, mulheres e jovens.

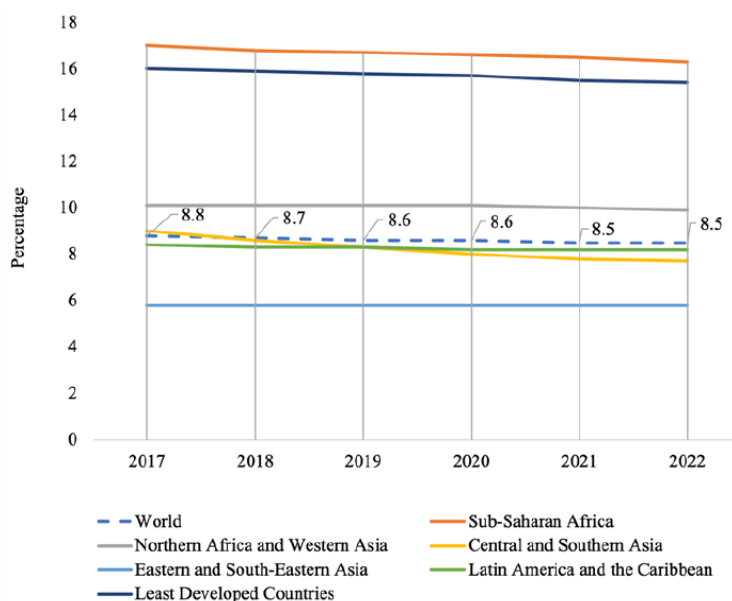
O financiamento para saúde e direitos sexuais e reprodutivos também estava em risco. As consequências econômicas da Covid-19 e do conflito na Ucrânia, juntamente com a inflação e os altos preços da energia, afetaram a priorização dos recursos disponíveis para saúde e direitos sexuais e reprodutivos. Os direitos reprodutivos de mulheres e meninas e populações marginalizadas foram ameaçados, muitas vezes pelo aumento do populismo e da onda conservadora em alguns países. As implicações negativas do uso de tecnologias digitais para prejudicar as pessoas e seu impacto desproporcional sobre mulheres e meninas proliferaram. A desinformação e o discurso de ódio alimentaram a instabilidade social.

Essas condições comprometeram o progresso da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. O mundo está longe de alcançar, até 2030, cobertura universal de saúde, igualdade de gênero e várias outras metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Resultados alcançados em 2022 - Resultado 1 - Até 2025, a redução da necessidade não atendida de planejamento familiar acelerou

A necessidade não atendida de planejamento familiar para qualquer método diminuiu 20% em todo o mundo desde a adoção do Programa de Ação da ICPD em 1994. Com relação aos países menos desenvolvidos, a necessidade não atendida de planejamento familiar para qualquer método diminuiu 28%. No entanto, desde 2021, a necessidade mundial não atendida de planejamento familiar para qualquer método permaneceu em 8,5% (veja a imagem 1).

Imagem 1: Porcentagem de mulheres em idade reprodutiva que têm uma necessidade não atendida de planejamento familiar, 2017-2022



Source: Estimates and Projections of Family Planning Indicators, 2022. Department of Economic and Social Affairs, United Nations

Fonte: UNFPA, 2023.

A lentidão na redução das necessidades não atendidas de planejamento familiar pode ser atribuída a diversos fatores, incluindo: (a) crescimento populacional, que aumenta o número de mulheres em idade reprodutiva; (b) acesso limitado e escolha de contraceptivos, especialmente em países de baixa renda; (c) normas culturais, religiosas e sociais; (d) desigualdades de gênero que limitam a autonomia das mulheres em relação às suas escolhas reprodutivas; (e) a falta de marcos legais favoráveis; e (f) a pandemia de Covid-19.

Investir em planejamento familiar traz excelentes retornos tanto a curto como a longo prazo. Para cada dólar investido em planejamento familiar e saúde materna nos países em desenvolvimento, os benefícios para as famílias e sociedades são estimados em US\$ 8,40. Se as necessidades de investimento adicionais forem atendidas, isso corresponde a US\$ 660 bilhões em benefícios econômicos até 2050.

Resultado 2 - Até 2025, a redução das mortes maternas evitáveis foi acelerada

Estimativas recentes das Nações Unidas mostram que os ganhos alcançados a nível global na redução da mortalidade materna durante o período dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (2000-2015) estagnaram durante os primeiros cinco anos da implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Entre 2000 e 2015, a taxa anual de redução da mortalidade materna foi de 2,7% ao ano. Entre 2016 e 2020, a taxa anual de redução da mortalidade materna foi de -0,4%, indicando estagnação.

As estimativas de mortalidade materna mostraram variações entre as regiões:

- Entre 2000 e 2015, a mortalidade materna diminuiu significativamente em todas as regiões.
- Entre 2016 e 2020, a mortalidade materna estagnou na maioria das regiões, exceto na Austrália, Nova Zelândia e Ásia Central e Meridional.
- Nos países menos desenvolvidos, o ritmo de declínio foi significativo, com uma redução média anual da mortalidade materna de 2,8%.

Apesar desses ganhos, o mundo não está a caminho de acabar com as mortes maternas evitáveis até 2030. Uma morte materna ocorre quase a cada dois minutos. Em 2020, aproximadamente 95% de todas as mortes maternas ocorreram em países de baixa e média renda. A taxa de mortalidade materna estagnou em 133 países durante 2016-2020.

Vários desafios dificultaram a aceleração na redução das mortes maternas. Em nove países que enfrentaram graves crises humanitárias em 2022, a mortalidade materna foi mais que o dobro da média global. Desde 2020, a desnutrição aguda de mulheres grávidas e lactantes em crises humanitárias aumentou 20%. Houve também desigualdades significativas de morte materna entre e dentro das regiões.

Os principais desafios enfrentados pelos países cujas tendências de redução da mortalidade materna estagnaram incluem: (a) falhas do sistema de saúde; (b) acesso e disponibilidade insuficientes de cuidados de saúde maternos e neonatais vitais para populações marginalizadas, devido a determinantes sociais como renda, educação, raça e etnia; (c) cadeias de abastecimento fracas; (d) falta de treinamento da força de trabalho de saúde; (e) falta de confiança pública em alguns sistemas de saúde; e (f) normas de gênero prejudiciais.

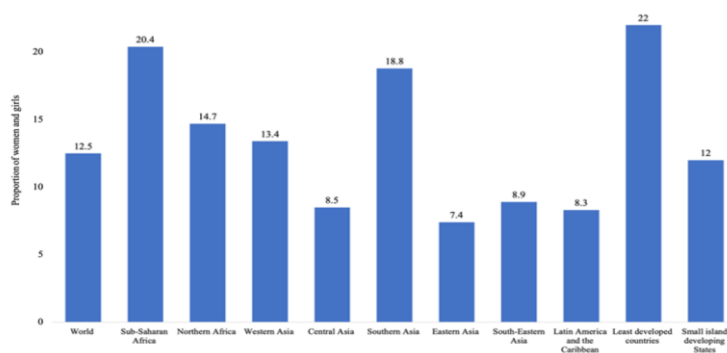
A agência também propôs que políticas e ações de saúde e higiene menstrual precisam ser ampliadas em escopo, para alcançar uma abordagem intersectorial que integre saúde sexual e reprodutiva, educação, bem-estar socioeconômico e higiene.

Resultado 3 - Até 2025, a redução da violência de gênero e práticas nocivas terá acelerado

Violência baseada no gênero - Em 2022, o mundo avançou nos esforços para acabar com a violência de gênero. No entanto, não havia dados disponíveis para acompanhar o ritmo de sua aceleração em diversas partes do mundo.

Globalmente, 26% das mulheres que já tiveram um parceiro foram submetidas à violência física e/ou sexual por parte de um marido ou parceiro íntimo pelo menos uma vez na vida. Aproximadamente 12,5% das mulheres e meninas de 15 a 49 anos que já tiveram um parceiro foram submetidas a violência física e/ou sexual por um parceiro íntimo atual ou anterior nos 12 meses anteriores.

Imagem 2: Proporção de mulheres e meninas de 15 a 49 anos que já tiveram um parceiro e sofreram violência física e/ou sexual pelo parceiro atual ou anterior nos últimos 12 meses

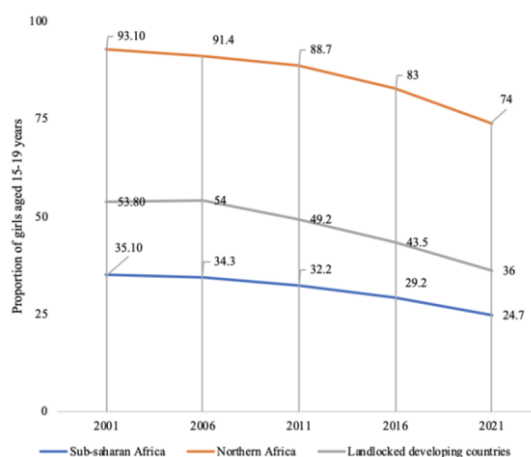


Fonte: UNFPA, 2023

A conscientização global sobre a violência contra mulheres idosas está crescendo, mas os dados são limitados. A natureza, escala, gravidade e complexidade de tal violência provavelmente ainda são subestimadas.

Mutilação genital feminina - A redução da mutilação genital feminina acelerou desde que a UNFPA a priorizou como um dos três resultados transformadores. A taxa de redução da mutilação genital feminina foi de 15% em 2016-2021, em comparação com 9% em 2011-2016.

Imagem 3: Tendências na mutilação genital feminina, 2001-2021



Source: Global databases, 2021, United Nations Children's Fund

Fonte: UNFPA, 2023.

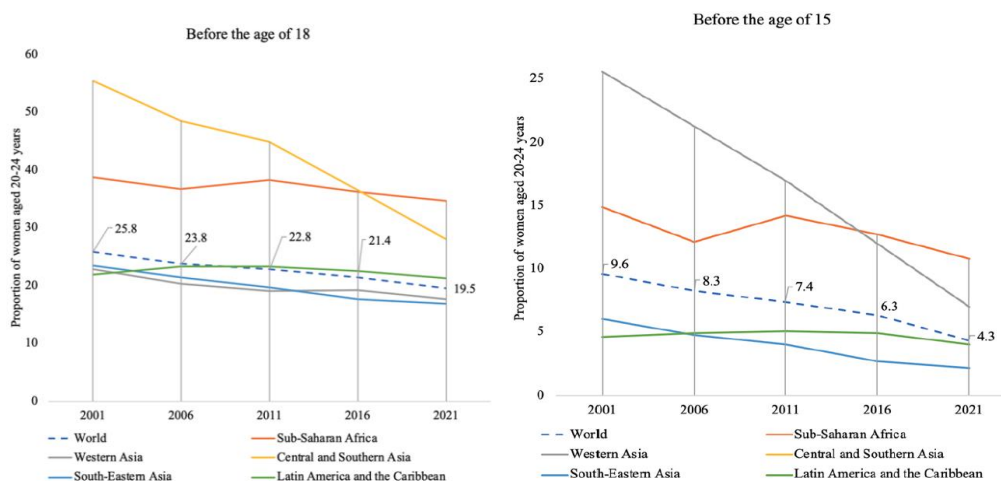
Vários países fizeram avanços na aceleração da redução da mutilação genital feminina. Em 2022, quase 4.000 comunidades fizeram declarações públicas para abandonar a prática. No entanto, o ritmo de declínio da mutilação genital feminina tem sido desigual. Mais de 200 milhões de mulheres e meninas vivas hoje sofreram mutilação genital feminina. Sem uma ação coordenada e acelerada, mais 48 milhões de meninas poderiam ser submetidas a essa prática até 2030.

Em alguns países, tem havido uma tendência alarmante para medicalizar a mutilação genital feminina. Aproximadamente 1 em cada 4 sobreviventes foi submetida à prática por uma pessoa treinada no campo da saúde.

Casamento infantil, precoce e forçado - A redução do casamento infantil acelerou ligeiramente desde que a agência priorizou o fim do casamento infantil como um dos três resultados transformadores. A prevalência de casamento infantil antes dos 18 anos diminuiu 9% durante 2016-2021, em comparação com 6% durante 2011-2016. A prevalência de casamento infantil antes dos 15 anos caiu 2% durante 2016-2021, em comparação com 1,4% em 2011-2016.

Globalmente, aproximadamente 21% das mulheres jovens se casaram antes de completarem 18 anos. A taxa atual de declínio no casamento infantil é insuficiente para atingir a meta de 2030. Sem acelerar a redução dos casamentos infantis, mais de 150 milhões de meninas menores de 18 anos se casarão até 2030.

Imagem 4: Tendências no casamento infantil (em menores de 18 anos e em menores de 15 anos), 2001-2021



Fonte: UNFPA, 2023.

Desempenho e resultados do plano estratégico - Em 2022, a UNFPA fez progressos substanciais na execução dos seis resultados do plano estratégico interconectados, conforme relatado. A partir da análise dos dados de 2022, a UNFPA considera que alcançou totalmente as metas para o ano: (a) política e responsabilidade; (b) qualidade dos cuidados e serviços; (c) ação humanitária; e (d) adolescentes e jovens e alcançou parcialmente os resultados de: (a) gênero e normas sociais; e (b) mudanças populacionais e dados.

Para acessar o relatório completo da UNFPA, [clique aqui](#).

UNICEF - Relatório sobre o progresso do Plano Estratégico 2022-2025

O ano de 2022 foi o primeiro ano de implementação do novo Plano Estratégico da UNICEF 2022-2025. A agência avalia que o desempenho e as realizações desse período se mantiveram relativamente consistentes com as tendências dos últimos anos e com o Plano Estratégico anterior (2018-2021), particularmente no número de crianças alcançadas pelos serviços prestados com o apoio dos programas da UNICEF. A maioria das áreas de resultados (12 de 18) está em dia com os marcos para 2022, tendo sido substancialmente alcançados ou superados; apenas uma das áreas de se apresenta significativamente fora do caminho.

A implementação do seu Plano Estratégico 2022-2025, no contexto de uma crise polimorfa. As crianças de hoje estão crescendo em um mundo assolado por choques múltiplos, quase simultâneos e interdependentes, decorrentes das consequências da pandemia de Covid-19, conflitos violentos, mudanças climáticas e degradação ambiental e custos de vida exorbitantes.

Dada a natureza integrada do mundo, a turbulência econômica, política e social em uma parte afeta outras de maneiras complexas. Esses choques exacerbam as vulnerabilidades existentes de crianças e comunidades, afetando principalmente os mais pobres e os marginalizados e discriminados com base em deficiência, gênero, raça, etnia, situação migratória e identidade de gênero.

Embora nas décadas anteriores se tenha observado progressos históricos na concretização de múltiplos aspectos dos direitos da criança, esses avanços foram desiguais e alguns estão agora sob ameaça de estagnação e reversão. No contexto do agravamento da crise climática, a maior ameaça à segurança alimentar e nutricional, as consequências econômicas da pandemia e os impactos da guerra na Ucrânia criaram a pior crise alimentar e nutricional dos tempos modernos. Em 12 países atingidos diretamente, o número de mulheres grávidas e lactantes com desnutrição aguda aumentou 25% desde 2020. Os impactos são transmitidos de geração em geração e a agência estima que cerca de metade das crianças menores de 2 anos de idade podem ter atrasos no crescimento já durante a gravidez ou nos primeiros seis meses de vida.

Meta 1: Toda criança sobrevive e prospera

O mundo fez progressos importantes para melhorar a nutrição materna e infantil nas últimas duas décadas, incluindo uma redução de 1/3 na prevalência de baixa estatura para a idade, e um aumento na taxa global de amamentação exclusiva de 38% para 48% desde 2000. No entanto, essas conquistas estão em risco, pois alguns países mergulham cada vez mais fundo em uma crise alimentar e nutricional sem precedentes. Espera-se que o número de crianças que sofrem de emaciação severa nos 15 países mais afetados chegue a 8 milhões, 3 milhões a mais do que o total em todos os países em 2021. A fome e a insegurança alimentar estão em alta, com pelo menos 202 milhões de crianças com menos de 5 anos vivendo em situação de insegurança alimentar severa, com alto risco de atrasos no crescimento, definhamento e até mesmo morte.

A UNICEF trabalhou a Meta 1 em 155 países em 2022, com despesa total de US\$ 3,3 bilhões, incluindo US\$ 2,1 bilhões para ações humanitárias. O nível de progresso médio em relação aos marcos de produção de 2022 foi superior a 90% para seis das oito áreas de resultados da Meta 1. Além disso, a agência apoiou 143 países na prestação de serviços de vacinação contra a Covid-19, por meio de compras, logística e gestão da cadeia de frio, geração de demanda, atividades de monitoramento e avaliação.

Meta 2: Toda criança aprende

O ano de 2022 marcou a transição do estado de resposta à emergência global devido à pandemia de Covid-19 para a recuperação educacional. Embora em setembro de 2022 todos os países tenham suspenso o fechamento de escolas em todo o país devido à pandemia, as interrupções na educação persistiram, assim como as perdas de aprendizado resultantes de seus efeitos cumulativos, afetando desproporcionalmente as crianças e jovens mais marginalizados, especialmente meninas. Em países de baixa e média renda, a proporção de crianças que vivem em situação de pobreza de aprendizagem que já era de 57% antes da pandemia, aumentou para 70%. A pandemia exacerbou a exclusão educacional de alunos com deficiência, muitos dos quais enfrentaram barreiras para participar do aprendizado remoto. Vale ressaltar que os governos demoraram a fornecer conteúdo acessível e serviços de apoio necessários.

Apesar dos desafios, foram feitos esforços significativos para ajudar os alunos a recuperar as perdas de aprendizagem, inclusive por meio do aproveitamento da tecnologia e métodos de aprendizagem acelerados. A UNICEF trabalhou a Meta 2 em 148 países em 2022. A despesa total da área foi de US\$ 1,6 bilhão, incluindo US\$ 0,9 bilhão para ação humanitária. O nível de progresso médio em relação aos marcos de produção das duas áreas de resultados foi de 81%. Como resultado, a agência aponta que 37,9 milhões de crianças e adolescentes que estavam fora da escola acessaram a educação em 2022 (com 3,2 milhões acessando a educação

pré-primária), incluindo 3,1 milhões de crianças em movimento (migrantes) e 18,6 milhões de crianças em situação humanitária.

Meta 3: Toda criança protegida contra violência e exploração

É necessária uma aceleração significativa em todos os contextos para atender aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável relacionados à proteção infantil. Os riscos à proteção são aumentados para crianças que vivem em países afetados por fragilidade e conflito, que estão mais atrasados no cumprimento das metas de Desenvolvimento Sustentável; para crianças em movimento; para crianças que vivem sem cuidados familiares, incluindo cerca de 2,9 milhões vivendo em instituições residenciais em todo o mundo; e para crianças privadas de liberdade. Depois de quedas observadas nas últimas décadas, o relatório aponta que espera-se que o casamento infantil e a mutilação genital feminina podem aumentar nos próximos anos. E 20 países da África estão a caminho de alcançar o registro universal de nascimentos até 2030, mas, globalmente, o nascimento de 1/4 das crianças menores de 5 anos nunca foi registrado oficialmente. Enquanto isso, o crescimento exponencial da violência contra crianças no mundo virtual apresenta outros desafios complexos para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

A UNICEF trabalhou na Meta 3 em 151 países em 2022, com despesa total US\$ 0,9 bilhão, incluindo US\$ 0,5 bilhão para ação humanitária. Ao nível dos resultados, a agência entende que se manteve no bom caminho com grandes ganhos no número de crianças sem cuidados parentais colocadas em cuidados familiares em oposição a cuidados residenciais, aumentando de 27% (cerca de 404.000) em 2021 para 41% (cerca de 2,6 milhões) em 2022. Ainda assim, o relatório aponta que não foram observadas mudanças significativas nos indicadores relacionados a estratégias transformadoras sociais e de mudança de comportamento, como percepções de punição física de crianças ou violência por parceiro íntimo, que geralmente requerem vários anos para alcançar resultados. A nível de resultados, as taxas de progresso ficaram acima de 90% dos marcos de 2022 para duas das três áreas de resultados na Meta 3.

Meta 4: Toda criança vive em um ambiente seguro e limpo

O mundo está progredindo na melhoria do acesso à água, saneamento e higiene (WASH - *water, sanitation, hygiene*), mas não no ritmo necessário para atingir o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável. O financiamento insuficiente, o impacto crescente das mudanças climáticas nos sistemas WASH e crises humanitárias generalizadas estão impedindo progresso e ameaçando ganhos passados. Enquanto isso, mais da metade de todas as crianças, aproximadamente 1 bilhão, vivem sob risco extremamente alto devido aos riscos climáticos. A alta frequência de ondas de calor afeta 559 milhões de crianças e, até 2050, afetará todos os 2,02 bilhões de crianças do mundo, independentemente dos esforços para reduzir as emissões de gases de efeito estufa.

A UNICEF trabalhou a Meta 4 em 156 países em 2022, com despesa total de US\$ 1,3 bilhão, incluindo US\$ 0,9 bilhão para ação humanitária. Sobre os resultados, as taxas de progresso ficaram acima de 100% dos marcos de 2022 para duas das três áreas da Meta 4. Em 2022, 26 milhões de pessoas (incluindo 894.000 pessoas com deficiência) obtiveram acesso a pelo menos serviços de saneamento básico, 30,6 milhões (incluindo 1,4 milhão com deficiência) à água potável segura e disponível quando necessário e 23,6 milhões (incluindo 1,1 milhão com deficiência) à higiene básica. Mais de 88% dos que obtiveram acesso estavam em países frágeis,

onde se concentra o apoio direto da UNICEF. Os serviços ou comunicação de saúde e higiene menstrual chegaram a 17,5 milhões de meninas e mulheres adolescentes em 2022, incluindo 3,7 milhões em regiões de crises humanitárias.

As crianças são mais vulneráveis do que os adultos aos impactos das mudanças climáticas e da degradação ambiental e elas são agentes cruciais de mudança para um amanhã mais sustentável.

Meta 5: Todas as crianças têm oportunidades iguais na vida

Os impactos das múltiplas crises empurraram mais crianças e famílias para a pobreza. Em 2022, metade dos 1,2 bilhão de pessoas vivendo na pobreza eram crianças com menos de 18 anos. A pobreza infantil disparou na Europa e na Ásia Central em 2022, quando a guerra na Ucrânia e o aumento da inflação mergulharam 4 milhões de crianças na pobreza, um aumento de 19% comparado a 2021.

Lidar com as privações que as crianças enfrentam e progredir em direção aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e outros Objetivos requer uma aceleração da cobertura da proteção social, particularmente entre as crianças. Embora tenha havido aumento da cobertura durante a pandemia, apenas uma parte dos programas desenvolvidos no período da Covid-19 continuou em 2022. Outro dado importante é que menos de uma em cada cinco medidas globais de proteção social durante a Covid-19 abordou gênero e, apesar do aumento da necessidade, os benefícios por invalidez atingiram apenas 1/3 da idade ativa adultos com deficiências graves em todo o mundo e menos de 10% das pessoas em países de baixa renda. Além disso, o relatório aponta que as crianças em movimento continuam amplamente excluídas dos sistemas nacionais de proteção social.

A UNICEF trabalhou na Meta 5 em 155 países em 2022, com despesa total de US\$ 1 bilhão, incluindo US\$ 0,7 bilhão para ação humanitária. Quanto aos resultados, as taxas de progresso ficaram acima de 90% dos marcos de 2022 para ambas as áreas da Meta 5.

Conclusões

O relatório considera que em 2022 a UNICEF fez progressos para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e investiu nas cinco Metas de desempenho organizacional que visam tornar a agência mais ágil, baseada em valores, eficaz e eficiente nas suas respostas. Além disso, ele cita nove estratégias prioritárias que são foco para a condução do Plano Estratégico 2022-2025:

1. Defender os direitos das crianças;
2. Envolver crianças, jovens e suas comunidades;
3. Trabalhar com parceiros locais em todo o processo;
4. Aproveitar as evidências e defender as crianças;
5. Realizar parcerias com empresas para inovação para crianças;
6. Mobilizar recursos;
7. Trabalhar com parceiros das Nações Unidas;
8. Aumentar a eficiência e gerenciar os riscos;
9. Melhorar a cultura organizacional e a diversidade

Para acessar o relatório completo da UNICEF, [clique aqui](#).

Cúpula de Sistemas Alimentares +2 (UNFSS+2): o momento para o Brasil revisar seus compromissos nacionais e reafirmar seu protagonismo internacional

***Eduardo Nilson, Denise Oliveira e Silva,
Erica Ell e Juliana Ubarana***

Resumo. *Nesse informe, discutimos a preparação para o Momento de Inventário da Cúpula de Sistemas Alimentares das Nações Unidas (UN Food Systems Summit +2 Stocktaking Moment), em julho de 2023, analisando os documentos preparatórios à luz da necessidade de transformação dos sistemas alimentares e o momento crucial para o reposicionamento do Brasil na agenda, tanto como liderança global quanto na revisão de suas prioridades e compromissos assumidos.*

Entre 24 e 26 de julho, será realizado o Momento de Inventário da Cúpula de Sistemas Alimentares das Nações Unidas (*UN Food Systems Summit +2 Stocktaking Moment*), ou UNFSS+2, na sede da FAO e com colaboração do IFAD e WFP, em Roma, em que, dentro do escopo do monitoramento dos avanços e desafios nacionais e internacionais na agenda, é momento oportuno para o Brasil reafirmar suas políticas de transformação dos sistemas alimentares e revisar os compromissos assumidos em 2021, em face da nova conjuntura nacional.

A programação desse evento internacional prevê as discussões em torno da narrativa de “Sistemas Alimentares Sustentáveis para as pessoas, o planeta e a prosperidade: caminhos diversos em uma jornada compartilhada (*“Sustainable Food Systems for People, Planet and Prosperity: Diverse pathways in a shared journey”*)”, e, segundo os organizadores, constitui um verdadeiro momento de “tudo ou nada” global para manter e gerar mais prioridade para as ações em torno da transformação dos sistemas alimentares que apoiam a aceleração do alcance dos ODS.

As principais objetivos deste evento foram definidas como: (1) reunir países e outros atores na revisão do progresso no alcance em seus compromissos (incluindo a identificação de sucessos, gargalos e prioridades para preencher as falhas de implementação e usar eficientemente os recursos disponíveis para a transformação dos sistemas alimentares); (2) socializar o poderoso papel dos sistemas alimentares sustentáveis, equitativos, saudáveis e resilientes como aceleradores críticos dos ODS entre todos os participantes; e (3) fazer a advocacia pela ação urgente para dar maior escala às ações, baseadas nas evidências mais recentes sobre como os sistemas alimentares sustentáveis contribuem para impactos maiores e mais sustentáveis sobre as pessoas, o planeta e a prosperidade, sem deixar ninguém para trás (1).

Como parte das atividades prévias ao UNFSS+2, foram realizadas reuniões regionais preparatórias entre fevereiro e abril de 2023, que destacaram as mudanças globais desde a proposição da Cúpula e, ao mesmo tempo, a necessidade de enfrentamento da continuidade de problemas como a tripla crise planetária (mudanças climáticas, poluição e perda de biodiversidade), a crise do custo de vida no mundo e os impactos dos conflitos sobre os sistemas alimentares. As reuniões regionais trouxeram o compartilhamento de experiências, boas práticas e lições aprendidas pelos países na operacionalização e implementação de seus compromissos nacionais, bem como buscaram a identificação de ações prioritárias e mensagens-chaves para cada região (2).

Em complementação às reuniões regionais, foi também realizada, em abril, a 4ª Conferência Global da Rede do Programa *One Planet* de Sistemas Alimentares Sustentáveis também trouxe subsídios para o UNFSS+2, reforçando que a transformação dos sistemas alimentares é crucial para enfrentar os múltiplos problemas globais, incluindo insegurança alimentar e nutricional, má nutrição, mudanças climáticas e perda de biodiversidade, e defendendo abordagens holísticas, com ações e estratégias de curto e longo prazo, para a governança e formulação de políticas no âmbito dos sistemas alimentares

As mensagens chaves de todas as regiões foram:

- orientar o UNFSS+2 por ações e manter o movimento global para a transformação dos sistemas alimentares;
- fortalecer a cooperação regional e sul-sul (com apoio do sistema das Nações Unidas);
- manter coerência política e ações coordenadas nas ações governamentais;
- construir colaborações e parcerias para impactos sinérgicos na transformação dos sistemas alimentares (incluindo governos, parlamentares, sociedade civil, setor privado e comunidade científica);
- reconhecer que a construção de sistemas alimentares sustentáveis e resilientes é crítico para a melhoria dos indicadores sociais e econômicos para as pessoas e para o planeta e permitindo o enfrentamento de desafios como a mudança climática, conflitos e pandemias no contexto do desenvolvimento humano e da paz;
- adotar soluções baseadas na natureza para apoiar os sistemas alimentares, proteger o meio ambiente e aumentar a segurança alimentar e nutricional, utilizando e restaurando ecossistemas e a biodiversidade;
- incluir considerações de saúde e de nutrição como parte integral da transformação dos sistemas alimentares;
- trabalhar na inclusão e equidade na transformação dos sistemas alimentares, priorizando a participação ativa de mulheres, jovens e comunidades indígenas, de modo a atender às necessidades de grupos vulneráveis, promover a justiça social e criar um futuro justo e sustentável para todos;
- reconhecer que as mulheres são atores chaves nos sistemas alimentares, como agricultoras, manipuladoras de alimentos, assalariadas, comerciantes e consumidoras, trabalhando para o empoderamento feminino e a igualdade de gênero para apoiar a transformação dos sistemas alimentares;
- prover o financiamento, público e privado e de instituições financeiras internacionais, necessário para a transformação dos sistemas alimentares, atentando para a garantia do financiamento acessível a pequenos produtores;
- garantir o acesso e a utilização de dados para a tomada de decisões e o monitoramento do progresso nas políticas, considerando seu impacto sobre as comunidades, o meio ambiente e a economia, fortalecendo sinergias e gerenciando contrapartidas;
- fortalecer a pesquisa e o desenvolvimento para apoiar a inovação na agricultura, aumentando a produtividade e transformando os sistemas alimentares;
- fortalecer as compras públicas e empoderar os produtores locais; e
- manter advocacia forte com todos os atores para assegurar apoio político.

Vale a pena uma reflexão sobre essas mensagens gerais, tendo em vista que frequente contradição de abordar a transformação dos sistemas alimentares misturando estratégias que se baseiam na repetição das práticas atuais dos sistemas hegemônicos (que estão entre as principais causas das crises atuais) e nas verdadeiras soluções transformadoras, como a

promoção da equidade e inclusão, o reforço ao papel das mulheres, jovens e povos originários e o reconhecimento do papel central dos pequenos produtores locais na promoção de uma alimentação diversificada e culturalmente adequada. Ao mesmo tempo, merecem destaque (negativo) a ausência da menção explícita à abordagem baseada nos direitos como princípio das transformações e da explicitação da necessidade de gerenciamento de conflitos de interesses na governança das políticas globais e nacionais (pontos que foram objeto de críticas desde a proposição da Cúpula e que ainda persistem).

No contexto das prioridades regionais, refletem muito das especificidades de cada região, ainda que questões como financiamento regular fossem comuns a várias regiões. De modo geral, enquanto questões de estabilidade política e econômica que afetam os sistemas alimentares e sua transformação foram destacadas na África e na Região Árabe, alguns componentes de transformações mais sistêmicas apareceram nas demais regiões, como a necessidade de revisão dos sistemas de apoios e subsídios agrícolas (Europa e Ásia Central), o papel do microcrédito, da potencialidade da agroecologia e valorização do conhecimento local e das formas de organização social e produtiva (América Latina e Caribe) e a importância de equilibrar as necessidades domésticas com o comércio internacional (Ásia e Pacífico).

O relatório ainda enumera progressos nacionais na transformação dos sistemas alimentares, a partir de suas rotas de curso (*pathways*) e engajamento em Coalizões para Sistemas Alimentares, considerando particularmente a proteção e apoio aos agricultores, aumento da produtividade e acesso aos alimentos e regulação dos ambientes alimentares.

Um ponto muito relevante, nesse sentido, é o reconhecimento, no relatório, dos ultraprocessados como categoria de produtos alimentares que deve ter seu consumo reduzido, que corrobora a abordagem a partir da extensão e propósito do processamento industrial dos alimentos nas políticas de alimentação e nutrição e de segurança alimentar e nutricional. Ainda assim, é fundamental que os futuros desdobramentos do enfrentamento dos ultraprocessados não se limite às questões regulatórias e de educação e conscientização dos consumidores, para incorporar também questões fiscais, como os subsídios à produção e aquisição de alimentos saudáveis e diversificados (alimentos frescos e minimamente processados) e taxação de ultraprocessados, em uma perspectiva ampla dos sistemas alimentares, visto que a produção de ultraprocessados está intimamente ligada aos sistemas hegemônicos, baseados na monocultura de commodities agrícolas e na concentração da produção em transnacionais que dominam a agricultura e as indústrias de alimentos e bebidas (*Big Agro, Big Food e Big Soda*).

O relatório também aponta desafios que persistem no âmbito da transformação dos sistemas alimentares, tais como as mudanças climáticas (reforçando que cerca de um terço dos gases de efeito estufa são ligados aos alimentos e que há sérias consequências negativas de práticas agrícolas e de pecuária insustentáveis, como uso de fertilizantes sintéticos, desmatamento e outras, enquanto eventos extremos colocam em risco a produção de alimentos), conflitos e instabilidade econômica (incluindo os efeitos ainda percebidos da pandemia de Covid-19, a guerra na Ucrânia, conflitos internos e a crise global dos custos de vida e do aumento do preço dos alimentos), o acesso a financiamento adequado (que afeta principalmente os países de menor renda), o crescimento da insegurança alimentar e nutricional e de todas as formas de má nutrição (reforçando a determinação comum da desnutrição, carências de micronutrientes, obesidade e doenças crônicas associadas à alimentação inadequada) e crescimento das desigualdades entre países e dentro deles.

Vale lembrar que, no Informe 14/2022 do CRIS, já descrevemos interferências do setor privado na Cúpula de Sistemas Alimentares, no qual o uso do multissetorialismo foi distorcido para o sinônimo de igualdade de participação e justificativa para participação grande do setor privado (detentor do sistema alimentar hegemônico e que tem participação direta na fome, desigualdade e no aumento das doenças crônicas associadas à alimentação), com baixa transparência nos processos e fragilização da governança, abrindo, ainda, grande espaço para *social, green e blue washing* (3). Um exemplo dessas interferências foi detalhado no “Dossiê Big Food: Como a indústria interfere em políticas de alimentação”, de autoria do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec) e da ACT Promoção da Saúde, refere-se à coordenação global da Cúpula, por representante ligada a interesses do agronegócio, prometendo uma revolução verde na África, como lobby ativo para a agricultura industrial, promovendo o neocolonialismo, a perda dos saberes ancestrais e formas populares de manejo agrário e criando uma dependência em relação a novas tecnologias estrangeiras (4).

Críticas semelhantes foram relatadas pelo OPEB (Observatório de Política Externa Brasileira), tratando não somente dos conflitos de interesses na participação do setor privado, direta e indiretamente, na Cúpula, bem como da posição brasileira (incluindo seus compromissos nacionais), descolada da realidade no tratamento das questões como a insegurança alimentar e nutricional e a produção sustentável e fortemente direcionada para os interesses do agronegócio em relação ao comércio internacional (5).

Atendendo às recomendações da organização da Cúpula, em 2021, como parte do processo preparatório, o Ministério das Relações Exteriores coordenou, em nome do governo brasileiro, a promoção dos chamados diálogos nacionais que deveriam discutir os sistemas alimentares nacionais e definir propostas e compromissos que seriam submetidas à ONU nas cinco linhas de ação da Cúpula.

Contudo, mesmo durante todo o processo de discussão preliminar entre os ministérios, houve pouco espaço para a inserção das agendas de segurança alimentar e nutricional, principalmente pelo Ministério da Saúde, e toda a condução foi direcionada para a agenda vigente no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), de foco na monocultura de commodities internacionais como política bem-sucedida de segurança alimentar e nutricional e de sustentabilidade social, econômica e ambiental. O mesmo foco direcionou as videoconferências que fizeram parte dos diálogos nacionais, com priorização da participação de atores públicos, privados e da sociedade civil que se alinhavam com a agenda do agronegócio nacional, dando uma falsa ideia de representatividade e de ampla consulta e discussão na construção da posição oficial brasileira.

Assim, o documento oficial brasileiro para a Cúpula de Sistemas Alimentares é essencialmente focado na produção e no consumo responsáveis, a segurança alimentar e nutricional, nos padrões alimentares e na redução do desperdício de alimentos, ignorando as evidências de que a agropecuária brasileira contribui significativamente para as emissões de gases de efeito estufa, para o uso de terras e água e para o desmatamento, bem como ignorando o agravamento da insegurança alimentar e nutricional no país e o papel negativo dos produtos ultraprocessados nos sistemas alimentares, nas mudanças na dieta e na morbimortalidade da população brasileira. Além disso, o documento deixou explícito o favorecimento do sistema de produção baseado nas cadeias agroalimentares controladas pelo capital financeiro, incluindo aspectos (falsamente) positivos do aumento do consumo global de carne vermelha na segurança alimentar e nutricional global e do uso intensivo de tecnologias e insumos para o aumento da produtividade e a redução de pressões da produção agropecuária sobre os ecossistemas.

Em linha com essa abordagem tendenciosa e enviesada, as chamadas “soluções transformadoras”, políticas nacionais que poderiam ser replicadas nacional e internacionalmente, mescla políticas verdadeiramente exitosas de promoção de sistemas alimentares saudáveis e sustentáveis (guias alimentares baseados em alimentos, compras públicas de alimentos saudáveis, alimentação escolar e promoção do consumo de frutas e verduras, entre outros, que foram extremamente fragilizados na gestão federal de 2019 a 2022), com o reforço à importância das atuais diretrizes do comércio internacional de alimentos, que privilegiam os interesses comerciais à saúde humana, animal e planetária.

Conforme reforçado em vários dos informes anteriores, os sistemas alimentares hegemônicos são geradores das atuais crises, incluindo a sindemia global de desnutrição, obesidade e mudanças climáticas (6), e soluções moldadas por sistemas concentradores de renda e tecnologia e geradores de desigualdades, fome e doenças não são coerentes, tampouco adequadas. A lógica de verdadeiras transformações nos sistemas alimentares deve ser baseada nos direitos humanos (incluindo o direito à alimentação e nutrição adequadas) e na sustentabilidade ambiental e não no lucro.

No momento atual, em que muitas políticas essenciais no campo social e, mais particularmente, no campo da segurança alimentar e nutricional, têm sido refortalecidas ou até recriadas, é fundamental ao Brasil se reposicionar no âmbito da Cúpula de Sistemas Alimentares, tanto nos discursos oficiais que certamente ocorrerão na UNFSS+2 quanto na revisão dos compromissos nacionais e nas soluções transformadoras defendidas pelo Brasil.

Por exemplo, essas mudanças se refletem na recriação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e a retomada atual dos incentivos à agricultura familiar, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Plano Safra da Agricultura Familiar, a política de estoques reguladores, o aumento do repasse per capita do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) e a expansão do crédito e redução dos juros do financiamento para pequenos agricultores, incluindo incentivos específicos para as mulheres produtoras, para produtos da sociobiodiversidade, bioeconomia e agroecologia.

Outro exemplo vem na reconstrução das políticas de segurança alimentar e nutricional, desde a recriação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) e a reativação da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (Caisan), que reconfiguram a governança das políticas, junto com a recriação do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), no qual, além do fortalecimento e expansão de programas sociais como as transferências condicionadas de renda (Programa Bolsa Família), vem fomentando equipamentos sociais, agricultura urbana e periurbana, criação de cisternas e outras políticas estruturantes voltadas para populações e regiões mais vulneráveis. No cenário de aumento da insegurança alimentar e nutricional, são necessárias ações emergenciais e estruturais simultâneas, usando a experiência prévia que levou o país à redução significativa da desnutrição infantil e na saída do país do Mapa da Fome da FAO, reforçando o grande impacto sinérgico das políticas de segurança alimentar, educação, emprego, renda, saúde e saneamento (7)(8).

Ao mesmo tempo, é fundamental fortalecer a abordagem dos sistemas alimentares apresentada no Guia Alimentar para a População Brasileira, tendo em vista ligar os ambientes alimentares e os sistemas alimentares, considerando o grau e propósito do processamento industrial dos alimentos como a base para o fomento a sistemas alimentares que sejam

saudáveis e sustentáveis, na medida em que o consumo alimentar reflete todo o sistema alimentar no qual aquele alimento ou produto é produzido, transformado e distribuído (9). Nesse sentido, o consumo de produtos ultraprocessados reflete os sistemas alimentares hegemônicos, enquanto o consumo de alimentos in natura e minimamente processados reflete os sistemas saudáveis, ambientalmente sustentáveis, culturalmente adequados e socialmente justos. Para tanto, devem ser unidas políticas de produção, regulação e tributação, com vistas a favorecer escolhas alimentares saudáveis e desincentivar o consumo de produtos nocivos à saúde.

Portanto, com a retomada dessas políticas, há boas expectativas no campo da produção de alimentos diversificados e com melhoria do acesso da população a alimentos saudáveis. Além disso, há oportunidades que devem ser exploradas como a reforma tributária, particularmente em relação à eliminação de subsídios a substâncias nocivas à saúde como os agrotóxicos e refrigerantes, a sobretaxação de produtos ultraprocessados e subsídios a alimentos frescos e minimamente processados.

Todavia, é preciso reconhecer e enfrentar as incoerências e dicotomias internas que ainda existem em muitas agendas, principalmente na agenda ambiental e na agenda agrícola. Essas articulações incluem o desmatamento para plantio de soja e outros commodities e para a pecuária, a contaminação ambiental por agrotóxicos, fertilizantes químicos e outros insumos agrícolas, além da própria pegada de carbono e de uso de águas pelas monoculturas, da pecuária e da fabricação de produtos alimentícios ultraprocessados. Um exemplo muito ilustrativo da incoerência dos sistemas alimentares hegemônicos no Brasil e a garantia da segurança alimentar e nutricional é o da monocultura da soja no Brasil, visto que pouco representa uma fonte de alimento para a população brasileira, tendo em vista que menos de 5% da produção é destinada ao consumo doméstico, mas sozinha representa mais de 30% das exportações globais do produto (10).

Outro exemplo é aquele das mudanças na dieta da população na última década, com grande aumento no consumo de produtos ultraprocessados, às custas da redução do consumo grãos integrais, leguminosas, frutas e vegetais, trazendo importantes impactos sobre a saúde da população e ao ambiente. De modo que para de cada mil calorias consumidas no Brasil, houve um aumento de 21% na contribuição para as emissões de gases de efeito estufa e um acréscimo de 22% na pegada hídrica da produção, bem como foi estimada uma elevação de 17% da pegada ecológica relacionada a esses produtos (11), sendo o consumo de ultraprocessados associado a 57 mil mortes prematuras anualmente no Brasil (12).

Muitas dessas incoerências vêm inclusive na volta da dicotomia na agenda agrícola, visto que o MDA traz a perspectiva da agricultura familiar e da transformação dos sistemas alimentares, enquanto o Mapa mantém o apoio político e financeiro desproporcionalmente maior ao agronegócio, sem considerar aspectos de saudabilidade, sustentabilidade e produtividade e sem priorizar a minimização dos impactos ambientais da produção agropecuária.

Nesse sentido, na contramão das expectativas e dando continuidade às políticas equivocadas do último governo (que licenciou mais de 2000 produtos), no início deste ano o Mapa liberou mais 48 agrotóxicos para uso no Brasil, dos quais metade não são autorizados em países a União Europeia. Outro problema é o risco para atuais e futuros assentados da reforma agrária com as tentativas de criminalização de movimentos populares como o MST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra), que se têm se consolidado como produtores orgânicos de uma

grande variedade de culturas, incluindo o arroz, feijão, laticínios e outros alimentos, que ajudam no suprimento das regiões rurais e dos centros urbanos por meio de feiras e cooperativas.

Com base nesse panorama, o Brasil vive, ainda, a contradição a ser enfrentada de ser um dos maiores produtores agrícolas do mundo e ter 33 milhões de pessoas passando fome em 2022, pois grande parte porque a grande parte dessa produção é para exportação ou não é para consumo humano. Assim, no campo da agricultura, permanece esse grande desafio de separar, dentro da própria agropecuária, os modelos sustentáveis dos predatórios, estimulando os primeiros e combatendo os últimos, repensando a agricultura, do pequeno ao grande produtor, aliando sustentabilidade, diversidade e produtividade ao enfrentar questões como o desmatamento, uso de agrotóxicos, degradação ambiental e dos solos e uso da água.

O tempo é curto para toda a revisão necessária nos compromissos oficiais brasileiros para a Cúpula de Sistemas Alimentares em tempo para o UNFSS+2, mas o Brasil não pode perder a oportunidade de se reposicionar na agenda global de sistemas alimentares. Além disso, é urgente que se planeje e execute a revisão de seu plano nacional, com ampla consulta entre as pastas governamentais, com a sociedade civil e com a academia, assim com o setor privado (com o devido gerenciamento de conflitos de interesses). Os motes do “*Brazil is back*” e de “não deixar ninguém para trás” estão na ordem do dia para os sistemas alimentares.

Referências

1. United Nations Food Systems Coordination Hub. Programme for the UN Food Systems Summit +2 Stocktaking Moment [Internet]. 2023. Available from: <https://www.unfoodsystemshub.org/fs-stocktaking-moment/programme/en>
2. United Nations Food Systems Coordination Hub. Synthesis Report - Regional Preparatory Meetings for the UN Food Systems Summit +2 Stocktaking Moment [Internet]. 2023. Available from: <https://www.unfoodsystemshub.org/docs/unfoodsystemslibraries/stocktaking-moment/regional-preparatory-meetings/synthesis-report-regional-preparatory-meetings-of-the-unfss-2.pdf>
3. Nilson EAF, Silva DO e, Ell E. Multilateralismo ou enfoque de múltiplos atores? Conflitos de interesses, governança dos sistemas alimentares e riscos da captura corporativa da agenda global de sistemas alimentares. *Cad Cris - Inf sobre Saúde Glob e Dipl da Saúde* [Internet]. 2022;(14):171. Available from: <https://portal.fiocruz.br/documento/cadernos-cris-fiocruz-informe-14-2022>
4. ACT/Iddec. Dossiê Big Food: Como a indústria interfere em políticas de alimentação [Internet]. 2022. Available from: https://actbr.org.br/uploads/arquivos/DOSSIE-BIG-FOOD_Como-a-industria-interfere-em-politicas-de-alimentacao_ACT_IDEC_2022.pdf
5. Observatório de Política Externa Brasileira. Cúpula dos Sistemas Alimentares da ONU: críticas, polêmicas e a posição brasileira. *Brasil de Fato* [Internet]. 2021; Available from: <https://www.brasildefato.com.br/2021/10/04/cupula-dos-sistemas-alimentares-da-onu-criticas-polemicas-e-a-posicao-brasileira>
6. Swinburn BA, Kraak VI, Allender S, Atkins VJ, Baker PI, Bogard JR, et al. The Global Syndemic of Obesity, Undernutrition, and Climate Change: The Lancet Commission report. *Lancet* [Internet]. 2019;393(10173):791–846. Available from: [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(18\)32822-8](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(18)32822-8)
7. Monteiro CA, Benicio MHD, Konno SC, Silva ACF da, Lima ALL de, Conde WL. Causas do declínio da desnutrição infantil no Brasil, 1996–2007. *Rev Saude Publica* [Internet]. 2009;43(1):35–43. Available from: <https://doi.org/10.1590/S0034-89102009000100005>
8. Monteiro CA, Benicio MHD, Conde WL, Konno S, Lovadino AL, Barros AJ, et al. Narrowing socioeconomic inequality in child stunting: the Brazilian experience, 1974–2007. *Bull World Health Organ* [Internet]. 2010;88(4):305–3011. Available from: <https://doi.org/10.2471/BLT.09.069195>
9. Ministério da Saúde. Guia Alimentar para a População Brasileira [Internet]. Brasília; 2014. 158 p. Available from:

https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_alimentar_populacao_brasileira_2ed.pdf

10. Sun Z, Scherer L, Tukker A, Behrens P. Linking global crop and livestock consumption to local production hotspots. *Glob Food Sec*. 2020 Jun 1;25:100323.

11. Garzillo JMF, Poli VFS, Leite FHM, Steele EM, Machado PP, da Costa Louzada ML, et al. Ultra-processed food intake and diet carbon and water footprints: a national study in Brazil. *Rev Saude Publica* [Internet]. 2022;56(6):1–9. Available from: <https://doi.org/10.11606/s1518-8787.2022056004551>

12. Nilson EA, Ferrari G, Louzada MLC, Levy RB, Monteiro CA, Rezende LFM. Premature Deaths Attributable to the Consumption of Ultra-Processed Foods in Brazil. *Am J Prev Med* [Internet]. 2022;64(1):129–36. Available from: <https://doi.org/10.1016/j.amepre.2022.08.013>

Fortalecendo as Relações Árabe-Latino-Americanas: O Projeto 'Arab Latinos' da UNESCO

Fabiane Gaspar, Gisele Sanglard e Vitor Rodrigues

Desde meados do século XIX, a relação entre imigrantes árabes e a América Latina tem se intensificado devido a fluxos migratórios originados de conflitos na região árabe ao longo do tempo. A maioria desses imigrantes optou por se estabelecer no comércio popular dos grandes centros urbanos, deixando sua marca nas cidades. Por exemplo, em São Paulo, encontramos uma presença marcante na Rua 25 de Março, enquanto no Rio de Janeiro eles se concentram no bairro conhecido como Saara. Em outros países da América Latina, como Peru, Honduras, Equador e Nicarágua, os imigrantes árabes também se destacaram no setor têxtil, contribuindo para a dinâmica econômica dessas regiões³¹.

As relações políticas e econômicas entre o mundo árabe e a América Latina têm crescido a cada ano. Por exemplo, as exportações do Brasil para a Liga Árabe atingiram um valor recorde de US\$ 17,74 bilhões em 2022, representando um aumento de 23,06% em relação ao ano anterior. No entanto, nas esferas acadêmicas e culturais, essa relação ainda possui pouca relevância. Atualmente, estima-se que 18 milhões de pessoas na América Latina sejam descendentes de árabes, e esse número tende a aumentar com os recentes fluxos de refugiados sírios para a região. Com o objetivo de intensificar essa relação intercultural, a UNESCO lançou em 2022 o projeto "Arab Latinos", que consiste em um plano de ação para o período de 2023 a 2027, visando estimular o diálogo intercultural entre o Sul Global.

Atualmente é de máxima prioridade a questão do diálogo intercultural, do saber e das capacidades. O que está em causa é promover a ideia de um patrimônio cultural plural e promover a tolerância em um mundo cada vez mais consciente de sua interdependência (Angela Melo, Diretora de Inclusão Social e Juventude no setor de Ciências Humanas e Sociais da Unesco).

O plano de ação inclui quatro pilares principais: 1) ferramentas, métodos e estímulos para pesquisa e produção de conhecimento; 2) promoção, comunicação e conscientização; 3) capacitação; e 4) grupo de especialistas.

No pilar "Ferramentas, métodos e estímulos à pesquisa e à produção de conhecimento", são estabelecidas as bases teóricas e os métodos utilizados na investigação dos vínculos entre as culturas árabes e os países da América Latina. A primeira reunião de especialistas definiu propostas para esse pilar, como a criação de um grupo transregional de especialistas, o fortalecimento das produções acadêmicas existentes, a criação de redes de pesquisa e mobilidade, o estímulo à criação de programas de estudos árabes e latino-americanos, o mapeamento de iniciativas de diálogo entre a sociedade civil, a criação de bolsas de pesquisa, prêmios e fundos de mobilidade, e o desenvolvimento de ações digitais e de mídia que promovam a diversidade cultural e o diálogo entre as sociedades civis envolvidas. Essas medidas

³¹ https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000384020_por?posinSet=39&queryId=afea2550-6d7f-4471-8b3d-e9f886f2d28f
<https://anba.com.br/unesco-lanca-no-brasil-o-projeto-arab-latinos/>
<https://anba.com.br/arab-latinos-recebeu-apoio-de-conselho-executivo-da-unesco/#:~:text=A%20iniciativa%20foi%20criada%20pelo,Latina%20e%20os%20pa%C3%ADses%20C3%A1rabes.>
<https://diplomatie.org.br/arabes-na-america-latina/>
<https://anba.com.br/de-1500-a-2020-arabes-encontram-no-brasil-seu-novo-lar/>
<https://opresenterural.com.br/exportacoes-aos-paises-arabes-tem-recorde-historico/#:~:text=A%20corrente%20de%20com%C3%A9rcio%20no,US%24%202%2C71%20bilh%C3%B5es.&text=Os%20produtos%20do%20agro%20foram,altos%20na%20compara%C3%A7%C3%A3o%20com%202021.>

visam apoiar a produção de conhecimento abrangendo diferentes áreas e perspectivas transregionais e transdisciplinares.

O eixo "Promoção, comunicação e conscientização" é essencial para ampliar o entendimento sobre o intercâmbio intercultural e o diálogo que impactam positivamente uma mudança social duradoura. O Grupo de Experts definiu propostas para esse pilar, como a produção de materiais multimídia, o mapeamento e digitalização de arquivos relacionados às trajetórias transregionais, o fortalecimento de festivais e exposições artísticas e culturais, a identificação e preservação do patrimônio cultural tangível e intangível, a promoção do patrimônio linguístico compartilhado e dos encontros musicais, cinematográficos e audiovisuais transregionais. Além disso, será desenvolvida uma plataforma online multilíngue para o projeto e uma estratégia de comunicação transregional e multilíngue. Essas ações visam promover a diversidade cultural, fortalecer a mobilidade artística e promover a cooperação e o diálogo entre as diferentes sociedades envolvidas.

O pilar "Capacitação" do plano de ação envolve atividades de apoio ao desenvolvimento de competências interculturais, institucionais e técnicas para alcançar os objetivos gerais do projeto. O Grupo de Experts definiu propostas como a produção de conteúdo audiovisual para educadores, a divulgação de boas práticas de organizações da sociedade civil que conservam a língua e cultura árabe, a criação de materiais didáticos para o aprendizado da língua, história e cultura árabe, o apoio aos educadores em assuntos relacionados à cultura árabe, o fortalecimento das capacidades dos interessados por meio de ferramentas e cursos introdutórios sobre a cultura árabe, a implementação de cursos e ações informativas para reunir a sociedade civil da região árabe-latino-americana, e o apoio à defesa do projeto "Arab Latinos!" junto às organizações da sociedade civil e aos Estados membros da região.

A UNESCO endossa e apoia o projeto "Arab Latinos!" por meio do Grupo de Experts, garantindo o acompanhamento e coordenação das ações. O grupo é composto por especialistas da Argentina, Brasil, Chile, Colômbia e México, com a possibilidade de incorporar especialistas de outros países. Eles se reunirão anualmente em diferentes países para descentralizar as atividades e avaliar o impacto do projeto. Os membros do grupo também organizarão sessões de intercâmbio com instituições e governos locais, acadêmicos e culturais, e redes da sociedade civil para promover parcerias transregionais e destacar a importância do diálogo intercultural para a inclusão social.

Seminário 7 – UNESCO – Implantação de Energias Renováveis em Larga Escala para Mitigação das Mudanças Climáticas.

Dando continuidade a seus seminários, ocorrerá no 10 de julho de 2023 o 7º seminário da UNESCO que tem como objetivo explorar o papel fundamental da implantação de energias renováveis em larga escala para mitigar as mudanças climáticas. Serão discutidas as melhores práticas, desafios e oportunidades relacionados à digitalização e ao uso de energias renováveis na redução das emissões de gases de efeito estufa. O evento reunirá especialistas, cientistas, pesquisadores, formuladores de políticas e profissionais, proporcionando uma plataforma para compartilhar conhecimentos, promover colaboração e identificar tendências futuras nesse campo. Além disso, será uma oportunidade de conectar as Cátedras da UNESCO nessa área, para impulsionar esforços colaborativos na transição para um futuro mais sustentável e com baixa emissão de carbono.

How health literacy can improve health outcomes

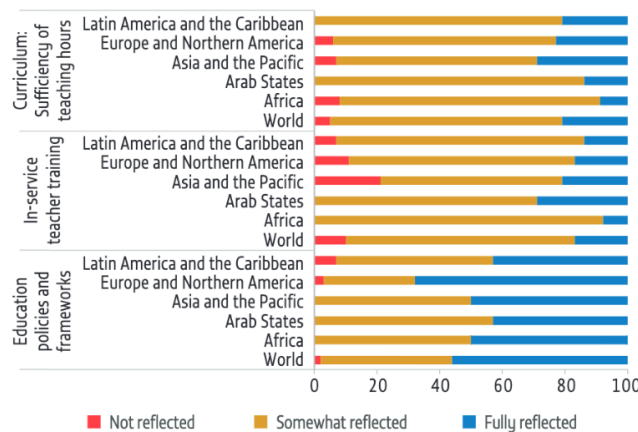
Cecilia de Lamare Hunt

Education as a Social Development Goal

The United Nations (UN) has placed quality education as their fourth priority on their 17 Sustainable Development Goals (SDGs) list to achieve a peaceful, healthy, and prosperous world by 2030. The goal outlines ten key targets within it which encompass free, accessible, quality education, and vocational training for both girls and boys. This objective is not just aimed at ending gender-based and wealth disparities in terms of education level and job attainability, it also targets ensuring that people gain the ability to promote and learn how to achieve sustainable development and lifestyles. To reach these goals, particularly in the context of education, there must be an increase of focus on health literacy and an emphasis on creating actionable policies therein.

Since 2000, there have been significant improvements made to educational attainment levels worldwide. As reported by the UN, enrollment in primary education in developing countries reached 91% in 2015. In Sub-Saharan Africa, where the most prominent disparities occur, this rate increased from 52% in 1998 to 72% in 2012¹⁷. In 2016, the progress made on the 1974 UNESCO Recommendation concerning Education for International Understanding, Co-operation and Peace Education relating to Human Rights and Fundamental Freedoms of 83 nations was reported on. According to the data, 60% of them reported that they fully reflect the recommendations and guiding principles of SDG 4 in their policies, but implementation lingers at about 17% in various areas which can be identified in Figure 1¹⁸.

Figure 1: Countries reflecting principles of the 1974 UNESCO Recommendation in their education policy, teacher education, and curricula, 2013-2016



Source: UNESCO

It is important to note how the COVID-19 pandemic significantly affected educational access and quality while exacerbating social inequalities in health around the globe. In England for example, large disparities in the quality and quantity of remote online schooling were linked to socioeconomic level. More than 50% of low-income students received no online schooling and 10% of low-income students spent less than an hour per day on schoolwork⁹. This is a cause for concern because the evidence shows that more highly educated individuals tend to form healthier populations. These have traditionally been privileged groups in wealthier and more

developed nations, and quality of education disparities persist for low socioeconomic groups around the world. In the 2020 Global Education Monitoring report, UNESCO's general director Audrey Azoulay reported: "Disadvantaged groups are kept out or pushed out of education systems, by exclusion from curricula, irrelevant learning objectives, stereotyping in textbooks, discrimination in allocation and assessments, tolerance of violence and neglect of needs."⁹ This represents the significance of the international discourse on how SDG 4, education, can directly respond to and address SDG 3, which seeks good health and wellbeing. It becomes a cascading effect to which extent improving education multidimensionally on a global scale can have positive reverberating consequences in many other areas as well.

How Education Impacts Health

The relationship between higher versus lower educational attainment on health outcomes has been widely recognized and researched. In a study conducted in 1999, the age-adjusted mortality rate of high school dropouts from ages 25-64 was almost two times larger than their counterparts with even just some college education⁶. The authors of a National Longitudinal Mortality Study (NLMS) in the US found that an increase of one year of educational attainment resulted in an increase of life expectancy by about 0.18 years⁶ and increasing schooling by an additional 4 years, reduced the five-year mortality rate by 1.8 percentage points, lowered the risk of heart disease by 2.16% and diabetes by 1.6%. Individuals with more education tend to suffer from fewer chronic and acute preventable diseases such as but not limited to, heart disease, diabetes, hypertension, high cholesterol, emphysema, ulcers, and asthma⁶. They also have lower rates of anxiety, depression, and functional limitations and miss fewer days of work due to illness. Although it was found that those who were more educated tried illegal drugs more frequently than those who were not, it was noted that higher education was an enabling factor for giving up the use of these drugs and thus they tend to have lower rates of alcoholism, tobacco addiction, and obesity⁶.

To explain *why* more highly educated individuals, tend to be healthier, some links have been made to income. One study in 1998 found that offering \$1000 USD (not adjusted for inflation) in grant aid resulted in an increase in education by about 0.16 years which translated to about 0.03-0.1 additional years of life, which in present value yields approximately \$2,250-\$7,200 USD in today's value, a very large rate of return⁶. However, the educational impacts on income can only explain a portion of the positive health outcomes, while the phenomenon of knowledge gaps on health literacy can help to supplement our understanding of these disparities.

As defined by author Natalie Wexler, knowledge gaps describe the phenomenon by which the more general knowledge a person possesses, the better they can glean information, perform better while reading, and often perform better in life. This general knowledge does not include skills learned in schools, it mainly surrounds the background information we obtain from our families and environments, which we utilize when consuming news and information¹⁹. Children of higher socioeconomic upbringings often are surrounded by more highly educated individuals, including parents, family members, friends, etc. who unintentionally provide them with this informational advantage. There have been many initiatives to reduce disparities in reading performance between low and high socioeconomic areas, often focusing on foundational and comprehension skills and strategies. This has not worked. The research shows, that to narrow this persistent gap, schools additionally must immerse children in content-rich subjects to build supplemental knowledge beginning before or at kindergarten age¹⁹.

In the context of health literacy, this phenomenon becomes extremely relevant. Health literacy describes an individual's ability to access, understand, and use information to maintain and promote personal, familial, and community health. For many disadvantaged individuals worldwide, there are great barriers to this and knowledge gaps are a significant reason. When individuals do not possess the background information to understand things like medical and public health news, basic health information, and medication dosing instructions, they are much more likely to experience negative health outcomes⁷. It is also key to the promotion of sustainable lifestyles, systems, and individual preparedness, along with the prevention of both communicable and non-communicable diseases¹³. People with low health literacy are 1.5-3 times more likely to experience increased hospitalization or death and have higher overall rates of depression than those with adequate levels of health literacy⁸.

Improving health literacy is likely to not only help people understand how to be healthier and why it is important for them, but also to help them grasp the reasons behind public health recommendations and reflect on outcomes of their actions and decisions. This can extend further to thinking beyond personal interests and taking social responsibility within their ethical viewpoints¹³. One study states the importance of health literacy in the global public health arena: "Health literacy has emerged as one of the strongest psychosocial determinants of health outcomes, and explains a range of health inequalities by age, ethnicity and socio-economic position."¹⁶.

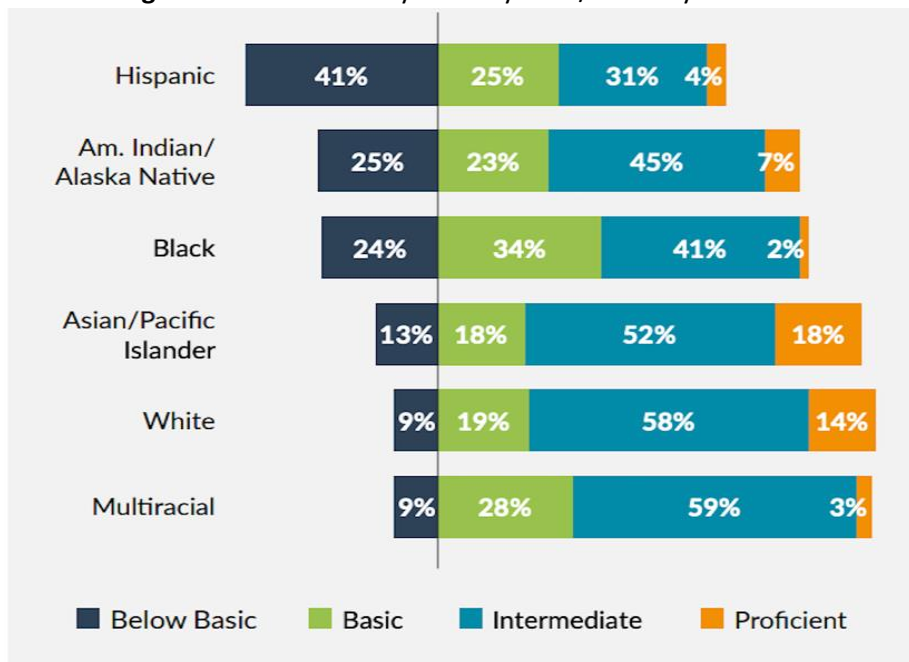
COVID-19 as a Case Study:

A perfect example of the significance of the health literacy knowledge gap on global public health outcomes was represented during the COVID-19 pandemic. One of the challenges with COVID-19 was that when it emerged, it was a novel virus which had not been studied, had no known prevention methods (vaccine) nor any known treatments. Because of this, during the time it took for this research and development to occur, any transmission mitigation efforts had to be focused on alterations to human behavior. Any effective behavior changes rely upon diverse communities and patient groups worldwide to understand, trust, and act on the evolving health advice from experts. This became difficult as an info-demic simultaneously arose, causing mass waves of misinformation (false or inaccurate information) and disinformation (false information which is deliberately intended to mislead) to call into question the advice being disseminated from trusted experts and institutions¹.

An individual's level of health literacy was found to significantly influence their COVID-19 preparedness, understanding, and habits surrounding transmission mitigation. In a national cross-sectional study in Australia, the researchers reported numerous disparities between individuals of high and low health literacy levels. According to the study, individuals with inadequate health literacy levels reported the threat posed by COVID-19 as lower, reported the likelihood of getting sick as lower, were less likely to be able to name 3 key symptoms *and* prevention methods of COVID-19, were less likely to report social distancing as important and were more likely to believe and agree with misinformation statements surrounding vaccine effectiveness, the overall threat of the virus, and herd immunity. These individuals were also more likely to have lower average annual incomes and have a background of a language other than English¹⁶. This data combined with findings that in the US, Hispanic populations, followed by Native Americans, then African Americans, the same three groups with lowest educational attainment and average income levels have the highest levels of health illiteracy, as seen in Figure 2¹⁰ can help explain, among other factors, why the same three ethnic groups also experienced the highest rates of cases, hospitalizations, and deaths from COVID-19 in the US,

viewable in Table 1⁴. Comprehensive health information thus must be provided within education systems beginning in early years. This is essential for forming foundational health knowledge which can be built upon to ultimately narrow health literacy gaps to reduce health outcome disparities in populations of differing socioeconomic levels. Governments and public health organizations must also tailor health informatics to be accessible and understandable by populations which might possess inadequate levels of health literacy, which can be done in a variety of ways, but should be specific to each one.

Figure 2: Health Literacy Level by Race/Ethnicity in the US



Source: NAAL (2003); Kutner et al. 2006

Table 1: Ratio Rates of COVID-19 Cases, Hospitalizations, and Deaths by Ethnicity in the US

Rate ratios compared to White, Non-Hispanic persons	American Indian or Alaska Native, Non-Hispanic persons	Asian, Non-Hispanic persons	Black or African American, Non-Hispanic persons	Hispanic or Latino persons
Cases¹	1.6x	0.8x	1.1x	1.5x
Hospitalization²	2.4x	0.7x	2.0x	1.8x
Death^{3,4}	2.0x	0.7x	1.6x	1.7x

Source: CDC

Global Progress

In 2009, the United Nations ECOSOC Ministerial Declaration provided a mandate calling for the development of action plans to promote health literacy to empower citizens, reduce

health inequalities and promote sustainable environments. Since then, various nations and regions have drafted and implemented such plans.

Since the UN Mandate in 2009, nations around the globe have drafted and implemented different action plans to address health literacy rates. Focusing on the proposals by the US, UK, Singapore, Australia and Nairobi, there are many parallels that can be drawn between them. Primarily, these action plans all provide a framework which identifies the public health implications of low health literacy rates and outlines goals which promise to address them. These goals surround creating and ensuring access to palatable and understandable health information so that individuals of diverse identities and cultural backgrounds can promote their own, their families, and their community's health in a sustainable way. Another common theme throughout these different action plans is promising improved education that supports local entities and uses community members and resources as information disseminators and teachers to ensure the content is communicated effectively. There are a few initiative examples which are provided in various countries that work to accomplish specific goals within specific communities. The MindEd program in the UK is one of these. With a virtual interface, MindEd is a free e-learning program designed to teach adults how to better understand and support children with mental health issues⁸. Australia has also placed emphasis on addressing digital health literacy, outlining the need to educate its citizens on finding and discerning accurate health news and information online and in the media¹². Although these initiatives are novel and innovative, across the board, these action plans serve more as frameworks and blueprints rather than legislative steps which place accountability and responsibility on the government for actionable results.

In the South American region, there has been little governmental action to address low levels of health literacy. Responding to this in Brazil, a branch of the Ministry of Health, Fiocruz, has drafted a short book and video outlining the importance of health literacy and why attention must be called to the issue. Another non-governmental organization comprised of a network of Brazilian scholars and health professionals who are passionate about the issue formed REBRALS – the Brazilian Health Literacy Network. Launched in 2019, it is a growing group of participants from all Brazilian regions representing a wide range of health disciplines. They hold annual health literacy conferences which draw hundreds of people and speakers from around the world.

Conclusion

Improved health literacy will not only promote personal health, but also consciousness around the importance of individual actions and their implications on community and public health. Education to promote a range of benefits to individuals, their communities, and the world is listed as the fourth priority on the United Nations' Sustainable Development Goals of 2030. For education to effectively achieve these goals, along with those of SDG 3, improved health and wellbeing for all, health literacy must be highlighted as a significant area of focus. A 2009 UN Mandate on recognizing the importance of health literacy prompted some global progress, however, there lack plans and policies which would provide funding and oversight to ensure the strategic implementation and adherence to reach these goals. The COVID-19 pandemic was an unfortunate lesson on the implications of low levels of health literacy on personal and public health, particularly within the context of differing socioeconomic level. Marginalized groups felt the brunt of the effects of the pandemic due to their heightened susceptibility to the infodemic, many paying for this with their lives or those of their loved ones. Through providing comprehensive, fundamental, health education to children beginning at

young ages, knowledge gaps leading to health literacy gaps can narrow and health outcomes for disadvantaged groups can improve.

References

1. American Psychological Association. (n.d.). *Misinformation and disinformation*. American Psychological Association. <https://www.apa.org/topics/journalism-facts/misinformation-disinformation>
2. Arrighi, E., Ruiz de Castilla, E. M., Peres, F., Mejía, R., Sørensen, K., Gunther, C., Lopez, R., Myers, L., Quijada, J. G., Vichnin, M., & Pleasant, A. (2021). Scoping Health Literacy in Latin America. *Global Health Promotion, 29*(2), 78–87. <https://doi.org/10.1177/175797592111016802>
3. Centers for Disease Control and Prevention. (2023, May 19). *Understanding health literacy*. Centers for Disease Control and Prevention. <https://www.cdc.gov/healthliteracy/learn/understanding.html>
4. Centers for Disease Control and Prevention. (n.d.). *Risk for COVID-19 infection, hospitalization, and death by Race/Ethnicity*. Centers for Disease Control and Prevention. <https://www.cdc.gov/coronavirus/2019-ncov/covid-data/investigations-discovery/hospitalization-death-by-race-ethnicity.html>
5. Cutler, D. M., & Lleras-Muney, A. (2006, July 3). *Education and health: Evaluating theories and evidence*. NBER. <https://www.nber.org/papers/w12352>
6. *The effects of education on health*. NBER. (n.d.). <https://www.nber.org/digest/mar07/effects-education-health>
7. *Improving health literacy could prevent nearly 1 million hospital ...* United Health Group. (2020). <https://www.unitedhealthgroup.com/content/dam/UHG/PDF/About/Health-Literacy-Brief.pdf>
8. Improving health literacy to reduce health inequalities. (n.d.). https://assets.publishing.service.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/460710/4b_Health_Literacy-Briefing.pdf
9. The Lancet Public Health. (2020). Education: A neglected social determinant of health. *The Lancet Public Health, 5*(7). [https://doi.org/10.1016/s2468-2667\(20\)30144-4](https://doi.org/10.1016/s2468-2667(20)30144-4)
10. Lopez, C., Kim, B., & Sacks, K. (n.d.). *Health Literacy in the United States*. Health Literacy in the United States: Enhancing Assessments and Reducing Disparities. https://milkeninstitute.org/sites/default/files/2022-05/Health_Literacy_United_States_Final_Report.pdf
11. National action plan to improve health literacy. (n.d.). <https://health.gov/our-work/national-health-initiatives/health-literacy/national-action-plan-improve-health-literacy>
12. *National Health Literacy Strategy Framework Consultation*. National Health Literacy Strategy Framework Consultation - Australian Government Department of Health - Citizen Space. (n.d.). <https://consultations.health.gov.au/national-preventive-health-taskforce/national-health-literacy-strategy-framework-consul/>
13. Paakkari, L., & Okan, O. (2020). Covid-19: Health literacy is an underestimated problem. *The Lancet Public Health, 5*(5). [https://doi.org/10.1016/s2468-2667\(20\)30086-4](https://doi.org/10.1016/s2468-2667(20)30086-4)
14. *Rebrals - Rede Brasileira de Letramento em Saúde*. REBRALS. (2023, June 8). <https://rebrals.com.br/>
15. The Singapore Action Plan to improve health literacy. (n.d.). <https://www.ih4health.org/wp-content/uploads/2015/03/The-Singapore-Action-Plan-to-Improve-Health-Literacy.pdf>
16. Skilton, N. (2020, December 8). *Health literacy and disparities in covid-19–related knowledge, attitudes, beliefs and behaviours in Australia*. PHRP. <https://www.phrp.com.au/issues/december-2020-volume-30-issue-4/health-literacy-and-disparities-in-covid-19-related-knowledge-attitudes-beliefs-and-behaviours-in-australia/#TocEntry0>
17. *Sustainable development goals: United Nations Development Programme*. UNDP. (n.d.). https://www.undp.org/sustainable-development-goals/quality-education?gclid=Cj0KCCQjw7aakBhDPArisAKGa0oLBAY_E2RnXD3yuvYTtRg3ecJobeMhSZuuW6XwR5dbRduYMeqBhxZcaAlvrEALw_wcB

18. UNESCO Institute for Statistics. (2019). *Meeting commitments: are countries on track to achieve SDG 4?*. Unesco Digital Library. <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000369009>
19. Wexler, N. (n.d.). *The Knowledge Gap: What it is and how to narrow it*. National Council for Social Studies. <https://www.socialstudies.org/professional-learning/knowledge-gap-what-it-and-how-narrow-it>
20. World Health Organization. (1970, January 1). *Health Literacy Toolkit for low- and middle-income countries : A series of information sheets to empower communities and strengthen health systems*. World Health Organization. <https://apps.who.int/iris/handle/10665/205244>

O Novo Pacto de Financiamento Global e as Instituições Financeiras Multilaterais
The New Global Financing Pact and Multilateral Financial Institutions

Isis Pillar Cazumbá

Abstract. *This article aims to discuss the participation of multilateral financial institutions - IDB, World Bank and IMF - during the Meeting on the New Global Financing Pact, which proposed changes in the current international system, in the face of a worrying world scenario, such as the increasing poverty, the high debt of the poorest countries and climate change.*

Keywords: *Global Health Diplomacy 1. Global Financing 2. IDB 3. World Bank 4. IMF 5.*

Resumo. Este artigo tem o propósito de discorrer sobre a participação das instituições financeiras multilaterais – BID, Banco Mundial e FMI – durante a Reunião sobre o Novo Pacto de Financiamento Global, que propôs mudanças no atual sistema internacional, diante de um cenário mundial preocupante, como o aumento da pobreza, da elevada dívida dos países mais pobres e das alterações climáticas.

Palavras-chave: Diplomacia da Saúde Global 1. Financiamento Global 2. BID 3. Banco Mundial 4. FMI 5.

Lutar contra a desigualdade, combater as mudanças climáticas e proteger a biodiversidade. Estes três alvos foram os que conduziram a Reunião sobre o Novo Pacto de Financiamento Global, realizada em Paris, França, no final de junho.

O evento contou com a presença de líderes de todo o mundo, representantes das instituições financeiras, de organizações internacionais e do setor privado, com o objetivo de elaborar um sistema financeiro mais justo e inclusivo, entendendo que o atual sistema não está funcionando para todos. Os princípios estabelecidos durante a reunião visaram garantir que os países de baixa e média rendas tenham acesso ao financiamento necessário para promover o desenvolvimento sustentável e enfrentar os desafios globais, como por exemplo, as mudanças climáticas.

A Reunião sobre o Novo Pacto de Financiamento Global acontece antes dos eventos do Grupo dos Vinte (G20) e da Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP 28), que estão marcados para o final de 2023. Para muitos, esta reunião foi encarada como uma via para futuras reformas e uma cooperação financeira mais equilibrada entre o Norte e o Sul.

Compreendendo que a credibilidade do sistema internacional precisa ser reestabelecida, a reunião mostrou que há necessidade de criar condições equitativas para que os países com menos recursos consigam lidar com as alterações climáticas e desenvolver a sustentabilidade financeira, já que muitos desses países encontram-se em dificuldades para honrar as balanças de pagamento.

BID, Banco Mundial e FMI: a participação das instituições na reunião

Banco Mundial (BM) e o Fundo Monetário Internacional (FMI) copresidiram uma Mesa Redonda de Alto Nível na Reunião do Novo Pacto de Financiamento Global.

De acordo com o BM, o objetivo dessa Mesa Redonda foi identificar quais ações necessárias para mobilizar o financiamento climático privado nos países em desenvolvimento e em mercados emergentes antes da realização da COP 28.

No entendimento dos participantes da Mesa, o financiamento climático vigente para estes países tem sido ineficiente, ocasionando o não cumprimento das metas do Acordo de Paris. Sendo assim, os países precisam recorrer aos bancos multilaterais e a outros financiamentos. As soluções pensadas para conseguir que os países atinjam as metas envolvem “desbloquear o financiamento privado local e internacional, aumentar a capacidade técnica para construir um *pipeline* de projetos climáticos financiáveis e implementar políticas públicas para estabelecer um ambiente propício para o investimento na transição verde” (Banco Mundial, 2023).

A diretora-geral do FMI, Kristalina Georgieva mostrou entusiasmo com as diretrizes da reunião, mostrando em sua declaração a necessidade de engajamento para ajudar na resolução de problemas:

Dado o enorme financiamento necessário para proporcionar a transição para economias verdes e resilientes, é vital que trabalhemos em parceria para acelerar os fluxos de investimento – particularmente para economias emergentes e em desenvolvimento. Todos têm um papel a desempenhar – instituições multilaterais, autoridades nacionais e o setor privado – cada um usando sua experiência e pontos fortes comparativos. Trabalhando juntos, podemos aproveitar o poder do capital privado na luta contra as mudanças climáticas (Kristalina Georgieva, 2023).

Ajay Banga, presidente do BM, identificou que os países e os demais organismos internacionais têm sido insuficientes na luta contra o avanço da pobreza e das alterações climáticas, indicando que um envolvimento maior do setor privado possa trazer melhores condições para desenvolver resultados:

Governos, instituições multilaterais e filantrópicas não são suficientes para fazer progressos adequados em direção às metas de clima e pobreza em mercados emergentes e países em desenvolvimento. A escala do nosso desafio exige que o setor privado desempenhe um papel significativo ao lado do Grupo Banco Mundial e de outras instituições de desenvolvimento. Durante anos, tentamos – e não conseguimos – mobilizar investimentos privados significativos nestes mercados. Dada a urgência e a dimensão dos nossos desafios interligados, temos de tentar uma nova abordagem. O Laboratório de Investimento do Setor Privado – copresidido por Mark e Shriti – é um passo concreto em um esforço mais amplo para desenvolver e escalar rapidamente soluções que abordem as barreiras que impedem o investimento do setor privado em mercados emergentes (Ajay Banga, 2023).

FMI e BM e os demais integrantes da Mesa Redonda concordaram de se reunirem mais vezes com o intuito de criar estratégias para colocar em prática as ideias desenvolvidas durante a reunião.

O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o FMI decidiram intensificar a parceria para ajudar no financiamento climático da América Latina e do Caribe (ALC). As duas instituições financeiras observaram que, a construção das economias livres de carbonos até 2050 necessitam de forte investimento para mitigar as alterações climáticas. De acordo com o BID, a cooperação entre as duas instituições tem como o intuito aprofundar o que está vigente

e funcionando e promover condições favoráveis para elaborar novos projetos na área e atrair o capital privado. Como um dos maiores bancos regionais em financiamento verde, o BID quer aplicar estratégias para acelerar o processo de financiamento climático na região, cogitando via reformas políticas e mecanismos flexibilizados (títulos verdes, fundo regional climático e instrumentos financeiros compostos).

Em direção à saúde, os bancos multilaterais resolveram participar de uma plataforma que irá atuar na promoção e no fortalecimento dos serviços considerados essenciais de atenção primária resilientes ao clima e a instabilidade vivida pelos países mais vulneráveis. A Plataforma de Investimento de Impacto na Saúde foi lançada no decorrer da Reunião, tendo como idealizadora a Organização Mundial da Saúde (OMS). A Organização será a coordenadora de políticas do mecanismo e terá como responsabilidade definir a liberação de financiamento de acordo com as agendas de prioridades dos países. Inicialmente, a Plataforma autorizou um montante de 1,5 mil milhões de euros em empréstimos concessórios aos países em condições de maior vulnerabilidade.

A saber, a OMS estimou antes da pandemia que, os países de baixa e média rendas precisavam de US\$ 371 bilhões para alcançar os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) referentes à saúde até o ano de 2030. Avaliando a possibilidade de novas pandemias, a OMS definiu investimentos perto dos US\$ 31,1 bilhões anuais e que parte desse valor deveria ter financiamento da comunidade internacional.

De acordo com o BID, o Banco ainda está estudando se adere a Plataforma, pois entende que se trata de um problema que atinge fortemente a ALC e que urge na criação de ações para mitigar os seus efeitos.

Conclusão

É certo afirmar que o mundo enfrenta o cenário mais problemático em décadas. Após o choque da COVID-19, a dívida pública alcançou patamares históricos em todas as nações – um terço dos países em desenvolvimento e dois terços dos países de baixa e média rendas estão em situação de elevada exposição financeira.

A taxa de inflação subiu e a política monetária apertada cria volatilidade financeira, reduzindo os acertos. A redução da pobreza global, que durante muitas décadas esteve em uma crescente, neste momento está interrompida, necessitando urgentemente ser modificada para retornar a patamares anteriores. Com estes fatos alarmantes, fica praticamente inatingível o cumprimento dos ODS.

Fundamental para o processo de desenvolvimento da sustentabilidade e da redução da pobreza, a comunidade internacional precisa se envolver mais, pois, estes dois objetivos não vão acontecer sem um grande apoio.

Em se tratando das mudanças climáticas, os países mais pobres não possuem tantas alternativas como os países mais avançados economicamente. Criar políticas e ampliar o financiamento climático pode ser uma solução para os países de baixa e média rendas não ficaram para trás.

A realização da reunião para formular um Novo Pacto Global Financeiro pode ser encarada como um ponto de partida para a criação de ações necessárias, já que daqui a poucos meses, teremos as reuniões do G20 e da COP 28.

Referências

Inter-American Development Bank [homepage na internet]. IDB and IMF deepen ties catalyze climate reforms and private sector resources climate action. [acesso em 27 jun 2023]. Disponível em: <https://www.iadb.org/en/news/idb-and-imf-deepen-ties-catalyze-climate-reforms-and-private-sector-resources-climate-action>

Inter-American Development Bank [homepage na internet]. Multilateral development banks and who launch new investment platform strengthen primary. [acesso em 27 jun 2023]. Disponível em: <https://www.iadb.org/en/news/multilateral-development-banks-and-who-launch-new-investment-platform-strengthen-primary>

Nouveau Pact e Financier [homepage na internet]. [acesso em 27 jun 2023]. Disponível em: <https://nouveaupactefinancier.org/en.php#apropos>

World Bank [homepage na internet]. Statement from International Monetary Fund Managing Director, COP28 President-Designate, President of the World Bank Group, and UN Special Envoy for Climate Action and Finance [acesso em 29 jun 2023]. Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/news/statement/2023/06/29/statement-from-international-monetary-fund-managing-director-cop28-president-designate-president-of-the-world-bank-group>

**Propriedade intelectual e recursos genéticos, conhecimento tradicional e folclore:
Desafios para a Conferência Diplomática**

***Intellectual property and genetic resources, traditional knowledge and folklore:
Challenges for the Diplomatic Conference***

Claudia Chamas

Abstract. *In June 2023, the 47th ICG WIPO meeting was held in Geneva, while the African Regional Meeting took place in Algiers. The agenda of these gatherings included discussions on crucial topics such as the mandatory recognition of the origin of genetic resources and traditional knowledge in patent documents, as well as the promotion of benefit sharing. Additionally, preparations were made for the upcoming Diplomatic Conference scheduled for 2024. These events aim to address the current insufficiencies in multilateral legal provisions and the harmonization of national systems, with the ultimate goal of enhancing transparency, quality, and effectiveness in intellectual property practices. By encouraging innovation processes, preventing misappropriations, and providing predictability, these initiatives will drive positive advancements in the field of intellectual property.*

Keywords: *intellectual property; genetic resources; traditional knowledge; folklore; diplomacy*

Resumo. A 47ª reunião do ICG OMPI e o African Regional Meeting ocorreram em junho de 2023. A pauta inclui discussões sobre o reconhecimento obrigatório da origem de recursos genéticos e conhecimentos tradicionais em documentos de patentes e a promoção da repartição de benefícios. Tratou também da preparação para Conferência Diplomática sobre o tema, que ocorrerá em 2024. O ajuste das provisões legais multilaterais, atualmente insuficientes, e a harmonização de sistemas nacionais trarão transparência, qualidade e eficácia mais amplas aos atos no campo da propriedade intelectual e incentivarão processos de inovação, evitando apropriações indevidas e proporcionando previsibilidade.

Palavras-chave: propriedade intelectual; recursos genéticos; conhecimento tradicional; folclore; diplomacia

47a Reunião do IGC

A regulação internacional dos recursos genéticos encontra respaldo, principalmente, na [Convenção sobre Diversidade Biológica](#) (CDB) (em inglês, *Convention on Biological Diversity*), criada em 1992, no Rio de Janeiro, e no [Protocolo de Nagoia sobre Acesso a Recursos Genéticos e Repartição Justa e Equitativa dos Benefícios Derivados de sua Utilização à Convenção sobre Diversidade Biológica](#) (em inglês, *Nagoya Protocol on Access to Genetic Resources and the Fair and Equitable Sharing of Benefits Arising from their Utilization to the Convention on Biological Diversity*), instituído em 2010, em Nagoia, e ratificado pelo Brasil, em 2021. Após a adoção do [Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio](#) (Acordo TRIPS), em Marraqueche, em 1994, abriu-se longo debate sobre potenciais interseções e conflitos entre a CDB e o TRIPS. O assunto foi tratado diversas vezes em reuniões do Conselho de TRIPS da [Organização Mundial do Comércio](#) (OMC, 2022). Em especial, vale lembrar a proposta (documento IP/C/W/438, de 2004) de Bolívia, Brasil, Cuba, Equador, Índia, Paquistão, Peru, Tailândia e Venezuela: “The Relationship between the TRIPS Agreement and the Convention on Biological Diversity (CBD) and the Protection of Traditional Knowledge-Elements of the Obligation to Disclose Evidence of Prior Informed Consent under the

Relevant National Regime”. No texto, os países buscavam o aprimoramento do sistema de patente por meio do apoio aos objetivos da CDB, promovendo acesso consensual, uso sustentável dos recursos genéticos e repartição justa e equitativa dos benefícios da utilização dos componentes da biodiversidade (OMC, 2004). A temática aparece em outros órgãos do sistema das Nações Unidas, como a UNCTAD, refletindo o grau de importância e urgência para regulação mais adequada (UNCTAD, 2020).

No âmbito da [Organização Mundial de Propriedade Intelectual](#) (OMPI), a discussão deu início a negociações na interface das regras do sistema internacional de patentes e da CDB. Esse escopo envolve: “(i) amplo reconhecimento da soberania sobre os recursos genéticos, (ii) exigência de consentimento prévio informado do país anfitrião como condição de acesso aos recursos genéticos e (iii) provisão para a distribuição equitativa dos benefícios de exploração de tais recursos.”. A situação geral é insatisfatória para os países que abrigam biodiversidade relevante, porque a aplicação dos direitos oriundos da CBD desses países depende apenas de iniciativa de cooperação. Por isso, a reivindicação dos países do Sul baseia-se na obrigatoriedade da divulgação da origem dos recursos genéticos nos pedidos de patente e na repartição equitativa de benefícios (Abbott, 2005).

Em 2000, os Estados Membros da OMPI estabeleceram o [Comitê Intergovernamental sobre Propriedade Intelectual e Recursos Genéticos, Conhecimento Tradicional e Folclore](#) (em inglês, Intergovernmental Committee on Intellectual Property and Genetic Resources, Traditional Knowledge and Folklore - IGC). Desde 2010, o IGC conduz negociações formais baseadas em texto visando desenvolver instrumentos legais e aprimorar os direitos patentários no campo dos recursos genéticos, conferindo mais segurança aos países detentores de biodiversidade. À diferença dos demais Comitês da OMPI, o IGC tem caráter provisório e seu mandato deve ser renovado a cada dois anos, o que constitui uma fragilidade para a consecução de sua agenda. Um dos principais objetivos da Conferência Diplomática será justamente conferir-lhe caráter permanente.

Em julho de 2022, em movimento surpreendente e após duas décadas de negociações longas, complexas e intensivas e preocupações sobre como os temas evoluíram, a Assembleia Geral da OMPI decidiu que, até 2024, haverá uma conferência diplomática para definir proposta de acordo internacional referente a pacto sobre propriedade intelectual, recursos genéticos e conhecimentos tradicionais associados a recursos genéticos. A realização de conferência para negociar instrumento multilateral será oportunidade para resolver conflitos, lacunas e frustrações presentes desde o início do funcionamento do IGC.

O principal documento que guia as discussões é o “Projeto de Instrumento Jurídico Internacional Relativo à Propriedade Intelectual, Recursos Genéticos e Conhecimentos Tradicionais Associados a Recursos Genéticos” (no original, em inglês, “Draft International Legal Instrument Relating to Intellectual Property, Genetic Resources and Traditional Knowledge Associated with Genetic Resources”) (Wendland, 2023). O instrumento objetiva desenvolver “certas questões de propriedade intelectual relacionadas ao acesso, uso e repartição de benefícios desses recursos e sistemas de conhecimento” tais como, novo “patent disclosure requirement”, além de banco de dados sobre recursos genéticos de utilidade para examinadores de pedidos de patente (OMPI, 2022).

Em continuidade ao trabalho do IGC, delegados e especialistas se reuniram durante a sua 47ª reunião, de 5 a 9 de junho de 2023, em Genebra, tomando em consideração o primeiro *zero draft* (*non paper*) produzido pelo *Chair* durante a 45ª reunião do IGC. Além disso, um comitê

de especialistas do IGC continua a se encontrar para resolver questões pendentes com vista à Conferência Diplomática, enquanto blocos regionais realizam consultas com apoio da OMPI, construindo posições e estratégias. A atual Chair do IGC, Lilly-Claire Bellamy (Jamaica), mantém o trabalho de aperfeiçoar a minuta, com apoio dos especialistas (Imagem 1). Outro ponto desafiador é a continuidade de agenda do IGC para os próximos anos, que deve ser apreciada na próxima Assembleia Geral da OMPI, inclusive com a possibilidade de transformar o comitê em atividade permanente da organização, lembrando que o tema se desenvolve em paralelo em outros fóruns (CDB, OMS, etc) (Ogumanam, 2023).

De acordo com texto publicado pela OMPI, entre as decisões da 47ª Reunião do IGC, figuram: (i) O Comitê aprovou por unanimidade o credenciamento da Action pour le Respect et la Protection de l'Environnement (ARPE), Indigenous Knowledge and Wisdom Center Ltd e WhyWeCraft Association como observadores *ad hoc*; (ii) O Comitê tomou nota do documento WIPO/GRTKF/IC/47/20; (iii) O Comitê tomou nota dos documentos WIPO/GRTKF/IC/47/3 e WIPO/GRTKF/IC/47/INF/4; (iv) O Comitê incentivou e convocou os membros do Comitê e todas as entidades públicas e privadas interessadas a contribuir para o Fundo Voluntário da OMPI para Comunidades Indígenas e Locais Credenciadas; (v) O Comitê elegeu membros do Conselho Consultivo: Sr. Dietrix Jon Ulukoa Duhaylonsod, Representante, Conselheiro, KA'UIKIOKAPŌ; Senhor Pablo Latorre, Primeiro Secretário, Missão Permanente do Chile; Sra. June Lorenzo, Representante, Conselho Internacional do Tratado Indiano; Sr. Allan Ndagije Mugarura, Terceiro Secretário, Missão Permanente de Uganda; Sr. Rodrigo Eduardo Paillalef Monnard, Representante da Fundação Empresas Indígenas; Sr. Thomas Reitingger, Examinador Sênior de Patentes, Divisão de Patentes, Escritório Alemão de Marcas e Patentes, Ministério Federal da Justiça, Alemanha; Sr. Uzair Zahid Shaikh, Primeiro Secretário, Missão Permanente do Paquistão, Genebra; Sra. Lucie Zamykalová, Chefe, Unidade de Assuntos Internacionais, Departamento de Assuntos Internacionais e Jurídicos, Escritório de Propriedade Industrial da República Tcheca, República Tchec; (vi) O Presidente do Comitê nomeou o Sr. Yonah Seleti, Vice-Presidente do Comitê, para servir como Presidente do Conselho Consultivo; (vii) O Comitê desenvolveu, com base no documento WIPO/GRTKF/IC/47/4, texto adicional, “The Protection of Traditional Knowledge: Draft Articles – Facilitators' Rev.”, e com base no documento WIPO/GRTKF/IC /47/5, outro texto , “A Proteção das Expressões Culturais Tradicionais: Projetos de Artigos – Rev. dos Facilitadores.”; e (viii) O Comitê concordou em recomendar à Assembleia Geral da OMPI de 2023 que o mandato do Comitê seja renovado para o biênio 2024-2025 (OMPI, 2023).

African Regional Meeting

Neste campo do conhecimento, o Grupo Africano tem sido muito ativo. Uma das últimas e principais propostas foi o documento WO/GA/55/11, apreciado pela Assembleia Geral da OMPI de 2022, que tomou a decisão de realizar Conferência Diplomática sobre o assunto. Esse grupo de países sugeriu, entre vários itens: “decides to convene a Diplomatic Conference to conclude an International Legal Instrument Relating to Intellectual Property, Genetic Resources and Traditional Knowledge Associated with Genetic Resources, based on document WIPO/GRTKF/IC743/5 and any agreed revisions pursuant to paragraph (4) below, to be held no later than the second half of 2023”. Existe oferta da África do Sul para abrigar a Conferência Diplomática.

No LinkedIn e Twitter, houve relatos ([Edward Kwakwa](#), [Said Ramadhan](#)) sobre o African Regional Meeting, de 25 a 27 de junho de 2023, na Argélia para discutir assuntos relacionados à preparação para a Conferência Diplomática: escopo do instrumento, *disclosure*, sanções, sistemas de informação, não retroatividade, mecanismo de revisão e relacionamento com

outros instrumentos. Como esclareceu [Wend Wendland](#), da Divisão de Conhecimentos Tradicionais da OMPI: “Tal como aconteceu com reuniões semelhantes para outras duas regiões, a reunião para África alcançou seus objetivos porque foi informal e oficiosa; liderada pela Argélia; cobriu tanto o processo quanto a substância; facilitada por especialistas nacionais; e, incluiu funcionários de escritórios de patentes que serão responsáveis pela implementação do novo instrumento proposto. A África desempenhou papel de liderança e inspiração no longo e tortuoso caminho das negociações até agora. Esta reunião é mais um passo nesse caminho, ajudando os negociadores africanos a se prepararem para a Sessão Especial do Comitê Intergovernamental da OMPI, que acontecerá em setembro.” (Imagem 2; Imagem 3).

De 4 a 8 de setembro de 2023, haverá [sessão especial](#) do IGC com vista à preparação para a Conferência Diplomática, visando estabelecer as modalidades necessárias da conferência, incluindo local, datas e regras de procedimento e aprovar [proposta](#) das disposições administrativas e finais do instrumento (*Adoption of a Report to the Preparatory Committee of the Diplomatic Conference to Conclude an International Legal Instrument Relating to Intellectual Property, Genetic Resources and Traditional Knowledge Associated with Genetic Resources*).

Considerações finais

A adoção de instrumento multilateral juridicamente vinculante permitirá aperfeiçoar o sistema internacional de propriedade intelectual e dar mais vitalidade aos objetivos da CDB e do Protocolo de Nagoia. Segurança jurídica é pilar fundamental na relação estável e justa entre os diversos agentes. Países que adotarem o futuro instrumento deverão integrar as disposições em suas leis domésticas. Nesse sentido, é crucial assegurar reconhecimento obrigatório da origem de recursos genéticos e conhecimentos tradicionais em documentos de patentes e promover a repartição de benefícios, com vantagens políticas, regulatórias e econômicas. Questões relacionadas à biopirataria e ao uso irregular de conhecimentos tradicionais, importantes para várias culturas, permanecem como desafios para países em desenvolvimento. O ajuste das provisões legais multilaterais, atualmente insuficientes, e a harmonização de sistemas nacionais trarão transparência, qualidade e eficácia mais amplas aos atos no campo da propriedade intelectual e incentivarão processos de inovação, evitando apropriações indevidas e proporcionando previsibilidade. Acima de tudo, conferir caráter permanente ao Comitê dará impulso à sua agenda, liberando-o da permanente ameaça de não renovação de mandato, que países não demandantes têm utilizado ao longo dos anos para inibir as reivindicações de países ricos em biodiversidade e em expressões culturais tradicionais.

Imagem 1: IGC 47



Fonte: OMPI, 2023.

Imagem 2: African Regional Meeting



Fonte: Wend Wendland, LinkedIn, 2023.

Imagem 3: African Regional Meeting



Fonte: Wend Wendland, LinkedIn, 2023.

Referências

- Abbott FM. Preservation and use of genetic resource assets and the international patent system [Internet]. 2005 [cited 2023 Jul 3]. Available from: <https://papers.ssrn.com/abstract=1924481>
- OMC. World Trade Organization, editor. WTO Annual Report 2022. World Trade Organization; 2022.

Oguamanam, C. WIPO-IGC 47: Resetting IGC after 2024 diplomatic conference on genetic resources [Internet]. Openair.africa. 2023 [cited 2023 Jul 3]. Available from: <https://openair.africa/wipo-igc-47-diplomatic-conference-on-genetic-resources/>

OMC. World Trade Organization. The Relationship between the TRIPS Agreement and the Convention on Biological Diversity (CBD) and the Protection of Traditional Knowledge-Elements of the Obligation to Disclose Evidence of Prior Informed Consent under the Relevant National Regime. IP/C/W/438, 2004 [cited 2023 Jul 3]. Available from: <https://docs.wto.org/dol2fe/Pages/SS/directdoc.aspx?filename=Q:/IP/C/W438.pdf&Open=True>

OMPI. WIPO Member States Approve Diplomatic Conferences for Two Proposed Accords, 2002 [cited 2023 Jul 3]. Available from: https://www.wipo.int/pressroom/en/articles/2022/article_0009.html

OMPI. Intergovernmental Committee on Intellectual Property and Genetic Resources, Traditional Knowledge and Folklore. Forty-Seventh Session. Geneva, June 5 to 9, 2023. DECISIONS OF THE FORTY-SEVENTH SESSION OF THE COMMITTEE. *Adopted by the Committee*. [cited 2023 Jul 3]. Available from: https://www.wipo.int/edocs/mdocs/tk/en/wipo_grtkf_ic_47/wipo_grtkf_ic_47_decisions.pdf

UNCTAD. Towards an Effective and Practical Verification and Transparency Mechanism on the Utilization of Genetic Resources and Associated Traditional Knowledge in Intellectual Property System of VietNam – UNCTAD/DITC/TED/INF/2020/4. [cited 2023 Jul 3]. Available from: https://unctad.org/system/files/official-document/ditctedinf2020d4_en.pdf

Wendland, W. Is an international agreement on IP, genetic resources and associated traditional knowledge finally in sight? WIPO Magazine Online Features. [cited 2023 Jul 3]. Available from: https://www.wipo.int/wipo_magazine_digital/en/2023/article_0003.html

"Aonde mais devemos ir?": o deslocamento forçado e outras frentes de luta da sociedade civil por um mundo menos cruel

Ana Carol Vaquera, Diana Reyna Zeballos Rivas, Jesus Enrique Patiño Escarcina, Laurenice Pires, Marciglei Brito Morais, Patrícia Lewis Carpio, Renan Amaral Oliveira e Luis Eugênio de Souza

Resumo. Entre as 46 Organizações da Sociedade Civil (OSC) monitoradas nesta quinzena, trinta fizeram manifestações dignas de nota. Dentre os temas discutidos, as pautas dos refugiados e migrantes foram especialmente frequentes, devido à passagem do Dia Mundial do Refugiado, em 20 de junho. A crise climática e suas consequências nas comunidades em situação de vulnerabilidade também foram temas centrais, com enfoque na necessidade de financiamento adequado para seu enfrentamento. Além disso, a resposta humanitária a conflitos e guerras e o controle de doenças infecciosas, incluindo a Covid-19, foram muito mencionados.

Vale registrar que, enquanto as OSC de interesse público noticiam problemas e crises, denunciando suas causas e apelando por ações de ajuda aos afetados, as OSC de interesse privado divulgam as ações que realizam, focadas no desenvolvimento de tecnologias biomédicas ou no financiamento de pesquisa científica. Ainda assim, todas as iniciativas têm como objetivos declarados combater a desigualdade na saúde global e ampliar o acesso a tratamentos em países de baixa e média renda.

Nesta quinzena, chamou a atenção a pergunta de uma mulher refugiada de 60 anos, publicada pela Care International: “foi doloroso sair de casa, mesmo falando sobre isso agora, minhas emoções vêm à tona. Aonde mais devemos ir?”. O mundo deve se ater reflexivamente à pergunta de Fatuma, lembrando que a crise climática, se não enfrentada rápida e seriamente, fará com que todos, em um momento não muito distante, a estejam repetindo.

Palavras-Chave: saúde global, organizações da sociedade civil, migrantes e refugiados crise climática.

Introdução

Entre as 46 Organizações da Sociedade Civil (OSC) monitoradas nesta quinzena, trinta fizeram manifestações dignas de nota. Dentre os temas discutidos, as pautas dos refugiados e migrantes foram especialmente frequentes, devido à passagem do Dia Mundial do Refugiado, em 20 de junho. Organizações de interesse público como CARE International, Médicos Sem Fronteiras e Oxfam estão atuando para fornecer assistência e conscientizar sobre a precariedade da situação dessas pessoas. Problemas como a falta de financiamento adequado e as más condições nos campos de refugiados são destacados. A crise migratória no Sudão do Sul, Sudão e Síria é mencionada, assim como a rota do Mediterrâneo, considerada a rota marítima de migração mais perigosa do mundo. Vale pontuar que as organizações de interesse privado monitoradas não apresentaram reações ou posicionamentos em relação ao Dia do Refugiado ou às questões de migração durante esta quinzena.

Outro tema muito mencionado foi a crise climática. A ActionAid International destacou a importância de financiamento adequado para países vulneráveis e criticou o uso de empréstimos em vez de doações para enfrentar as mudanças climáticas. As fundações Bill & Melinda Gates e Rockefeller, por sua vez, celebraram os empréstimos feitos e apelaram por

aumento do crédito global. É necessário evidenciar que há sempre uma preocupação em correlacionar a crise climática aos seus impactos nas comunidades mais pobres e vulneráveis por todas as OSCs. A urgência de ações para mitigar o aquecimento global e a adaptação a ele é também destacada por todas as organizações, desde o Greenpeace ao Global Fund.

A resposta humanitária a guerras e conflitos também foi um tema presente. Em geral, Organizações solicitam maior financiamento e ajuda humanitária para regiões como o Sudão e o noroeste da Síria para atender às necessidades urgentes, especialmente de mulheres e meninas que enfrentam vulnerabilidades adicionais. A guerra na Ucrânia foi citada pelo seu impacto nas comunidades marginalizadas, através do aumento dos preços dos alimentos e combustíveis. Um ataque armado a uma escola em Uganda, que deixou 42 pessoas mortas foi noticiado pela ActionAid, mas teve pouca repercussão nos canais de notícias ocidentais e em outras Organizações da Sociedade Civil. Também foram mencionadas instabilidades políticas em Moçambique e a ação liderada pelo exército Wagner, liderado por Yevgeny Prigozhin, na Rússia. Também foi noticiada a ida a Kiev de uma delegação africana pela paz, em busca de facilitar possíveis negociações de paz.

As doenças infecciosas apareceram bastante nas manifestações desta quinzena, sendo a Covid-19 um contínuo tema-destaque nas OSC de interesse público. Foi apontada a importância de intensificar os programas de vacinação, assim como a de tornar equitativo o acesso às vacinas e aos medicamentos genéricos de tratamento da Covid-19. Foi também ressaltada a diminuição do investimento internacional em prevenção e tratamento do HIV/AIDS. Como frequentemente constatado, as OSC de interesse privado, como a Fundação Bill & Melinda Gates, a Fundação Wellcome e o Global Fund, relataram estar diretamente envolvidas em parcerias e financiamentos para desenvolver terapias, vacinas e fortalecer a capacidade de descoberta de medicamentos para a tuberculose, malária e HIV.

A questão da fome e da insegurança alimentar também foi muito mencionada, com destaque para as lutas para garantir a disponibilidade de alimentos nutritivos para todos. Outros temas presentes incluíram a violência de gênero, as disparidades salariais entre homens e mulheres, o acesso limitado à educação, a saúde sexual e reprodutiva e a violação dos direitos das comunidades indígenas.

As temáticas supra citadas foram as mais frequentes nos pronunciamentos das OSC. A pluralidade de temas demonstra como as OSC monitoradas têm muitas pautas e ênfases próprias. É importante ressaltar que as temáticas proeminentes, nesta última quinzena, também foram as mais presentes nas quinzenas anteriores do ano em curso. Algumas temáticas são desenvolvidas em narrativas distintas por distintas organizações e o trabalho dos informes quinzenais permite apreender essas distinções. Através dos informes, pode-se observar a evolução, a emergência e o abandono de certos assuntos ao longo dos meses, à medida que novos desafios surgem e outras questões ganham relevância no cenário geral ou nos interesses específicos de cada uma das OSC.

Organizações de interesse público

Dia Mundial do Refugiado

Para marcar o [Dia Mundial do Refugiado](#), em 20 de junho, e refletir sobre a situação de pessoas que precisam deixar tudo para trás em busca de um lar seguro, os Médicos Sem Fronteiras chamaram a atenção para situações críticas em que atuam: o Mediterrâneo como a rota de migração marítima mais mortal do mundo; o Quênia e a crise em um complexo com

mais de 300 mil refugiados; o Chade como destino da fuga forçada de intensos conflitos no Sudão; o próprio Sudão que acolhe refugiados da Etiópia e do Sudão do Sul e que agora se depara com mais violência; a Grécia que acolhe refugiados em prisões cercadas de arames farpados como resultado de uma política de confinamento agressiva financiada pela União Europeia; o Líbano, onde refugiados sírios sofrem deportações forçadas e restrições de movimento; e os Rohingya como a maior população apátrida do mundo.

Em virtude do [Dia Mundial do Refugiado](#), a CARE International advertiu que, à medida que a crise aumenta, o financiamento da ajuda a milhões de pessoas deslocadas tem diminuído. O apoio financeiro não se concretizou desde o início de 2023 e quase seis meses após o início do ano, o nível para a resposta aos refugiados é de apenas 22% dos US\$ 10 bilhões solicitados, de acordo com o Refugee Funding Tracker.

"[Aonde mais devemos ir?](#)" é o título da manifestação da CARE International sobre a vida no campo de refugiados de Dadaab, no Quênia. O acampamento abriga três vezes a população para a qual foi projetado, 30 anos atrás. Hoje, além das 330.000 pessoas que vivem dentro do acampamento, mais de 135.000 pessoas vivem fora da parte oficial, em cabanas improvisadas feitas com roupas velhas e galhos de arbustos.

A Federação Mundial de Associações de Saúde Pública (WFPHA), associada a World Dental Federation, Framework Convention on Global Health Alliance e Sustainable Health Equity Movement, lançou, no dia 20 de junho, um chamado à ação em prol [da saúde bucal das pessoas refugiadas](#). O chamado insta formuladores de políticas, profissionais de saúde e organizações internacionais e nacionais a incluir a saúde bucal como parte das prioridades de saúde dos refugiados, inclusive para mulheres grávidas, mães e crianças pequenas, e garantir o acesso equitativo de refugiados a serviços de saúde bucal.

Migrantes e refugiados

No Sudão, milhares de pessoas, entre elas muitas mulheres e crianças, que escaparam dos [conflitos](#), atravessando a fronteira com o Sudão do Sul, estão agora lutando para sobreviver em centros de trânsito nos estados de Alto Nilo e Bahr El Ghazal do Norte. As más condições de vida nos campos de refugiados, como acesso limitado a alimentos, abrigo, saneamento e outros itens essenciais, estão tendo um impacto negativo na saúde das pessoas e, com o início da estação chuvosa, a situação pode se tornar catastrófica. Médicos Sem Fronteiras (MSF) pede à comunidade médica e humanitária que deem uma resposta coordenada para atender às crescentes necessidades dos refugiados.

Na Síria, as más condições de água e saneamento, a falta de serviços adequados e as condições de vida precárias nos acampamentos criaram um ambiente propício à [transmissão de sarna](#). Por meio de clínicas móveis e de atividades de saúde da comunidade, equipes de Médicos Sem Fronteiras, em colaboração com parceiros, detectaram um aumento significativo nos casos de sarna no noroeste da Síria em maio. Segundo o coordenador-médico de MSF na Síria, para proteger a saúde e a dignidade das pessoas afetadas pela guerra e pelos terremotos no país, é necessária atenção imediata, um financiamento maior e bem orientado, assim como a garantia de acesso sustentável e imparcial à ajuda humanitária.

A Oxfam destacou que mais de cem mil pessoas têm deixado [Sudão](#) e migrado para Sudão do Sul na procura por segurança, para o qual têm sido destinados mais de cem mil libras do governo escocês e da Oxfam de modo a prover alimentos e outros itens essenciais.

Crise climática

A [ActionAid International](#) advertiu, na véspera da Cúpula para um Novo Pacto Global de Financiamento em Paris, que marcar empréstimos como financiamento climático corre o risco de piorar ainda mais os problemas dos países vulneráveis. Teresa Anderson, líder global em justiça climática da ActionAid, diz que a Cúpula reconhece que os países vulneráveis ao clima não estão recebendo os fundos de que precisam para lidar com os impactos climáticos e adotar tecnologias verdes. Afirmar ainda que o plano climático do planeta está falhando, porque os países ricos além de não cumprirem a promessa já insuficiente de US\$ 100 bilhões por ano em financiamento climático, têm fornecido parte desse dinheiro na forma de empréstimos, em vez de doações.

A Public Citizen informou que, no Fórum Global da Dinâmica do Aço, ativistas pediram investimento para eliminar progressivamente a tecnologia de alto-forno movido a carvão, substituindo-a pela produção de [aço livre de combustíveis fósseis](#). O aço é responsável por grande parte das emissões globais de carbono e, portanto, estabelecer uma indústria siderúrgica sustentável deve ser uma prioridade (McGregor 2023).

Ativistas da Oxfam fizeram uma manifestação no Festival de [Glastonbury](#), chamando a atenção para a justiça climática para que os grandes poluidores paguem pelo dano causado.

A Oxfam enfatizou a [resposta](#) elaborada para o Relatório de Progresso do Comitê de Mudanças Climáticas onde, critica a postura do Reino Unido sobre os objetivos de produção de CO2 renovando licenças de óleo e gás e abrindo novas minas de carvão.

A Greenpeace destacou que ativistas da organização se manifestaram ao redor do mundo contra diversos crimes contra a [clima](#), como a deposição de lixo tóxico na [Dinamarca](#), na pré - COP em [Bonn](#), contra a produção massiva de automóveis que utilizam combustíveis fósseis pela [Toyota](#), contra as escavações das minas de carvão na [Polônia](#) e na Alemanha; no encontro de líderes em [Paris](#), criticando a pouca iniciativa dos líderes políticos, também apoiando iniciativas comunitárias contra a crise energética na [África do Sul](#), a favor do apoio para reconstruir cidades [ucranianas](#),

A Greenpeace chamou a atenção para o aumento na produção de CO2 associado à produção de [carne](#) para consumo humano; para o nível recorde de aquecimento do [oceano](#); e para o risco de aumento de queimadas na Amazônia por causa do fenômeno [El Niño](#). A ONG destacou também o impacto dos coletores de lixo e [recicladores](#) que tomam conta de mais do 60% da reciclagem de plástico.

Resposta humanitária e conflitos

Em resposta ao resultado do evento de compromisso de nível ministerial para apoiar a [resposta humanitária no Sudão e na região](#), o diretor nacional da ActionAid Etiópia, Tinebeb Berhane, disse estar desapontado com o subfinanciamento para atender às necessidades humanitárias urgentes do povo do Sudão no cruzamento de hostilidades crescentes, crise climática e deslocamentos. Afirmar ainda que o Sudão enfrenta uma policrise e qualquer regressão no financiamento humanitário resultará no aumento da vulnerabilidade de mulheres e meninas, incluindo casamento forçado e infantil, tráfico e violência sexual e de gênero.

Com cerca de 828 milhões de pessoas enfrentando fome crônica e 117 milhões de pessoas deslocadas à força de suas casas, a CARE USA expressa profunda preocupação com a legislação norte-americana que propõe reduzir em 30% o [financiamento de assistência externa dos EUA](#), projetado para ajudar a combater a pobreza e construir resiliência global. Em resposta, a CARE exorta o Congresso a rejeitar esta legislação e aprovar um projeto de lei que financie totalmente a assistência estrangeira nos níveis do ano fiscal de 2023.

A CARE International e o Comitê Internacional de Resgate (IRC) organizaram uma coletiva de imprensa conjunta para pedir a renovação de uma resolução do Conselho de Segurança da ONU sobre [ajuda transfronteiriça para o noroeste da Síria](#), que expira em 10 de julho. Neste momento, cerca de 90% dos 4,5 milhões de habitantes do noroeste da Síria precisam de ajuda humanitária para sobreviver.

A Associação Mundial de Desastres e Medicina de Emergência (WADEM) publicou um [artigo](#) intitulado “Análise da primeira semana após os terremotos na Turquia: resultados demográficos e clínicos das vítimas”. O objetivo do estudo foi examinar as características demográficas, resultados clínicos e lesões de vítimas admitidas no departamento de emergência na primeira semana após um terremoto para o desenvolvimento de políticas de preparação, resposta e recuperação para futuros desastres.

A ActionAid International emitiu [declaração em que condena o ataque armado à Escola Kasese](#). Em 16 de junho de 2023, a Escola Secundária Lhubiriha, na cidade fronteiriça do sudoeste de Mpondwe, distrito de Kasese, foi atacada por assaltantes que as forças de segurança de Uganda vincularam às Forças Democráticas Aliadas (ADF), um grupo rebelde de Uganda que opera na República Democrática Oriental do Congo. Quarenta e duas pessoas, incluindo 37 alunos, 4 membros da comunidade e 1 segurança foram mortos no ataque, 6 alunos foram sequestrados e 8 pessoas permanecem em estado crítico.

[Relatório da ActionAid International](#) apontou que os preços dos alimentos e dos combustíveis dispararam nas comunidades mais marginalizadas do mundo desde a guerra entre Ucrânia e Rússia. Uma pesquisa com mais de 1.000 membros e líderes comunitários em 14 países da África, Ásia e Caribe constatou que os preços de massas e fertilizantes aumentaram mais de 115% durante o período monitorado, os custos de gasolina e absorventes menstruais aumentaram 80% ou mais. A crise econômica tem levado a taxas crescentes de casamento infantil e impactado a saúde mental de todos.

Doenças infecciosas

A Planetary Health Alliance divulgou o artigo de Tajudeen et. al. (2023) sobre a [monkeypox](#), uma doença zoonótica com implicações globais, abrangendo sua epidemiologia, características clínicas, transmissão, diagnóstico e prevenção.

A STOPAIDS reagiu à notícia do [financiamento do governo do Reino Unido de oito milhões de libras para a UNAIDS](#) em 2023, diante do contexto de cortes no orçamento internacional. Esse financiamento reconhece o valor da UNAIDS na resposta global ao HIV. Destaca também a liderança do Reino Unido, que ajudou a prevenir milhões de mortes relacionadas à AIDS e reduzir drasticamente as transmissões de HIV. No entanto, os desafios com os cortes orçamentários persistem, uma vez que, em 2021, os recursos disponíveis para programas de HIV em países de baixa e média renda ficaram 8 bilhões de dólares abaixo do necessário. Essa situação ameaça fazer retroceder os progressos na transmissão de HIV e nas mortes relacionadas à AIDS.

Covid-19

A Federação Internacional sobre Envelhecimento (IFA), a Federação Farmacêutica Internacional (FIP), o Centro Internacional de Longevidade do Reino Unido (ILC), Shot@Life e a Federação Mundial de Associações de Saúde Pública (WFPHA) lançaram nota em que reconhecem a diminuição da intensidade da [crise imediata relacionada à Covid-19](#), mas lembram que milhões de pessoas continuam sendo infectadas e milhares morrem a cada semana. Por isso, consideram que programas de vacinação e medidas de preparação em todo o mundo precisam ser intensificados.

A People's Vaccine divulgou o vídeo do discurso do presidente da África do Sul, Cyril Ramaphosa, no Summit for a New Global Financial Pact em Paris, no qual ele questiona os líderes mundiais: "[O que é mais importante, a vida ou o lucro das companhias farmacêuticas?](#)" O presidente compartilhou o repúdio dos países africanos frente ao fato de terem que implorar por vacinas contra a covid-19, bem como os obstáculos enfrentados para desenvolver suas próprias vacinas.

A People's Vaccine reagiu sobre a notícia do acordo de sublicenciamento do antiviral [Emsitrelvir](#) para a covid-19 que tem a intenção de incrementar o acesso desse medicamento a países de média e baixa renda. A organização aponta que o acesso a medicamentos genéricos pode ser uma esperança para pessoas nos países que estão sendo beneficiados pelo acordo, mas permanece inalcançável para os países em desenvolvimento excluídos.

Saúde indígena

A Federação Mundial de Associações de Saúde Pública (WFPHA) divulgou a participação de sua vice-presidente, Emma Te Patu, na [3ª Conferência Internacional de Saúde e Bem-Estar Indígena](#), realizada em Cairns, Queensland (Austrália), de 14 a 16 de junho de 2023. Nesta conferência, Emma destacou a necessidade de compartilhamento culturalmente sensível, colaboração com as comunidades e desenvolvimento de políticas informadas por evidências.

No Brasil, Médicos Sem Fronteiras (MSF) está dando apoio ao trabalho de assistência à população da Terra Indígena Ianomami (TIY). As ações ocorrem em parceria com a SESAI (Secretaria Especial de Saúde Indígena) do Ministério da Saúde, e estão focadas no [combate à malária](#) na região de Auaris, no noroeste de Roraima.

A Progressive International denunciou a repressão brutal contra os [manifestantes na província de Jujuy](#), na Argentina, que estão lutando contra a reforma constitucional ilegítima do governador Gerardo Morales. Essa reforma viola a Constituição argentina e os tratados internacionais que protegem os direitos e as garantias das comunidades indígenas e inclui uma abordagem extrativista dos recursos minerais.

Governança global e saúde planetária

O Geneva Global Health Hub (G2H2) publicou seu [relatório anual](#) (2022) de atividades, destacando, na carta aos membros, que “as contradições entre os apelos oficiais por solidariedade e equidade para garantir saúde para todos, repetidos pela OMS e pelos líderes mundiais, e a reiteração das decisões políticas baseadas no mercado e em relações coloniais vêm à tona nas sessões da Assembleia Mundial de Saúde, introduzindo algum senso de imprevisibilidade no futuro da OMS”.

A Greenpeace destacou a adoção do [Tratado Global dos Oceano](#) por parte dos governos das Nações Unidas

A International Federation of Environmental Health publicou através do Twitter o Relatório Anual sobre alerta e redes de cooperação sobre [segurança alimentar](#) apresentado pela União Europeia.

A International Union For Health Promotion and Education publicou no twitter a sua participação como co-organizadora do [Community Health Workshop](#) junto com a Cátedra UNESCO e Centro Colaborador da OMS sobre Saúde Global e Educação.

A Planetary Health Alliance divulgou o artigo de Bonnell et al. (2023) que destaca a importância de promover [a equidade nos esforços educacionais relacionados à Saúde Planetária](#), defendendo abordagens inclusivas sobre os determinantes sociais.

A Progressive International divulgou a 32ª edição do boletim informativo "[The Internationalist](#)", abordando o tema "Desvendando o neoliberalismo: mudanças de paradigmas e dinâmicas de poder global" com o convidado Quinn Slobodian.

Equidade de gênero

A CARE, juntamente com a USAID e a Cargill, atuou em Honduras com estratégia focada especificamente na [formação de mulheres líderes](#). Por meio do programa de treinamento "Prosperous Futures", as mulheres realizaram cursos de graduação e receberam capital para investir em seus negócios. No país, as crises recentes tiveram consequências graves sobre a renda familiar, principalmente nas famílias chefiadas por mulheres. Após os furacões Eta e Iota, a pandemia de COVID-19, a inflação acelerada e o aumento do desemprego, os desafios se acentuaram, sendo sentidos mais profundamente pelas mães. Além disso, as mulheres produtoras rurais enfrentam barreiras específicas que as impedem de formar associações e obter acesso igualitário ao crédito para iniciar ou melhorar os negócios.

A Progressive International divulgou a edição 34 do boletim informativo "[The internationalist](#)", que contará com a participação de Nida Usman Chaudhary, abordando o tema "O movimento feminista no Paquistão busca o reconhecimento do trabalho invisível das mulheres".

A Progressive International, na edição 33 do boletim informativo "[The internationalist](#)", se une a Figen Yüksekdağ para abordar o tema "A história não tem amor pelas mulheres que param e se mantêm caladas".

A World Public Health Nutrition Association deu destaque, neste período, ao marketing dos substitutos do leite materno com a intensa interferência das indústrias de alimentação infantil. Em postagens no [Twitter](#), chamou a atenção para o fato de que países com legislação substancialmente alinhada com o [Código Internacional de Marketing de Substitutos de Leite Materno](#) têm taxa de amamentação materna exclusiva 20% maior do que os que não se alinharam, assim como a amamentação nos primeiros dois anos de vida é duas vezes maior. Esse fato é relevante, uma vez que o marketing agressivo das indústrias de leite têm levado a reduções significativas nas taxas de amamentação exclusiva. Para combater a interferência da indústria, lembraram do [guia](#) publicado pelo UNICEF em 2023, e chamam a atenção para o slogan "Nenhum negócio pode ser mais importante que o futuro de seu bebê".

Força de trabalho em saúde

O Conselho Internacional de Enfermeiros (ICN) anunciou o lançamento de uma [nova plataforma global de aprendizado on-line](#) para ampliar o conhecimento dos enfermeiros sobre questões vitais para a profissão e para a saúde global.

O Conselho Internacional de Enfermeiros (ICN) exortou a Organização Internacional do Trabalho, na 111ª Conferência Anual da Organização Internacional do Trabalho (OIT) em Genebra, a ouvir os enfermeiros na linha da frente e apela ao [reconhecimento da contribuição da enfermagem](#) para bons cuidados de saúde e justiça social.

A Federação Internacional de Associações de Estudantes de Medicina (IFMSA) divulgou sua participação na [Reunião Regional da OMS-Mediterrâneo Oriental](#) sobre a força de trabalho em saúde.

Para celebrar o Dia do Serviço Público, comemorado pelas Nações Unidas em 23 de junho, a International Federation of Social Workers comentou [a importância do setor público para a promoção da justiça social em todas as sociedades](#). Relembrou o indiscutível papel dos assistentes sociais nos desafios enfrentados pelas populações vulneráveis e a importância de apoio às iniciativas assistenciais para fazer do mundo um lugar melhor.

Economia e financiamento em saúde

A Oxfam divulgou análise em que mostra que [os países ricos do Grupo dos Sete \(G7\) devem aos países de baixa e média renda US\\$ 13,3 trilhões](#) em ajuda não paga e financiamento para ações climáticas. A organização afirma que, apesar de não pagarem o que devem, os países do G7 e seus banqueiros ricos estão exigindo que os países do Sul Global paguem US\$ 232 milhões por dia em pagamentos de dívidas até 2028.

A ACT Promoção da Saúde divulgou seu [posicionamento sobre a reforma tributária](#) que está prevista para ser votada na Câmara dos Deputados brasileira na primeira quinzena de julho. A organização defende uma reforma tributária saudável, que inclua a implementação de um imposto seletivo sobre produtos prejudiciais à saúde, a destinação dos recursos desse imposto para o Sistema Único de Saúde, a proibição de subsídios a esses produtos e a criação de incentivos fiscais para alimentos saudáveis.

A Oxfam destacou que seu [relatório](#) de desenvolvimento de doenças é uma crítica dos milhões de libras retirados do orçamento de ajuda do Reino Unido e investidos em empresas e programas estrangeiros privados em países pobres por meio do British International Investment.

Organizações de interesse privado

Doenças infecciosas

A Fundação Bill & Melinda Gates renovou sua parceria público-privada com o Governo Municipal de Pequim e a Universidade Tsinghua em apoio ao Instituto de Descoberta de Medicamentos para Saúde Global (GHDDI, na sigla em inglês) em seus esforços para desenvolver terapias inovadoras para [doenças infecciosas prevalentes em países de baixa e média renda](#). Com o objetivo de combater a desigualdade na saúde global, o GHDDI concentra-se na pesquisa e no desenvolvimento de medicamentos para doenças transmissíveis, especialmente aquelas que afetam populações vulneráveis, como a tuberculose e a malária. Nos próximos cinco anos, a Fundação Gates fornecerá US\$ 50 milhões ao GHDDI, que serão iguais pelo Governo Municipal de Pequim, para fortalecer a capacidade de descoberta de medicamentos do

instituto. A Universidade Tsinghua continuará a apoiar o GHDDI em plataformas de pesquisa, tradução de descobertas e desenvolvimento de talentos. Ademais, colaborações em curso com instituições internacionais resultaram em compostos inovadores que poderiam encurtar os regimes de tratamento da tuberculose e combater a resistência aos medicamentos contra a malária.

Wellcome Foundation e a Fundação Bill & Melinda Gates anunciaram o [financiamento do desenvolvimento de uma vacina candidata contra a tuberculose](#) (TB), a M72/AS01E (M72), por meio de um ensaio clínico de Fase III. Se comprovada a eficácia, [a M72 poderá se tornar a primeira nova vacina a ajudar a prevenir a TB pulmonar, uma forma de TB ativa, em mais de 100 anos](#). A M72 mostrou uma eficácia de aproximadamente 50% na redução da TB pulmonar em adultos com infecção latente de TB em um ensaio clínico de Fase IIb. O ensaio clínico de Fase III será realizado em colaboração com um consórcio internacional de investigadores clínicos de TB, inscrevendo aproximadamente 26.000 pessoas em mais de 50 locais de ensaio na África e no Sudeste Asiático, incluindo pessoas portadoras de HIV. O objetivo é prevenir a progressão da infecção latente de TB para TB pulmonar. A TB é uma das doenças mais mortais do mundo, causando cerca de 4.300 mortes por dia, principalmente entre pessoas que vivem na pobreza.

O Global Fund reforçou o compromisso no combate ao HIV, TB e Malária com enfoque na construção de sistemas de saúde [inclusivos](#), para todos em qualquer lugar possam exercer seu direito à saúde e bem-estar.

O Global Fund destacou a declaratória de [Belize](#) como o quarto país nas Américas livre de malária, após mais de 70 anos de esforços para acabar com a doença.

O Global Fund destacou o trabalho de agentes comunitários que lutam contra a malária no [Paquistão](#) e, com o apoio do Global Fund, fazem frente aos desafios da mudança climática. De igual forma, destacou o trabalho de agentes comunitários no [Chade](#), realizando testagem e levando redes com inseticidas para as comunidades que mais o necessitam.

O Global Fund destacou também a reunião com o Presidente e o Ministro de Saúde Pública do [Chade](#) para discutir a estratégia de luta contra a malária, assim como o incremento da capacidade de testagem diagnóstica do país para lutar contra a Tuberculose e a incorporação do teste molecular [GeneXpert](#).

A Fundação Rockefeller divulgou estudo publicado no Lancet Global Health destaca [o potencial da investigação a partir de águas residuais para fortalecer a vigilância de doenças](#). Realizada em 43 países, a pesquisa revela que a monitorização de águas residuais e produção de dados pode desempenhar um papel fundamental na preparação para pandemias, exigindo liderança, financiamento e estruturas de implementação. Os programas de monitorização de águas residuais operam de maneira diferente em países de alta renda em comparação com países de renda média e baixa, mas podem ser adaptados para ambos os contextos. Embora a maioria dos países compartilhe dados de águas residuais internamente e com parceiros, poucos compartilham publicamente. A vigilância de águas residuais, que remonta à detecção de surtos de poliomielite na década de 1940, ganhou destaque durante a pandemia da COVID-19 como uma ferramenta valiosa para rastrear a propagação do vírus.

A DNDi destacou um estudo realizado na Colômbia sobre o [tratamento para Chagas](#). Este estudo, publicado na Acta Tropica, aborda que os custos diretos são uma barreira importante para o acesso ao tratamento da doença e a assistência no nível primário de saúde é

capaz de reduzir o tempo de viagem, as despesas e a perda de renda para os pacientes e suas famílias.

A DNDi aponta que os mosquitos tigre (*Aedes albopictus*), vetor de doenças como a [dengue e chikungunya](#), estão aumentando na Europa, impulsionados por ondas de calor mais frequentes e as inundações, conforme relatório do Centro Europeu de Prevenção e Controle de Doenças.

Guerras e conflitos

O Center for Strategic and International Studies publicou o artigo [Moçambique: uma Nação de Potencial Não Realizado](#). Depois da guerra civil em Moçambique, a oportunidade de capitalizar os recursos nacionais está cada vez mais longe, devido à corrupção institucional, à instabilidade e ao impacto das mudanças climáticas, o que, por sua vez, dificulta a paz e a estabilidade do país.

O Center for Strategic and International Studies publicou nota sobre [a resiliência de combate na Europa e a corrida logística da OTAN: garantindo que a Europa tenha o combustível que precisa para combater a próxima guerra](#). A resposta inicial da OTAN à guerra entre Rússia e Ucrânia sinalizou um compromisso de fortalecer a dissuasão e a postura de defesa, no entanto, o conflito evidenciou alguns contratempos e desafios que devem ser controlados para evitar que o apoio militar seja interrompido. O componente fundamental é a energia operacional em geral e o combustível especificamente, tanto em tempos de paz quanto em tempos de guerra.

O Center for Strategic and International Studies reportou a [Revolta de Prigozhin](#). Nos dias 24 e 25 de junho, Yevgeny Prigozhin, chefe do Grupo Wagner, marchou com suas forças sobre Moscou em uma aparente tentativa de derrubar a liderança dos militares russos e do Ministério da Defesa.

O Center for Strategic and International Studies comentou a [Delegação de Paz da África: Um Novo Capítulo para a África e a Guerra da Ucrânia](#). Uma delegação de líderes e funcionários de seis países da África chegou em Kiev em 16 de junho de 2023 para propor negociações de paz ao presidente ucraniano Volodymyr Zelensky e ao presidente russo Vladimir Putin. No topo da agenda da delegação, está a ampliação do acesso a grãos e fertilizantes russos e ucranianos para aliviar a insegurança alimentar na África.

Crise climática

O Global Fund destacou a participação no [Novo Pacto Financeiro Global](#), onde se destacaram os riscos da mudança climática para a saúde, para os sistemas de saúde e a ameaça que representam para a luta contra as doenças mais letais.

No dia 5 de julho, a DNDi, a UNITAID e o Climate Action Accelerator discutiram descarbonização, plásticos descartáveis, práticas industriais poluidoras e outras questões importantes. O painel terá como tema [“O que os atores globais da saúde podem e devem fazer para reduzir seus próprios impactos climáticos?”](#)

O Center for Strategic and International Studies publicou uma reportagem sobre [esforços transatlânticos para reduzir as emissões de metano](#). A luta contra a mudança climática implica que as práticas de redução das emissões de metano da indústria de petróleo e gás é uma das formas mais rápidas de diminuir o ritmo de aquecimento global. As políticas de redução de

emissões desse superpoluente estão em crescimento devido à urgência de acelerar os cortes da emissão de metano a partir dos esforços cooperativos dos Estados Unidos e da União Europeia.

Saúde mental

A Fundação Wellcome trabalhou em parceria com a Social Finance para [envolver jovens com experiência vivida em ansiedade e depressão no desenvolvimento de pesquisas inovadoras nas áreas de aplicativos virtuais e dados de saúde mental](#). Através de um processo de premiação, as equipes selecionadas criaram ferramentas para analisar dados de abordagens policiais, melhorar a conexão entre escolas e alunos e permitir a análise de características de saúde mental ao longo do tempo. Essas equipes receberão agora um treinamento em Design Centrado no Usuário e continuarão a se envolver nos projetos através de comunidades de prática. O objetivo é incorporar a experiência vivida à superação de desafios na coleta de dados em saúde mental.

Doenças crônicas não transmissíveis

A NCD Alliance publicou notícia sobre a Conferência Ministerial dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento, as DCNT e a Saúde Mental, realizada de 14 a 16 de junho de 2023, com o objetivo de abordar a carga desproporcionalmente alta de DCNT e a exposição a vários fatores de risco nesses Estados. Para enfrentar tal realidade, foi adotada a [Declaração de Bridgetown](#) que incluiu: i) metas até 2030; ii) ações para abordar os determinantes comerciais da saúde; iii) o reconhecimento da importância de estabelecer metas nacionais específicas, inclusive sobre financiamento, para esses países; iv) o engajamento dos atores da sociedade civil, entre outros.

Juventude e desenvolvimento tecnológico

Em um discurso no Fórum de Inovação da Juventude Pan-Africana em Lagos, Bill Gates expressou sua crença no [potencial da próxima geração de inovadores nigerianos para melhorar vidas e resolver problemas de ordem global](#). Gates discutiu a necessidade de equidade em diversos setores, incluindo finanças digitais, saúde e educação, enfatizando o poder da ciência e da inovação ao priorizar a equidade e garantir que os avanços beneficiem a todos. Ele mencionou iniciativas e parcerias em andamento voltadas para saúde, agricultura e sistemas financeiros digitais na Nigéria, expressando o compromisso da Fundação Gates com a educação e investimento em jovens nigerianos.

Equidade racial e registro de dados

Verificando inconsistências na produção de dados pelo Sistema Nacional de Saúde (NHS) do Reino Unido, a equipe de Dados para Ciência e Saúde da Fundação Wellcome anunciou o apoio a projetos de investigação de dados relativos a etnias no país. A Fundação aponta que há [diversos desafios em capturar dados confiáveis relativos a etnias](#), como criar categorias padronizadas que reflitam a complexidade das identidades, a sub-representação de grupos étnicos minoritários na precisão dos dados, a necessidade de capacitar os profissionais de saúde para falarem sobre esses dados com os pacientes e a importância do envolvimento da comunidade nos processos de coleta de dados. Essas complexidades, se não verificadas, produzem inconsistências que têm consequências reais na produção de políticas públicas, como evidenciado pelos inúmeros resultados conflitantes sobre os riscos de mortalidade por Covid-19 entre grupos étnicos do Reino Unido. Para melhorar a confiabilidade dos dados, interpretar corretamente a realidade a partir deles, e, por fim, promover a equidade em saúde, a Fundação

aponta a necessidade de que os dados representem com precisão como as pessoas se identificam.

ODS e gênero

A Fundação Bill & Melinda Gates e a Agence Française de Développement (AFD) lançaram uma nova parceria estratégica para promover a [igualdade de gênero e o desenvolvimento humano na África e no Sul da Ásia](#). A parceria conta com um financiamento de US\$ 240 milhões, incluindo um subsídio de US\$ 20 milhões da Fundação Gates, correspondido por um subsídio de US\$ 20 milhões da AFD, além de até US\$ 200 milhões de empréstimos. Os projetos apoiados pela parceria terão foco na saúde materno-infantil, saúde sexual e reprodutiva, proteção social, água e saneamento, nutrição e resiliência climática. A parceria visa promover os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e impulsionar resultados mensuráveis e sustentáveis. O primeiro projeto será lançado no Senegal e terá como objetivo melhorar a saúde sexual e reprodutiva de adolescentes e jovens por meio de uma abordagem integrada de planejamento familiar, saúde materno-infantil e nutrição.

O Global Fund destacou apoio ao combate às desigualdades de [gênero](#) que ameaçam a saúde, o acesso à educação e as oportunidades de construir uma família e obter um trabalho.

ODS e financiamento do desenvolvimento

A Fundação Bill e Melinda Gates, as Fundações da Sociedade Aberta e a Fundação Rockefeller anunciaram os novos beneficiários do “Challenges Fund” dos Bancos Multilaterais de Desenvolvimento. Os projetos selecionados são da Universidade Albert Ludwig de Freiburg (Alemanha), Banco de Desenvolvimento do Caribe, FSD Africa (Kenia), IDB Invest (Estados Unidos), Risk Control Limited (Reino Unido) e da Universidade de Leeds (Reino Unido). O objetivo dos projetos é [aumentar a eficiência e a inovação no sistema de financiamento para o desenvolvimento global](#), acelerando o investimento para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e o Acordo de Paris sobre o clima. O Fundo busca desbloquear bilhões de dólares em financiamento para o desenvolvimento, visando maximizar o acesso aos recursos dos grandes bancos para impulsionar o desenvolvimento e pesquisas inovadoras.

Eventos

A World Public Health Nutrition Association convidou para o lançamento do relatório da FAO, [“The State of Food Security & Nutrition in the World 2023”](#). O relatório monitora e analisa o progresso mundial para acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhorar a nutrição. Também fornece uma análise aprofundada sobre os principais desafios para alcançar esses objetivos no contexto da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

A Federação Internacional sobre Envelhecimento (IFA) realizou a [16ª Conferência Global sobre Envelhecimento](#), de 27 a 30 de junho, em Bangcoc (Tailândia), tendo cinco temas-chave: tecnologias digitais, mulheres mais velhas, manutenção e melhoria da autonomia pessoal, imunização e ambientes amigáveis aos idosos.

A Organização Mundial de Faculdades Nacionais, Academias e Associações Acadêmicas de Clínicos Gerais/Médicos de Família (WONCA) divulgou a sua [Conferência Mundial 2023](#), a ser realizada de 26 a 29 de outubro de 2023, em Sidnei, Austrália.

Comentários finais

O presente relatório retrata a urgência e a complexidade das questões abordadas pelas Organizações da Sociedade Civil (OSC) de interesse público e privado. Os problemas dos refugiados e migrantes ganharam destaque, com apelos por assistência e conscientização sobre suas precárias condições. A crise climática e suas consequências nas comunidades e populações em vulnerabilidade também foram temas muito discutidos, com enfoque na necessidade de financiamento adequado das ações de mitigação e adaptação. Além disso, a resposta humanitária a conflitos e guerras e a busca por controlar doenças infecciosas, especialmente a Covid-19, foram amplamente discutidas.

Vale ressaltar que, reiteradamente, as OSC de interesse privado enfatizam, em suas manifestações, as ações que realizam, sempre focadas no desenvolvimento de tecnologias biomédicas como vacinas e medicamentos ou no financiamento de pesquisa científica, independentemente da temática em questão. Ainda assim, todas as iniciativas têm como objetivos declarados combater a desigualdade na saúde global, trazer eficiência e transparência às informações e às ações e ampliar o acesso a tratamentos em países de baixa e média renda.

Em publicação da Care International, está registrado o relato de Fatuma, mulher refugiada de 60 anos: “foi doloroso sair de casa, mesmo falando sobre isso agora, minhas emoções vêm à tona. Mas aonde mais devemos ir?”. Sua fala tem a potência de demonstrar, nesse informe que traz a pauta dos refugiados com saliência, como o abandono forçado do lar é um processo de sofrimento agudo que deve ser parte das preocupações e lutas de todos que prezam pela dignidade da vida humana. As crises contemporâneas, envolvendo guerras, crise ambiental, fome e pandemias aprofundam cenários adversos de adoecimento e despertencimento. O mundo deve se ater reflexivamente à pergunta de Fatuma, lembrando que a crise climática planetária, se não enfrentada rápida e seriamente, fará com que todos a repitam.

Referências

ActionAid International. *ActionAid report: Food and fuel prices skyrocket up to tenfold in the world's most marginalized communities since the war in Ukraine*. (2023, June 26). Retrieved July 1, 2023, from <https://actionaid.org/news/2023/actionaid-report-food-and-fuel-prices-skyrocket-tenfold-worlds-most-marginalized>

ActionAid International. *Ministerial-level Pledging Event to Support the Humanitarian Response in Sudan and the Region*. (2023, June 21). Retrieved July 1, 2023, from <https://actionaid.org/news/2023/ministerial-level-pledging-event-support-humanitarian-response-sudan-and-region>

ActionAid International. *Branding loans as climate finance risks making vulnerable countries' problems even worse, warns ActionAid on the eve of the Summit for a New Global Financing Pact in Paris*. (2023, June 20). Retrieved July 1, 2023, from <https://actionaid.org/news/2023/branding-loans-climate-finance-risks-making-vulnerable-countries-problems-even-worse>

ActionAid International. *Statement on the armed attack on Kasese School*. (2023, June 21). Retrieved July 1, 2023, from <https://actionaid.org/news/2023/statement-armed-attack-kasese-school>

ACT Promoção da Saúde. *Posicionamento da ACT Promoção da Saúde sobre a reforma tributária - Posts | ACT BR*. (2023, June 28). Retrieved July 1, 2023, from <https://actbr.org.br/post/posicionamento-da-act-promocao-da-saude-sobre-a-reforma-tributaria/19561/>

Annan, G. (2023, June 15). *The problem with ethnicity categories in UK health data | News*. Wellcome. Retrieved July 1, 2023, from <https://wellcome.org/news/ethnicity-categories-uk-health-data>

Atkinson, J. (2023, June 29). *STOPAIDS reaction to UK Government funding announcement of £8m for UNAIDS*. STOPAIDS. Retrieved July 1, 2023, from <https://stopaids.org.uk/2023/06/29/stopaids-reaction-to-uk-government-funding-announcement-of-8m-for-unajids/>

Bhingé, M. (2023, June 16). *New Lancet Global Health Study Finds Wastewater Surveillance Poised to Anchor Public Health Disease Surveillance Worldwide*. The Rockefeller Foundation. Retrieved July 1, 2023, from <https://www.rockefellerfoundation.org/news/new-lancet-global-health-study-finds-wastewater-surveillance-poised-to-anchor-public-health-disease-surveillance-worldwide/>

Bill & Melinda Gates Foundation. *Gates Foundation and Agence Française de Développement Launch New Strategic Partnership*. (2023, June 23). Retrieved July 1, 2023, from <https://www.gatesfoundation.org/ideas/media-center/press-releases/2023/06/melinda-afd-french-government-partnership-to-advance-sdgs>

Bill & Melinda Gates Foundation. *Gates Foundation renews funding to GHDDI on innovative therapies*. (2023, June 15). Retrieved July 1, 2023, from <https://www.gatesfoundation.org/ideas/media-center/press-releases/2023/06/renew-commitment-ghddi-life-saving-therapies>

Bill & Melinda Gates Foundation. *Press Release: Funding Late-Stage Development of M72 TB Vaccine Candidate*. (2023, June 28). Retrieved July 1, 2023, from <https://www.gatesfoundation.org/ideas/media-center/press-releases/2023/06/funding-commitment-m72-tb-vaccine-candidate>

Bill & Melinda Gates Foundation. *Remarks at the Pan-African Youth Innovation Forum*. (2023, June 21). Retrieved July 1, 2023, from <https://www.gatesfoundation.org/ideas/speeches/2023/06/bill-lagos-youth-innovation>

Cahill, B., & Dawes, A. (2023, June 23). *Transatlantic Efforts to Cut Methane Emissions*. CSIS. Retrieved July 1, 2023, from <https://www.csis.org/analysis/transatlantic-efforts-cut-methane-emissions>

CARE. *World Refugee Day: As crises swell, funding for millions of displaced people has overwhelmingly failed to materialize* - Care.org. <https://www.care.org/news-and-stories/press-releases/world-refugee-day-as-crises-swell-funding-for-millions-of-displaced-people-has-overwhelmingly-failed-to-materialize/>

CARE. *CARE and IRC call for UNSC renewal of critical Syria cross-border aid resolution* - CARE. (2023, June 26). Care.org. Retrieved July 1, 2023, from <https://www.care.org/news-and-stories/press-releases/care-and-irc-call-for-unsco-renewal-of-critical-syria-cross-border-aid-resolution/>

CARE. *CARE USA condemns massive cuts to U.S. foreign assistance in House-passed FY24 SFOPS bill* - (2023, June 26). Care.org. Retrieved July 1, 2023, from <https://www.care.org/news-and-stories/press-releases/care-usa-condemns-massive-cuts-to-u-s-foreign-assistance-in-house-passed-fy24-sfops-bill/>

Center for Strategic and International Studies. *Prigozhin's Uprising*. (2023, June 26). Retrieved July 1, 2023, from <https://www.csis.org/analysis/prigozhins-uprising>

Dowd, A., Jankowski, D. P., & Cook, C. (2023, June 28). *European Warfighting Resilience and NATO Race of Logistics: Ensuring That Europe Has the Fuel It Needs to Fight the Next War*. CSIS. Retrieved July 1, 2023, from <https://www.csis.org/analysis/european-warfighting-resilience-and-nato-race-logistics-ensuring-europe-has-fuel-it-needs>

Easter, S. (2023, June 20). *"Where else should we go?" Life in Kenya's Dadaab refugee camp* - CARE. Care.org. Retrieved July 1, 2023, from <https://www.care.org/news-and-stories/news/where-else-should-we-go-life-in-kenyas-dadaab-refugee-camp/>

Folha de São Paulo. *El Niño aumenta risco de fogo sem controle na Amazônia - 13/06/2023 - Ambiente*. (2023, June 13). Retrieved July 1, 2023, from <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2023/06/por-que-el-nino-pode-ser-a-tempestade-perfeita-para-destruicao-da-amazonia.shtml>

Geneva Global Health Hub. *G2H2 Annual Report 2022*. (n.d.). Geneva Global Health Hub. Retrieved July 1, 2023, from <https://g2h2.org/posts/g2h2-annual-report-2022/>

Global Breastfeeding Collective. *Protecting Infant and Young Child Nutrition from Industry Interference and Conflicts of Interest*. (n.d.). Retrieved July 1, 2023, from <https://www.globalbreastfeedingcollective.org/protecting-infant-and-young-child-nutrition-industry-interference-and-conflicts-interest>

Greenpeace. *Fossil fuel crime card*. (n.d.). Retrieved July 1, 2023, from <https://act-int.greenpeace.org/end-fossil-crimes#Equinor>

Herdt, C. S., & Christianson, J. (2023, June 15). *Mozambique: A Nation of Unrealized Potential*. CSIS. Retrieved July 1, 2023, from <https://www.csis.org/analysis/mozambique-nation-unrealized-potential>

International Council of Nurses. *ICN launches global online learning platform for all nurses on key nursing and health priorities*. (2023, June 21). Retrieved July 1, 2023, from <https://www.icn.ch/news/icn-launches-global-online-learning-platform-all-nurses-key-nursing-and-health-priorities>

International Council of Nurses. *ICN urges International Labour Organisation to listen to nurses on the front line and calls for recognition of nursing's contribution to good health care and social justice*. (2023, June 22). Retrieved July 1, 2023, from <https://www.icn.ch/news/icn-urges-international-labour-organisation-listen-nurses-front-line-and-calls-recognition>

International Federation on Ageing. *No time for complacency warn international public health and healthy ageing experts as WHO announces that COVID-19 is no longer a Public Health Emergency of International Concern (PHEIC)*. (n.d.). Retrieved July 1, 2023, from <https://ifa.ngo/news/no-time-for-complacency-warn-international-public-health-and-healthy-ageing-experts-as-who-announces-that-covid-19-is-no-longer-a-public-health-emergency-of-international-concern-pheic/>

International Federation of Social Workers. *Public service day 2023 – International Federation of Social Workers*. (2023, June 22). Retrieved July 1, 2023, from <https://www.ifsw.org/public-service-day-2023/>

Inman, P. (2023, June 26). *UK aid should not fund private hospitals in developing countries, says Oxfam*. The Guardian. Retrieved July 1, 2023, from <https://www.theguardian.com/business/2023/jun/26/uk-aid-should-not-fund-private-hospitals-in-developing-countries-says-oxfam>

Kaufman, M. (2023, June 17). *Why the oceans are so ridiculously warm right now*. Mashable. Retrieved July 1, 2023, from <https://mashable.com/article/why-oceans-warming>

FAO Liaison Office with the United Nations in New York. *Launch of the State of Food Security and Nutrition in the World 2023*. (2023, 07 12).. <https://www.fao.org/new-york/events/detail/launch-of-the-state-of-food-security-and-nutrition-in-the-world-2023/en>

McGregor, E. (2023, June 28). *Activist Demands for Fossil Free Steel Mark International Steel Conference*. Public Citizen. Retrieved July 1, 2023, from <https://www.citizen.org/news/activist-demands-for-fossil-free-steel-mark-international-steel-conference/>

Médicos Sem Fronteiras. *Médicos Sem Fronteiras inicia ações contra avanço da malária no território Yanomami - MSF Brasil*. (2023, June 28). Retrieved July 1, 2023, from <https://www.msf.org.br/noticias/medicos-sem-fronteiras-inicia-acoes-contra-avanco-da-malaria-no-territorio-yanomami/>

Médicos Sem Fronteiras. *Pessoas que fogem dos conflitos no Sudão necessitam de apoio no Sudão do Sul - MSF Brasil*. (2023, June 27). Retrieved July 1, 2023, from <https://www.msf.org.br/noticias/pessoas-que-fogem-dos-conflitos-no-sudao-necessitam-de-apoio-no-sudao-do-sul/>

Médicos Sem Fronteiras. *Na Síria, condições de água e saneamento ameaçam a saúde das pessoas - MSF Brasil*. (2023, June 23). Retrieved July 1, 2023, from <https://www.msf.org.br/noticias/na-siria-condicoes-de-agua-e-saneamento-ameacam-a-saude-das-pessoas/>

Médicos Sem Fronteiras. *Sete contextos de refúgio em que MSF atua e que você precisa saber - MSF Brasil*. (2023, June 20). Retrieved July 1, 2023, <https://www.msf.org.br/noticias/sete-contextos-de-refugio-em-que-msf-atua-e-que-voce-precisa-saber/>

Meyer, J., & Kouremenou, E. (2023, June 2). *Young professionals affected by load shedding are using “Common Power” to spark hope in South Africa*. Greenpeace. Retrieved July 1, 2023, from <https://www.greenpeace.org/international/story/60113/young-professionals-affected-load-shedding-using-common-power-hope-south-africa/>

Nehring, P. V. (2023, June 21). *Honduras: 'Women need to know these things' - CARE*. Care.org. Retrieved July 1, 2023, from <https://www.care.org/news-and-stories/news/honduras-women-need-to-know-these-things/>

Nitta, R., & Ogochukwu, F. (2023, June 9). *The creativity of youth is changing mindsets on climate change*. Greenpeace. Retrieved July 1, 2023, from <https://www.greenpeace.org/international/story/60187/the-creativity-of-youth-is-changing-mindsets-on-climate-change/>

Nzuki, C. (2023, June 16). *Africa's Peace Delegation: A New Chapter for Africa and the Ukraine War*. CSIS. Retrieved July 1, 2023, from <https://www.csis.org/analysis/africas-peace-delegation-new-chapter-africa-and-ukraine-war>

Oxfam GB. *Climate Change: Polluters Must Pay*. (n.d.). Retrieved July 1, 2023, from https://www.oxfam.org.uk/get-involved/campaign-with-oxfam/tax-the-biggest-polluters-now/?utm_source=twitter&utm_medium=organicsocial&utm_campaign=act_climate_justice&utm_content=lossdamage_video_owned_vid&crm_event_code=22CMSPWS77

Oxfam UK. (2023, Jun 28). REACTION: Oxfam response to the Climate Change Committee's progress report. <https://www.oxfam.org.uk/media/press-releases/reaction-oxfam-response-to-the-climate-change-committees-progress-report/>

Oxfam Scotland. *Oxfam welcomes Scottish Government humanitarian funding for Sudan crisis* – (2023, June 27). Oxfam GB. Retrieved July 1, 2023, from <https://oxfamapps.org/scotland/2023/06/27/oxfam-welcomes-scottish-government-humanitarian-funding-for-sudan-crisis/>

Peter Sands. (n.d.). *It's Time To Overcome Gender Inequality In The Fight Against HIV*. Forbes.

Progressive International. *"The people of Jujuy are under assault."* (2023, June 23). Retrieved July 1, 2023, from <https://progressive.international/observatory/2023-06-23-the-people-of-jujuy-are-under-assault/en>

Rockefeller Foundation. *Gates Foundation, Open Society Foundations, and The Rockefeller Foundation Announce New Recipients of Multilateral Development Banks Challenge Fund*. (2023, June 20). Retrieved July 1, 2023, from <https://www.rockefellerfoundation.org/news/gates-foundation-open-society-foundations-and-the-rockefeller-foundation-announce-new-recipients-of-multilateral-development-banks-challenge-fund/>

Sharpe, M., & Bari, T. (2023, April 13). *For Fazila and Millions of Others in Pakistan, Climate Change Brings Extreme Floods and Malaria - Global Fund Special Coverage*. The Global Fund. Retrieved July 1, 2023, from <https://globalfund.exposure.co/for-fazila-and-millions-of-others-in-pakistan-climate-change-brings-extreme-floods-and-malaria>

Sari et al. *First-Week Analysis after the Turkey Earthquakes: Demographic and Clinical Outcomes of Victims*. (2023, May 11). Cambridge University Press. <https://www.cambridge.org/core/journals/prehospital-and-disaster-medicine/article/firstweek-analysis-after-the-turkey-earthquakes-demographic-and-clinical-outcomes-of-victims/3355A6024FF307CAFED78D57505B80D9>

Singh, S. (2023, June 22). *Lived experience is helping to drive innovation in mental health data* | News. Wellcome. Retrieved July 1, 2023, from <https://wellcome.org/news/lived-experience-helping-drive-innovation-mental-health-data>

The Economist. *Treating beef like coal would make a big dent in greenhouse-gas emissions*. (2021, October 2). Retrieved July 1, 2023, from <https://www.economist.com/graphic-detail/2021/10/02/treating-beef-like-coal-would-make-a-big-dent-in-greenhouse-gas-emissions>

Unicef-UK. *The International Code of Marketing of Breastmilk Substitutes - Baby Friendly Initiative*. (n.d.). Retrieved July 1, 2023, from <https://www.unicef.org.uk/babyfriendly/baby-friendly-resources/international-code-marketing-breastmilk-substitutes-resources/the-code/>

United Nations Development Programme. *Living free from malaria*. (2023, April 24). Retrieved July 1, 2023, from <https://stories.undp.org/living-free-from-malaria>

Welcome to the 16th Global Conference on Ageing. Retrieved July 1, 2023, from <https://www.ifaconf.ngo/>

Weller, C. (2023, June 28). *The world's first tuberculosis vaccine in 100 years could be in sight* | News. Wellcome. Retrieved July 1, 2023, from <https://wellcome.org/news/worlds-first-tuberculosis-vaccine-100-years-could-be-sight>

WONCA. (n.d.). WONCA Sydney World Conference. <https://wonca.racgp.org.au/wonca-2023/home>

Wong, E. X. (2023, June 19). U.N. plastics treaty: Waste pickers are fighting for a fairer climate agreement. Retrieved July 1, 2023, from <https://slate.com/technology/2023/06/un-plastics-treaty-waste-pickers-just-transition.html>

World Federation of Public Health Associations. *Insights from the 3rd International Indigenous Health & Wellbeing Conference | WFPHA*. (2023, June 15). Retrieved July 1, 2023, <https://www.wfpha.org/insights-from-the-3rd-international-indigenous-health-wellbeing-conference/>

World Federation of Public Health Associations. *Promoting Oral Health for Refugees: A Call to Action | WFPHA*. (2023, June 20). Retrieved July 1, 2023, from <https://www.wfpha.org/promoting-oral-health-for-refugees-a-call-to-action/>

World Health Organization (WHO). *Belize certified malaria-free by WHO*. (2023, June 21). Retrieved July 1, 2023, from <https://www.who.int/news/item/21-06-2023-belize-certified-malaria-free-by-who>

World Health Organization. 2023 Bridgetown Declaration on NCDs and Mental Health. (n.d.).

As multinacionais como inimigas da saúde global e dos movimentos sociais: a luta contra a pobreza antidemocrática deve incorporar a luta contra a riqueza exorbitante

The multinational companies as enemies of a global health project and social movements: the fight against antidemocratic poverty needs to embody the fight against the “filthy rich”

**Rafaela Venturella De Negri
Armando De Negri Filho**

Abstract. *This inform analyses the current deeply interconnected relation between big multinational industries, economy, government, public health and social civil movements; using five categories - food, health, natural resources, taxes and artificial technology - we explore how multinational companies in its high power maintenance place perform on and change our social system, finally proposing ways of social and governmental control over these entities.*

Keywords: *Multinational industry. Pharmaceutical Industry. Public Health. Corporation lobby. Social Control. Inequality.*

Resumo. Este informe analisa a atual relação profundamente interconectada entre grandes indústrias multinacionais, economia, governo, saúde pública e movimentos sociais que defendem os interesses públicos ; usando cinco categorias - alimentos, saúde, recursos naturais, impostos e tecnologia artificial - assim exploramos como as empresas multinacionais em sua manutenção de poder atuam e mudam nosso sistema social, finalmente propondo formas de controle social e governamental sobre essas entidades.

Palavras-chave: Indústria multinacional. Indústria farmacêutica. Saúde pública. Lobby corporativo. Controle Social. Desigualdade.

Abertura

No último mês, quatro milionários ficaram presos num submarino e o mundo parou. Foram gastos - literalmente - 30 milhões de reais de cofres públicos nas buscas. No mesmo mês, um grupo de 100 pessoas migrantes naufragou no mar da Grécia, a resposta pública foi reduzida a um reforço das fronteiras (os que estavam no mar já morreram e agora vamos nos preocupar em não deixar ninguém mais entrar) e a ajuda foi relocada para o setor privado de ONGS e organizações internacionais. A luta contra a pobreza que mata - seja por doenças, fatores de determinação social, fome, violência - precisa incorporar a luta contra a super riqueza. Os *filthy riches* capazes de locar submarinos, naves espaciais e cujas vidas comovem públicos e cujas fortunas têm governos como reféns; os milionários podem ser donos da guerra, mas a construção da paz pressupõe sua reformulação. A riqueza - muito mais do que um mérito pessoal ou uma ordem de assunto privado - nos deixa num mundo de multinacionais e multimilionários de lobbies capazes de controlar agendas políticas.

Esse é o assunto deste informe: o dinheiro que controla o mundo e como as iniciativas públicas e sociais podem ressignificar as fortunas e como a luta contra a pobreza como acontecimento antidemocrático e que rompe com os direitos humanos, pressupõe a luta contra a riqueza exacerbada de poucos contra a miséria de muitos.

Serão analisadas 4 grandes áreas: alimentação, saúde, recursos naturais e reformas tributárias, com um adendo sobre a inovadora regulamentação da Inteligência Artificial.

A Industria de alimentos

A indústria dos alimentos mudou a vida e a saúde da população mundial. A DW Documental nos mostra como as mudanças de estilo de vida - mais horas de trabalho sentado, falta de lazer ao ar livre e a impossibilidade de usar certos tipos de transporte, como bicicleta ou vias de caminhada - e a reinvenção da indústria de alimentos para produtos super industrializados, com altos índices de conservantes, gorduras malélicas e açúcares transformaram a saúde de todos, trazendo uma série de enfermidades associadas ao consumo desenfreado e desavisado. [La diabetes - Una enfermedad lucrativa | DW Documental](#) - O documentário disponível no youtube nos mostra como a diabetes, enfermidade que cresce a níveis exponenciais, gera um lucro maciço a indústria farmacêutica, com a venda de insulina que muitas vezes não é oferecida pelos planos de saúde - custando cerca de 300 dólares nos Estados Unidos e tendo tido um aumento de 1000% nos últimos 30 anos. No mesmo período a diabetes tipo 2, reconhecidamente causada por má alimentação, teve um boom e é agora considerada um problema grave em muitos países, mesmo nos que sofrem com má nutrição e falta crônica de alimentos. A pandemia conta especialmente com uma indústria da alimentação super rápida, super barata e super cheia de sabor - mesmo sendo esse artificial; [Azúcar y aditivos - El lado oscuro de la industria alimentaria | DW Documental](#), o documentário examina o papel crucial da indústria multimilionária de propagandas, que constrói o imaginário de lanches felizes e deliciosos, mascarando os efeitos adversos com um “marketing violento” que atinge principalmente crianças e adolescentes, como também é evidenciado por um novo relatório publicado no Reino Unido: <https://peoplesdispatch.org/2023/06/12/ultra-processed-food-dominates-child-nutrition-in-the-uk/?ref=peoples-health-dispatch.ghost.io>

“Um novo relatório do First Steps Nutrition Trust indica que um número esmagador de crianças no Reino Unido depende de uma dieta dominada por alimentos ultraprocessados. De acordo com o relatório, 61% da energia total média entre crianças de dois a cinco anos provém de alimentos ultraprocessados, que há muito tempo são associados ao aumento do risco de desenvolver obesidade e outras doenças não transmissíveis.

O relatório chega em um momento em que o Reino Unido enfrenta uma crise de custo de vida que está afetando o preço dos alimentos em particular. Dados recentes revelam que as famílias com filhos, especialmente aquelas com filhos menores de quatro anos, são particularmente afetadas pela crise do custo de vida e apresentam maior prevalência de insegurança alimentar. Devido ao aumento dos preços dos alimentos, muitas famílias contam com refeições prontas, muitas vezes ultraprocessadas, para reduzir gastos. O relatório enfatiza que, para evitar os efeitos negativos de longo prazo de dietas centradas em alimentos ultraprocessados, o governo deve tomar medidas ativas para expandir iniciativas como o Health Start e também restringir a influência da indústria alimentícia, principalmente em relação às práticas de marketing.”

E como a indústria de marketing e propaganda chegou tão longe despercebida? O “consumo ideológico”, ou melhor colocando, a prática das multinacionais de *greenwash* seus produtos ao se alinharem ficticiamente a certas lutas políticas como pautas LGBTQI+, a proteção a natureza ou o movimento feminista, é fortemente presente na industria dos alimentos ultraprocessados e seus times de marketing. O Joio e o Trigo - Jornalismo Investigativo sobre alimentação, saúde e poder construiu uma matéria sobre o assunto, destacando o *rainbow*

washing que acontece todo Junho, mês do orgulho LGBTQI+ e como as marcas - destacando aqui grandes casas de alimentos ultraprocessados, como Doritos e Burger King - categoricamente tomam para si a pauta do mês do orgulho e durante 30 dias reformulam sua cara e suas propagandas para captar o público em questão.

“Ter em mente as raízes da luta, conhecer a sua história e entender seus objetivos são as ferramentas mais eficazes para que as bandeiras continuem sendo dos movimentos, e não das corporações. “As campanhas constroem subjetividade a partir da linguagem, e a linguagem gera poder, que é recebido como: estou sendo visto”, lembra Erick Ruan, o publicitário e pesquisador que estudou a recepção do público às campanhas da Doritos Rainbow.”

O aspecto econômico da cultura alimentar dos ultraprocessados também é básico para a manutenção de uma sociedade que come como nós: a saúde é cara, no prato e no plano. A mesma indústria multimilionária que torna - com o latifúndio voltado à importação - a compra de alimentos orgânicos e saudáveis algo inalcançável para a grande maioria da classe média (o que é facilmente notado ao comparar o preço de uma bolacha ao de um pé de alface). Junta-se isso ao trabalho incansável na grande mídia para vender o estilo de vida de seus produtos e temos uma população que tem estruturalmente negado o direito de comer bem e saber o que está comendo.

A indústria da saúde

A indústria da saúde - por si só uma combinação estranha de expressões - tem uma expressão sensível na qualidade de vida da população mundial, com a dificuldade criada de conseguir medicamentos a custos sociais, ao fortalecimento dos planos de saúde privativos aos custos da saúde pública e a captação das grandes organizações pelo objetivo do lucro.

<https://peoplesdispatch.org/2023/06/15/millions-of-people-in-the-us-ration-medicine-as-big-pharma-fights-to-keep-prices-high/?ref=peoples-health-dispatch.ghost.io> Nos Estados Unidos, talvez o grande exemplo dos malefícios da estruturação da saúde como bem privado e da saúde como fonte de lucro, uma pesquisa recente do CDC - Centro de controle e prevenção de doenças, mostra que usuários de medicamentos constantes para doenças crônicas - como insulina, remédios para controle de pressão arterial, entre outros - tem tomado menos doses ou aumentado o tempo entre as doses dos medicamentos de forma a fazê-los durar mais tempo, não sendo necessário a compra de mais medicação. As minorias são as mais afetadas por esse movimento econômico de sobrevivência, sendo mulheres, pessoas com deficiência e homens e mulheres negros especialmente afetados. Ao mesmo tempo, diretores executivos das grandes farmacêuticas entraram com processos a fim de frear a tentativa do governo de Biden de aprovar uma lei que possibilitasse a negociação de preços entre o governo e as grandes indústrias farmacêuticas.

“A Merck obteve mais de US\$14 bilhões em lucros no ano passado, a AbbVie gerou quase US\$12 bilhões e a Biogen US\$3 bilhões (um aumento de 95% em relação a 2021). As empresas parecem não querer mergulhar em seus bilhões em lucros para salvar as vidas dos pobres e trabalhadores e financiar a pesquisa necessária. Os preços farmacêuticos não foram controlados por muito tempo”, diz Mendoza. “Vimos isso consistentemente por mais de uma década, que as empresas farmacêuticas, quando têm um monopólio, aumentam o preço para que possam mostrar lucros a seus acionistas e manter seus investidores felizes.”

O controle das grandes indústrias farmacêuticas sob os organismos públicos não termina aí, sendo até as instituições financeiras de desenvolvimento aliadas das big pharma

techs. <https://peoplesdispatch.org/2023/06/30/private-health-companies-prosper-while-healthcare-access-stagnates/?ref=peoples-health-dispatch.ghost.io>

“O investimento em desenvolvimento dos países de alta renda e do Banco Mundial, que nominalmente visa fortalecer a prestação de serviços de saúde, está acabando nos bolsos das empresas privadas de saúde, como mostra um novo relatório da Oxfam. De acordo com o relatório intitulado “Sick Development”, enquanto as instituições financeiras de desenvolvimento alocam recursos financeiros para a saúde no Sul Global com o mandato de alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), o dinheiro está beneficiando predominantemente o setor privado, sem progresso significativo na melhoria do acesso à saúde. Essas instituições incluem instituições locais como a francesa Proparco e a British International Investment, bem como a International Finance Corporation (IFC) do Banco Mundial e o Banco Europeu de Investimentos (BEI).”

O fortalecimento das empresas privadas de saúde vem às custas do enfraquecimento dos sistemas públicos - seja pelo investimento que se move de um para outro, seja pela construção de uma narrativa de inutilidade do sistema público, uma vez que cronicamente subfinanciado, vê se estruturalmente incapaz de lidar com a demanda de uma maneira suficiente e eficaz, como vimos tantas vezes em informes anteriores.

O poderio das corporações é tanto que até a própria Organização Mundial da Saúde se vê refém, <https://peoplesdispatch.org/2023/05/29/is-corporate-influence-on-world-health-organization-set-to-increase/?ref=peoples-health-dispatch.ghost.io> tendo seu financiamento sujeito a pactos e vontades do setor privado, que escolhem financiar certos programas e áreas específicos, num misto de filantropocapitalismo, financeirização da saúde e do desejo privado de controlar a maior mundial organização de saúde.

“A versão atual da decisão diminuiria a voz e a participação dos países do Sul Global na tomada de decisões da OMS, enquanto um grupo menor de nações de alta renda e entidades corporativas exerceria influência significativa. Tal cenário prejudicaria gravemente a capacidade da OMS de cumprir seu mandato de salvaguardar a saúde global, apesar dos recentes lembretes do papel crítico da agência nas necessidades mundiais de saúde.”

Recursos naturais

Os recursos naturais vem sendo irresponsavelmente explorados pelas grandes indústrias capitalistas desde o avanço do mercantilismo e sua agenda de expansão territorial; mesmo alertados sobre o encontro galopante entre o avanço da exploração e o limite do planeta, as grandes indústrias continuam testando os limites do ecossistemas e dos povos que sofrem com essa exploração em nome da economia, alimentando conflitos locais e globais contra a tomada de recursos naturais e produzindo uma onda de violência por parte de uma polícia armada pela proteção de um Estado aliado ao lucro.

Em Sainte-Soline, povoado no oeste da França, 30 mil pessoas se reuniram pacificamente para protestar contra a construção de reservatórios de água para irrigar latifúndios de milho, tornando o acesso à água pelos fazendeiros locais ainda mais precário. <https://unicornriot.ninja/2023/the-battle-of-sainte-soline/>

“No local de Sainte-Soline entre La Rochelle e Poitiers, o segundo dos 16 reservatórios de água planejados está em construção. A cratera aberta, do tamanho de dez campos de futebol, que será revestida com plástico, pode armazenar até 650.000 metros cúbicos de água - cerca de

260 piscinas olímpicas - bombeada do subsolo durante o inverno para irrigar plantações de milho no verão. Os reservatórios são enchidos a partir do lençol freático e dos aquíferos durante o inverno para uso dos agricultores durante as estações de cultivo de primavera e verão. Segundo os críticos, a água já é escassa nessa região, mesmo no inverno.

Em teoria, as mega bacias reduzem a pressão sobre os aquíferos durante as crescentes secas de verão. Mas, ao contrário do que seus proponentes querem que o público acredite, as mega bacias não são simplesmente alimentadas pela água da chuva. A água deve ser bombeada de lençóis freáticos ou rios. Mesmo que o bombeamento ocorra no inverno, aumenta a pressão sobre os recursos hídricos. Ao armazenar água que de outra forma penetraria no solo ou fluiria para os rios, eles privam os ecossistemas circundantes de um recurso vital que se regenera durante os meses de inverno. Os críticos dizem que a água está disponível apenas para os agricultores participantes que fazem parte do “negócio agroindustrial capitalista”. Ricos proprietários de terras e empresários privatizam a água para a irrigação intensiva de suas plantações.”

O que ficou conhecido como a “batalha de Sainte-Soline” estourou com um ataque desnecessário por parte da polícia ao jogar bombas de gás lacrimogêneo nos manifestantes - acusados de “ecoterroristas” constantemente pelo governo local- e escalou com o uso de força física.

A luta regional do Oeste da França está também presente no povoado de Jujuy, na Argentina. <https://wayka.pe/la-batalla-por-el-agua-la-tierra-y-el-litio-mas-de-400-comunidades-de-jujuy-en-alerta/>

Com a aprovação - fictícia, uma vez que sem o voto popular - da nova Constituição local, os protestos se viram ilegais e os povos originários viram seus direitos ancestrais retirados, com emendas específicas para a legalização do deslocamento forçado de comunidades que estejam ocupando terras de interesse extrativista, abrindo portas para a exploração desenfreada de recursos naturais, solo e água. As mudanças constitucionais vêm em movimento desde 2019 e fazem parte de um pacto entre governo local e mineradoras multinacionais que, ao receber uma negativa para a exploração da área pelos povos originários, foram construindo planos alternativos.

“Além disso, com esse artigo, o governo teria controle total sobre recursos estratégicos como o lítio em um território onde as comunidades estão fortemente organizadas para proibir a entrada de projetos de mineração. Nesse sentido, Jujuy é uma das três províncias argentinas que ocupam o chamado “triângulo de lítio” na região e sua valorização global a configurou como uma commodity de exportação.

A partir desta perspectiva, os modos de vida e as economias domésticas sustentadas pelas cidades de Salinas estão no caminho e devem ser deslocados: “Criamos toda uma economia regional para que não apenas as comunidades de Salinas sejam beneficiadas pelo turismo, mas queremos para que as 33 comunidades da região trabalhem de forma articulada e possam permanecer no território”, explicou Erica Cañari, presidente da comunidade Pozo Colorado de Salinas Grandes. “Sabemos muito bem que não nos querem aqui, que querem lítio e destroem o salar. Todo esse conflito começou, justamente, em 2019, quando dissemos não à mineradora”

Numa visão alarmante do futuro, as populações da Guiana Francesa, de Martinique e de Guadeloupe se veem travando uma batalha de décadas contra a irresponsável indústria de

latifúndios de bananas que envenenou o local com o uso irresponsável de clordecona. <https://peoplesdispatch.org/2023/06/16/mobilizations-against-effects-of-chlordecone-poisoning-gain-momentum-in-martinique-and-guadeloupe/?ref=peoples-health-dispatch.ghost.io>

“A poluição por clordecona na Martinica e Guadalupe começou em 1972, quando o inseticida altamente tóxico foi introduzido para combater o gorgulho da bananeira. A bananicultura tornou-se o principal foco do desenvolvimento agrícola, substituindo a monocultura da cana-de-açúcar, apesar da necessidade de diversificação agrícola. As exportações de banana para lucrativos mercados estrangeiros trouxeram subsídios principalmente para grandes proprietários de terras, como as famílias Békées, descendentes de colonos franceses, e serviram como uma ferramenta política para promover a estabilidade social em meio às demandas por independência e autonomia. Desde então, os interesses econômicos e estatais prevaleceram sobre as preocupações com a saúde pública, e o progresso só veio através dos esforços incansáveis dos movimentos sociais no Caribe francês, pesquisadores dedicados e alguns políticos preocupados. Ao longo dos anos, as demandas de mobilização e compensação atingiram níveis sem precedentes. Medidas sucessivas do governo destinadas a abordar os principais problemas de saúde pública, como os planos de clordecona 1 (2008-2010), 2 (2011-2013), 3 (2014-2020) e o plano de clordecona 4 (2021-2027) em andamento, têm significativamente sensibilizou o povo do Caribe francês. No entanto, a resposta do governo francês não atendeu às demandas de muitas associações e cidadãos, que buscam uma solução sustentável e ambiciosa: “zero clordecona”, ou seja, sem exposição a esse poluente. Apesar da proibição global da substância em 2011, uma reportagem em janeiro de 2018 em canais de TV locais destacando modificações nos Limites Máximos de Resíduos desencadeou fortes reações e provocou intensas mobilizações sociais.

A gravidade do impacto na saúde causado pela clordecona só será totalmente compreendida no futuro, mas seus efeitos devastadores já são evidentes. Embora estudos científicos tenham consistentemente confirmado o impacto da clordecona na saúde, desde sua introdução no Caribe francês há meio século, testemunhamos uma negação desconcertante e uma falta de ambição nas políticas públicas. As decisões priorizaram os interesses dos produtores de banana sobre as preocupações com a saúde pública

Reformas Tributárias

Há na reforma e na justiça tributária a possibilidade de uma nova relação entre governo, sociedade e suas instituições públicas e as multinacionais. Talvez a criação de um mundo sem bilionários não seja exatamente possível no momento, uma vez que eles já estão entre nós, porém, a justiça tributária - tax justice - e sua narrativa de redistribuição de riqueza apresentam um caminho interessante.

O *EUTAX Observatory* publicou uma pesquisa explorando a quantidade de recursos que chegaria aos cofres públicos se as multinacionais comessem a ter seu *tax deficit* - a diferença entre o que é realmente cobrado e o que não é e poderia ser - cobrado, idealizando cenários de mínima a máxima cobrança dentro dos Países da União Europeia; representando - mesmo a arrecadação mínima - um crescimento de 50%. Por mais utópica que a proposta parece ser, uma vez que a cobrança de impostos de multinacionais é facilmente desviada uma vez que a empresa troque de país, o observatório apresenta a possibilidade de uma ação coletiva, na qual os países iriam se unir e barrar os paraísos fiscais, cobrando os valores devidos.

A proposta parece interessante, uma vez que se soma à narrativa austeridade, já que se for realmente pela falta de recursos que certas políticas públicas são cortadas, a nova tipagem de arrecadação poderia sanar esse impasse; e que, adicionalmente, a pauta de justiça fiscal tem sido recorrente ao elaborar um Acordo Pandêmico viável e com possibilidade de realmente proteger os povos de enfermidades futuras.

“Em terceiro lugar, nossa análise sugere que recusar a coordenação internacional não é uma posição sustentável. De acordo com uma visão amplamente aceita, um imposto mínimo global alto é utópico, porque um único país sempre pode bloquear tal acordo. Esta vista, no entanto, está incorreta. Certamente, vários paraísos fiscais obtêm grandes benefícios oferecendo baixas alíquotas de impostos - atraindo atividade e uma grande quantidade de lucros no papel - e portanto, têm incentivos para recusar a adesão a um acordo global. Mas isso não fica no caminho de um acordo internacional efetivo, porque outros países sempre podem optar por recolher os impostos que os paraísos fiscais optam por não recolher. Por exemplo, os Estados Unidos, Alemanha ou França sempre podem decidir tributar os lucros registrados por suas multinacionais na Irlanda a uma taxa mínima de 25%, tornando assim a taxa de imposto irlandesa de 12,5% irrelevante (da mesma forma que os Estados Unidos, Alemanha ou França em sua renda mundial, incluindo renda sujeita a nenhum ou baixo imposto fora do país). Isso mostra que oferecer taxas baixas de impostos corporativos é fundamentalmente uma instável estratégia de desenvolvimento, que só funciona enquanto outros países optarem por aceitar essa concorrência fiscal - e param de funcionar assim que os mesmos a recusam.”

Essa ideia da taxa justa vai de encontro a publicação recente de Francine Mestrum, na qual é destacado que é muito mais útil invocar políticas públicas e campanhas passíveis de combater a riqueza extrema e a desigualdade do que unicamente focar no combate isolado contra a pobreza - numa ideia acadêmica de “Abolish billionaires”, como veremos adiante - ao entender que a construção social do empobrecimento passa pelo aval econômico da concentração de riqueza por um sistema que não parece se preocupar em redistribuir o capital que produz.

“As pessoas se adaptam, passo a passo, até que de repente não há mais margens. Isso é o que vemos quando os números do tráfico de drogas, crimes e suicídios estão aumentando. É o que vemos quando os partidos antissistema estão em ascensão, principalmente da extrema direita. Isto é o que está acontecendo agora. As sociedades estão se desintegrando. As desigualdades estão aumentando. CEOs e acionistas roubam e roubam o que podem, descaradamente. Todos os dias, em algum lugar, surge um escândalo sobre um pouco mais de corrupção, um pouco mais de impunidade. Não raramente, os políticos jogam o mesmo jogo.

Não se trata mais apenas de diferenças de classe. As relações de gênero também assumem uma cor diferente quando os dados são desagregados. Como sabemos, as mulheres vivem mais que os homens. Mas as mulheres não vivem mais com boa saúde do que os homens, elas enfrentam todos os tipos de problemas de saúde muito mais cedo.

A diferença entre os altamente educados e os menos educados também é bem conhecida. Mas quem sabe se a expectativa de vida dos negros altamente educados ainda é menor - quatro anos em média - do que a de seus colegas brancos com a mesma educação? Ou seja, também existe discriminação e/ou racismo.

Esses dados mostram que a desigualdade causa enormes problemas. A vida das pessoas pobres é mais curta e menos saudável e enfrenta uma série de outros problemas, como

discriminação, acesso a cuidados de saúde e alimentação saudável, acesso à educação e ao conhecimento. Todas as sociedades hoje apresentam desigualdades cumulativas.

A solução desses problemas exigirá outro sistema econômico e um enorme esforço redistributivo. Mas tanto as políticas de redução da pobreza quanto a chamada “ajuda ao desenvolvimento” estão no caminho errado.

De acordo com um estudo recente, a “ajuda” de 1960 a 2017 tem favorecido amplamente o Norte. No total, US\$152 trilhões em recursos foram drenados do Sul global. Do Sudeste Asiático, principalmente Vietnã, Indonésia, Malásia e Tailândia, foram 11 trilhões de dólares. Esse dinheiro equivale às oportunidades perdidas de melhorar a vida das pessoas.

Para cada US\$ de ajuda, 14 US\$ escoam na fuga de riqueza. Somando-se a repatriação de lucros e os fluxos financeiros ilícitos, chegamos a 30. Para cada US\$ de ajuda, 14 US\$ saem em ralos de riqueza pagos pelo Sul.

Claramente, há vencedores e perdedores, há redistribuição, mas vai do Sul para o Norte e dos pobres para os ricos. Falar em “consolidação fiscal” nesse contexto é ridículo.

Quanto às 'políticas de redução da pobreza', elas também são uma farsa. Eles nunca podem fechar a lacuna social e econômica existente. Somente uma política universal para todas as pessoas pode fazer algo a respeito, mas isso requer um esforço dos ricos.

Hoje, as políticas de redução da pobreza se concentram em direcionar, descobrir quem precisa de ajuda mais e com mais urgência, caridade que aceita dar apenas migalhas para acabar com a miséria do mundo.

Não funciona e nunca funcionará. Foi repetido ad nauseam por séculos. As políticas de pobreza não visam os pobres, mas sim as necessidades dos não pobres, a necessidade da ilusão e da boa consciência, para garantir e preservar uma ordem social baseada em todas as desigualdades existentes. Se fosse realmente voltado para os pobres, certamente não haveria limite para a redistribuição dos ricos para os pobres, segundo Georg Simmel, o pai da sociologia da pobreza.”

<https://www.meer.com/en/74257-stop-austerity>

IA - Inteligência Artificial

Como fechamento, propomos a revisão do primeiro acordo acerca de Inteligência Artificial adotado pela União Europeia e sua relação com a cultura dos super ricos.

A regulamentação proposta divide os serviços de IA em quatro níveis de “risco” a depender da sua relação e serviço que presta aos seus usuários, sendo aqueles que diretamente interferem em vidas humanas - policiamento, seleção para certas políticas públicas, saúde, imigração, processos democráticos, etc - receberem mais atenção e serão duramente avaliados de forma a garantir a justiça e a segurança de quem os utiliza. Além disso, o objetivo é informar os desenvolvedores desta tecnologia com regras, deveres e responsabilidades claras, dando especial atenção para pequenos e médios negócios - movimento que vai diretamente contra as grandes corporações de IA, onde um pequeno grupo controla verdadeiras fortunas através de empresas que não necessariamente empregam muita gente ou geram muitos postos de trabalho bem remunerados.

“Se propôs que a regulamentação da IA garanta que os europeus possam confiar no que a IA tem a oferecer. Embora a maioria dos sistemas de IA represente um risco limitado e possa contribuir para a solução de muitos desafios sociais, certos sistemas de IA criam riscos que devemos abordar para evitar resultados indesejáveis. Por exemplo, muitas vezes não é possível descobrir por que um sistema de IA tomou uma decisão ou previsão e realizou uma determinada ação. Portanto, pode ser difícil avaliar se alguém foi injustamente prejudicado, como em uma decisão de contratação ou em uma inscrição para um esquema de benefício público.”

[Regulatory framework proposal on artificial intelligence | Shaping Europe's digital future \(europa.eu\)](https://ec.europa.eu/economy_finance/regulatory-framework-proposal-artificial-intelligence-shaping-europes-digital-future_en)

Conclusão

Em 2019, The New York Times publicou a controversa coluna de opinião: “Abolish Billionaires”, como conclusão, replico abaixo parte dela:

“Abolir os bilionários pode não parecer uma ideia prática, mas se você pensar nisso como uma meta de longo prazo à luz dos males econômicos mais profundos de hoje, parece tudo menos radical. Em vez disso, banir bilionários - buscando reduzir seu poder econômico, trabalhando para reduzir seu poder político e tentando questionar seu status social - é uma visão concisa e perfeitamente encapsulada para sobreviver ao futuro digital. A abolição bilionária pode assumir muitas formas. Isso pode significar impedir que as pessoas mantenham mais de um bilhão em saques, mas é mais provável que signifique impostos marginais mais altos sobre renda, riqueza e propriedades para bilionários e pessoas a caminho de se tornarem bilionários. Essas ideias políticas acabam sendo muito bem pesquisadas, mesmo que provavelmente não sejam redistributivas o suficiente para transformar a maioria dos bilionários em sub bilionários.

Mais importante, o objetivo de abolir os bilionários envolveria reformular a estrutura da economia digital para que ela produza uma proporção mais equitativa de super-ricos para o resto de nós.

A desigualdade é a condição econômica definidora da era da tecnologia. O software, por sua própria natureza, impulsiona as concentrações de riqueza. Por meio de efeitos de rede, nos quais a própria popularidade de um serviço garante que ele continue se tornando mais popular e economias de escala sem precedentes – nas quais a Amazon pode fazer o Alexa uma vez e fazê-lo funcionar em qualquer lugar, para todos.

Já estamos vendo esses efeitos agora. Algumas corporações superestrelas, muitas em tecnologia, respondem pela maior parte dos lucros corporativos americanos, enquanto a maior parte do crescimento econômico desde a década de 1970 foi para um pequeno número das pessoas mais ricas do país.

Mas o problema está prestes a piorar. A inteligência artificial está criando novas indústrias prósperas que não empregam muitos trabalhadores; deixada sem controle, a tecnologia está criando um mundo onde alguns bilionários controlam uma parcela sem precedentes da riqueza global.

Mas a abolição não envolve apenas política econômica. Também pode assumir a forma de opróbrio social e político. Por pelo menos 20 anos, temos um caso de amor nacional devastador com bilionários - um flerte que a indústria de tecnologia tem defendido mais do que qualquer outra.

Eu testemunhei uma geração de empreendedores esforçados se juntando ao clube das três vírgulas e se transformando instantaneamente em super-heróis da ordem global, celebrados da Bay Area a Pequim pelo que é considerado sua sabedoria óbvia e irrefutável sobre tudo e qualquer coisa. Colocamos bilionários em capas de revistas, especulamos sobre suas ambições políticas, elogiamos suas grandes visões para salvar o mundo e piscamos afetuosamente para seus planos malucos de nos ajudar a escapar - graças a seus enormes e nada freudianos sugestivos foguetes - para um novo.

Mas a adulação que acumulamos sobre bilionários obscurece o simples dilema moral no centro de sua riqueza: por que alguém deveria ter um bilhão de dólares, por que alguém deveria se orgulhar de brandir seus bilhões, quando há tanto sofrimento no mundo?

Como disse a Sra. Ocasio-Cortez em uma conversa com Ta-Nehisi Coates: “Não estou dizendo que Bill Gates e Warren Buffett são imorais, mas um sistema que permite que bilionários existam quando há partes do Alabama onde as pessoas ainda estão sofrendo com ancilostomíase porque não tem acesso à saúde pública é errado.”

Vozes do Sul Global na Diplomacia da Saúde: UNOSSC, G-77, MNA e Centro Sul
Voices of the Global South in Health Diplomacy: UNOSSC, G-77, NAM, South Centre

Regina Ungerer

Abstract: *UNOSSC is already planning a parallel meeting at the HLPF on July 10th to discuss South-South and Triangular Cooperation in climate and energy issues. The Director of UNOSSC attended the OPEC Fund Development Forum in Vienna, where she emphasized the importance of the Loss and Damage Fund established during CoP27, and that CoP28 should be an opportunity to operationalize the Fund.*

The G-77 and China attended three UNGA meetings and are continuing to discuss the scope and elements of the Summit of the Future in 2024; the sovereignty of the Malvinas/Falkland Islands, urging Argentina and the United Kingdom to resume negotiations in accordance with the principles of the UN Charter and all relevant resolutions, in order to find a peaceful solution to the dispute as soon as possible. They also took part in the Intergovernmental Conference on a binding international legal instrument of the United Nations Convention on the Law of the Sea and the Sustainable Use of Marine Biological Diversity in Areas Outside National Jurisdiction, where an agreement for Biodiversity Governance in more than 45% of the Earth was reached. It was a victory for diplomacy and multilateralism, particularly for developing countries.

However, the most important event of the period, was the Paris Summit for a New Global Financial Pact, which brought together more than 300 heads of state, international organizations, and civil society. The summit's goal was to lay the groundwork for a new global financial architecture, an issue that the G-77 and China have been highlighting, whenever possible. Several heads of state of developing countries were very outspoken against the current financial architecture, they challenged the World Bank and the IMF, and placed themselves on an equal footing with the richest countries, forcing a discussion on their terms. The NAM is organizing its Ministerial meeting in the next few days and the South Centre has been discussing the right of peasants, right to development, tax administration in Africa, and TRIPS implementation.

Keywords: *South-South Cooperation. UNOSSC. G-77 and China. Non Aligned Movement. South Centre.*

Resumo: O Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul já está se preparando para a reunião do *High Level Political Forum* que começara em 10 de julho, com uma reunião paralela para discutir a Cooperação Sul-Sul e Triangular para enfrentar as crises climáticas e de energia. Presente no Fórum do Fundo de Desenvolvimento da OPEC em Viena, a Diretora do UNOSSC destacou o fundo de Perdas e Danos estabelecido durante a CoP27 como um passo importante e que a CoP28 será uma oportunidade para a operacionalização do Fundo.

O G-77 e a China participaram de três reuniões da AGNU discutindo mais uma vez, o escopo da Cúpula do Futuro de 2024; a soberania das Ilhas Malvinas incitando os Governos da Argentina e do Reino Unido para retomarem as negociações de acordo com os princípios da Carta da ONU e todas as resoluções pertinentes ao tema, para encontrarem, o mais rápido possível, uma solução pacífica para a disputa. E ainda participaram da Conferência Intergovernamental sobre um instrumento jurídico internacional vinculante da convenção das Nações Unidas sobre o direito do mar e uso sustentável da diversidade biológica marinha das áreas fora da jurisdição nacional em que foi adotado um acordo para a Governança da biodiversidade em mais de 45% da Terra. Uma vitória para a diplomacia e multilateralismo e

principalmente para os países em desenvolvimento. No entanto, o mais importante evento no período foi a Cúpula para um novo pacto financeiro global que reuniu mais de 300 chefes de Estado, Organismos internacionais e a sociedade civil em Paris. O objetivo da cúpula era definir as bases para uma nova arquitetura financeira global, tema que o G-77 e a China vêm trazendo para a discussão, sempre que possível. Durante a Cúpula, vários Chefes de Estado de países em desenvolvimento se pronunciaram firmemente contra o sistema financeiro vigente, desafiaram o Banco Mundial e o FMI e se colocaram em pé de igualdade com os países mais ricos, forçando uma discussão em seus termos.

O MNA, está organizando uma reunião sobre o tema “MNA: Unidos e firmes no enfrentamento dos desafios emergentes” em Baku, Azerbaijão entre 5 e 6 de julho de 2023 e o Centro Sul vem discutindo o direito dos camponeses, direito ao desenvolvimento, a administração tributária na África e a implementação do acordo TRIPS.

Palavras-chave: Cooperação Sul-Sul. UNOSSC. G-77 e China. Movimento dos Não-Alinhados. Centro Sul.

Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul (UNOSSC)



Foto:

<https://twitter.com/UNOSSC/status/1674388386419752960/photo/1>

Já pensando no “*High Level Political Forum*” (HLPF) que será realizado de 10 a 19 de julho de 2023 sob os auspícios do Conselho Econômico e Social, o UNOSSC convida para uma reunião paralela dentro do HLPF no dia 10 de julho para discutir a Cooperação Sul-Sul e Triangular para enfrentar as crises climáticas e de energia (Twitter UNOSSC 1).



Foto:

<https://twitter.com/TheOPECFund/status/1671098307937009666/photo/1>

20 de junho de 2023 – Fórum do Fundo de Desenvolvimento da OPEC de 2023 foi realizado no dia 20 de junho em Viena

O Fórum do Fundo de Desenvolvimento da OPEC reuniu líderes governamentais, diretores de instituições e profissionais experientes da comunidade de desenvolvimento internacional para explorar os desafios e oportunidades atuais para um desenvolvimento transformador e sustentável.

Na ocasião, a Diretora do UNOSSC, Dima Al-Khatib afirmou que o fundo para Perdas e Danos estabelecido durante a Cop27 foi um passo na direção certa e conquistado depois de décadas de pressão dos países em desenvolvimento vulneráveis ao clima (Twitter UNOSSC 2).

A Cop28 será uma oportunidade de operacionalização do Fundo para Perdas e Danos e, portanto, cumprir sua promessa. Para uma transição justa e inclusiva para um futuro com clima seguro, a Cooperação Sul-Sul deve continuar a contribuir para a capacitação essencial para negociação e acesso ao financiamento (Twitter UNOSSC 3).

De acordo com Dima Al-Khatib, são muitos e a Cooperação Sul-Sul sustenta a possibilidade de aumentar a capacidade dos países em desenvolvimento de enfrentar seus desafios, que muitas vezes têm dimensões transnacionais e intersetoriais (Twitter UNOSSC 4).

South-South Galaxy

30 de junho de 2023 - Considerando o triplo mandato e amplo trabalho inter-regional de Desenvolvimento de Capacidade e Compartilhamento de Conhecimento, o ONU Mulheres desempenha um papel cada vez mais expansivo na Cooperação Sul-Sul e Triangular.

Alinhada com seu próprio Plano Estratégico e vários acordos internacionais, incluindo a Agenda 2030 e a Plataforma de Ação de Pequim, a ONU Mulheres apoia a cooperação Sul-Sul e Triangular para impulsionar mudanças positivas, inovações, novas parcerias e fundos de financiamento significativamente maiores. Todos os esforços estão voltados para alcançar a igualdade de gênero e o empoderamento de mulheres e meninas, que são fundamentais para todos os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda (South-South Galaxy, 2023).

Grupo do G-77

O G-77 e a China participaram de 3 reuniões da AGNU no período entre 19 e 30 de junho de 2023.

New York, 20 de junho de 2023

Declaração feita pelo Sr Yuri Gala López, Vice Representante permanente de Cuba junto às Nações Unidas, em nome do G-77 e da China, durante a consulta informal sobre o âmbito e elementos para a Cúpula do Futuro

Apesar do G-77 e da China ainda estarem considerando esta proposta sobre o escopo e elementos da Cúpula do Futuro, eles acreditam que, como está, já é um documento importante para iniciar negociações e trabalhar coletivamente em prol de uma abordagem equilibrada e abrangente.

É positivo que o documento enfatize o compromisso com a Carta das Nações Unidas, assim como a Declaração Universal dos Direitos Humanos e a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

Ainda importante, o destaque para o fortalecimento do multilateralismo, da solidariedade global e da cooperação internacional como a forma mais eficaz de atingir os objetivos comuns para responder aos desafios colocados pelas atuais realidades socioeconômicas.

Porém, deve-se também reconhecer a natureza multidimensional do desenvolvimento e a necessidade de enfrentar os desafios inter-relacionados, como a erradicação da pobreza e da fome, inclusão social, fluxos financeiros ilícitos e crescimento econômico de forma equilibrada e integrada. E mais importante ainda, reconhecer a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável como um dos elementos chave para a Cúpula do Futuro.

Talvez, outro desdobramento, possa ser um seguimento para a Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Social realizada em Copenhague em 1995³².

O compromisso de implementar a Agenda de Ação de Adis Abeba da 3ª Conferência Internacional sobre Financiamento para o Desenvolvimento e a 4ª Conferência sobre Financiamento para o Desenvolvimento em 2025, abre caminho para a inclusão, nesta proposta, de uma chamada para melhorar os meios de implementação, especialmente em termos de mobilização de recursos financeiros adequados, desenvolvimento e transferência de tecnologia, construção de capacidades e fortalecimento de parcerias para o desenvolvimento.

Esta proposta deve servir como um esboço para permitir que as delegações e os grupos de delegações possam introduzir outros capítulos e elementos ou fundir os elementos já propostos, a fim de avançar para um documento final conciso e orientado para a ação da Cúpula do Futuro (G-77 1, 2023) (G-77 3, 2023).

New York, 20 de junho de 2023

Declaração feita pelo Sr Yuri Gala López, Vice Representante permanente de Cuba junto às Nações Unidas, em nome do G-77 e da China, sobre a questão das ilhas Malvinas durante a reunião do Comitê especial de descolonização

O representante do G-77 agradeceu a presença de Sua Excelência, o Senhor Santiago Cafiero, Ministro das Relações Exteriores, Comércio Internacional e Culto da República Argentina, que fez uma apresentação detalhada sobre o tema.

Os integrantes do G-77 e a China já se posicionaram sobre a questão das Ilhas Malvinas em diversas oportunidades e na mais recente Declaração adotada pelos Ministros de relações Exteriores do Grupo em 23 de setembro de 2022, reiteraram a sua posição sobre esta questão nos seguintes termos:

“Os Ministros reafirmaram a necessidade de os Governos da República Argentina e do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte retomarem as negociações de acordo com os princípios e objetivos da Carta da ONU e as resoluções pertinentes adotadas pela AGNU, a fim de encontrar, o mais rapidamente possível, uma solução pacífica para a disputa de soberania sobre as Ilhas Malvinas, Geórgias do Sul e Sandwich do Sul e áreas marítimas circundantes”.

A Argentina está disposta a manter negociações relacionadas com este objetivo e recordou que em 4 de novembro de 2022 foi o 40º aniversário da adoção da [Resolução 37/9 da AGNU](#), que garantia as partes a retomarem as referidas negociações.

Nesse sentido, os Ministros reafirmaram o princípio da integridade territorial consagrado na [Resolução da Assembleia Geral 1.514 \(XV\)](#), destacaram o direito dos Estados membros do Grupo à soberania permanente sobre seus recursos naturais, incluindo o direito da República Argentina interpor ações judiciais no pleno respeito do direito internacional e das resoluções pertinentes contra atividades não autorizadas de prospecção e exploração de hidrocarbonetos na referida área e recordou a necessidade de ambas as partes se absterem de tomar decisões que impliquem a introdução de modificações unilaterais na situação enquanto

³² A Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Social (WSSD), realizada em março de 1995 em Copenhague, foi onde os governos chegaram a um novo consenso sobre a necessidade de colocar as pessoas no centro do desenvolvimento. Esta Cúpula foi a maior reunião de líderes mundiais da época.

as ilhas estão passando pelo processo recomendado pela Assembleia, de acordo com a [resolução da Assembleia Geral 31/49](#) (G-77 2, 2023).

New York, 19 de junho de 2023

Declaração feita pelo Sr Yuri Gala López, Vice Representante permanente de Cuba junto às Nações Unidas, em nome do G-77 e da China, na continuação da 5ª sessão da Conferência Intergovernamental sobre um instrumento jurídico internacional vinculante no âmbito da convenção das Nações Unidas sobre o direito do mar e uso sustentável da diversidade biológica marinha das áreas fora da jurisdição nacional

Quase 20 anos desde o início das discussões para a conservação da biodiversidade marinha em áreas fora da jurisdição nacional, adotou-se um acordo essencial para a governança da biodiversidade em mais de 45% da Terra.

Uma vitória para a diplomacia e multilateralismo e principalmente para os países em desenvolvimento que permaneceram unidos para forjar um tratado ambicioso e progressista.

A força dos países em desenvolvimento, unidos no G-77 + China, é a razão pelo qual este tratado é totalmente diferente da versão de agosto de 2022. Foi a força deste Grupo que possibilitou a inserção de um modelo verdadeiramente equilibrado de compartilhamento de benefícios para a utilização dos recursos genéticos marinhos e da informação sequencial digital. Ausente do rascunho da 5ª sessão da Conferência Intergovernamental, não teria sido incluído se não fosse a pressão do G-77 e da China que sempre consideraram a utilização dos recursos genéticos, uma parte importante da investigação científica da biologia marinha.

Da mesma forma, deve ser creditada aos países em desenvolvimento, a inclusão, no acordo final, do princípio do patrimônio comum da humanidade, que é uma concepção fundamental que precisa estar enraizada em toda ação em alto mar, incluindo a atividade de pesquisa científica. Desde o início das Conferências Intergovernamentais sobre Biodiversidade Marinha de Áreas Além da Jurisdição Nacional (BBNJ) até as últimas horas de negociação, os países em desenvolvimento tiveram que lutar para introduzir essa noção que certamente representa um avanço em termos de direito internacional.

Esses são somente dois exemplos de duas conquistas importantes dos países em desenvolvimento. Da mesma forma, áreas de capacitação, ajustes financeiros e provisões em questões transversais foram moldadas pelas delegações do G-77.

Lutando contra fortes pressões de parceiros que mantinham uma posição contrária, os países do G-77 tiveram a certeza de juntos e unidos, poderiam conseguir um acordo que fosse favorável a eles.

Uma nova era para a conservação e uso sustentável dos oceanos começa agora e abre-se um novo caminho para a instauração do regime BBNJ e espera-se que a comunidade internacional apoie amplamente a campanha de ratificação para garantir a rápida entrada em vigor do tratado, e esses esforços serão assegurados por significativa mobilização de recursos garantindo apoio essencial para os países em desenvolvimento criarem as capacidades necessárias para que ratifiquem o tratado (G-77 1, 2023).

Do Twitter da presidência de Cuba do G-77 (@cubag77)

28 de junho de 2023 - O G-77 + China desempenharam um papel fundamental na obtenção de um Tratado progressista sobre a Conservação e Uso Sustentável da Diversidade Biológica Marinha de áreas além da Jurisdição Nacional (BBNJ), adotado em 19 de junho (Cuba Presidency | G-77 + China @Cuba - 1, 2023).

Como ressaltado no informe passado (Cadernos CRIS 10), o G-77 e a China conseguiram que fosse incluído no Tratado, o compartilhamento dos benefícios do uso de recursos genéticos marinhos e da informação digital sequencial. E o documento final do BBNJ foi um reflexo da força que os países em desenvolvimento, unidos tiveram durante essas negociações.

Esse processo demonstrou que, quando o Sul Global consegue se manter unido, seus legítimos interesses e demandas são ouvidos e devidamente considerados.



Foto:

<https://misiones.cubaminrex.cu/en/un/statements/statement-mr-richard-tur-second-secretary-cuban-permanent-mission-un-behalf-group-g77>

27 de junho de 2023 - Declaração do Sr. Richard Tur, Segundo Secretário da Missão Permanente de Cuba junto às Nações Unidas em nome do G-77 e da China na Cerimônia de Abertura do Fórum de Qingdao da Plataforma de Cooperação Marinha do Leste Asiático 2023 realizado entre 27 e 29 de junho de 2023.

O tema do Fórum "Coexistência harmoniosa na Década do Oceano".

O fórum aproveitou as oportunidades apresentadas pela ONU na "Década do Oceano" e o lançamento do Centro de Cooperação Internacional em Qingdao, com foco em "um oceano saudável e resiliente".

Lembrando as conquistas do G-77 e da China para o Tratado sobre a Conservação e Uso Sustentável da Diversidade Biológica Marinha de áreas além da Jurisdição Nacional (BBNJ), o Sr. Richard Tur destacou a real dimensão deste resultado que ganha maior significado quando se avalia o papel que os recursos oceânicos desempenham para os países em desenvolvimento e os obstáculos que frequentemente enfrentam no desenvolvimento de atividades nestas áreas, incluindo a investigação científica.

Os oceanos, que abrigam 80% de toda a vida do planeta e 80% do comércio mundial, fornecem alimentos, empregos e renda para quase 3 bilhões de pessoas, a maioria das quais vive em países em desenvolvimento. À medida que os recursos oceânicos se tornam ativos críticos para a segurança alimentar e a erradicação da pobreza e constituem o palco central para uma vasta gama de atividades econômicas, é crucial permitir que os países em desenvolvimento transformem os novos e emergentes setores baseados no oceano em catalisadores de longo prazo e inclusivos. desenvolvimento sustentável.

Os oceanos desempenham um papel importante no desenvolvimento sustentável, conforme incorporado na Agenda 21, no Plano de Implementação de Joanesburgo, bem como na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e no ODS 14. No entanto, seus benefícios não estão disponíveis para todos de forma igualitária e, atualmente, eles permanecem sob grave ameaça pelas atividades humanas, onde o lucro econômico ocorre às custas da degradação ambiental.

Neste contexto, é urgente mobilizar os meios de implementação, tais como financiamento, transferência de tecnologia marinha e capacitação, bem como aumentar o conhecimento científico e a investigação, de modo a melhorar a saúde dos oceanos e fomentar o contributo de biodiversidade marinha para o desenvolvimento do Sul Global.

É crucial entender e gerenciar melhor os múltiplos aspectos da sustentabilidade oceânica, desde a pesca sustentável até a saúde do ecossistema e a prevenção da poluição marinha.

Richard Tur disse ainda estar convencido de que esta sétima edição do Fórum de Qingdao será um espaço frutífero para aprofundar a eficácia da cooperação internacional no campo marinho em direção a um oceano saudável e resiliente, compartilhando benefícios e promovendo a construção de parcerias e alianças.

O G-77 e a China reiteram o compromisso e apoio do Grupo para a criação de uma plataforma internacional para o intercâmbio e cooperação para o mundo em desenvolvimento (*Representaciones Diplomáticas de Cuba en el Exterior*, 2023).



Foto:

<https://twitter.com/cubag77/status/1673400884804329485/photo/1>

26 de junho de 2023 – Durante a reunião dos Embaixadores do G-77 + China na ONU, os participantes deram as boas-vindas à mensagem do Presidente de Cuba, **Miguel Díaz-Canel** sobre a Cúpula de Chefes de Estado e de Governo a ser realizada em Havana nos dias 15 e 16 de setembro cujo tema será: "Desafios atuais do desenvolvimento: Papel da ciência, tecnologia e inovação", e enfatizaram que ciência, tecnologia e inovação são essenciais para o desenvolvimento sustentável (Twitter Cuba Presidency | G-77 + China @Cuba 2, 2023).



Foto:

<https://twitter.com/AnayansiRCam/ejo/status/1672218757073190913/photo/1>

23 de junho de 2023 – Cúpula para um Novo Pacto sobre o Financiamento Global realizada em Paris, entre 22 e 23 de junho.

O objetivo da cúpula era definir as bases para uma nova arquitetura financeira global para além do sistema de Bretton Woods, com a finalidade de abordar simultaneamente as mudanças climáticas, a biodiversidade e os desafios de desenvolvimento e ajudar os países a alcançar as metas de desenvolvimento sustentável.

A cúpula foi um momento -chave no calendário internacional deste ano e se alinhou a vários processos e iniciativas, como a Iniciativa Bridgetown, a cúpula do SDG (setembro de 2023), Cop28 e as discussões em andamento sobre a reforma das instituições financeiras internacionais (*Ministère de l'Europe et des Affaires Étrangères*, 2023)

A expectativa da Cúpula foi reunir várias agendas: (clima, desenvolvimento, dívida) e propor soluções inovadoras para abordar estas questões:

1. Aumentar o espaço fiscal e mobilizar liquidez
2. Desbloquear financiamento para o setor privado em países de baixa renda
3. Aumentar o investimento em infraestruturas verdes

4. Desenhar soluções financeiras inovadoras para a vulnerabilidade climática

E como pano de fundo, o ambiente desafiador que o mundo enfrenta a décadas, esta Cúpula deveria chamar a atenção para o choque deixado pelo Covid-19 e o aumento da dívida pública em todos os países. Com um terço de todos os países em desenvolvimento e dois terços dos países de baixa renda correndo risco de sobre-endividamento, ficou claro que a inflação disparou e o sistema monetário desenvolveu uma volatilidade financeira reduzindo a expectativa de assumir riscos. Com a falta de cooperação, o mundo corre o risco de não alcance as metas dos ODS e o objetivo de redução do carbono.

Quanto às mudanças climáticas, há 300 bilhões de perdas econômicas causadas por desastres naturais apenas em 2022. 70% do declínio da vida selvagem entre 1970 e 2018 e 11% mais pessoas vivendo em extrema pobreza, parte devido ao Covid 19.

O objetivo foi abordar simultaneamente mudanças climáticas, biodiversidade e desafios de desenvolvimento e ajudar as nações a cumprirem seus ODS.

A Cúpula teve enorme repercussão quando os países em desenvolvimento se posicionaram fortes contra o sistema vigente.

Como exemplos:



Foto:

<https://twitter.com/AnayansiRCamero/status/1672218757073190913/photo/4>

O Presidente de Cuba Miguel Díaz-Canel, representando o G-77 e a China na Cúpula, trouxe a voz do Sul dizendo que "Há uma necessidade urgente, como a maior de todas as urgências, de uma ordem internacional nova e mais justa."

Disse ainda que chegou a hora de enviar uma mensagem política clara que renove o compromisso coletivo de implementar a Agenda 2030 e seus ODS.

A concretização da Agenda 2030 e da Agenda de Ação de Adis Abeba deve ser acompanhada de uma profunda reformulação da atual ordem econômica, financeira e comercial mundial, onde se estabeleçam uma nova base de justiça, equidade e solidariedade, com uma nova relação Norte-Sul.

É profundamente decepcionante que a meta de mobilizar US\$ 100 bilhões por ano até 2020 em financiamento climático nunca tenha sido atingida.

É inadmissível que instituições obsoletas herdadas da Guerra Fria e de Bretton Woods continuem se impondo à maioria das nações, distantes da atual configuração internacional. e concebido para lucrar com as reservas do Sul (*Ministerio de Relaciones Exteriores, Republica de Cuba, 2023*).



Foto: Emmanuel DUNAND / AFP)

Ao chamar o presidente Emmanuel Macron da França de simplesmente “**Emmanuel**” o Presidente William Ruto do Quênia mostrou que eles são iguais.

Que os países em desenvolvimento merecem o mesmo tratamento e consideração dispensados aos países ricos.

Em seu pronunciamento ele disse:

1. Não queremos mais o FMI e o Banco Mundial.
2. Precisamos de uma nova arquitetura financeira onde a governança e o poder não estejam nas mãos de poucos. Uma nova organização de iguais.
3. Não estamos dando “passos à frente” e sim para trás. Você não está nos ouvindo.
4. A África pode caminhar orgulhosa para o futuro.

[Assista ao vídeo](#)

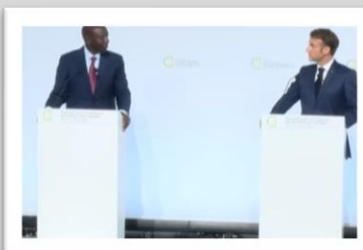


Foto: captura do vídeo



Foto: captura do vídeo

Enquanto o Presidente Cyril Ramaphosa da África do Sul disse aos líderes mundiais:

“Não somos pedintes, tratem-nos como iguais. Não precisamos de favores e de generosidade e sim de um sistema financeiro que atenda às nossas necessidades. É um sistema financeiro injusto”.

Ele também trouxe para a discussão, todo o ressentimento do continente Africano quando os países do Norte que tinham excesso de vacina contra o Covid-19, não se sensibilizaram e não compartilharam as doses da vacina, quando eles mais precisavam. E quando quiseram fabricar suas próprias vacinas, encontraram muita resistência na OMC e da indústria farmacêutica.

[Assista ao vídeo.](#)

E o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, do Brasil, disse que havia mudado seu discurso várias vezes para se adequar ao que realmente queria transmitir, como mensagem.

Convidando os presentes para a CoP 25 no Pará afirmou que para falar sobre a Amazônia, as pessoas devem conhecer a Amazônia.

Mas deixou claro, que numa reunião desta natureza, ele não poderia somente falar da questão climática. É necessário, acima de tudo, enfrentar a questão da desigualdade mundial.

É inaceitável que, em uma reunião entre presidentes de países importantes, não apareça a palavra desigualdade. Desigualdade salarial, desigualdade racial, desigualdade de gênero, desigualdade educacional, desigualdade na saúde.

O mundo está cada vez mais desigual com a riqueza cada vez mais concentrada nas mãos de poucas pessoas e a pobreza concentrada nas mãos de muitas pessoas. Se não houver discussão sobre a desigualdade e se não houver prioridade nesta discussão, como pode-se

discutir a questão climática? Se continuar desta maneira, o mundo vai terminar tendo um clima muito bom, mas com muita gente morrendo de fome em vários países do mundo.

É preciso deixar claro que, o que foi criado depois da Segunda Guerra Mundial, como as instituições de Bretton Woods, não funcionam mais no mundo de hoje, pois não servem aos anseios ou interesses da sociedade.

Da mesma forma, o Banco Mundial e o FMI deixam muito a desejar e não atendem as necessidades dos países. É preciso rever os seus funcionamentos. É preciso ter novas lideranças. O que era bom em 1945, 1946, 1947 e 1948, não serve mais.

Por isso, é importante que todos tenham consciência de que não se pode continuar a ter instituições funcionando de forma errada. Até o Conselho de Segurança da ONU, com seus membros permanentes, que foram importantes em 1945, não representam mais a realidade de 2023. É necessário mais representação e força política e a ONU deve recuperar esta representação. A ONU conseguiu criar o Estado de Israel em 1948 e não consegue resolver o problema da ocupação do Estado Palestino.

Desta forma, se estas instituições não sofrerem mudanças, a questão climática perde sentido e “vira piada”. Pois quem executará as decisões tomadas nos fóruns internacionais? Para ser franco, quem cumpriu o Protocolo de Quioto? Quem cumpriu as decisões da CoP15 tomadas em Copenhague? Quem cumpriu o Acordo de Paris? Em outras palavras, essas decisões não são cumpridas porque não existe uma governança global forte que ajude os governos nacionais a cumprir com as decisões tomadas internacionalmente.

É preciso esclarecer que se não houver mudanças nas instituições internacionais, o mundo continuará o mesmo. Os ricos continuarão ricos, os pobres continuarão pobres.

Quem não se lembra da discussão do G20 em Londres em 2009, quando foi discutido o malefício do protecionismo e quando os países ricos teriam que investir nos países em desenvolvimento e nos países mais pobres? Nada aconteceu e os países ricos seguem com o protecionismo e a pobreza cresceu em todos os continentes (Gov.br, 2023).

Tudo sobre esta Cúpula, pode ser [vista aqui](#).



Movimento dos Não Alinhados

De 2019 a 2023, a presidência do MNA está a cargo do Governo do Azerbaijão. O Presidente da República do Azerbaijão, Mr. Ilham Aliyev é também o Presidente do Movimento dos Não-Alinhados. A Delegação do Azerbaijão junto às Nações Unidas é o representante do Presidente na ONU. No final de 2023, a República de Uganda assumirá a presidência do MNA.

Destaque do Movimento dos Não Alinhados de 15 a 30 de junho de 2023



Foto:

<https://apa.az/en/diaspora/azerbaijan-hosts-preparatory-meeting-on-the-eve-of-ministerial-meeting-of-coordinating-bureau-of-nam-406939>

O Comitê de Coordenação do Movimento dos Não-Alinhados está organizando sua reunião ministerial entre os dias 4 e 6 de julho de 2023 sobre o tema “MNA: Unidos e firmes no enfrentamento dos desafios emergentes” em Baku, Azerbaijão.

Participando da reunião preparatória, estava o primeiro ministro e Coordenador do Ministério de relações Exteriores do Azerbaijão para discutir o documento final desta reunião.

Destaque do Movimento Jovem dos Não Alinhados (NAMYO)



Foto:

<https://twitter.com/namyouthorg/status/1673721596756779008/photo/1>

Nos dias 23 e 24 de junho, o Capítulo Nacional do Mali, do Movimento Jovem dos Não Alinhados no Mali organizou um Exercício de Simulação do Modelo MNA com a finalidade de discutir as inundações a escassez de água e os ODS. O objetivo era debater planos de gestão de recursos hídricos para garantir o consumo sustentável de água.

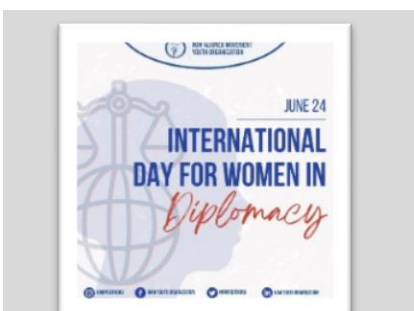


Foto:

<https://twitter.com/namyouthorg/status/1672274691019485189/photo/1>

24 de junho de 2023 - No Dia Internacional das Mulheres na Diplomacia, fez uma homenagem àquelas que defendem a paz, igualdade e progresso em todo o mundo.

Somente com a contribuição de mulheres que representam metade da população mundial, podemos construir um mundo mais coeso e harmonioso.



Foto:

<https://twitter.com/namyouthorg/status/1673004209740951555/photo/1>

26 de junho de 2023 - No Dia Internacional contra o abuso e tráfico ilegal de drogas O NAMYO destacou a necessidade de conscientização e posicionamento para combater o impacto devastador das drogas em indivíduos, famílias e comunidades.

Juntos, é possível fazer a diferença e criar um futuro mais seguro e saudável para todos.

Centro Sul (South Centre)

O South Center é uma organização intergovernamental de nações em desenvolvimento, com sede em Genebra na Suíça. Funciona como um grupo de reflexão política e pesquisa independente, e colabora com a promoção dos interesses comuns dos países em desenvolvimento na arena internacional e ao mesmo tempo mantém o status de observador nas Nações Unidas.

Destaques do Centro Sul

3 de julho de 2023 - A matriz a seguir fornece uma visão geral dos fatos e análise dos itens permanentes e não permanentes da agenda da sessão regular do Conselho TRIPS da OMC. A matriz também discute as questões de implementação do TRIPS como parte das negociações da Rodada de Desenvolvimento de Doha da OMC (Twitter South Centre 6, 2023).

Para ler o documento, [clique aqui](#).

3 de julho de 2023 - O Centro Sul e o Fórum de administração tributária da África Ocidental (WATAF) estão organizando entre 4 e 5 de julho de 2023, em Abuja, Nigéria, uma Sessão Técnica Híbrida Especial sobre a Solução de Dois Pilares da OCDE para melhorar a compreensão dos participantes sobre suas implicações, garantindo que os Estados membros estejam bem informados sobre as escolhas políticas (Twitter South Centre 5, 2023).

30 de junho de 2023 -O Centro Sul destacou o reconhecimento constitucional dos direitos dos camponeses e seu papel na produção de alimentos na Colômbia, de acordo com a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Camponeses (UNDROP) (Twitter South Centre 4, 2023).

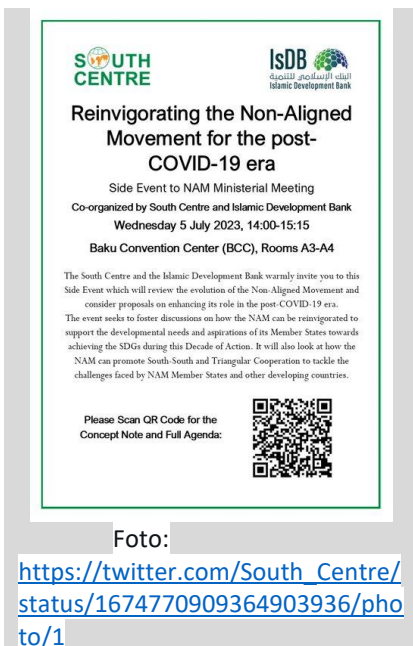


Foto:

https://twitter.com/South_Centre/status/1674770909364903936/photo/1

South Centre 3, 2023).

30 de junho de 2023 - O Centro Sul e o Grupo do Banco de Desenvolvimento Islâmico (ISDB) estão coorganizando um evento paralelo à Reunião Ministerial do MNA a ser realizado em 5 de julho de 2023 em Baku para discutir a evolução do Movimento dos Não-Alinhados e como ele pode ser revigorado na era pós Covid-19.

O objetivo do evento é fomentar discussões sobre como o MNA pode ser revigorado para apoiar as necessidades de desenvolvimento e as aspirações de seus Estados Membros em prol dos ODS durante a Década de Ação (2020 – 2030).

A intenção é também promover a Cooperação Sul-Sul e Triangular para enfrentar os desafios dos países membros do MNA e de outros países em desenvolvimento (Twitter

28 de junho de 2023 - O Conselho de Direitos Humanos, em sua resolução 33/14 de 29 de setembro de 2016, estabeleceu o mandato do Relator Especial das Nações Unidas sobre o direito ao desenvolvimento.

Em outubro de 2023, será apresentado na AGNU, o “o papel das empresas na realização do direito ao desenvolvimento no contexto da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e outros instrumentos internacionais relevantes de direitos humanos”.

Para coletar informações sobre o papel das empresas na realização do direito ao desenvolvimento, o Relator Especial para o Direito ao Desenvolvimento, fez uma chamada aberta para receber contribuições de várias partes interessadas, como Estados, organizações internacionais, instituições nacionais de direitos humanos, organizações da sociedade civil e outras. Contemplando esta chamada, o Centro Sul compartilhou informações sobre como o Direito ao Desenvolvimento poderia apoiar a tomada de decisão informada para promover o Desenvolvimento Sustentável para a promoção do investimento responsável, boa governança corporativa e conduta ética nos negócios (Twitter South Centre 2, 2023).

Para ler a contribuição do Centro Sul, [clique aqui](#).

28 de junho de 2023 - O Diretor Executivo do Centro Sul reuniu-se com a Secretária do Fórum Vulnerável ao Clima (CVF) para discutir áreas de cooperação, incluindo a interface entre mudanças climáticas e dívida, direitos humanos e saúde (Twitter South-Centre 1, 2023).

Referências

APA. Azerbaijan hosts preparatory meeting on the eve of Ministerial meeting of Coordinating Bureau of NAM. [INTERNET]. 2023. Disponível em: <https://apa.az/en/diaspora/azerbaijan-hosts-preparatory-meeting-on-the-eve-of-ministerial-meeting-of-coordinating-bureau-of-nam-406939>. Acesso em 3 jul 2023.

G-77 1 [INTERNET]. 2023. Disponível em: <https://www.g77.org/statement/getstatement.php?id=230619>. Acesso em 28 jun 2023

G-77 2 [INTERNET]. 2023. Disponível em: <https://www.g77.org/statement/getstatement.php?id=230620>. Acesso em 28 jun 2023

G-77 3 [INTERNET]. 2023. Disponível em: <https://www.g77.org/statement/getstatement.php?id=230620b>. Acesso em 28 jun 2023

Gov.br. Speech by President Luiz Inácio Lula da Silva during the Summit for a New Global Financial Pact, in France [INTERNET]. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/en/follow-the-government/speeches/speech-by-president-luiz-inacio-lula-da-silva-during-the-summit-for-a-new-global-financial-pact-in-france>. Acesso em 30 jun 2023.

Ministère de l'Europe et des Affaires Étrangères. Summit for a New Financial Pact [INTERNET]. 2023. Disponível em: <https://nouveaupactefinancier.org/en.php>. Acesso em 30 jun 2023

Ministerio de Relaciones Exteriores de la Republica de Cuba. Intervention de M. Miguel Mario Díaz-Canel Bermúdez, Premier Secrétaire du Comité central du Parti communiste de Cuba et président de la République, au Sommet sur le nouveau pacte financier mondial, Paris, 22 juin 2023, AN LXV de la Révolution [INTERNET]. 2023. Disponível em: <https://cubaminrex.cu/es/intervencion-de-m-miguel-mario-diaz-canel-bermudez-premier-secretaire-du-comite-central-du-parti>. Acesso em 03 jul 2023.

Representaciones Diplomáticas de Cuba en el Exterior. Statement by Mr Richard Tur, Second Secretary of the Cuban Permanent Mission to the UN on behalf of the Group G77 and China, in the opening ceremony of the 2023 Est Asia marine Cooperation Platform Qingdao Forum [INTERNET]. 2023. Disponível em: <https://misiones.cubaminrex.cu/en/un/statements/statement-mr-richard-tur-second-secretary-cuban-permanent-mission-un-behalf-group-g77>. Acesso em 28 jun 2023

South-South Galaxy. About UN Women [INTERNET]. 2023. Disponível em: <https://www.southsouth-galaxy.org/featured-partner/un-women>. Acesso em 03 jul 2023

Twitter @UNOSSC 1. 29 jun. Disponível em: <https://twitter.com/UNOSSC/status/1674388386419752960>. Acesso em 30 jun 2023.

Twitter @UNOSSC 2. 20 jun. Disponível em: <https://twitter.com/UNOSSC/status/1671113332592463872>. Acesso em 30 jun 2023.

Twitter @UNOSSC 3. 20 jun. Disponível em: <https://twitter.com/UNOSSC/status/1671114054801268745>. Acesso em 30 jun 2023.

Twitter @UNOSSC 4. 20 jun. Disponível em: <https://twitter.com/UNOSSC/status/1671109073012400129>. Acesso em 30 jun 2023.

Twitter Cuba Presidency | G-77 + China @Cubag77 1. 26 jun. Disponível em: <https://twitter.com/cubag77/status/1674071954859409408>. Acesso em: 30 jun 2023

Twitter Cuba Presidency | G-77 + China @Cubag77 2. 26 jun. Disponível em: <https://twitter.com/cubag77/status/1673400884804329485>. Acesso em: 30 jun 2023. Twitter South centre @South_Centre 6. 28 jun. Disponível em: https://twitter.com/South_Centre/status/1675892961177919490. Acesso em 3 jul 2023.

Twitter South centre @South_Centre 5. 28 jun. Disponível em: https://twitter.com/South_Centre/status/1675821793741815810. Acesso em 3 jul 2023.

Twitter South centre @South_Centre 4. 28 jun. Disponível em: https://twitter.com/South_Centre/status/1674770909364903936. Acesso em 30 jun 2023

Twitter South centre @South_Centre 3. 28 jun. Disponível em: https://twitter.com/South_Centre/status/1674047980591104001. Acesso em 30 jun, 2023

Twitter South centre @South_Centre 2. 28 jun. Disponível em: https://twitter.com/South_Centre/status/1674722271179538433. Acesso em 30 jun 2023.

Twitter South centre @South_Centre 1. 28 jun. Disponível em: https://twitter.com/South_Centre/status/1674006190613753856. Acesso em 30 jun 2023

Evento Saúde 20 –(H20) discute papel do G7 e G20 na Saúde Global
Health 20 event discusses G7 and G20 roles on Global Health

**Pedro Burger, Paulo Esteves, Thaiany Medeiros Cury,
Vitória Kavanami e Nina Bouqvar**

Abstract: G20 and G7 - *On a positive note, the G20 fortnight was highlighted by significant consensuses and the publication of two joint declarations by the Ministers of education and tourism. In the scope of global health, the main occurrence was the realization of the H20 Summit to discuss the power of cohesiveness in the G20 & G7.*

OECD – *We note periodic reports on government and international cooperation, the Secretary-General's statement on the new global compact for international financing, and the publication of studies on the transition to a green economy, care economy, and artificial intelligence. In relation to Brazil, there is a forecast of advances in decisions of priority economic agendas of the government.*

Keywords: G20. G7. OECD. Global Health.H20.

Resumo: G20 e G7 - Com saldo positivo, a quinzena no G20 foi marcada por grandes consensos e a publicação de duas declarações conjuntas dos Ministros do bloco na área da educação e do turismo. No âmbito da saúde, a realização da Cúpula do H20 para discutir a coesão das agendas do G20 e do G7 foi o principal acontecimento.

OCDE – Destacam-se relatórios periódicos sobre governo e sobre cooperação internacional, a declaração do Secretário-Geral sobre o novo pacto global de financiamento internacional e a publicação de estudos sobre transição para economia verde, economia de cuidado e inteligência artificial. Em relação ao Brasil, há previsão de avanços em decisões de pautas econômicas prioritárias do governo.

Palavras-chave: Saúde Global. G20. G7. OCDE. Saúde Global. H20.

Saúde, educação e turismo são temas de consenso no G20

Dando continuidade à agenda de turismo do G20, a cidade indiana de Goa foi sede do último encontro do referido Grupo de Trabalho (TWG, na sua sigla em inglês) e da reunião entre os Ministros de Turismo do bloco. Para além das atividades principais, conduzidas nos dias 19 a 22 de junho, eventos paralelos foram organizados sob a temática da promoção de um turismo sustentável e diversificado, enfatizando, por exemplo, o papel dos cruzeiros enquanto um modelo mais responsável de viagens³³. Em uma de suas falas, o primeiro-ministro da Índia, Narendra Modi, chegou a dizer que enquanto o terrorismo divide, o turismo tem o potencial de unir as pessoas em direção a construção de uma sociedade mais harmônica, fazendo alusão ao lema escolhido pela presidência do bloco de “um planeta, uma família, um futuro”³⁴.

³³ 4th G20 Tourism Working Group Meeting, Goa and Tourism Ministers Meeting, Goa 19th – 22nd June 2023. **G20**. 18 jun. 2023. Disponível em: [https://www.g20.org/en/media-resources/press-releases/june-2023/twgm-goa/](https://www.g20.org/en/media-resources/press-releases/june-2023/twgm-go/). Acesso em: 02 jul. 2023.

³⁴ Text of PM's video message during G20 Tourism Ministers' Meet. **G20**. 21 jun. 2023. Disponível em: <https://www.g20.org/en/media-resources/speeches/june-2023/text-tourism/>. Acesso em: 02 jul. 2023.

De modo geral, as discussões tiveram como objetivo fortalecer o crescimento econômico, preservar o patrimônio cultural e promover o desenvolvimento sustentável. O entendimento do turismo enquanto catalisador para atingir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030, também foi um tópico amplamente enfatizado, sendo esse um dos principais legados que a gestão indiana pretende deixar nesta pasta. Para tanto, as cinco prioridades definidas pela presidência do bloco foram pensadas justamente com o intuito de acelerar esse progresso, sendo elas: turismo verde; digitalização; capacitação; turismo de micro, pequenas e médias empresas (MPMEs); e gestão de destinos³⁵.

O encontro terminou de maneira bem-sucedida com a publicação de dois importantes documentos: a declaração oficial dos Ministros de Turismo do G20³⁶ e o chamado “Roteiro de Goa”³⁷. O Roteiro foi desenvolvido em parceria com a Organização Mundial do Turismo e foi baseado nas cinco prioridades mencionadas, além de ser um desdobramento dos esforços obtidos nas gestões passadas da Arábia Saudita, Itália e Indonésia. A iniciativa, considerada inédita, fornece recomendações e ferramentas, com base em estudos de caso, para que os governos nacionais possam acelerar o alcance dos ODS de acordo com as suas circunstâncias, necessidades e prioridades. Destaca, ainda, a essencialidade de sensibilizar o consumidor a fazer escolhas mais sustentáveis para o turismo, alinhadas com o conceito trazido pela presidência indiana de *lifestyle for environment* (LiFE)³⁸. Para o Ministro do Turismo da Índia, Shri G. Kishan Reddy, a existência de uma orientação comum traz um imenso potencial para o cumprimento da Agenda 2030, uma vez que o turismo se torna uma peça fundamental no enfrentamento dos desafios socioeconômicos e na promoção de uma recuperação sustentável a longo prazo³⁹.

A declaração dos ministros, por sua vez, reafirmou esses mesmos compromissos e reiterou a importância de trabalhar em conjunto para uma recuperação dos impactos causados pela pandemia da Covid-19 no setor. O documento foi acordado em quase total unanimidade, a despeito de dois parágrafos que geraram tensões por abordar o conflito na Ucrânia. Por conta desta menção, que segue na mesma linha das últimas declarações ao dizer que a maior parte do bloco condena a guerra, a Rússia optou por se dissociar da declaração enquanto um resultado comum⁴⁰. Apesar deste contratempo, os avanços contidos no documento são significativos e não devem ser desconsiderados, visto que foram poucas as ocasiões em que comunicados conjuntos foram publicados ao final de reuniões ministeriais desde que o conflito teve início.

³⁵ Fourth G20 Tourism Working Group Meeting and Tourism Ministers' Meeting, Goa. **G20**. 21 jun. 2023. Disponível em: <https://www.g20.org/en/media-resources/press-releases/june-2023/tourism-go/>. Acesso em: 02 jul. 2023.

³⁶ G20 Tourism Outcome Document and Chair's Summary. **G20**. 21 jun. 2023. Disponível em: https://www.g20.org/content/dam/gtwenty/gtwenty_new/document/G20_Tourism_Outcome.pdf. Acesso em: 02 jul. 2023.

³⁷ G20 Goa Roadmap for Tourism as a vehicle for achieving SDGs. **G20**. 21 jun. 2023. Disponível em: https://www.g20.org/content/dam/gtwenty/gtwenty_new/document/G20_Goa_Roadmap.pdf. Acesso em: 02 jul. 2023.

³⁸ The Goa Roadmap endorsed at G20 Tourism Working Group Meeting and Ministerial Meeting held in Goa. **G20**. 27 jun. 2023. Disponível em: <https://www.g20.org/en/media-resources/press-releases/june-2023/goa-roadmap/>. Acesso em: 02 jul. 2023.

³⁹ G20 Welcomes Roadmap to make tourism key driver of Sustainable Development Goals. **UNWTO**. 21 jun 2023. Disponível em: <https://www.unwto.org/news/g20-welcomes-roadmap-to-make-tourism-key-driver-of-sustainable-development-goals>. Acesso em: 02 jul. 2023.

⁴⁰ Russia ‘dissociates’ itself from G20 Tourism ministerial meeting’s outcome. **The Indian Express**. 23 jun. 2023. Disponível em: <https://indianexpress.com/article/india/russia-dissociates-itself-from-g20-tourism-ministerial-meetings-outcome-8680800/>. Acesso em: 02 jul. 2023.

Seguindo essa mesma trajetória e durante o mesmo período, aconteceu na cidade de Pune, o último encontro do Grupo de Trabalho de Educação (EWG, na sua sigla em inglês), seguido da reunião dos Ministros da pasta. O consenso foi amplamente alcançado nas quatro áreas centrais que direcionaram os debates desde o início do ano: (i) assegurar a alfabetização e a numeracia básica, especialmente no contexto da aprendizagem combinada; (ii) tornar a aprendizagem tecnológica mais inclusiva, qualitativa e colaborativa em todos os níveis; (iii) desenvolver capacidades nos estudantes para promover a aprendizagem ao longo da vida no contexto do futuro do trabalho; e (iv) fortalecer a pesquisa e promover a inovação, por meio de uma colaboração mais efetiva⁴¹. De forma complementar, o Grupo de Trabalho trouxe questões como as potencialidades e desafios da Inteligência Artificial (IA) para a educação, o papel cada vez mais importante do ensino superior para a pesquisa e inovação, e estratégias de apoio à pesquisa como forma de gerar soluções para desafios contemporâneos e futuros encontrados nas áreas de energia, saúde e mudanças climáticas⁴².

Como resultado, diversas publicações técnicas, para além da declaração final, foram aprovadas. As convergências entre os participantes aconteceram sobretudo em cinco temas, que apareceram no comunicado dos ministros: o papel crítico da educação na garantia da dignidade humana e no empoderamento; a necessidade de trabalho conjunto para garantir que todos tenham acesso a uma educação e capacitação de qualidade, inclusiva e equitativa; o entendimento de que a educação não se restringe apenas a conhecimento acadêmico, mas também engloba o desenvolvimento de habilidades técnicas e vocacionais para preparar todos para o futuro; a necessidade de um aprendizado ao longo da vida; e o reconhecimento do importante papel das transformações digitais, da perspectiva de gênero, da transição verde e do fomento de estilos de vida sustentáveis (LiFE) enquanto fatores que aceleram o progresso rumo à consecução dos ODS⁴³.

Outros tópicos acordados entre os membros do bloco durante esse íterim foram sobre a necessidade de ação imediata e coletiva para garantir que até 2030 o nível de alfabetização e numeracia seja aumentado, especialmente entre meninas e crianças com deficiência; o compromisso de superar a divisão tecnológica e desenvolver recursos digitais acessíveis e adaptados ao contexto local; e o papel central de professores e funcionários na promoção da educação e a decorrente importância de investir na capacitação desses profissionais e parcerias institucionais. Sobre este último ponto, o Ministro da Educação do Brasil, Camilo Santana, que esteve presente na ocasião, adiantou que a formação dos professores e a valorização docente serão temas prioritários da gestão brasileira no G20 nessa agenda, para além do compartilhamento de conteúdos educativos entre plataformas de ensino; o engajamento comunitário das escolas e a ênfase na educação para o desenvolvimento sustentável, no contexto de agenda ambiental⁴⁴. Em seu discurso, Santana também apontou três desafios gerais

⁴¹ G20 Education Ministers' Meeting Concludes Today. **G20**. 22 jun. 2023. Disponível em: <https://www.g20.org/en/media-resources/press-releases/june-2023/emmct/>. Acesso em: 02 jul. 2023.

⁴² UNESCO presents outcome documents at G20 Education Ministers meeting in India. **Unesco**. 26 jun. 2023. Disponível em: <https://www.unesco.org/en/articles/unesco-presents-outcome-documents-g20-education-ministers-meeting-india>. Acesso em: 02 jul. 2023.

⁴³ G20 Education Ministers' Meeting Outcome Document and Chair's Summary. **G20**. 22 jun. 2023. Disponível em: https://www.g20.org/content/dam/gtwenty/gtwenty_new/document/G20-Education-WG-ODCS-22.pdf. Acesso em: 02 jul. 2023.

⁴⁴ Formação de professores será prioridade no grupo de educação no G20. **Agência Brasil**. 23 jun. 2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2023-06/formacao-de-professores-sera-prioridade-em-educacao-no-g20>. Acesso em: 02 jul. 2023.

que orientarão todos os grupos de trabalho: o desenvolvimento sustentável, a reforma das estruturas de governança global e o combate às desigualdades⁴⁵.

Health20 (H20) discute agendas de saúde e sinergias de G20 e G7

Por fim, no que tange a temática da saúde, o destaque da quinzena foi a realização da Cúpula do *Health20* (H20) nos dias 21 e 22 de junho em Genebra, na Suíça. O H20 é uma plataforma independente e colaborativa criada em 2018 para apoiar e coordenar globalmente as agendas estabelecidas no âmbito do G20. O tema central do evento, que contou com oito painéis e mais de 60 oradores, foi discutir o poder de coesão entre as agendas de saúde do G20 e do G7 no contexto das transformações geopolíticas, de modo a construir recomendações a partir desses pontos de convergência. A Cúpula reuniu diversos atores da esfera pública e privada, além de formuladores de políticas dos dois blocos, e organizações internacionais⁴⁶.

Imagem 1: Cúpula do H20 em Genebra, na Suíça



Fonte: H20, 2023.

As discussões do primeiro dia do evento foram iniciadas com a sessão de abertura conduzida pelo Diretor Geral da Organização Mundial da Saúde (OMS), Dr. Tedros Adhanom Ghebreyesus, o qual tratou do desafio de manter a prioridade da saúde nas agendas internacionais e nacionais em tempos de crises multipolares. Em continuidade, os painéis abordaram a necessidade de uma coesão proativa entre o G20 e o G7 e questionaram o nível de influência entre os dois fóruns e o seu papel enquanto agentes para repriorizar a saúde na

⁴⁵ Camilo Santana participa da Reunião de Ministros de Educação do G20. **Ministério da Educação**. 22 jun. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2023/junho/camilo-santana-participa-da-reuniao-de-ministros-de-educacao-do-g20>. Acesso em: 02 jul. 2023.

⁴⁶ Agenda: H20 Summit. **H20**. 21 jun. 2023. Disponível em: <https://h20annualsummit.com/agenda/>. Acesso em: 02 jul. 2023.

agenda política em meio a tantas prioridades concorrentes. A reforma da arquitetura global da saúde de igual modo foi um ponto de destaque, sobretudo pelos problemas gerados pelo desalinhamento entre a saúde e a comunidade financeira, como a questão do baixo financiamento no setor. Nesse sentido, o papel dos Bancos Multilaterais de Desenvolvimento e novas formas de financiamento foram levantados como possíveis caminhos de superação.

Já no segundo dia, houve a apresentação e a análise de iniciativas dentro do G20 que estão em andamento e o aprofundamento em quatro temas de destaque. O primeiro deles foi em relação à resistência antimicrobiana (RAM). Conforme a apresentação do painel, concluiu-se que, apesar da existência de muitas iniciativas globais, ainda falta consenso para a construção de um caminho único para retardar o desenvolvimento da RAM e promover padrões de responsabilidade. Nesse sentido, os esforços devem ser concentrados na criação de mecanismos de financiamento para a formulação e acesso equitativo a novos antibióticos, incluindo o avanço de políticas para atrair investimentos em pesquisa e uma atenção para a educação das sociedades sobre o uso adequado desses medicamentos.

Em segundo lugar, as tecnologias digitais foram abordadas. Os membros avaliaram, com base em exemplos de boas práticas, o potencial da digitalização para prover sistemas e serviços de saúde mais eficientes, ágeis e acessíveis tanto para os usuários, quanto para a identificação de novas doenças. Os riscos nesse caminho, no entanto, também foram discutidos, já que o avanço das tecnologias pode introduzir vieses inesperados e ampliar a exclusão e a desigualdade entre populações e regiões. Finalmente, os recortes e impactos da área da saúde com o meio ambiente e gênero foram levantados em um último momento. Dessa maneira, conversas foram encaminhadas no sentido de expor a ausência de dados e de financiamento suficientes para a saúde de mulheres; e explorar como abordagens como a Saúde Única (*One Health*) podem ser mecanismos para combater os efeitos das mudanças climáticas na incidência de doenças, como a malária.

O H20 desse ano foi dividido em 4 painéis, sendo eles: Painel 1: A responsabilidade do G20 e do G7 em uma ordem mundial multipolar em ascensão e o papel do SDG 3 “saúde e bem estar para todos”; Painel 2: “A década perdida” - a necessidade de criar um pensamento sistêmico na arquitetura global de financiamento da saúde; Painel 3: “Impasse do aumento do endividamento dos países de baixa e renda média - como aumentar os investimentos nacionais em saúde e qual é o papel dos bancos multilaterais de desenvolvimento?”; Painel 4: “Lançamento do Report: *The Roadmap to Sustainable Finance in Health* - uma análise dos comunicados do G20 e G7 e o papel da saúde no ESG”.

O destaque vai para os painéis 1 e 4 em que se tem a menção direta ao G7 e G20. O painel 1, aborda em que medida as decisões do G7 impactam nas decisões do G20 e vice-versa, à luz dos temas em saúde discutidos nas cúpulas desse ano, sendo Cobertura Universal de Saúde, saúde global e governança global da saúde temas presentes sob a presidência do Japão e saúde digital, contramedidas médicas e preparação e resposta a pandemias na agenda da presidência indiana. Perguntas sobre como ambos os grupos podem redefinir suas prioridades para a saúde na agenda política em meio a outras prioridades e como os grupos podem ser lideranças no alcance da cobertura universal de saúde até 2030 foram colocadas aos painelistas.

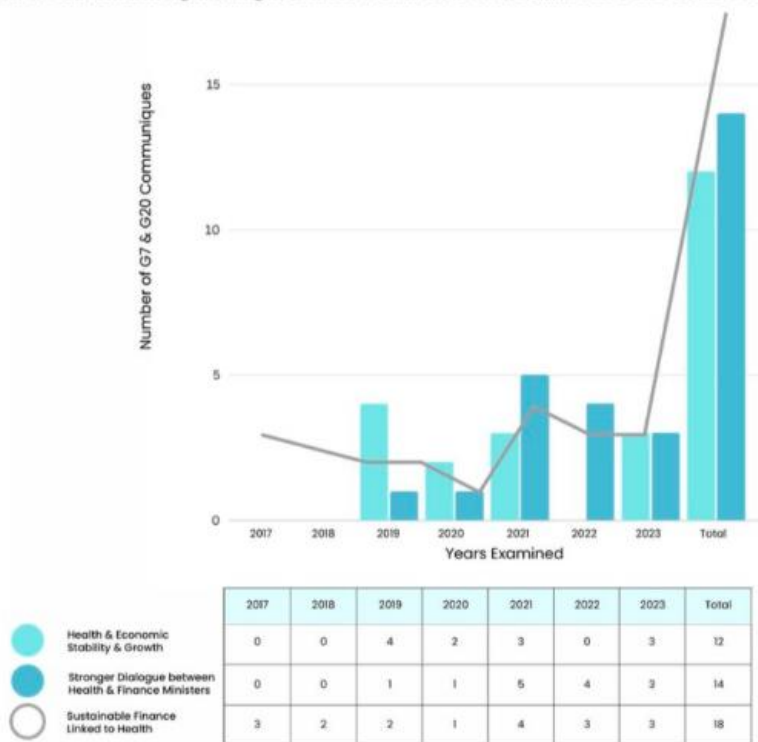
Já o painel 4 abordou especialmente questões de financiamento da saúde, principalmente novas formas de ajuda ao desenvolvimento, por meio de novas parcerias multilaterais e financiamento público irrestrito. Os palestrantes trazem a sugestão de ampliar o conhecimento prático da teoria acerca de novas formas de financiamento e econometria para o

tema da saúde. O gráfico compartilhado pela *G20 & G7 Health and Development Partnership* demonstra que os países do G7 e do G20 estão tratando a saúde como um investimento e não como um custo, que os ministros da saúde estão dialogando mais e que a saúde e as finanças estão cada vez mais presentes na agenda de suas reuniões ao longo dos anos⁴⁷.

A tendência para os próximos meses é a observação de uma maior interlocução entre o G7 e o G20, mas a discussão que corta a agenda continua sendo até que ponto as políticas desenhadas nos *communiqués* podem vir a ocupar espaço prático no campo da saúde global.

Sustainable Finance in G7&G20 Communiqués (2017-2023)

Graphic 4: The link between sustainable finance and health; health perceived as an investment; and the call for a stronger dialogue between Health and Finance Ministers in G20 and G7 Fora.



Source: Official G20 Health-, Finance-, Joint Health and Finance Ministers and Leaders' Communiqués of G20 and G7 Health, Finance, Leaders' Communiqués (2017-2023)

Fonte: Twitter Sara Cerdas

A OCDE e sua agenda política para o futuro

Durante o período analisado neste informe, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) divulgou a edição de 2023 de sua publicação *Government at a Glance*⁴⁸. Publicada bianualmente, o projeto procura fornecer dados e indicadores confiáveis e comparáveis internacionalmente sobre as atividades do governo, práticas de governança e administração pública e seus resultados nos países participantes e parceiros da

⁴⁷ CERDAS, Sara. What if I told you that G7 and G20 countries are treating health as an investment and not a cost, health ministers are having more dialogue and health and finance are in their meetings' agenda more and more over the years? Would you give it a higher importance? 21 de junho de 2023. Twitter: @sara_saracerdas. Disponível em: < https://twitter.com/sara_saracerdas/status/1671533454930989056 >. Acesso em: 02/07/2023.

⁴⁸ OECD. Government at a Glance 2023 [Internet]. Paris: OECD Publishing; 2023 [cited 2023 Jun 30]. (Government at a Glance). Available from: <https://doi.org/10.1787/3d5c5d31-en>

OCDE. Alinhada com a agenda da Iniciativa de Reforço da Democracia da OCDE, a mais recente publicação inclui também indicadores de confiança nas instituições públicas e satisfação com os serviços públicos, bem como evidências sobre boas práticas de governança em áreas como ciclo político, participação política, representatividade, orçamento, compras públicas, planejamento e entrega de infraestrutura, governança regulatória, governo digital e dados governamentais abertos. O documento também informa sobre quais recursos as instituições públicas utilizam e como são geridos, incluindo finanças públicas, emprego público e gestão de recursos humanos.

Destarte, o cenário revelado pelo estudo e sua análise aponta que com as múltiplas crises e tensões enfrentadas pelas democracias em todo o mundo nos últimos anos (como, por exemplo, o conflito entre Rússia e Ucrânia, polarizações políticas, desinformação e a pandemia global do Covid-19), há uma grande necessidade para a intensificação de esforços em favor da promoção na confiança nos governos e na otimização da resiliência democrática para que assim os países permaneçam eficazes no enfrentamento dos desafios atuais e emergentes⁴⁹. O relatório acrescenta que, em geral, os cidadãos consideram seus governos como confiáveis em tempos de crise e estão amplamente satisfeitos com os serviços públicos. Todavia, poucos veem seus governos como sensíveis às suas necessidades e desejos e muitos apresentam níveis aquém de expectativas no que diz respeito à representação e à participação. Diante disso, o estudo busca contribuir para a melhora do cenário ao apresentar uma série de recomendações sobre como os governos podem recuperar a confiança e fortalecer seus sistemas democráticos para o futuro e suas ameaças.

Paralelamente, outro destaque da quinzena foi a publicação no portal oficial da organização internacional da recente Declaração do Secretário-Geral da OCDE apresentada na sessão de encerramento da Cúpula para um Novo Pacto Global de Financiamento (*Summit for a New Global Financing Pact*, em inglês)⁵⁰, que ocorreu na França entre os dias 22 e 23 de junho de 2023. Em seu conteúdo, há a reiteração de alguns pontos-chaves para a organização e de sua agenda política, como a busca pelo compromisso compartilhado de uma arquitetura financeira global mais forte e de melhor qualidade, além do maior enfoque em ações concretas e significativas para o alcance de tal ambição. Assim, os mecanismos de assistência oficial ao desenvolvimento adquirem um importante papel para preencher lacunas de financiamento para desafios transfronteiriços, em particular para o enfrentamento das mudanças climáticas e em respostas às futuras pandemias.

No entanto, esses não são suficientes para resolver todos os desafios do desenvolvimento dada a escala de financiamento necessária e, por isso, a organização advogou em sua mensagem oficial em favor da iniciativa cooperativa internacional chamada “*Roadmap for Delivery*”. Essa compreende cinco grandes áreas nos comprometimentos da parte de ações futuras da OCDE: (i) a promoção esforços para ajudar a fortalecer a mobilização de recursos internos nos países em desenvolvimento; (ii) o apoio aos Estados a mobilizar mais e melhores financiamentos privados em escala, inclusive por meio da alavancagem de instrumentos inovadores, como financiamento misto, títulos verdes e sociais e trocas de dívida por natureza;

⁴⁹ OCDE. More efforts needed to build trust and the resilience of democratic systems. OCDE [Internet]. 2023 Jun 30 [cited 2023 Jun 30]. Available from: <https://www.oecd.org/newsroom/more-efforts-needed-to-build-trust-and-the-resilience-of-democratic-systems.htm>

⁵⁰ OCDE. Statement by the Secretary General: Closing session of the Summit for a New Global Financing Pact. OCDE [Internet]. 2023 Jun 23 [cited 2023 Jun 30]. Available from: <https://www.oecd.org/newsroom/statement-by-the-secretary-general-for-the-closing-session-of-the-summit-for-a-new-global-financing-pact.htm>

(iii) a submissão de uma proposta de uma nova narrativa para o desenvolvimento sustentável e de melhores métricas para capturar fluxos financeiros sustentáveis, inclusive por meio da recém-atualizada ferramenta “*Total Official Support for Sustainable Development*”; (iv) o auxílio na melhor coordenação de esforços de instituições internacionais e promover ideias inovadoras para preencher a lacuna de financiamento para o desenvolvimento sustentável; e (v) na manutenção no apoio aos formuladores de políticas em esforços para a garantia de uma abordagem “sólida” para o desenvolvimento.

Na esteira da discussão, o grupo intergovernamental lançou também durante o período a versão atualizada do relatório “*Development Co-operation Profiles*”⁵¹. A publicação, lançada anualmente, é parte fundamental do Relatório de Cooperação para o Desenvolvimento da OCDE, projeto existente há mais de cinco décadas do grupo e que estuda e traz evidências, análises e ideias ao Comitê de Assistência ao Desenvolvimento (DAC, em inglês) e à comunidade internacional. Dessa forma, sua versão mais atual tem como objetivo compilar e analisar estatísticas verificadas e tendências sobre como a assistência ao desenvolvimento é alocada geograficamente, para setores, organizações multilaterais e da sociedade civil, além de chamar a atenção das principais temáticas priorizadas e discutir também questões como os impactos do conflito russo-ucraniano e os efeitos ainda presentes da pandemia de COVID-19 no campo. Os perfis analisados no estudo abrangem países membros da OCDE e de seu Comitê de Assistência ao Desenvolvimento, assim como também fornecedores oficiais e fundações filantrópicas, assistência oficial ao desenvolvimento (ODA, em inglês) e financiamento para o desenvolvimento. É fornecido, então, uma visão geral das principais prioridades estratégicas e políticas para a temática da cooperação para o desenvolvimento, a estrutura institucional e os sistemas de avaliação.

Já no que tange às outras adições ao acervo publicado e promovido pela organização, seis delas são brevemente destacadas, agrupadas aqui em duas categorias: a primeira sobre estudos referentes à transição para economia mais verde e a segunda com uma pequena miscelânea de estudos diversos.

No primeiro grupo, são presentes os seguintes estudos: o artigo “*Mitigating the impact of extreme weather events on agricultural markets through trade*”, onde seus autores discutem sobre efeitos negativos de eventos climáticos extremos nos mercados agrícolas e das possibilidades através da integração comercial para mitigação de problemáticas e do aumento na insegurança alimentar⁵²; o estudo “*The role of carbon pricing in transforming pathways to reach net zero emissions*” sobre a contribuição potencial da precificação do carbono para a transição para emissões líquidas zero de gases de efeito estufa e os impasses ainda presentes na cena internacional para o alcance das metas estipuladas no Acordo de Paris⁵³; a publicação “*Did Covid-19 accelerate the green transition?*” que questiona e discute se a emergência da pandemia do Covid-19 afetou a transição para o desenvolvimento e difusão de tecnologias de

⁵¹ OCDE. Development Co-operation Profiles [Internet]. Paris: OECD Publishing; 2023 [cited 2023 Jun 30]. Available from: <https://doi.org/10.1787/2dcf1367-en>

⁵² Adenäuer M, Frezal C, Chatzopoulos T. Mitigating the impact of extreme weather events on agricultural markets through trade. OECD Food, Agriculture and Fisheries Papers [Internet]. Paris: OECD Publishing; 2023 [cited 2023 Jun 30], 2023:198. Available from: <https://doi.org/10.1787/aa584482-en>

⁵³ Errendal S, Ellis J, Jeudy-Hugo S. The role of carbon pricing in transforming pathways to reach net zero emissions: Insights from current experiences and potential application to food systems. OECD Environment Working Papers [Internet]. Paris: OECD Publishing; 2023 [cited 2023 Jun 30], 2023:220. Available from: <https://doi.org/10.1787/5cefdf8c-en>

baixo carbono⁵⁴; e o artigo *“The multi-level fiscal governance of ecological transition”*, que investiga o papel do federalismo fiscal e suas instituições na condução e no fomento de políticas que promovam a transição ecológica e sustentável, compatíveis com os objetivos almejados pela Agenda de Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas⁵⁵.

No outro grupo de destaques, é apresentado o relatório *“Beyond Applause? Improving Working Conditions in Long-Term Care”*, onde a OCDE busca analisar de modo aprofundado entre países sobre como profissionais de cuidados de longo prazo se saem em relação às diferentes dimensões da qualidade do trabalho⁵⁶. Enquanto nos estágios iniciais da pandemia de Covid-19, os aplausos aos cuidadores foram uma expressão clara do forte reconhecimento de seu trabalho árduo e exposição a riscos em seu trabalho, à medida que os aplausos se dissiparam após o auge da crise, ressurgiram questões sobre como melhorar as condições de trabalho de tais trabalhadores de forma sustentável. Ademais, é previsto o aumento substancial da demanda nas próximas décadas por tal tipo de mão de obra, que já sofre de escassez em diversos países.

Portanto, a organização busca promover uma estratégia política abrangente, abarcando diversas dimensões relacionadas e coerente com aspectos e dinâmicas locais relevantes para combater as más condições de trabalho e o reconhecimento social insuficiente do trabalho de cuidados de longo prazo, para então atrair trabalhadores para o setor e evitar que a escassez de mão de obra atinja níveis inaceitáveis no futuro.

Já a outra publicação se refere ao *“Artificial Intelligence in Science”*, que promove a discussão sobre os rápidos avanços no setor de inteligência artificial (IA) nos últimos anos e suas inúmeras implicações criativas na ciência, reunindo a perspectiva de pesquisadores e profissionais proeminentes sobre tópicos como os usos atuais, emergentes e futuros de tal tipo de tecnologia e seus potenciais na ciência, além da aceleração na produtividade e em inovações e transformações de dinâmicas científicas em distintos espaços, territórios e finalidades⁵⁷.

Finalmente, no que diz respeito às progressões da adesão brasileira ao grupo internacional durante o período desta quinzena, ressalta-se a manutenção de impasses políticos sobre a reforma tributária brasileira, a questão do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) e o voto de qualidade, o que afeta e prejudica o processo de adequação brasileira às normas da organização internacional, que se manifesta favorável às mudanças no Carf. O Ministro da Fazenda, Fernando Haddad, tem então advogado em favor de alterações a fim de progredir no diálogo com a OCDE e diminuir os prejuízos econômicos para o país⁵⁸.

⁵⁴ Aulie F, Dechezleprête A, Galindo-Rueda F, Kögel C, Pitavy I, Vitkova, A. Did COVID-19 accelerate the green transition?: An international assessment of fiscal spending measures to support low-carbon technologies. OCDE Science, Technology and Industry Policy Papers [Internet]. Paris: OECD Publishing; 2023 [cited 2023 Jun 30], 2023:151. Available from: <https://doi.org/10.1787/5b486c18-en>

⁵⁵ Dougherty S, Nebreda AM. The multi-level fiscal governance of ecological transition. OCDE Working Papers on Fiscal Federalism [Internet]. Paris: OECD Publishing; 2023 [cited 2023 Jun 30], 2023:44. Available from: <https://doi.org/10.1787/2051f0f7-en>

⁵⁶ OCDE. Beyond Applause? Improving Working Conditions in Long-Term Care [Internet]. Paris: OECD Publishing; 2023 [cited 2023 Jun 30]. Available from: <https://doi.org/10.1787/27d33ab3-en>

⁵⁷ OCDE. Artificial Intelligence in Science: Challenges, Opportunities and the Future of Research [Internet]. Paris: OECD Publishing; 2023 [cited 2023 Jun 30]. Available from: <https://doi.org/10.1787/a8d820bd-en>

⁵⁸ Aguiar P. Haddad diz que Brasil corre risco de não aderir à OCDE com impasse do voto de qualidade do Carf. R7 [Internet]. 2023 Jun 26 [cited 2023 Jun 30]. Available from:

Após a reunião do Ministro com o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), ocorrido em 30 de junho, é esperado que nas próximas semanas ocorram avanços em decisões de pautas econômicas prioritárias do governo, dentre elas a agenda de regra fiscal, de reforma tributária, projeto de Lei sobre a retomada do voto de confiança no Carf e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)⁵⁹⁶⁰. Há ainda a expectativa de que o Ministro participe diretamente da negociação dos pontos sensíveis no momento de votação e deliberação política no Congresso⁶¹.

<https://noticias.r7.com/brasil/haddad-diz-que-brasil-corre-risco-de-nao-aderir-a-ocde-com-impasse-do-voto-de-qualidade-do-carf-26062023>

⁵⁹ Agência O Globo. Haddad encontra Lira para fechar agenda “pesada” da próxima semana. FOLHA DE PERNAMBUCO [Internet]. 2023 Jun 30 [cited 2023 Jun 30]. Available from:

<https://www.folhape.com.br/economia/haddad-encontra-lira-para-fechar-agenda-pesada-da-proxima-semana/278349/>

⁶⁰ Said F. Haddad se reúne com Lira e mostra otimismo para votações em julho. METRÓPOLES [Internet]. 2023 Jun 30 [cited 2023 Jun 30]. Available from: <https://www.metropoles.com/brasil/politica-brasil/haddad-se-reune-com-lira-e-mostra-otimismo-para-votacoes-em-julho>

⁶¹ Trisotto F, Pupo A. Se perder oportunidade de aprovar a reforma tributária, serão mais 10 anos de discussão, diz Haddad. CNN BRASIL [Internet]. 2023 Jun 30 [cited 2023 Jun 30]. Available from:

<https://www.cnnbrasil.com.br/economia/se-perder-oportunidade-de-aprovar-a-reforma-tributaria-serao-mais-10-anos-de-discussao-diz-haddad/>

Etiópia pede passagem para ingressar no BRICS. Afinal, que membros levam vantagem com a ampliação do grupo?

Claudia Horisch

A próxima Cúpula e a possibilidade de expansão: quem leva vantagem nisso?

Na próxima cúpula de Joanesburgo em agosto, o BRICS estará diante de uma decisão importante: criar ou não um processo formal para admitir novos integrantes ao grupo. Em 2010, a China conseguiu convencer o Brasil, a Rússia e a Índia a incluir a África do Sul, argumentando que incluir um país africano daria mais legitimidade ao BRICS para falar em nome do mundo em desenvolvimento.

Desde 2017, a China está promovendo sua visão de um BRICS plus. Como a China, possui um PIB maior do que o somatório de todos os outros quatro países⁶², sempre será vista como líder do grupo; então nesse sentido, a expansão faz sentido para Pequim, e um BRICS com dez ou vinte integrantes pode ajudar a formalizar a enorme influência econômica e política que a China já exerce globalmente. Para a Rússia, a expansão também faz sentido para se proteger do crescente isolamento diplomático que sofre no Ocidente.

Para a Índia e o Brasil, ampliar o grupo teria um custo: um BRICS diluído não traria o mesmo prestígio, status e exclusividade que o grupo propicia em seu formato atual. É em parte graças ao BRICS que o Brasil ainda é visto como uma potência em ascensão, apesar de estar em estagnação há uma década. Enquanto Nova Deli e Brasília têm a capacidade de vetar decisões em um grupo de cinco países, será mais difícil exercer a mesma influência em uma aliança de dez ou vinte, onde o maior objetivo dos novos possíveis entrantes é fortalecer laços econômicos com a China.

Além disso, é importante lembrar que vários dos países que buscam aderir ao grupo – e que possivelmente obteriam apoio chinês e russo para fazê-lo – adotam uma estratégia explicitamente antiocidental, contrária à estratégia brasileira e indiana de articular uma postura de não-alinhamento no contexto das crescentes tensões entre os EUA e a China. Um BRICS que incluía a Venezuela, o Irã e a Síria, dificultaria as tentativas brasileiras e indianas de garantir que as declarações finais das cúpulas dos líderes adotem um tom moderado.

A participação brasileira no BRICS, do jeito que está, produz vantagens concretas para o Brasil, trazendo prestígio diplomático e facilitando o diálogo com quatro atores-chave no sistema internacional com os quais o País não tinha relação estreita há apenas duas décadas. Aceitar um BRICS ampliado equivaleria a abrir mão desses benefícios. Para fortalecer seus laços com os países que almejam entrar no BRICS, o Brasil pode aproveitar-se de uma plataforma já existente: o G77⁶³.

62 BRICS [Internet]. Countryeconomy.com. [citado 3 de julho de 2023]. Disponível em: <https://pt.countryeconomy.com/paises/grupos/brics>

63 Stuenkel O. Expansão do Brics seria mau negócio para o Brasil; leia a coluna de Oliver Stuenkel [Internet]. Estadão. 2023 [citado em 3 de julho de 2023]. Disponível em: https://www.estadao.com.br/internacional/oliver-stuenkel/brics-expansao-efeitos-brasil/?utm_source=estadao:twitter&utm_medium=link&original_referer=https%3A%2F%2Fwww.estadao.com.br%2Finternacional%2Foliver-stuenkel%2Fbrics-expansao-efeitos-brasil%2F%3F

A Etiópia pede passagem

A Etiópia, uma das economias que mais crescem na África enviou um pedido formal dia **30/06** para ingressar BRICS, pouco tempo depois do comunicado dos chanceleres do grupo (1/6) anunciar que o grupo está estudando fórmulas para incorporar novos membros^{64,65}.

A Ministra de Relações Internacionais e Cooperação da África do Sul Naledi Pandor, como presidente da reunião ministerial do BRICS, deu continuidade a sua política de engajamento inclusivo ao convidar quinze chanceleres da África e do Sul global para a reunião dos Amigos do BRICS que aconteceu dia 2 de junho⁴.

Pandor disse no último mês de março que recebeu “12 cartas” de países interessados em ingressar no bloco, entre os quais Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos, Egito, Argélia, Argentina, México e Nigéria^{66,67}. Sobre a expansão do grupo, o chanceler Mauro Vieira expressou que “o Brasil está disposto a explorar novos meios de engajamento com nossos parceiros do mundo em desenvolvimento. Aguardamos ansiosamente a sessão de amanhã (2/6), com representantes convidados como ‘Amigos do BRICS’”⁶⁸.

Com mais de 117 milhões de habitantes, a Etiópia é o segundo país mais populoso da África, abriga a sede da UA e é uma das economias de mais rápido crescimento na África.

⁶⁴ Redacao P. Etiópia solicita adesão ao BRICS e espera resposta positiva [Internet]. Portaldeangola.com. 2023 [cited 2023 Jul 1]. Available from: <https://www.portaldeangola.com/2023/06/30/etiopia-solicita-adesao-ao-brics-e-espera-resposta-positiva/>

4. Mid.ru. [citado 3 de julho de 2023]. Disponível em: https://mid.ru/en/foreign_policy/news/1873948/
5. Naledi Pandor sedia reunião de ministros das Relações Exteriores do BRICS em 1º de junho [Internet]. TV BRICS. [cited 2023 Jul 1]. Available from: <https://tvbrics.com/pt/news/naledi-pandor-sedia-reuni-o-de-ministros-das-rela-es-exteriores-do-brics-em-1-de-junho/>

⁶⁷ Sibal S. South Africa’s Foreign Minister Naledi Pandor sees India’s G20 leadership as opportunity for Global South [Internet]. WION. 2023 [citado 3 de julho de 2023]. Disponível em: <https://www.wionews.com/world/south-african-foreign-minister-naledi-pandor-sees-indias-g20-leadership-as-opportunity-for-global-south-568817>

⁶⁸ Discurso do Ministro Mauro Vieira por ocasião da Reunião de Ministros das Relações Exteriores do BRICS – Cidade do Cabo, 1 de junho de 2023 [Internet]. Ministério das Relações Exteriores. 2023 [cited 2023 Jul 1]. Available from: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/discurso-do-ministro-mauro-vieira-por-ocasio-da-reuniao-de-ministros-das-relacoes-exteriores-do-brics-2013-cidade-do-cabo-1-de-junho-de-2023

O Brasil está de volta? Desafios para a retomada da liderança regional
¿Vuelve Brasil? Retos para la recuperación del liderazgo regional

Samia de Brito
Sebastian Tobar
Miryam Minayo

Resumen. El destaque de este período fue la LII Reunión de Ministros de Salud y la 62ª Reunión de Presidentes y Jefes de Estado del MERCOSUR, con el traspaso de la presidencia pro tempore argentina del bloque a Brasil. Expondremos aquí los desafíos de esta presidencia y analizaremos el escenario actual. Otros eventos relevantes realizados en la última quincena son los seminarios de la CEPAL: Brechas de Desigualdad en México, Centroamérica y el Caribe y el Tercer Seminario Regional sobre Desarrollo Social. SEGIB participó en la Conferencia Iberoamericana de Ministros de Justicia por su trabajo en pro de un mejor acceso a la justicia. Además, SELA y OTCA se reunirán para definir líneas de trabajo para el desarrollo de los dos países amazónicos y ORAS-CONHU promoverá una reunión de autoridades andinas para discutir la implementación de la política de cáncer en la región andina. Finalmente, el alcance de la OEA tuvo lugar en la 53 Asamblea General de la Organización de los Estados Americanos.

Palabras-clave: América Latina y Caribe. Mercosur. Integración regional. Salud global.

Resumo. O destaque deste período foi a LII Reunião de Ministros da Saúde e a 62ª Reunião de Cúpula de Presidentes e Chefes do Estado do MERCOSUL, com a passagem da presidência pro tempore do bloco da Argentina para o Brasil. Trazemos aqui os desafios desta presidência e fazemos uma análise do cenário atual. Outros eventos relevantes que tiveram lugar nesta última quincena foram os seminários da CEPAL: Brechas de Desigualdade no México, América Central e Caribe e o Terceiro Seminário Regional de Desenvolvimento Social. A SEGIB participou da Conferência Ibero-Americana de Ministros da Justiça pelo seu trabalho em prol de um maior acesso à justiça. Além disso, SELA e OTCA se reuniram para definir as linhas de trabalho para o desenvolvimento dos países amazônicos e a ORAS- CONHU promoveu uma reunião de autoridades andinas para discutir a implementação da política de câncer da região andina. Por fim, no âmbito da OEA aconteceu a 53ª Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos.

Palavras-chave: América Latina e Caribe. Mercosul. Integração regional. Saúde global.

Apresentação

Chega o final do semestre e junto com ele a Presidência Pro Tempore (PPT) argentina do Mercosul. No momento que escrevemos esse relatório, tem início a 62ª Cúpula dos Chefes de Estados do Mercosul e Estados Associados em Puerto Iguazú, na Argentina, e a transferência da PPT para o Brasil.

Igualmente, há poucas semanas, em 23 de junho, os Ministros do MERCOSUL e Estados associados participaram de sua LII Reunião Ordinária de Ministros da Saúde do MERCOSUL. Destaca-se aqui que os Ministérios da Argentina, Brasil, Chile na qualidade de Estado Associado, Paraguai e Uruguai participaram presencialmente do encontro e a Ministra boliviana participou

remotamente. Com exceção do Ministério de Saúde do Paraguai, temos predominância de mulheres na liderança dos Ministérios da Saúde do bloco.

No âmbito sub-regional, a Organização Pan-Americana da Saúde nomeou novos diretores para os programas de cooperação da América do Sul e da América Central. María Dolores Perez Rosales foi nomeada Diretora Interina para o Escritório do Programa Sub-regional de Cooperação para a América do Sul, com sede em Lima, Peru, e o Dr. José Federico Hernández para o Programa Sub-regional de Cooperação para a América Central, com sede em El Salvador. Além disso, o orçamento aprovado recentemente para 2024-2025 pelo Comitê Executivo da OPAS destina mais recursos para o nível sub-regional.

Com a “chegada” do Brasil, os processos de integração regional estão abandonando a letargia e ganhando impulso, e a saúde está gradualmente assumindo um papel de destaque. Embora ainda não haja datas definidas, o Ministério da Saúde da Argentina anunciou que sediará uma reunião de saúde, em resposta ao convite do Presidente Lula aos Ministros da Saúde da América do Sul, com uma proposta preliminar para o final de agosto ou início de setembro. Essa reunião marcará o início de um diálogo entre os Ministros da Saúde da América do Sul, retomando a Agenda de Saúde da UNASUL, mas redimensionando novas prioridades diante do cenário pós-pandemia e das lições aprendidas.

Enquanto isso, a região está construindo pontes de diálogo e a Venezuela, que foi um tema de conflito entre os presidentes sul-americanos, parece iniciar negociações para resolver sua situação política e social. A Colômbia está negociando com o governo do presidente Maduro e com o governo dos Estados Unidos, discutindo sobre um processo eleitoral em 2024 com garantias, a libertação de prisioneiros e a necessidade de normalizar a vida política, embora as posições entre o país do Norte e a Venezuela ainda estejam muito distantes.

Após quase quatro anos sem reuniões presenciais entre os líderes, os representantes do MERCOSUL se encontram nos dias 3 e 4 de julho, na cidade de Puerto Iguazú, na tríplice fronteira. Dessa cúpula, podem ser identificados cinco pontos-chave:

1. O relacionamento com a União Europeia para continuar com as negociações pelo Acordo do Livre Comércio com o Mercosul
2. Uma Agenda Comercial para o Bloco: revisão da tarifa externa do Mercado Comum e eventual eliminação de tarifas no comércio intrarregional.
3. A incorporação da Venezuela e da Bolívia ao Bloco: lembrando que a incorporação do primeiro país foi interrompida em 2017, devido à “ruptura da ordem democrática” pelo governo de Nicolás Maduro. No caso da Bolívia, está pendente sua entrada como membro pleno, cujo protocolo de adesão foi assinado em 2015.
4. A volta do Presidente Lula do Brasil, que assumirá a Presidência Pro Tempore para o segundo semestre de 2023, e o desafio de assumir uma liderança forte consolidando o processo de integração.

Além dos desafios desta presidência e uma análise do cenário atual, neste relatório abordamos eventos relevantes para a região. No âmbito da CEPAL os seminários Brechas de Desigualdade no México, América Central e Caribe e o Terceiro Seminário Regional de Desenvolvimento Social trataram questões importantes para o desenvolvimento econômico da região levando em consideração elementos fundamentais para um desenvolvimento sustentável e mais inclusivo.

A SEGIB também teve uma participação importante na Conferência Ibero-Americana de Ministros da Justiça, que discutiu um maior acesso à justiça na região. Além disso, SELA e OTCA se reuniram para definir as linhas de trabalho conjuntas para o desenvolvimento dos países amazônicos e a ORAS- CONHU promoveu uma reunião de autoridades andinas para discutir a implementação da política de câncer nesta sub-região. Por fim, no âmbito da OEA aconteceu a 53ª Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos, cujo destaque foi a aprovação de uma resolução instando à Nicarágua a cessar as violações massivas de direitos humanos que estão tendo lugar naquele país.

LII Reunião de Ministros da Saúde⁶⁹

A LII reunião foi aberta com as palavras de boas-vindas da Ministra da Saúde da Argentina, Carla Vizzotti, que saudou as delegações e convidados presentes na reunião e ressaltou a importância do MERCOSUL em pensar a saúde como um eixo fundamental para o desenvolvimento. Ela enfatizou a responsabilidade dos ministros em colocar a saúde no centro das atenções, não apenas em termos de desenvolvimento sanitário, mas também no contexto social e econômico dos países. A Ministra também valorizou a produtividade das equipes técnicas durante e após a crise sanitária, considerada a mais importante dos últimos cem anos. Ela ressaltou a necessidade de trabalhar de forma integrada, envolvendo todas as áreas do governo e jurisdições. Além disso, Vizzotti destacou a presença dos Ministros da Saúde do Brasil, Uruguai, Chile e Bolívia no MERCOSUL e ressaltou a importância de enfatizar a participação das mulheres em cargos de decisão, enfatizando que essa conquista é resultado de um esforço coletivo que traz orgulho e alegria, além de incentivar outras mulheres a alcançarem essas posições.⁷⁰

O Diretor da Organização Pan-Americana da Saúde OPAS-OMS, Jarbas Barbosa, fez uma breve reflexão sobre a importância das iniciativas na área da saúde, que se constituem em ferramenta e tema principal para melhorar a saúde e o bem-estar da população. Ele também reiterou seu compromisso com este fórum, a promoção e cooperação para o desenvolvimento dos sistemas de saúde na região.

A Ministra da Saúde do Brasil, Nísia Trindade Lima, logo de cumprimentar a suas colegas Ministras e Ministros e ao Diretor da OPAS, expressou que era uma “... *grande honra, em nome do Brasil, participar desta LII Reunião de Ministros de Saúde do Mercosul e Estados Associados sob a Presidência Pro Tempore da Argentina*” e transmitiu as saudações do “*presidente Lula, grande defensor da integração regional e de todo o trabalho realizado no Mercosul*”. Nísia apontou a necessidade do “*trabalho no âmbito do Mercosul, para que, através da cooperação e integração entre todos os nossos países, possamos juntos estar preparados para futuras emergências que possam vir*”.⁷¹

Ela destacou ainda que a região foi severamente afetada pela pandemia de Covid-19, resultando em um alto número de mortes, muitas das quais poderiam ter sido evitadas. A

⁶⁹ MERCOSUR (2023) Acta da LII Reunião de Ministros da Saúde do Mercosul e Estados Associados nº Nro 1/2023. Buenos Aires, 23 de junho de 2023

⁷⁰ <https://www.argentina.gob.ar/noticias/vizzotti-encabezo-la-ii-reunion-de-ministras-y-ministros-de-salud-del-mercosur-y-estados>

⁷¹ Ministério da Saúde (2023) "Discurso da Ministra Nísia Trindade Lima na LII REUNIAO ORDINARIA DE MINISTROS DE SAUDE DO MERCOSUL E ESTADOS ASOCIADOS" (BUENOS AIRES 23 de Junho de 2023) ASSESSORIA ESPECIAL DE ASSUNTOS INTERNACIONAIS- AISA. Ministério da Saúde.

pandemia evidenciou a necessidade de a região se unir para enfrentar desafios e reconhecer a importância de fortalecer os sistemas de saúde nacionais.

Nesse contexto, Nísia ressaltou que o fortalecimento dos sistemas de saúde é o pilar fundamental, abrangendo aspectos como vigilância, produção de insumos de saúde e o reforço da atenção em todos os níveis, incluindo atenção primária e cuidados de média e alta complexidade. Ela enfatizou que são os sistemas de saúde que desempenham um papel crucial no enfrentamento de emergências e fazem a diferença no resultado final. Além disso, observou que a saúde digital pode ser uma ferramenta crucial e é uma prioridade para o governo Lula.

O tema dos insumos estratégicos para a saúde foi abordado, destacando-se a experiência relevante do Brasil e a necessidade de buscar novas formas de produção local e regional, garantindo acesso justo e equitativo aos recursos da ciência, tecnologia e saúde, como é o caso das vacinas. Além disso, ressaltou-se a importância de expandir as capacidades produtivas regionais de medicamentos e outros produtos, juntamente com a retomada de temas fundamentais para melhorar a qualidade de vida e saúde das pessoas na região.

A Ministra enfatizou a importância da agenda da saúde sexual e reprodutiva, defendendo o respeito aos direitos sexuais e reprodutivos, em consonância com as diretrizes de promoção da igualdade racial, étnica, de gênero e de geração, com o objetivo de enfrentar todas as formas de discriminação. Outro desafio apontado pela Ministra foi a defesa da saúde mental, considerando que os problemas nessa área têm um impacto significativo no século XXI, com destaque para a depressão, que pode se tornar uma das doenças mais comuns no mundo até 2030, de acordo com a Organização Mundial da Saúde. A Ministra expressou o compromisso em contribuir para a Conferência Mundial de Saúde Mental que será realizada em Buenos Aires, em outubro, reconhecendo que esse evento será de grande importância para a agenda global nesse campo.

Em consonância com a postura do Brasil em várias instâncias multilaterais, também foi dado destaque aos desafios da mudança climática. A Ministra parabenizou as equipes que desenvolveram uma estratégia comum para o bloco nesse sentido. No contexto da Presidência Pro Tempore do Brasil, ressaltou-se a necessidade de trabalhar nas Doenças Não Transmissíveis e avançar na legislação tributária relacionada a produtos prejudiciais à saúde. Nesse sentido, foi mencionado que o Brasil sediará a Reunião Regional das Américas em outubro deste ano, como preparação para as reuniões da Conferência das Partes da Convenção Quadro da OMS para o Controle do Tabaco e do Protocolo para Eliminar o Comércio Ilícito de Produtos de Tabaco, que serão realizadas no Panamá.

O Ministro da Saúde do Paraguai destacou a importância da agenda de saúde no MERCOSUL e indicou que o presidente eleito manifestou o compromisso de continuar apostando no bloco de integração regional e trabalhar para fortalecer e projetar o MERCOSUL, em resposta às demandas de um mundo globalizado e desafiador.

Em relação à pandemia, indicou que após esta difícil etapa, novos desafios são enfrentados em nível multilateral, como governança global, preparação e resposta para futuras pandemias, migração, abordagem de saúde única e emendas ao RSI 2005, entre outros.

Ao mesmo tempo, destacou a necessidade de chegar a esses espaços com posicionamentos e propostas que respondam aos princípios da integração, como a livre circulação de pessoas e bens, o fortalecimento de capacidades e a redução das assimetrias entre

os países do bloco, sem esquecer os aspectos centrais dos sistemas de saúde, como cobertura universal, equidade, solidariedade e dignidade humana sem discriminação.

O Ministro da Saúde do Uruguai apontou o interesse em continuar fortalecendo a atuação do bloco nas ações de doenças transmissíveis (TE) e não transmissíveis (DCNT), nas políticas relacionadas ao Controle do Tabagismo; reforçar o compromisso assumido em relação às Políticas de Medicamentos que nos levam a adotar ações conjuntas e em busca da melhoria das condições de acesso a medicamentos de alto custo, sendo este tema de grande relevância pelo rumo que tem tomado em muitos de nossos países, gerando um aumento de processos judiciais que afetam a sustentabilidade dos sistemas, limitando as capacidades de atendimento para terapias altamente custo-efetivas.

A Ministra da Saúde da Bolívia enfatizou a representatividade das mulheres no campo da saúde na maioria dos países, ressaltando as prioridades do seu governo e o plano de combate à saúde liderado pelo presidente. Ela destacou as lições aprendidas no período pós-pandemia e os diversos desafios enfrentados, bem como as ações implementadas para enfrentá-los e combatê-los. A Ministra expressou seu agradecimento à Argentina e ao Brasil pela contribuição de soros e insumos fornecidos durante aquele período, enfatizando a importância de avançar em temas relevantes, como saúde reprodutiva, violência obstétrica e violência de gênero, entre outros. Além disso, ela ressaltou a importância de garantir à população o acesso aos direitos e garantias de saúde como um bem público.

A Ministra da Saúde do Chile também enfatizou a Saúde Mental como uma prioridade da atual administração do país, destacando a redução das listas de espera para serviços de saúde e a reforma do sistema de saúde com foco na universalização da Atenção Primária. Além disso, ele ressaltou o processo de negociação do Tratado Pandêmico e as discussões para emendar o Regulamento Sanitário Internacional (RSI). Por fim, ele abordou a situação das infecções respiratórias agudas, com ênfase no vírus sincicial respiratório, que será discutido em detalhes posteriormente.

Durante a reunião, os ministros compartilharam informações sobre a situação epidemiológica do bloco, destacando questões como o surto de dengue, doenças respiratórias pediátricas com predominância do vírus sincicial respiratório e a COVID-19, que, embora ainda apresentem casos positivos, estão em menor proporção e afetam gravemente a população idosa. Eles também discutiram as estratégias de resposta a essas doenças, criando um ciclo virtuoso para a tomada de decisões.

Um tema de interesse comum a todos os Estados Membros e Associados é a expansão da capacidade produtiva regional de medicamentos, imunizantes e tecnologias de saúde no bloco. Os ministros foram informados sobre os avanços na priorização de soros e antivenenos, o lançamento do Curso de Produção de Vacinas promovido pela FIOCRUZ, e enfatizou-se a importância de aproveitar as experiências e capacidades do bloco nesse campo.

Por fim, o RMS (Reunião de Ministros da Saúde) parabenizou o trabalho desenvolvido em todas as áreas técnicas e instou-os a manter o foco no cumprimento dos objetivos propostos, desenvolvendo estratégias comuns e harmonizando as políticas de saúde.

62ª Reunião de Cúpula de Presidentes e Chefes do Estado do MERCOSUL^{72 73}

A reunião está sendo realizada na cidade argentina de Puerto Iguazú, com o objetivo de abordar uma agenda que havia sido paralisada devido à influência da pandemia e à falta de afinidade ideológica entre a Argentina, o ex-presidente Bolsonaro e alguns ruídos com o presidente Lacalle Pou do Uruguai.

Além dos quatro Estados membros, também participarão os chamados Estados Associados: Colômbia, Bolívia e Chile. Vale ressaltar que a Venezuela fazia parte do bloco, mas foi suspensa em 2017 devido à ruptura da ordem democrática causada pelas ações do governo de Nicolás Maduro e à exigência do MERCOSUL para o início imediato de um processo de transição política.

Como mencionado anteriormente, há alguns pontos-chave a serem abordados na 62ª Reunião de Cúpula de Presidentes e Chefes de Estado do MERCOSUL:

1. Negociações com a União Europeia pelo Acordo com o MERCOSUL.

Esse assunto já foi abordado nos Cadernos CRIS anteriores e, essencialmente, é necessário alcançar uma posição comum entre Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai para dar continuidade às negociações com a União Europeia para um Tratado de Livre Comércio, cuja presidência será assumida pela Espanha. Nesse sentido, espera-se a elaboração de um documento pelo MERCOSUL que oriente as negociações com os europeus e a retomada das discussões após duas décadas de intercâmbio entre os dois blocos. As questões ambientais têm complicado as negociações, e paralelamente o Bloco também está negociando um Acordo de Livre Comércio com a China, impulsionado principalmente pelo Uruguai. Em relação a esse último tema, o Uruguai iniciou negociações bilaterais com a China.

2. Agenda Comercial

Dos principais temas podemos identificar na atual agenda comercial do MERCOSUL. Há um ano, iniciou-se o processo de revisão integral da Tarifa Externa Comum do MERCOSUL (imposto de importação cobrado de países fora do Mercosul), pactuando-se uma redução. A outra questão é o processo de revisão do Regime de Origem (ROM) do MERCOSUL é um Regime Preferencial constituído pelo conjunto de requisitos e procedimentos acordados pelos Estados Partes com o objetivo de determinar se um produto se qualifica ou não para a concessão do tratamento preferencial estabelecido pelos acordos do MERCOSUL, o que inclui a eliminação de tarifas sobre o comércio intrarregional.

3. Incorporação da Venezuela e da Bolívia ao Bloco

Pelo fato de o Tratado de Assunção estar aberto à adesão de outros Estados membros da Associação Latino-Americana de Integração, a Venezuela tornou-se o primeiro Estado latino-americano a aderir ao tratado constitutivo, em 2006, e mais recentemente a Bolívia, em 2015⁷⁴.

⁷² <https://www.cancilleria.gob.ar/es/destacados/cumbre-del-mercosur-en-iguazu-cafierno-inauguro-el-plenario-del-consejo-del-mercado-comun>

⁷³ <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/rfi/2023/07/03/cupula-do-mercosul-revela-quatro-anos-de-estagnacao-do-bloco-em-negociacoes-com-outros-paises.htm>

⁷⁴ Os Estados Associados são aqueles membros da ALADI com os quais o MERCOSUL assina acordos de livre comércio e que posteriormente solicitam ser considerados como tal. Os Estados Associados estão autorizados a participar das reuniões dos órgãos do MERCOSUL que tratem de assuntos de interesse comum. Esta é a situação atual no Chile, Colômbia, Equador e Peru. Da mesma forma, também poderão

A República Bolivariana da Venezuela está suspensa em todos os direitos e obrigações inerentes à sua condição de Estado Parte do MERCOSUL, em conformidade com o disposto no parágrafo segundo do artigo 5º do Protocolo de Ushuaia. A participação foi interrompida em 2017, devido à “ruptura da ordem democrática” pelo governo de Nicolás Maduro.

No momento atual, a Argentina e o Brasil apoiam o retorno de Venezuela ao bloco, diante de manifestas reservas dos governos do Paraguai e do Uruguai.

Por outro lado, o Estado Plurinacional de Bolívia solicitou, em julho de 2015, a incorporação como membro pleno ao MERCOSUL. A incorporação ao MERCOSUL parece ser mais para manter um diálogo político fluido com o bloco que por motivos econômicos. O ingresso do país como Estado pleno ainda tem que ser ratificado pelo congresso brasileiro. No entanto, a atual relação de forças entre os parlamentares do Brasil levanta interrogantes sobre a sua viabilidade no momento atual.

4. Brasil está de volta

Como reafirmado em várias declarações do Brasil no cenário internacional, “o Brasil está de volta”, retomando sua posição de liderança e agora assumirá a Presidência Pro Tempore do MERCOSUL, o que representa um desafio para conduzir o bloco em direção à integração regional. O Itamaraty já expressou a intenção de convidar atores da sociedade civil para o Foro Social do Mercosul durante sua presidência, além de manter o Foro Empresarial e priorizar agendas e projetos para fortalecer a liderança do Brasil. O país também presidirá o G-20 e já foi levantada a ideia de convidar Paraguai e Uruguai para participarem desse fórum como convidados da Presidência Brasileira.

A Presidência Pro Tempore do Mercosul e do G-20, a liderança na Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), a retomada da UNASUL e da CELAC, juntamente com a participação na Comunidade de Países de Língua Portuguesa, posicionam o Brasil como um importante ator capaz de construir alianças significativas para uma diplomacia progressista na região e de promover esforços de cooperação para o desenvolvimento de forma sinérgica.

MERCOSUL: Os desafios da chegada do Brasil à presidência temporária

Como já mencionado, no dia 4 de julho, o Brasil receberá, o mandato temporário da presidência do Mercosul durante 62ª Cúpula do Mercosul. Além do retorno ao cargo de direção mercosulina, é destacável o retorno do presidente Lula como tomador de decisão do lado brasileiro e com uma proposta bastante próxima aquela pensada em 2003, necessidade de aprofundar os laços da integração. Mas, depois de 20 anos, será que essa agenda ainda é viável ou caducou? A resposta para essa pergunta depende de múltiplas variáveis, como vontade política e conjunturas econômicas e sociais e só poderá ser respondida a partir do levantamento dos resultados que vão além do período da presidência pró tempore em 2023.

No entanto, um esforço possível é comparar os desafios enfrentados pelo governo Lula nos diferentes períodos. Será que 20 anos mudaram definitivamente os desafios enfrentados pelo governo Lula quanto a agenda de integração conesulina? Ou elementos históricos persistem, se renovaram e se reapresentam atualmente? Para ajudar na criação de uma hipótese para essas questões, é preciso analisar no mínimo três relações: relações com os países

ser Estados Associados aqueles países com os quais o MERCOSUL celebrar acordos no âmbito do Artigo 25 do Tratado de Montevideu 1980 (TM80) (acordos com outros Estados ou áreas de integração econômica da América Latina). É o caso da Guiana e do Suriname.

centrais, relações com países do Sul Global e, principalmente, relações com o interessado por excelência, Argentina.

Nas relações com os países centrais, destaca-se o Acordo com a União Europeia. Em 2003, o tema não tinha tanta visibilidade quanto tem se discutido atualmente. Na verdade, no início dos anos 2000, o Acordo era tão somente um acumulado de textos negociadores e trocas de ofertas de compromissos tarifários, que segundo Salgado e Nitsch (2020⁷⁵), não era visto como satisfatório para as partes dado que, do lado do Mercosul, havia acusações de protecionismo europeu no setor agrícola, principalmente pelos subsídios fornecidos pela Política Agrícola Comum (PAC), por outro lado, a Europa enfrentava resistência na liberalização do setor manufatureiro, de serviços públicos. Salgado e Bressan (2020) completam que crises nacionais e descompassos entre Brasil e Argentina dificultaram a criação de uma plataforma coesa para a negociação nos fins dos anos 1990 e início dos anos 2000 e na primeira década dos anos 2000, a chamada onda rosa e a transição do foco comercial para questões político-socioculturais também retardaram o interesse no avanço do Acordo do lado sulamericano.

Na atualidade, apesar da assinatura do Acordo já ter sido concluída diplomaticamente (a toque de caixa), o próximo passo é o desafio de convencer aos diferentes grupos internos e, pelo que parece, aos próprios tomadores de decisão atuais sobre os benefícios do acordo. Parece que a marca de insatisfação do começo do século se repete... O fato novo na atualidade que tem balançado as negociações do lado europeu são as questões ambientais, que não apareciam com tanta força no começo do século. A manutenção de uma estrutura econômica dependente do extrativismo e produtos primários aprofundou o desafio dos países do Cone Sul de proteger seu meio ambiente.

Por outro lado, a Europa avançou discursivamente na proposição de uma agenda centrada na sustentabilidade e levantando restrições ao uso produtos provindos de áreas de desmatamento. O Brasil enfrentará, como presidente pró tempore, o difícil desafio de definir os caminhos do Acordo: costurar uma mínima coesa interna no Mercosul e difundir confiança frente aos parceiros europeus ou, quiçá, continuar postergando as negociações e ganhar algum tipo de capital político e estratégico no sistema internacional.

Com o sul Global, as relações com a China têm destaque. No começo dos anos 2000, a China, segundo Pecequillo (2013⁷⁶) definiu suas ações para a região em três pilares: acesso a novos mercados de exportação, fornecimento de commodities nos setores de alimento, minério e energia e reforço da presença diplomática da China em uma região tradicionalmente dominada pelos EUA. Além disso, a demanda por produtos primários da China, que pavimentou o caminho de sucesso econômico chinês, na primeira década do século 21 promoveu um retorno imediato de benesses a América do Sul: criando superávits comerciais na região e fortalecendo a posição política de líderes na região.

Na atualidade, a China se consolida como o principal competidor da hegemonia estadunidense em escala mundial. O que não é diferente em termos de influência na América Latina, dado que, nesses 20 anos, a China se tornou primeiro parceiro comercial de vários países

⁷⁵ Totti Salgado V, Nitsch Bressan R. O Acordo De Associação Mercosul-União Europeia E A Política Externa Brasileira. Revista Neiba, Cadernos Argentina Brasil [Internet]. 2020;9(1). Disponível em: <http://dx.doi.org/10.12957/neiba.2020.50950>

⁷⁶ Pecequillo, C. S. (2013). A América do Sul como Espaço Geopolítico e Geoeconômico: o Brasil, os Estados Unidos e a China. Carta Internacional, 8(2), 100–115. [Acesso em 03 Jul de 23]. Disponível em: <https://www.cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/view/113>

na região, inclusive o Brasil, quebrando com a tradição de um século. Nesse sentido, o desafio brasileiro na presidência é lidar com essa influência desse ator e manter coesão entre os sócios mercosulinos.

Um exemplo é a relação com o Uruguai que o governo Lula já reativou nos primeiros dias de seu mandato brasileiro dado que o presidente uruguaio, Lacalle Pou, tem repetidamente buscado maior autonomia em termos de negociações comerciais, inclusive com propostas de tratados bilaterais com a China. O presidente uruguaio afirmou, no começo de 2023, “A decisão uruguaia é avançar em um Tratado de Livre Comércio. Se for com o Mercosul é melhor, todo mundo sabe da força que Brasil, Uruguai, Paraguai e Argentina podem ter juntos, e se não for assim, o que fizemos até o momento é avançar em um estudo de factibilidade com a China que teve resultados positivos e estamos para começar a negociar bilateralmente”⁷⁷.

Outro desafio brasileiro importante é fortalecer a articulação interna para posicionar uma agenda menos assimétrica frente a China dado que essas relações durante os anos 2000 tiveram como efeito colateral a reprimarização das economias e maior dependência ao extrativismo. A reprimarização das economias mercosulinas pode dificultar o avanço da integração produtiva na região e diminuir a complementariedade econômico-industrial. Esse seria um efeito nocivo a coesão e a visão comum dos sócios membros do bloco.

Por fim, a relação com a Argentina é primordial para o avanço dos trabalhos do mandato brasileiro em 2023. A partir de 2003, a proximidade de Lula e Nestor Kirchner foi importante para a orientação do perfil Mercosul. No Mercosul, foi lançado “Programa para a consolidação da União Aduaneira e Lançamento do Mercado Comum” que tinha como objetivo, segundo Ruiz e Vazquez (2009⁷⁸), avançar em temas mais abrangentes do que os previstos no Tratado de Assunção. Além disso, foi assinado o Consenso de Buenos Aires, analogia ao Consenso de Washington, com o objetivo de fortalecer a coordenação política entre os parceiros.

Na atualidade, o desafio brasileiro é retomar as relações de alto nível com a Argentina dado que nos últimos anos a relação entre os vizinhos foi bastante prejudicada por visões e situações políticas e econômicas internas que promoveram afastamentos. Inicialmente, o governo Lula e o governo de Alberto Fernandez aproveitaram o momento para estabelecer uma agenda constante de aproximações, desde a chegada de Lula a presidência brasileira já foram 5 encontros presidenciais e algumas tantas ministeriais. No entanto, é importante destacar que a Argentina passa por eleições nos próximos meses e há possibilidade da chegada ao poder de políticos que não possuam a mesma convergência política quanto Lula e Fernandez. Aqui um outro desafio surge... o Brasil possui a necessidade de institucionalizar as relações para que o avanço da integração não esteja vinculado ao personalismo presidencial.

⁷⁷ Falcão T, Taddeo L. Presidente do Uruguai confirma negociações avançadas com China para acordo comercial [Internet]. CNN Brasil. 2023 [Acesso em 3 de Jul de 23]. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/presidente-do-uruguai-confirma-negociacoes-avancadas-com-china-para-acordo-comercial/>

⁷⁸ RUIZ, José B.; VAZQUEZ, Marina. O Mercosul na época de Lula e Kirchner: um balanço, seis anos depois [Internet]. Nueva Sociedad | Democracia y política en América Latina. 2009 [Acesso em 3 de julho de 23]. Disponível em: <https://nuso.org/articulo/o-mercosul-na-epoca-de-lula-e-kirchner-um-balanco-seis-anos-depois/>

Como considerações finais, são muitos os desafios brasileiros nessa presidência pró tempore. Alguns novos, alguns não tão novos assim. A importante reflexão atual é que a presidência brasileira precisa desenvolver mecanismos e estratégias que tenham capilaridade a longo prazo para que haja uma revitalização dos objetivos da integração regional e fortalecimento das capacidades entre os membros mercosulinos.

Novos Diretores dos Programas Sub-regional de Cooperação para América do Sul e América Central

O Diretor da Organização Pan-Americana da Saúde nomeou os Diretores dos Programas de Cooperação para a América do Sul (SAM) e para a América Central (CAM) em caráter interino até que os processos de seleção competitiva sejam resolvidos.

Para o SAM tomou posse María Dolores Perez Rosales⁷⁹, de nacionalidade espanhola, que foi representante da OPAS em Costa Rica e, para o CAM, José Federico Hernández Pimentel, médico pediatra salvadorenho que foi representante da OPAS no Panamá, Costa Rica e Guatemala.

Recentemente, na 172ª Sessão do Comitê Executivo da OPAS, realizada de 26 a 30 de junho deste ano na WDC/EUA, foi aprovado o Projeto de Orçamento-Programa da Organização Pan-Americana da Saúde 2024-2025. No Documento CE 172-12 apresentado pela Secretaria, apresentou um aumento orçamentário de 2% (de 20.900.000 no período 2022-2023 para 21.300.000 no período 2024-2025). Este Projeto de Orçamento-Programa da OPAS vai ser aprovado pelos Ministros da Saúde no próximo 60º Conselho Diretor em WDC/EUA no mês de setembro de 2023.

CEPAL: Terceiro Seminário Regional de Desenvolvimento Social⁸⁰

Durante o Terceiro Seminário Regional de Desenvolvimento Social, que reuniu Ministros do Trabalho, acadêmicos, especialistas e representantes de entidades sindicais e patronais., os participantes concordaram que as políticas de inclusão laboral devem ser uma forma de superar as desigualdades e a informalidade na região. A inserção no mercado de trabalho e as condições de trabalho são componentes essenciais da inclusão laboral. Durante o evento, tratou-se da importância da implementação de políticas de inclusão laboral na América Latina e no Caribe, destacando a necessidade de uma abordagem estratégica e abrangente que envolva vários setores, como educação, produção, fiscal, social e ambiental.

A taxa de desemprego na América Latina e no Caribe foi de 7% em 2022, o que significa que 93% da força de trabalho está empregada. No entanto, a informalidade e a desigualdade persistem, com 50% dos empregos sendo informais e 40% dos trabalhadores recebendo salários abaixo do mínimo. Além disso, 1 em cada 5 trabalhadores se encontra em situação de pobreza. As políticas de inclusão laboral têm o objetivo de enfrentar esses problemas e reduzir a informalidade e a desigualdade, devendo ser consideradas como parte integrante das estratégias de desenvolvimento social inclusivo e sustentável na região.

⁷⁹ A nova Diretora do Programa Sub-regional de América do Sul, Dra. Maria Dolores Perez Rosales é médica cirurgião pela Faculdade de Medicina da Universidade de Sevilla e com um mestrado em Saúde Pública e Comunicação pela Faculdade de Medicina da Universidade de Nancy (França). Também tem uma especialização em serviços de sangue na Universidade de Galveston, Texas, Estados Unidos

⁸⁰ CEPAL. Disponível em: <https://www.cepal.org/es/noticias/cepal-america-latina-caribe-tiene-desafio-transitar-la-insercion-laboral-la-inclusion>

O mercado de trabalho na região enfrenta uma crise lenta, agravada pela pandemia da COVID-19. Em 2020, houve uma queda de 8,2% na criação de empregos, a primeira queda em 70 anos. Além disso, a taxa de crescimento do número de ocupados será baixa nos próximos anos, em comparação com décadas anteriores. Existem barreiras significativas de entrada no mercado de trabalho, com metade das mulheres excluídas, baixa participação dos jovens e desigualdade de gênero entre indígenas e não indígenas. Além disso, os mercados de trabalho enfrentam incertezas devido às mudanças tecnológicas, com uma proporção substancial de ocupações em alto risco de automação.

Para enfrentar esses desafios, é crucial fortalecer os Ministérios do Trabalho e sua capacidade de implementar políticas de inclusão laboral. Isso requer uma abordagem prospectiva, planejamento estratégico, diálogo, liderança, negociação, gestão eficiente dos recursos e prestação de contas. Atualmente, apenas cerca de 0,4% do PIB é investido em políticas trabalhistas na região, tornando necessário um amplo pacto social para garantir a sustentabilidade dessas políticas. O seminário discutiu diversos temas relacionados à inclusão laboral, como informalidade, trabalho infantil, habilidades necessárias, além da articulação entre políticas trabalhistas e de proteção social.

CEPAL: Seminário Brechas de Desigualdade no México, América Central e Caribe⁸¹

No seminário internacional “Brechas de desigualdade no México, América Central e Caribe”, Hugo Beteta, diretor da CEPAL no México, ressaltou a importância de fechar as lacunas estruturais que perpetuam o baixo crescimento e a desigualdade na região. A CEPAL e a FIDA propuseram criar uma agenda regional sobre uma nova ruralidade, reconhecendo que as políticas públicas ainda não consideraram adequadamente as mudanças demográficas, tecnológicas, de produção e riscos climáticos que afetam as áreas rurais. Beteta argumentou que é necessário priorizar o fechamento dessas lacunas para alcançar as metas dos ODS e não apenas se concentrar no crescimento econômico.

Destacou também que a ideia de que os países de renda média devem se graduar da assistência para o desenvolvimento, sem levar em consideração a alta proporção de pobres nesses países, é um equívoco. Embora o PIB per capita possa aumentar, a desigualdade persistirá se as brechas estruturais não forem abordadas. Portanto, é essencial não apenas priorizar o crescimento econômico, mas também reduzir as desigualdades para cumprir a Agenda 2030.

A ministra de Planejamento Nacional e Política Econômica da Costa Rica, Laura Fernández, destacou a importância de políticas públicas que garantam oportunidades para todos e reduzam as desigualdades. Ela resalta a necessidade de uma distribuição mais equitativa de recursos, com uma abordagem transversal de gênero e a redução das lacunas de desenvolvimento territorial. Fernández reconheceu os ODS como um sólido quadro para a ação e enfatiza a importância de colaborações com instituições como a CEPAL para aproveitar o conhecimento e as boas práticas.

Seidy Álvarez, presidente da Junta de Pensões e Aposentadorias dos Professores Nacionais da Costa Rica, mencionou os desafios enfrentados pelo país, agravados pela pandemia de COVID-19. Esses desafios incluem educação, brecha digital, envelhecimento da população, desenvolvimento territorial desigual e desvantagens enfrentadas por mulheres, população indígena e migrante. Álvarez destacou a necessidade de políticas públicas que abordem a

⁸¹ CEPAL. Disponível em: <https://www.cepal.org/es/noticias/cumplir-la-agenda-2030-desarrollo-sostenible-la-cepal-urge-cerrar-brechas-estructurales>

diversidade e a complexidade desses desafios, adaptando-se às realidades e necessidades de cada território para efetivamente fechar as brechas de desigualdade.

Em resumo, o seminário ressaltou importância de fechar as lacunas estruturais que perpetuam a desigualdade e o baixo crescimento na região. Isso envolve uma nova abordagem em relação às áreas rurais, reconhecendo seu potencial como fonte de desenvolvimento inovador. Além disso, destaca-se a necessidade de não apenas buscar o crescimento econômico, mas também abordar as desigualdades, garantindo oportunidades para todos e adotando uma abordagem transversal de gênero.

SEGIB: participação na Conferência Ibero-Americana de Ministros da Justiça pelo seu trabalho em prol de um maior acesso à justiça⁸²

A XXIII Assembleia Plenária da Conferência de Ministros e Ministras da Justiça dos Países Ibero-americanos encerrou em Madri com a aprovação de uma Declaração consensual entre os países participantes. O evento contou com o apoio do Ministério da Justiça da Espanha, instituições da Comunidade Ibero-americana de Nações e diversos organismos e instituições que trabalham com justiça e cooperação na região. Durante o encontro, foram adotados compromissos de políticas públicas de justiça, estabelecidas as prioridades estratégicas da Conferência para os próximos anos e eleitos os órgãos de governo da COMJIB. O Secretário-Geral Ibero-americano, Andrés Allamand, destacou os avanços alcançados nos últimos quatro anos na promoção do acesso à justiça na região, incluindo o Programa Ibero-americano de Acesso à Justiça e o Tratado de Medellín sobre Cooperação Jurídica Internacional. Allamand também ressaltou a importância da “Carta Ibero-americana de Princípios e Direitos em Ambientes Digitais” e mencionou a necessidade de fortalecer a Ibero-América, colocando a cidadania no centro e enfrentando as desigualdades, incluindo a lacuna de gênero.

ORAS- CONHU: Reunião de autoridades andinas discute sobre a implementação da Política andina de câncer⁸³

Nos dias 19 e 20 de junho, em Santiago no Chile, realizou-se a Reunião do Comitê Andino de Prevenção e Controle do Câncer. A reunião teve como objetivo contribuir para o planejamento e gestão da Política Andina de Prevenção e Controle do Câncer, especialmente sobre o câncer infantil.

A Política Andina foi aprovada na XL Reunião de ministros andinos da Saúde em 2002 e foi baseada no estudo diagnóstico de morbidade dos diferentes tipos de câncer prevalentes nos países andinos durante o período 2015-2020.

Com foco no câncer infantil nos países andinos, a Secretaria Executiva da ORAS-CONHU afirmou que tem trabalhado juntamente com os Ministérios da Saúde, a Organização Panamericana de Saúde e o St Jude Research Hospital para implementar os planos de prevenção e controle do câncer em 2030.

⁸² <https://www.segib.org/allamand-felicita-a-la-conferencia-iberoamericana-de-ministras-y-ministros-de-justicia-por-su-trabajo-por-una-mayor-acceso-a-la-justicia/>

⁸³ Región andina avanza en la implementación de la política andina de cáncer, con especial atención en cáncer infantil [Internet]. Orasconhu.org. [Acesso em 1 de junho de 23]. Disponível em: <https://www.orasconhu.org/es/region-andina-avanza-en-la-implementacion-de-la-politica-andina-de-cancer-con-especial-atencion->

Além disso, durante a reunião foram definidas linhas estratégicas prioritárias e as atividades que formam parte de um plano de trabalho e orientações sobre câncer e câncer infantil a ser implementados pelo Comitê andino de prevenção e controle do câncer dos Ministérios de Saúde.

O evento contou com a presença de representantes das Diretorias Nacionais de Câncer dos Ministérios da Saúde da Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela, funcionários da OPS/OMS, do St Jude Children Research Hospital e a equipe técnica da ORAS-CONHU.

SE-COMISCA: El Salvador assume a Presidência Pro Tempore do Conselho de Ministros de Saúde da América Central e República Dominicana (COMISCA)⁸⁴

El Salvador recebe a Presidência Pro Tempore de Belize, país responsável por conduzir os trabalhos do Conselho no período de janeiro-junho de 2023, e realizará o seu mandato no período de julho a dezembro de 2023.

Na cerimônia de passagem da presidência pró tempore, o ministro de Saúde e Bem-estar de Belize, Kevin Bernard, fez uma retrospectiva sobre sua passagem como presidente do Conselho e destacou o trabalho conjunto entre as instâncias técnicas regionais e a SE COMISCA para avançar no cumprimento dos compromissos assumidos no Plano de Saúde da América Central e República Dominicana 2021-2025.

O Ministro de Saúde de El Salvador, Francisco Montoya, assumiu a presidência e reassegurou o compromisso do país na continuidade dos trabalhos de cooperação em saúde na região. E afirmou que “após a luta contra a pandemia por COVID-19, a necessidade e a força que nós, como região, podemos ter para enfrentar os desafios da saúde se tornaram imperativas. Estamos honrados em aceitar a presidência Pro Tempore do COMISCA, nos comprometemos a continuar trabalhando como foi feito por Belize” (tradução nossa).

SELA e OTCA definem linhas de trabalho para o desenvolvimento dos países amazônicos⁸⁵

Em reunião na sede da OTCA, em Brasília, o secretário permanente do SELA, Clarems Endara, apresentou o Programa de Trabalho que vem sendo desenvolvido pelo SELA e buscou identificar linhas de trabalho conjuntas.

Durante a reunião, foram definidos alguns temas comuns entre as duas organizações: articulação produtiva para o fortalecimento de pequenas e médias empresas; fomento do ecoturismo e seu papel para o desenvolvimento sustentável; inovação, indústria e infraestrutura aplicada ao setor marítimo-portuário e segurança alimentar e riscos de desastres.

Durante o encontro, Alexandra Moreira, secretária geral da OTCA, destacou a importância da regionalização das agendas para o enfrentamento de problemas comuns aos países. E reforçou a importância da discussão de pontos estratégicos para avançar as linhas de trabalho em conjunto com o SELA.

⁸⁴ El Salvador recibe Presidencia Pro Tempore del Consejo de Ministros de Salud de Centroamérica y República Dominicana [Internet]. Sica.int. 2023 [Acesso em 30 de junho de 23]. Disponível em: https://www.sica.int/noticias/el-salvador-recibe-presidencia-pro-tempore-del-consejo-de-ministros-de-salud-de-centroamerica-y-republica-dominicana_1_132181.html

⁸⁵ SELA y OTCA definen líneas de trabajo para el desarrollo de los países amazónicos [Internet]. Sela.org. [acesso em 30 de junho de 23]. Disponível em: <https://www.sela.org/es/prensa/notas-de-prensa/n/89838/sela-y-otca-definen-lineas-de-trabajo-para-el-desarrollo-de-los-paises-amazonicos>

OEA: 53ª Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos⁸⁶

A 53ª Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA) foi realizada em Washington, e teve diversas deliberações importantes. Uma das principais resoluções aprovadas foi dirigida à Nicarágua, instando o país a cessar as violações aos direitos humanos, libertar os presos políticos e garantir o respeito à liberdade religiosa, liberdade de expressão e ao Estado de direito. Além disso, os Estados reconheceram a necessidade de fornecer assistência ao Haiti em questões de segurança, democracia, promoção e proteção dos direitos humanos, bem como a realização de eleições livres e justas o mais breve possível.

Durante a assembleia, também foram realizadas eleições para preencher cargos em diversos órgãos e entidades do sistema interamericano. Membros da Comissão Interamericana de Direitos Humanos foram eleitos para um mandato de quatro anos, incluindo Stuardo Ralón (Guatemala), Christopher Arif Bulkan (Guiana), Gloria Monique de Mees (Suriname) e Andrea Pochak (Argentina). Da mesma forma, Alejandra Valencia (Colômbia) e Eric P. Rudge (Suriname) foram eleitos para o Comitê Jurídico Interamericano, enquanto T. Michael Peay (Estados Unidos) foi reeleito para o Tribunal Administrativo da OEA. A Assembleia também definiu a data de 23 de agosto como prazo limite para apresentação de candidaturas para os cargos vagos no Centro de Estudos da Justiça das Américas e no Comitê de Auditoria. Por fim, ficou decidido que a 54ª Assembleia Geral será realizada em 2024, no Suriname.

⁸⁶ https://www.oas.org/es/centro_noticias/comunicado_prensa.asp?sCodigo=C-030/23

Nova estratégia para combater ilicitudes sobre recursos patrimoniais africanos

*Augusto Paulo
Tomé Cá
Manuel Mahoche
Felix Rosenberg*

Resumo: Para mostrar, proteger e promover o rico património cultural do continente, é lançado o Grande Museu da África. A União Africana e o PAM assinam acordo para enfrentamento da insegurança alimentar em cenários de conflitos. Validado o II Relatório Bial sobre redução do risco de catástrofes naturais. A União Africana encara com a maior seriedade o desenvolvimento do sistema de informação para o mercado de trabalho. Aconteceu o insólito, um especialista de saúde pública nigeriano recusou sua nomeação ao mais alto cargo de GAVI. Uma demonstração de intensificação de cooperação regional para acelerar a obtenção de paz e estabilidade na Região dos Grandes Lagos onde as populações continuam sendo massacradas pelos diferentes grupos armados. As áreas de educação, ciência, tecnologia e inovação estão sendo revistas para desempenharem seu verdadeiro papel de relevo no desenvolvimento da África Austral. A dimensão financeira para a emancipação económica das mulheres vem ganhando destaque nos debates regionais para uma verdadeira promoção de igualdade de género.

UNIÃO AFRICANA (UA)

O nexu entre segurança alimentar e conflitos: uma inédita colaboração entre a UA e o PAM

A Comissão da União Africana, através do Secretariado do Fundo de Paz, assinou um [Acordo com o Programa Alimentar Mundial das Nações Unidas](#) (PAM) para dimensionar o apoio técnico e financeiro existente a várias atividades de paz e segurança nas áreas temáticas de operação no âmbito do Fundo de Paz. Nos termos do Acordo, o Secretariado do Fundo de Paz e o PAM identificaram conjuntamente as áreas de envolvimento estratégico para escalar atividades de alerta precoce, prevenção de conflitos e mediação.



Ainda nos termos desse Acordo, o Secretariado do Fundo para a Paz e o PAM abordarão, entre outros assuntos, os esforços de escala na defesa do nexu entre conflito e segurança alimentar como um apelo à ação para abordar as causas profundas dos conflitos; reforçar o apoio institucional do Secretariado do Fundo para a Paz; Reforçar a colaboração em matéria de diplomacia e mediação preventivas; partilhar relatórios periódicos sobre domínios temáticos; reforçar a mobilização conjunta de recursos; colaborar em compromissos sobre a revisão em

curso da arquitetura financeira global; e reforçar a colaboração com grupos de reflexão e Comunidades Económicas Regionais nas áreas temáticas do Fundo para a Paz.

Refletindo sobre as ligações entre conflito e desenvolvimento, a Diretora do Secretariado do Fundo de Paz da União Africana, Dagmawit Moges, sublinhou a importância da colaboração mútua com os parceiros de desenvolvimento para garantir que as lacunas nas intervenções preventivas para evitar a crise e a instabilidade sejam reforçadas, bem como a implantação de respostas rápidas e sustentáveis sempre que surgirem crises no continente.

Ela afirmou: "*nosso Acordo hoje reafirma a natureza entrelaçada da paz e do desenvolvimento. Sem paz e segurança, não podemos ter um desenvolvimento sustentável e não faremos grandes progressos na erradicação da pobreza. Do mesmo modo, sem desenvolvimento sustentável não podemos prevenir adequadamente os conflitos. Ao assinar este Acordo, é nosso compromisso fortalecer nossos esforços e sinergia em medidas oportunas de alívio de crises, como parâmetros de alerta precoce e a implantação de resoluções de conflitos duráveis e medidas de reconstrução pós-conflito quando necessário*". A Diretora colocou maior ênfase no silenciamento das armas na África para uma paz duradoura e desenvolvimento inclusivo para reforçar os objetivos de desenvolvimento da África, a fim de alcançar a Agenda 2063.

O Fundo para a Paz da União Africana está em fase final de operacionalização. Os fundos devem ser utilizados pela primeira vez em 2023 em vários programas, incluindo intervenções na crise do Sudão, a Missão de Transição da União Africana na Somália (ATMIS - *The African Union Transition Mission in Somalia*) e a Força Regional da Comunidade da África Oriental. Sobre ATMIS, leia mais [aqui](#).

O Acordo Suplementar reforça a parceria existente entre a Comissão da União Africana e o PAM noutras áreas de cooperação, incluindo assuntos humanitários, preparação para situações de emergência e resposta, recuperação pós-conflito; reabilitação de infraestrutura e recuperação económica e social; segurança alimentar e agricultura; e luta contra a pobreza e a fome.

Lançamento do Grande Museu da África (GMA): projeto emblemático da Agenda 2063 da União Africana

Sob os auspícios do Ministério da Cultura e Artes da Argélia e do Departamento de Saúde, Assuntos Humanitários e Desenvolvimento Social da Comissão da União Africana, [o lançamento do Grande Museu da África \(GMA\)](#) foi realizado na vila de Boulkine, localizada no património arquitetónico argelino *Hussein-Dey* do século XIX, em Argel, em 14 de junho de 2023, na presença do Embaixador Lounes Magramane, Secretário-Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros e da Comunidade Nacional no Exterior, do senhor Zoheir Bellalou, Secretário-Geral do Ministério da Cultura e Artes e da Embaixadora Minata Samate Cessouma, Comissária para a Saúde, Assuntos Humanitários e Desenvolvimento Social, da União Africana, bem como representantes do corpo diplomático acreditado na Argélia.

O GMA é um projeto emblemático da Agenda 2063 da União Africana, lançado como parte do Primeiro Plano Decenal de Implementação da Agenda 2063. O GMA irá mostrar, proteger e promover o rico património cultural do continente. O Museu será hospedado pela Argélia na capital Argel, em nome do continente. O projeto visa criar consciência sobre os vastos, dinâmicos e diversos artefatos culturais da África e a influência que a África teve e continua a ter nas várias culturas do mundo em áreas como arte, música, linguagem, ciência, para

mencionar apenas alguns. O Grande Museu da África será um centro nevrálgico para preservar e promover o patrimônio cultural africano, bem como para combater o tráfico ilícito de recursos patrimoniais.



Em seu discurso de abertura, o Embaixador Lounes Magramane, Secretário-Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros e da Comunidade Nacional no Exterior, em nome do Ministro, descreveu o museu como um *“ pilar da União Africana e do renascimento cultural ”*, trabalhando para fortalecer os esforços para construir um continente unificado e próspero, capaz de proteger sua identidade, seu rico patrimônio histórico e seu legado cultural.

Nas suas observações de abertura, a Embaixadora Minata Samate Cessouma, Comissária para a Saúde, Assuntos Humanitários e Desenvolvimento Social (HHSD), em nome do Presidente da Comissão da União Africana, Moussa Faki Mahamat, expressou gratidão ao Governo da Argélia pela hospitalidade e pelo compromisso de garantir que o Grande Museu da África se torne uma realidade. *“ Tivemos todo o apoio necessário para a implementação deste importante projeto ao longo dos anos de todas as partes interessadas, incluindo o próprio Governo da Argélia, membros do Comitê Técnico e Consultivo, UNESCO, especialistas independentes, Banco AFREXIM para mencionar alguns. A todos vocês, queremos agradecer muito pelo apoio e compromisso com este projeto de arte, cultura e patrimônio único e crítico ”*, disse a Embaixadora Minata Samate Cessouma.

A Embaixadora lembrou ainda ao público que a criação do Grande Museu da África é impulsionada pelo reconhecimento da intrincada relação entre a proteção da diversidade cultural e a promoção do pluralismo cultural, por um lado, e o desenvolvimento do continente por outro. Ancora-se no entendimento de que a proteção, preservação e promoção do patrimônio cultural são responsabilidades vitais compartilhadas conjuntamente pelos cidadãos, pela sociedade e pelo Estado.

Além disso, uma cerimônia de assinatura do Acordo Anfitrião da Sede do GMA foi realizada no Ministério dos Negócios Estrangeiros e da Comunidade Nacional no Exterior da Argélia entre a representante da Comissão da União Africana e o Diretor-Geral dos Protocolos do Ministério dos Negócios Estrangeiros e da Comunidade Nacional no Exterior, o Embaixador Abdelghani Amara, na qualidade de representante do governo argelino, prosseguindo com a assinatura do Acordo de Acolhimento da sede do Grande Museu da África (GMA), que será estabelecido em Argel. A cerimônia de assinatura contou com a presença do Secretário-Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros e da Comunidade Nacional no Exterior e sua contraparte do Ministério da Cultura e das Artes, Zoheir Ballalou e altos funcionários de ambos os Ministérios.

O Primeiro-Ministro, Aïmene Benabderrahmane, recebeu em uma chamada de cortesia, em 15 de junho, no Palácio do Governo, a Embaixadora Minata Samaté Cessouma. O encontro

foi uma oportunidade para ambos os líderes expressarem sua satisfação pela operacionalização do projeto do Grande Museu da África (GMA) como um dos projetos pioneiros da Agenda 2063 da UA, confirmando a sua vontade comum de prosseguir a cooperação e a coordenação para a tornar um farol continental, que reflita a diversidade do património cultural e histórico de África, e a sua determinação em trabalhar colaborativamente para fortalecer as capacidades africanas para enfrentar os desafios conexos nos domínios da saúde, dos assuntos humanitários e do desenvolvimento social.

Durante o lançamento, uma apresentação sobre a Convenção da UNESCO e África de 2003 pelo Professor Slimane Hachi, Diretor do Centro de Pesquisa em História, Pré-História e Antropologia e do Centro Regional para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial em África sob os auspícios da UNESCO, uma sessão de trabalho e diferentes apresentações e debates do Grande Documento Conceptual do Museu de África, foram apresentados por membros do Comité Técnico e Consultivo, peritos independentes e funcionários da Comissão da União Africana e do Governo da Argélia.

Oficina para melhorar a comunicação de dados sobre catástrofes naturais

Entre 14 e 15 de junho, os especialistas dos Estados-Membros, das Comunidades Económicas Regionais (CER) e das organizações parceiras em matéria de redução dos riscos de catástrofes reuniram-se na sede da União Africana em Adis Abeba, para uma oficina de validação do segundo *Relatório Bienal de África sobre Redução do Risco de Catástrofes (DRR - Disaster Risk Reduction)*.

Congratulando-se com a presença expressiva de participantes na abertura, Harsen Nyambe Nyambe, Diretor do Ambiente Sustentável e da Economia Azul (SEBE) da Comissão da União Africana (AUC), declarou: "*A grande participação neste workshop é um grande testemunho de que os Estados-Membros estão empenhados em melhorar a resiliência a catástrofes. Olhando para trás há cinco anos, conseguimos elevar o perfil de redução de risco de desastres no continente*". O Diretor destacou o compromisso político para com a DRR com a nomeação de Filipe Nyusi, Presidente de Moçambique, como líder de Gestão de Risco de Desastres (DRM - *Disaster Risk Management*) da União Africana pela Assembleia de Chefes de Estado e de Governo em fevereiro de 2022. "*O programa AMHEWAS ([The Africa Multi-hazard Early Warning and Action System](#)) realizou progressos em termos de alerta precoce com múltiplos riscos. No entanto, ainda enfrentamos desafios no acesso a dados suficientes para informar o desenvolvimento de políticas e programas. Os próximos dois dias nos apresentam a oportunidade de preencher as lacunas e acelerar o próximo relatório da Bienal*", acrescentou Nyambe Nyambe.



A taxa de participação dos Estados-Membros na geração do 2.º Relatório Bienal de África diminuiu 34% em relação ao número anterior de 91%, desta vez com uma média de 57%. Os participantes discutiram o projeto de relatório ao longo dos dois dias, abordaram as lacunas

existentes e enriqueceram o documento. Durante a oficina, os restantes 43% dos Estados-Membros comprometeram-se a fornecer dados até 23 de junho de 2023.

No final de oficina, os participantes também adotaram o roteiro para o desenvolvimento e finalização do terceiro Relatório Bienal de África sobre DRR. O rascunho da revisão está em andamento e uma outra oficina de validação on-line será realizado neste mês de julho. Prevê-se o lançamento do II Relatório Bienal no próximo mês de outubro, enquanto a validação do III Relatório Bienal deve acontecer em dezembro e seu lançamento em fevereiro de 2024.

A oficina de validação seguiu um rigoroso processo de recolha de dados regionais realizados em 2022 no [Quênia](#), [Chade](#), [Senegal](#) e [Moçambique](#). O Centro Africano de Estudos de Desastres organizado pela North-West University na África do Sul está facilitando o desenvolvimento dos Relatórios Bienais de África sobre DRR.

O desenvolvimento do relatório bienal é patrocinado pela União Europeia através de *The Intra-ACP (África, Caribe e Pacífico) 11th European Development Fund (EDF) Natural Disaster Risk Reduction Programme* e também pelo Governo da Suécia através do PNUD no âmbito do Projeto de Resiliência do Sahel (*The Sahel Resilience Project*).

Reunião de Pontos Focais do CIEFFA para acelerar a Campanha #Africaeducatesher



Mais de vinte e cinco Pontos Focais do CIEFFA⁸⁷ da União Africana de mais de dezessete Estados-Membros reuniram-se em Kampala, capital de Uganda, de 20 a 22 de junho, para debater formas de implementar a Campanha *#AfricaEducatesHer*. O evento foi organizado pelo Centro Internacional para a Educação de Raparigas e Mulheres em África da União Africana ([The African Union / International Centre for Girls and Women's Education in Africa \(AU/CIEFFA\)](#)).

A sessão de treinamento intensivo de três dias foi oficialmente aberta pelo Ministro de Estado da Educação Superior, John Chrysestom Muyingo, representando a Ministra da Educação e Esportes de Uganda, Janet Kataaha Museveni. Como ele abriu o evento, ele ressaltou: "*Temos uma responsabilidade moral e obrigação como portadores de dever, especialistas e profissionais encarregados de abordar a crise da educação, especialmente utilizando uma lente de gênero. É por isso que Uganda reitera hoje seu compromisso em avançar e defender a educação das meninas.*" Enquanto faz seus comentários de boas-vindas, a Coordenadora-adjunta do CIEFFA, Simone Yankey, dirigindo-se aos Pontos Focais, afirmou: "*...nomeados pelos vossos respectivos Estados-Membros, desempenham um papel crítico e necessário no avanço da educação das raparigas através da colaboração com o Centro. Trabalhando nas interseções entre igualdade de gênero e educação, vocês estão bem equipados e colocados para avançar o mandato do CIEFFA, que é defender a educação de meninas e mulheres em nosso continente*".

⁸⁷ Centre international pour l'éducation des filles et des femmes en Afrique (CIEFFA)

Este encontro ofereceu uma plataforma para discutir e desenvolver soluções inovadoras para promover a educação no contexto de emergências e contextos humanitários. Tal inclui a partilha de melhores práticas e experiências, a identificação de oportunidades de colaboração e parcerias e o desenvolvimento de um plano de implementação coordenado da Campanha #AfricaEducatesHer, adaptado ao contexto específico de cada Estado-Membro da União Africana.

A Conselheira para a Educação na Missão Permanente da Noruega junto da União Africana, Jenny Beate Møller, declarou: "*Eu acredito firmemente que a Campanha #AfricaEducatesHer... foi e é oportuno e necessário e continuará a ser.*"

A cerimônia de abertura contou igualmente com a presença de funcionários ugandenses dos Ministérios da Educação e Esportes e Gênero, Trabalho e Desenvolvimento Social.

O final do primeiro dia d oficina foi caracterizado por uma apresentação extensa e aprofundada do trabalho do CIEFFA e os participantes estavam mais bem equipados com o conhecimento dos Programas e do mandato desta instituição especializada da União Africana.

JLMP e Governo da Costa do Marfim colaboram para melhorar o sistema de informação do mercado de trabalho



O Programa Conjunto UA-OIM-OIT sobre Migração Laboral (JLMP - *Joint Programme on Labour Migration*) e o Governo da Costa do Marfim realizaram [uma reunião de pré-validação](#) para avaliar um relatório sobre a situação do Sistema de Informação do Mercado de Trabalho (LMIS - *The Labour Market Information System*) no país. O relatório de avaliação, apresentado nesta reunião de pré-validação, assinala um marco significativo na criação do LMIS na Costa do Marfim. O LMIS visa fornecer aos Estados-Membros informações sobre a oferta e a procura do mercado de trabalho, melhorar o planeamento do emprego e promover a colaboração entre as principais partes interessadas.

A Coordenadora da JLMP na União Africana, Odette Bolly, enfatizou a importância de uma abordagem coordenada e inclusiva envolvendo todas as partes interessadas para garantir que a concepção do sistema atenda às necessidades específicas do mercado de trabalho do país. "*A Migração do Trabalho e as Estatísticas do Mercado de Trabalho estão entre as nossas principais áreas de foco. Os dados formam a base para a formulação, o planeamento e a tomada de decisões políticas eficazes*", afirmou a Coordenadora.

O relatório avalia de forma abrangente a infraestrutura LMIS do país, os mecanismos de coleta e análise de dados e a capacidade de compartilhamento efetivo de dados. Ele também identifica oportunidades de melhorar a qualidade, expandir a cobertura de coleta de dados e integrar o LMIS em planos de desenvolvimento mais amplos.

O responsável sênior pelas estatísticas econômicas do Ministério do Emprego e Proteção Social da Costa do Marfim, Emmanuel Kobina Kouassi, expressou o total apoio do governo aos esforços do LMIS, enfatizando sua contribuição para a governança efetiva da migração laboral. *"Um LMIS eficaz informará o Plano de Desenvolvimento Nacional (NDP) 2021-2025 da Costa do Marfim, identificando lacunas de habilidades, prevendo necessidades futuras de mão de obra e melhorando as estratégias de planejamento da força de trabalho"*, destacou o senhor Kobina.

Além disso, o sistema orientará os programas de educação e treinamento para garantir uma força de trabalho qualificada que atenda às demandas dos setores emergentes, promovendo o funcionamento eficiente do mercado de trabalho, reduzindo as taxas de desemprego e impulsionando o crescimento econômico inclusivo.

O relatório será validado pelo governo neste mês de julho e servirá como uma ferramenta de referência não apenas para o desenvolvimento do LMIS na Costa do Marfim, mas também para os países vizinhos com tendências semelhantes de migração laboral.

Recorde-se que o Programa Conjunto para a Migração do Trabalho (JLMP) é um compromisso comum de longo prazo destinado a implementar o 5º Domínio Prioritário fundamental da Declaração e do Plano de Ação para o Emprego, Erradicação da Pobreza e Desenvolvimento Inclusivo adotados pela Assembleia de Chefes de Estado e de Governo em Addis Abeba, desde 2015. A sua estratégia centra-se na migração laboral intra-africana e apoia a realização do Primeiro Plano Decenal 2023 da Agenda 2063 da União Africana e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU. O Programa visa promover o desenvolvimento inclusivo e a integração através de uma melhor governança da migração laboral.

CDC África - Um africano recusa ser CEO da GAVI

Um especialista de saúde pública nigeriano [declinou a sua nomeação](#) ao mais alto cargo de GAVI justificando a sua recusa pela preferência em continuar a trabalhar no seu país. A atitude mereceu uma declaração pública feita pelo Diretor-Geral do CDC África, Dr. Jean Kaseya. O Diretor-Geral começou por afirmar que teve uma conversa com o seu colega e irmão, Dr. Muhammad Pate, sobre sua decisão de priorizar servir seu país, entendendo e respeitando sua escolha de dedicar seus esforços à Nigéria e apoiar o seu recém-eleito Presidente, Bola Tinubu.

O Dr. Kaseya fez grandes elogios ao Dr. Pate tendo realçado suas reconhecidas e inestimáveis contribuições e sua dedicação inabalável à saúde global, recomendando sua liderança e experiência excepcionais, bem como seu compromisso contínuo com o serviço público, que teve um impacto significativo na arena global da saúde pública.

Apesar de todos esses elogios e reconhecimento, o Diretor-Geral do CDC África não escondeu a sua decepção com a atitude do seu irmão nigeriano. Expressando seu desapontamento, o Dr. Jean Kaseya foi mais longe para desabafar afirmando que o Dr. Pate, enquanto primeiro africano nomeado para liderar a Gavi, a sua vasta experiência e especialização teria beneficiado muito a Gavi, particularmente na defesa da fabricação local de

vacinas e, considerando que 70% das operações da Gavi ocorrem na África, considera ser crucial garantir que as vozes africanas continuem sendo ouvidas e representadas no mais alto nível.

Como para consolar os africanos, o Diretor-Geral do CDC África concluiu dizendo que a sua organização permanece firme em seu compromisso de alcançar o acesso equitativo às vacinas e continuará trabalhando diligentemente para promover a saúde pública em todo o continente. Expressou sua gratidão ao Dr. Pate por suas inestimáveis contribuições e desejou-lhe muito sucesso em seus empreendimentos futuros. Também estendeu seus melhores votos a David Marlow por um mandato de sucesso durante seu cargo interino como CEO da Gavi.

Cooperação regional para a paz e estabilidade na região dos Grandes Lagos⁸⁸

A Cimeira Quadripartida sobre coordenação e harmonização de iniciativas de paz na República Democrática Oriental do Congo foi realizada em Luanda, Angola, em 27 de junho. A Cimeira foi organizada a convite do Presidente da Comissão da União Africana (CUA), Moussa Faki Mahamat, presidida por Sua Excelência Azali Assoumani, Presidente da União das Comores.

A Cimeira contou com a presença de líderes e representantes da Comunidade da África Oriental (EAC), da Comunidade Económica dos Estados da África Central (ECCAS), da Conferência Internacional sobre a Região dos Grandes Lagos (ICGLR) e da SADC. Além disso, os países diretamente envolvidos, a RDC e o Ruanda, também participaram, juntamente com representantes das Nações Unidas.

Igualmente estiveram presentes o Presidente de Angola, João Lourenço, que é o líder da União Africana para a Paz e Reconciliação em África e Presidente da ICGLR; o Presidente da RDC, Félix-Antoine Tshisekedi Tshilombo; o Presidente do Burundi e Presidente da EAC, Évariste Ndayishimiye, que também é o líder para a Juventude, Paz e Segurança em África; o Presidente do Gabão e Presidente da ECCAS, Ali Bongo Ondimba; o Presidente do Zimbábue e Presidente do Conselho de Paz e Segurança em junho de 2023, Dr. Emmerson Dambudzo Mnangagwa; o Vice-Presidente da Namíbia e Presidente do Órgão de Política da SADC, Assuntos de Defesa e Segurança, Dr. Nangolo Mbumba; o Ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação Internacional do Ruanda, Vincent Biruta, representando o Presidente da República, Paul Kagame; e o ex-Presidente da República do Quênia e Facilitador do Processo de Nairobi liderado pela EAC, Uhuru Kenyatta.

Representantes das organizações regionais, incluindo o Secretário-Geral da EAC, Embaixador Dr. Peter Mutuku Mathuki; o Presidente da Comissão ECCAS, Embaixador Gilberto da Piedade Verissimo; o Secretário Executivo da ICGLR, Embaixador João Samuel Caholo; o Secretário Executivo da SADC, Embaixador Elias Magosi; e o Representante Especial junto da União Africana e Chefe do Gabinete das Nações Unidas, Parfait Onanga-Anyanga, representando o Secretário-Geral da ONU, António Guterres, também participaram da Cimeira. Nesta Cimeira Quadripartida, as principais decisões tomadas podem ser agrupadas em seis eixos seguintes:

Eixo 1: Reconhecimento e apoio às iniciativas de paz regional

- a) A Cimeira toma nota do Relatório de Ministros do Quadripartido sobre a coordenação e harmonização das iniciativas regionais para a restauração da paz e segurança no Leste da RDC e endossa as recomendações nele contidas.

⁸⁸ <https://www.sadc.int/latest-news/communique-quadripartite-summit-east-african-community-economic-community-central>

- b) Ela congratula-se com as conquistas nos processos políticos, militares, humanitários e socioeconômicos registados até agora pelas várias partes interessadas no leste da RDC e elogia as Comunidades Económicas Regionais Quadripartidas e o Mecanismo Regional (RECs/RM) por seus esforços incansáveis.

Eixo 2: Reconhecimento dos líderes comprometidos com a resolução pacífica de conflitos

- c) Felicita os Presidentes da RDC e do Ruanda, bem como o Presidente da de Angola, líder para a Paz e Reconciliação e Presidente da ICGLR, por seus compromissos na resolução pacífica de conflitos através do diálogo e mediação.
- d) Elogia os esforços de líderes regionais, como o Presidente do Burundi e o antigo Presidente do Quênia, na busca da paz e estabilidade na região.

Eixo 3: Demanda de ações para restaurar a paz e estabilidade

- e) Manifesta preocupação com a situação de insegurança e humanitária na RDC, exigindo a retirada imediata e incondicional de todos os grupos armados, incluindo o M23, ADF e FDLR.
- f) Enfatiza a necessidade de restabelecer a autoridade do Estado nas áreas ocupadas do leste da RDC para criar um ambiente propício ao retorno de refugiados e deslocados internos e permitir eleições pacíficas nessas áreas.

Eixo 4: Coordenação e harmonização de iniciativas de paz

- g) Adota o "Quadro Conjunto de Coordenação de Iniciativas de Paz no Leste da RDC pela EAC, ECCAS, ICGLR, SADC e as Nações Unidas (ONU) sob os auspícios da UA" para harmonizar as iniciativas do Quadripartido em linha com seus instrumentos e decisões relevantes.
- h) Apoia a criação de um "Grupo de Trabalho de Coordenação Multinível" para facilitar a troca contínua de informações entre os países envolvidos e organizações regionais.

Eixo 5: Mobilização de recursos para a paz

- i) Regista a falta de financiamento previsível, adequado e sustentável e dirige a Comissão da UA em coordenação com os membros do Quadripartido para mobilizar recursos para a implementação eficiente e eficaz do Plano Diretor Conjunto Abrangente.
- j) Elogia os esforços de contribuição financeira da UA, de Angola, Senegal e Gabão para os esforços de paz no leste da RDC, enquanto apela a outros Estados- Membros para contribuírem financeira e voluntariamente para os processos de paz em África.

Eixo 6: Reconhecimento e apoio às forças de segurança envolvidas

- k) Reconhece os esforços das Forças Armadas da RDC (FARDC), EAC-RF e da Missão de Estabilização das Nações Unidas no Congo (MONUSCO) na erradicação das forças negativas que operam na região.
- l) Expressa condolências às famílias e países daqueles que sacrificaram suas vidas no leste da RDC e presta homenagem a todos os envolvidos nesses esforços.

Progresso na implementação de Protocolos e programas relacionados ao setor de Educação, Formação, Ciência, Tecnologia e Inovação: deliberações do Comité Conjunto de Ministros Responsáveis pela SADC⁸⁹

A Reunião Conjunta do Comité de Ministros Responsáveis pela Educação e Formação, Ciência, Tecnologia e Inovação da SADC ocorreu a 23 de junho em Kinshasa, RDC, para analisar o progresso na implementação de protocolos, políticas e programas da SADC relacionados com estes sectores. A reunião foi presidida pelo Ministro do Ensino Superior da RDC e Presidente do Comité Conjunto de Ministros responsáveis pela Educação e Formação e Ciência, Tecnologia e Inovação, Muhindo Nzangi Butondo.

Em seu discurso de abertura, o Ministro Nzangi Butondo compartilhou o progresso feito pela RDC na promoção da educação de pessoas vulneráveis e as várias abordagens baseadas em políticas do governo para combater as desigualdades de acesso a serviços básicos de educação ao longo da vida. Ele enfatizou ainda vários projetos que continuam a contribuir para o emprego dos jovens na RDC.

A Secretária Executiva Adjunta para a Integração Regional da SADC, Angèle Makombo N'Tumba, destacou a importância da aprovada Visão 2050 da SADC e do Plano Indicativo Estratégico de Desenvolvimento Regional (RISDP, 2020-2030), ambos de Educação e Formação, Ciência, Tecnologia e inovação, enquanto componentes críticos da integração regional sob o Pilar 1 do Desenvolvimento Industrial e Integração de Mercado e Pilar 3 referentes ao Desenvolvimento de Capital Social e Humano.

A senhora N'Tumba atualizou a reunião sobre o progresso rumo à operacionalização da Universidade de Transformação da SADC (SUT) que, uma vez estabelecida, irá focar-se no empreendedorismo, inovação, comercialização, transferência de tecnologia, desenvolvimento empresarial, economia digital e do conhecimento, para apoiar a agenda de industrialização da SADC. A este respeito, a Secretária Executiva Adjunta informou à reunião que o Secretariado, com o apoio financeiro da *Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit* (GIZ, Alemanha) e apoio técnico da Associação Regional de Universidades da África Austral (SARUA), convocou a Reunião dos Vice-Reitores no passado mês de janeiro sobre a operacionalização do SUT, que recomendou mais envolvimento com outras partes interessadas.

Durante a reunião, os Ministros analisaram o relatório do Comité Técnico Especial sobre a Reunião de Certificação e Acreditação que fornece o roteiro para as várias estratégias de implementação do Quadro de Qualificações da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADCQF) nos próximos quatro anos. As medidas propostas incluem a implementação e revisão das Diretrizes e Manuais do SADCQF sobre Reconhecimento de Aprendizagem Prévia, os sistemas de Transferências de Acumulação de Créditos da SADC e o Manual de Reconhecimento da SADC; movendo-se para a referência em vez do alinhamento com o SADCQF; e apostando em novos desenvolvimentos nomeadamente em temas como a digitalização, microcredenciais e perfis comuns de qualificações, entre outros.

Os ministros ainda:

⁸⁹ <https://www.sadc.int/latest-news/sadc-joint-committee-ministers-responsible-education-and-training-and-science>

- a) endossaram as recomendações da UNESCO para implementar programas em Ciência Aberta e Acesso, que fornecem um quadro internacional para política e prática de Ciência Aberta que reconhecem diferenças disciplinares e regionais em perspectivas de ciência aberta.
- b) elogiaram a UNESCO, em colaboração com o Governo da Namíbia através do Ministério do Ensino Superior, Tecnologia e Inovação por ter organizado o Fórum Sub-Regional da África Austral sobre Inteligência Artificial (IA), em Windhoek, em setembro de 2022 sob o tema “*Rumo a um uso ético e orientado para o desenvolvimento sustentável da inteligência artificial*”. O Fórum adotou a Declaração de Windhoek sobre Inteligência Artificial, reconhecendo que a IA se está a transformar rapidamente o mundo e o futuro da humanidade, levantando questões complexas e confundindo as fronteiras tradicionais dos mundos físico, digital e biológico, influenciando o pensamento humano, a interação e a tomada de decisões, etc. e, portanto, recomenda para o desenvolvimento e uso ético da IA na África Austral.
- c) consideram o esboço da Estratégia de Transformação Digital da SADC (DTS), cujo objetivo abrangente é conduzir e acelerar a adoção estratégica de tecnologias digitais por e em todos os Estados-Membros da SADC, capacitando digitalmente as empresas e instituições dos cidadãos e, portanto, maximizando o impacto econômico, social e político do uso de tecnologias digitais em benefício da qualidade de vida dos povos da SADC e a favor do cumprimento da agenda de desenvolvimento regional da SADC. Esta estratégia regional identifica as principais capacidades e capacidades estratégicas para a Quarta Revolução Industrial (4RI). A SADC DTS destaca as principais intervenções para abordar os blocos de construção e as fundações da economia digital.
- d) consideram o progresso na implementação da Carta da SADC sobre o estabelecimento da Organização das Mulheres na Ciência, Engenharia e Tecnologia (WISETO). Onze Estados-Membros assinaram a Carta elevando o total para uma maioria de dois terços de assinaturas, cumprindo os requisitos para a Carta entrar em vigor. Os próximos passos são desenvolver um roteiro que estabeleça a Organização Regional de Mulheres na Ciência, Engenharia e Tecnologia. Os Ministros também instruíram o Secretariado a iniciar um processo para identificar o país anfitrião da Organização das Mulheres na Ciência, Engenharia e Tecnologia da SADC e apresentar um relatório na próxima reunião em 2024.

A Reunião Conjunta do Comité de Ministros responsáveis pela Educação e Formação, Ciência, Tecnologia e Inovação contou com a presença de Ministros e representantes de Angola, Botswana, RDC, Eswatini, Lesoto, Malawi, Moçambique, Namíbia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue.

A reunião também contou com a presença de representantes dos parceiros de cooperação internacional, agências das Nações Unidas, agências implementadoras e parceiros de desenvolvimento responsáveis por esses setores.

Promovendo a igualdade de género: o papel da inclusão financeira na emancipação económica das mulheres ⁹⁰

No âmbito do Projeto de Industrialização e Empoderamento Económico das Mulheres da SADC (IWEE), o Secretariado da SADC organizou, em parceria com a GIZ da Alemanha através do Programa de Cooperação para o Melhoramento da Integração Regional da SADC (CESARE), um diálogo regional sobre Género e Inclusão Financeira em 14 de junho.

⁹⁰ <https://www.sadc.int/latest-news/sadc-and-giz-host-dialogue-gender-and-financial-inclusion-underscoring-importance>

Esse diálogo ocorreu durante a reunião do Subcomitê de Inclusão Financeira da SADC em Joanesburgo, África do Sul, sob o tema "*Tornar importante o empoderamento econômico das mulheres*". Seu objetivo foi conscientizar sobre a inclusão financeira das mulheres e os desafios enfrentados por empresárias ao construir e expandir seus negócios.

O diálogo foi convocado devido aos desafios enfrentados pelas mulheres na região da SADC em relação ao acesso a serviços financeiros nos diferentes setores econômicos. Essa situação limita sua capacidade de se beneficiar da Estratégia de Industrialização da SADC e das oportunidades relacionadas.

A senhora Kelly Dambuza, ao facilitar o diálogo, ressaltou a importância de considerar as barreiras que as mulheres enfrentam no espaço econômico. Ela observou que as mulheres enfrentam pesos e barreiras diferentes em comparação com os homens. Ela destacou que, ao reconhecer e eliminar as desigualdades de gênero, conforme recomendado no Protocolo da SADC sobre Gênero e Desenvolvimento, há um grande potencial para as mulheres atuarem como um recurso poderoso para o desenvolvimento na região da SADC e apoiarem uma abordagem de industrialização inclusiva.

A senhora Elke Wolff, Vice-Chefe da Corporação na Embaixada da Alemanha em Pretória, indicou que a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres são uma das quatro prioridades do governo alemão. Portanto, eles apoiam ações para enfrentar a violência de gênero e promover o empoderamento econômico das mulheres na região da SADC. Ela enfatizou que uma política de desenvolvimento feminista é fundamental para eliminar desigualdades estruturais, tratamento desigual e discriminação.

Durante o diálogo, a senhora Shiphra Chisna, representante do Graça Machel Trust, enfatizou que o acesso ao capital continua sendo a principal barreira enfrentada pelas pequenas e médias empresas africanas. Ela destacou a importância de compreender as três dimensões da inclusão financeira: acesso, uso e qualidade. Isso envolve a disponibilidade e adequação de produtos e serviços financeiros, a frequência de interação com eles e a combinação de adequação do produto, valor agregado e conveniência. A senhora Chisna ressaltou que o financiamento é uma ferramenta poderosa para abordar as desigualdades enraizadas no contexto de gênero e ambiente, e que a inclusão financeira é necessária para garantir um crescimento econômico inclusivo e sustentável.

A senhora Chisna também compartilhou o trabalho realizado pelo Graça Machel Trust no avanço do empoderamento econômico das mulheres. Ela destacou que o programa de Avanço Econômico e Social das Mulheres do Trust tem como objetivo fortalecer associações de mulheres empresárias em nível nacional, construir redes de mulheres em setores críticos para o crescimento da África, aumentar o acesso das mulheres a serviços financeiros e fortalecer empresas próprias e lideradas por mulheres.

O Banco Central do Zimbábue e o Ministério das Finanças e Planejamento da Tanzânia compartilharam as melhores práticas de seus respectivos países em relação às iniciativas de inclusão financeira das mulheres. O Zimbábue destacou a implementação da Estratégia Nacional de Inclusão Financeira, com foco em grupos marginalizados e no estabelecimento do Banco de Microfinanciamento Feminino. Já a Tanzânia compartilhou sua experiência na promoção de produtos acessíveis para mulheres. Ambos os países enfatizaram a necessidade de uma abordagem coordenada para a inclusão financeira.

Ao encerrar o diálogo, o Diretor de Finanças, Investimento e Alfândegas do Secretariado da SADC, Sadwick Mtonakhuta, ressaltou a necessidade de capacitação e esforços coordenados para alcançar a inclusão financeira e promover o crescimento econômico sustentável na região da SADC.

Na maior parte da região da SADC, as mulheres estão em desvantagem devido à exclusão das cadeias de valor e à sua capacidade limitada de aproveitar oportunidades produtivas. Para garantir o acesso das mulheres a recursos produtivos, emprego e empoderamento econômico, é necessário rever abordagens econômicas, leis e regulamentos atuais, bem como alocar recursos orçamentários para educação, treinamento, habilidades e desenvolvimento empresarial das mulheres.

Como parte do esforço regional para promover o empoderamento econômico das mulheres e o desenvolvimento sensível ao gênero, a SADC estabeleceu o Programa Regional Multidimensional de Empoderamento Econômico das Mulheres (RMD-WEEP, 2020-2030). Esse programa destaca a importância de apoiar os Estados-Membros com ideias inovadoras, diretrizes e prioridades para aumentar o acesso e uso de recursos produtivos pelas mulheres, incluindo acesso a financiamento. O diálogo contou com a participação de mais de 87 representantes de Ministérios das Finanças e Gênero, Bancos Centrais, organizações parceiras regionais e partes interessadas.

Na Europa, Alemanha vive crise na saúde

Ana Helena Gigliotti de Luna Freire

Resumo

Freire aborda a crise da saúde e a primeira eleição da extrema-direita na Alemanha, em meio à movimentada quinzena no continente europeu, que começa com a visita de Lula e seus discursos. Outros acontecimentos são a volta dos franceses às ruas, após a morte de um adolescente pela polícia em operação de trânsito, e a rebelião das milícias Wagner na Rússia. Considerações sobre o mais mortal naufrágio da história do Mediterrâneo iniciam e encerram o informe.

No último informe reportamos o trágico naufrágio na costa grega, que vitimou centenas de pessoas que tentavam a vida na Europa. Poucos dias depois, outro acontecimento marítimo, roubou a cena e concentrou o foco da atenção da grande mídia internacional. O desaparecimento do submarino que levava milionários para ver os destroços do Titanic, mobilizou não só a imprensa, mas também países europeus. Sabe-se hoje que o submarino implodiu e todos a bordo morreram. O contraste da impressionante diferença de tratamento aos dois casos, gerou protestos e manifestações.

Evidências apontam que autoridades europeias sabiam que o barco estava com problemas, mas não intervieram⁹¹. Centenas de pessoas morreram fugindo do desespero, da pobreza e da fome. Cinco outras morreram em busca de aventura. Curiosamente, havia paquistaneses nas duas tragédias, mas a imprensa paquistanesa também concedeu pesos diferentes às mortes. Ao menos 350 cidadãos paquistaneses estavam na embarcação superlotada.

O site da BBC trouxe impressionante matéria sobre um [pescador que já achou 15 corpos em suas redes e, lamentavelmente, normaliza a situação](#). Um relato dá conta que estes migrantes não têm nada a perder: se eu ficar, morrerei de fome, então por que não arriscar? Lamentavelmente, este é um fluxo que não cessará, enquanto mudanças profundas no sistema econômico internacional não acontecerem. A Europa, que investe milhões de euros em políticas antimigratórias deveria pensar em formas de cooperação que fortaleçam as economias dos países pobres e melhorem as condições de vida destas populações, como forma de evitar as migrações.

Atualmente, cada país costeiro ou insular é responsável por sua zona de busca e salvamento no mar mediterrâneo, onde é obrigado a iniciar operações de salvamento de barcos em perigo. O estado é responsável não só pelo resgate, como pelo desembarque e processamento de possíveis pedidos de asilo, o que levanta suspeitas de que as guardas costeiras esperem ao máximo para agir.

A União Européia tem competências limitadas nesse tipo de operação. A agência de fronteira externa do bloco, a Frontex, fornece ajuda por meio de vigilância aérea e pode ajudar em um resgate se ordenada pela autoridade nacional responsável, mas não pode realizar um resgate de forma independente. A situação poderia melhorar se as missões de resgate no Mediterrâneo estivessem sob responsabilidade da UE, mas a reforma da política migratória da

⁹¹ Carta Capital: “O Valor da Vida”, 5 de julho de 2023, n. 1266, Basset editora, página 48.

UE não traz tal previsão. Um serviço europeu de busca e salvamento marítimo não foi aprovado no Parlamento Europeu.

[Estima-se que ONGs realizem 10% das operações de resgate no Mediterrâneo Central e há pouca cooperação entre os serviços nacionais de guarda costeira e ONGs](#) que atuam no resgate de imigrantes que tentam a vida na Europa. Para piorar o cenário, alguns governos são acusados de tentar reduzir ou mesmo proibir suas operações. A Itália, por exemplo, obriga as ONGs a atracar seus navios após um único resgate e atribui portos de desembarque muito distantes dos locais onde acontecem os resgates. O Ministério do Interior da Itália diz que o trabalho das ONGs constitui um "fator de atração" que incentiva contrabandistas e migrantes a zarpar.

O presidente do Conselho Europeu, lamentou com profundo pesar a terrível perda de vidas humanas e observou que a UE continua empenhada em quebrar o modelo de negócios de traficantes e redes de contrabando, e em combater as causas profundas da migração irregular, a fim de lidar melhor com os fluxos de migrantes e evitar que as pessoas embarquem em jornadas tão perigosas. [Ele reconhece que a migração é um desafio europeu que exige uma resposta europeia.](#)

A política de migração, negociada sob um "Novo pacto de migração e asilo" divide os líderes da UE. A Polônia e a Hungria bloquearam o debate, impossibilitando uma posição oficial comum no final da cúpula europeia. Estes países [discordam da política de reassentamento de imigrantes que está prevista no novo pacto](#), apresentado em setembro de 2020 com o objetivo de implementar uma política migratória unificada e coordenada entre os 27. [Um dos avanços registrados neste pacto é a solidariedade, obrigatória por uma de duas vias](#): participar recolocação de 30 mil migrantes por ano ou uma contribuição para um fundo de 660 milhões de euros destinado a financiar a política migratória.

Novamente, o continente Europeu tem movimentada quinzena. O primeiro acontecimento de destaque foi a visita do presidente Lula ao continente, que começa com o Papa Francisco na Itália e culmina com seu [discurso histórico em Paris](#), por ocasião do encontro para o Pacto Financeiro Internacional pela Sustentabilidade. Não só em seu discurso, como em diversas entrevistas concedidas, Lula questionou os atuais arranjos de governança global, como a ONU e o Conselho de Segurança em especial, FMI, Banco Mundial, OMC e alertou para a necessária expansão do G7 e G20. Lula vem se colocando claramente empenhado em provocar uma grande reforma na atual arquitetura do sistema internacional.

Tal postura questionadora, aliada ao posicionamento de neutralidade do Brasil em relação à guerra na Ucrânia, levaram o presidente brasileiro à capa de um jornal francês, que o acusa de traição. A manchete o chama de "A decepção" e diz que ele é um "falso amigo do Ocidente". A matéria diz que ele não é o aliado precioso que os ocidentais imaginavam...



Como resposta, [no mesmo dia, o jornal publica uma entrevista de Celso Amorim](#), em sua página na internet, reproduzida na versão impressa do dia 24 de junho⁹². Na entrevista, Amorim, que é conselheiro do presidente, diz que o Brasil quer ser reconhecido como um ator internacional importante. Sobre a guerra, que motivou a capa da véspera, o ex-chanceler argumenta que a preocupação da Rússia com o avanço da Otan é legítima. Ele pondera que a expansão avança não só para o leste europeu, como para a antiga união soviética. Prossegue dizendo que quando da expansão para os países bálticos, não houve grande reação, mas que a Ucrânia é diferente por ter sido o caminho percorrido por Hitler, Napoleão e os Cavaleiros da Ordem Teutônica, o que explica, mas não justifica “o nervosismo e a emoção” da Rússia. Para a paz justa, argumenta, deve haver equilíbrio entre a justiça e o pragmatismo, para justificar a posição do Brasil de que a Crimeia deva ser devolvida à Rússia.

E por falar na guerra, a Rússia vivenciou uma [rebelião deflagrada pelo líder da milícia Wagner](#), Yevgeny Prigozhin, contra o comando militar do país. A situação foi rapidamente contornada e não houve maiores consequências imediatas. Apesar disso, a imprensa internacional comenta que o episódio abalou o prestígio do governo e a unidade em torno do exército russo. Matéria do El País⁹³ sugere que nada será como antes na frente de batalha sem o importante papel dos mercenários de Wagner. A conferir.

A França vive nova onda de protestos. A morte do adolescente Nahel, por um policial francês, em Nanterre, desencadeou grande resposta da população. Milhares de pessoas foram presas pela polícia francesa. Após um carro invadir a casa de um prefeito, a [associação de prefeitos está se mobilizando também](#). A população segue protestando nas ruas em diversas cidades da França, trazendo uma nova crise para o governo de Emmanuel Macron.

Drama maior vive a [Alemanha, que viu a extrema direita vencer suas primeiras eleições e o pior, no leste do país](#). Uma semana após o conquistar a presidência do cantão de Sonneberg, na região oriental da Turíngia, o partido Alternativa para a Alemanha (AfD) elegeu seu primeiro prefeito em tempo integral Hannes Loth, de 42 anos, em Raguhn-Jessnitz, uma cidade com cerca de 9.000 habitantes na região da Saxônia-Anhalt, leste do país. Alguns vilarejos alemães já tiveram prefeitos da AfD no passado, mas eram cargos voluntários que combinavam com empregos remunerados. A tensão está no ar, porque o AfD vem crescendo em pesquisas de intenção de voto e já supera o Partido Social-Democrata do atual chanceler Olaf Scholz.

⁹² Libération Samedi 24 et Dimanche 25 juin 2023, pag. 6 : « On veut que le Brésil soit un acteur international important ».

⁹³ El País: “El motín de Wagner altera el despliegue de las fuerzas rusas en Ucrania”, edição impressa, 28/06/2023, página 3

Alerta relevante é a [possibilidade de colapso de sistema de saúde alemão](#), considerado um dos mais caros do mundo, de acordo com o Instagram da DW.Brasil. A falta de profissionais de saúde, como cuidadores e enfermeiros, é apontada como uma das principais causas, aliada à mudança demográfica na Alemanha. Com mais de 40 mil postos de trabalho abertos, o país busca profissionais no exterior, inclusive no Brasil. Até 2030, o país vai precisar de até 300 mil profissionais de enfermagem. A idade média dos profissionais do sistema de saúde é considerada alta, 51 anos, e não há pessoas em formação suficientes para suprir a demanda. Com baixos salários, baixo reconhecimento e alta carga de trabalho, a carreira não é atrativa.

Outra notícia, de outro veículo, relata a [escassez de remédios que está por trás da iminente desaparecimento de farmácias comunitárias na Alemanha](#), onde mais de 120 farmácias fecharam suas portas para sempre apenas nos primeiros três meses do ano, segundo dados da Associação Federal de Farmacêuticos Alemães (ABDA). “No momento, temos o menor número de farmácias desde o início dos anos 1980”, disse Christian Splett, porta-voz da ABDA, à Euronews. De acordo com a matéria, tal situação está deixando muitos alemães sem um vínculo crucial com o sistema de saúde do país, especialmente nas áreas rurais, onde os farmacêuticos costumam ser os primeiros especialistas consultados antes de se entrar em contato com um médico. “Os farmacêuticos também cumprem uma função fundamental no sistema de saúde, que não pode ser medida pela quantidade de medicamentos que vendem”, disse Splett. “Eles são o primeiro ponto de contato para pacientes que não têm certeza se devem consultar um médico, que medicamentos podem obter.”

De acordo com a ABDA, existem várias razões pelas quais as farmácias estão fechando em um ritmo sem precedentes. Uma delas é a falta de um horizonte promissor para os jovens farmacêuticos no setor de farmácia comunitária - um componente importante do sistema de saúde alemão. “Se você perguntar aos jovens farmacêuticos, eles dizem que basicamente não há perspectiva econômica para eles, porque o governo realmente não quer colocar dinheiro no sistema”, disse Splett à Euronews. “Mas também há muita burocracia, muitos procedimentos burocráticos quando você administra uma farmácia ou lida com seguradoras de saúde estatutárias, em particular, que desencorajam os jovens profissionais”. Além disso, a indústria farmacêutica privada paga muito melhor a seus funcionários do que qualquer farmácia comunitária pode pagar. O sistema de saúde é estritamente regulamentado na Alemanha, e a receita das farmácias comunitárias é determinada principalmente pelas despesas do seguro de saúde obrigatório.

Mas todas as outras questões podem ser ligadas a um trio de problemas fundamentais que surgiram recentemente na Alemanha: escassez de medicamentos devido ao aumento da demanda e redução da oferta, exacerbada pelo impacto prolongado da pandemia, aumento da inflação e crise energética. De acordo com o banco de dados nacional oficial da PharmNet.Bund, que monitora o fornecimento de medicamentos na Alemanha, mais de 400 medicamentos estão listados como não disponíveis no país. Essa escassez custa tempo e dinheiro às farmácias comunitárias, que precisam procurar maneiras alternativas de atender seus pacientes. “É muita burocracia. Mesmo se você encontrar medicamentos alternativos, precisará fornecer uma grande quantidade de documentação para comprovar ao seguro de saúde estatutário que escolheu a opção mais próxima da mais barata disponível.” disse Splett.

Os farmacêuticos alemães estão protestando contra esta situação e tentado uma saída junto ao governo. Não só eles sofrem, como também a população mais necessitada na Alemanha.

Encerro este informe pensando nas fortunas que rondam a implosão do submarino turístico. Primeiro a fortuna empregada nas operações de busca e salvamento empregadas para encontrar o submarino, que em muito divergem da energia empregada no resgate de vidas e corpos no naufrágio do Mediterrâneo. Outra reflexão inevitável é quanto à diferença de tratamentos, que novamente assistimos no mundo. São dois pesos e duas medidas, a depender se são vidas brancas, milionárias e cristãs ou se vidas negras, pobres e muçulmanas. E as fortunas que implodiram com o submarino? Estas, não sairão de suas famílias, não se dedicarão a um mundo menos desigual, seguirão acumuladas na (i)lógica do capital. Só nos resta torcer para que elas sejam bem tributadas e que estes tributos retornem à população.

Lei de Relações Exteriores da República Popular da China
The Law on Foreign Relations of the People's Republic of China

André Costa Lobato

Abstract. *The recently approved Foreign Relations Law of the People's Republic of China unites concepts from the founding of the republic, such as the Five Principles of Peaceful Coexistence, with more modern ones, such as the Global Civilization Initiative. The text covers the principles of the republic for international relations, the internal governance of Chinese participation in international rule, the protection of foreign interests in China and Chinese interests abroad. The State Council is responsible for drawing up countermeasures to, for example, unilateral sanctions imposed against China.*

Keywords: *International Relations of the People's Republic of China, Legislation, International Politics, Globalization.*

Resumo. Tratamos do texto da nova Lei de Relações Exteriores da República Popular da China. Ela une conceitos da fundação da república, como os Cinco Princípios da Coexistência Pacífica, a outros mais modernos, como a Iniciativa de Civilização Global. O texto cobre os princípios da república para as relações internacionais, da governança interna da participação chinesa no regramento internacional, da proteção de interesses estrangeiros na China e dos interesses chineses no exterior. O Conselho de Estado é o responsável por elaborar contramedidas a, por exemplo, sanções unilaterais impostas contra a China.

Palavras-chave: Relações Internacionais da República Popular da China, Legislação, Política Internacional, Globalização.

Resumo da Nova Lei

Entrou em vigor, no dia 1 de julho, a Lei Relações Exteriores da República Popular da China⁹⁴. A lei foi noticiada como sendo a primeira do tipo na China e uma das únicas no mundo⁹⁵.

A Lei foi adotada na Terceira Reunião do Comitê Permanente da 14ª Assembleia Popular Nacional, órgão legislativo, e promulgada pelo presidente Xi Jinping.

O texto cobre os princípios da república para as relações internacionais, da governança interna da participação chinesa no regramento internacional, da proteção de interesses estrangeiros na China e dos interesses chineses no exterior.

No geral, a lei afirma os princípios clássicos da política externa chinesa de paz e desenvolvimentismo, como os Cinco Princípios de Coexistência Pacífica, e novos, como a Iniciativa de Civilização Global.

⁹⁴ The Law on Foreign Relations of the People's Republic of China. (n.d.). News.Cn. Retrieved July 2, 2023, from <https://english.news.cn/20230628/28c7aedd386440ba9c370eb22476d430/c.html>

⁹⁵ 刘英: 首部对外关系法推动构建公正国际秩序. (n.d.). Xinhuanet.com. Retrieved July 3, 2023, from <http://www.xinhuanet.com/sikepro/20230702/7ad254bf92b74134b27d4024e59e5f3a/c.html>

Os Cinco Princípios das relações exteriores da Nova China são mencionados logo no começo do texto da lei: respeito mútuo pela soberania e integridade territorial, não-agressão mútua, não interferência nos assuntos internos uns dos outros, igualdade e benefício mútuo e coexistência pacífica. Os cinco princípios foram anunciados por Zhou Enlai em 1953 em conversa com uma delegação indiana. Em 1970 os princípios foram inseridos num texto maior da Assembleia Geral das Nações Unidas sobre relações amistosas entre os Estados⁹⁶. Conceitos mais recentes, associados ao período de Xi Jinping, também estão presentes: Comunidade de Futuro Compartilhado para Humanidade, as iniciativas globais de Segurança, Desenvolvimento, Civilizações e Rota e Cinturão.

Os fundamentos ideológicos do governo são mencionados como guias para as relações exteriores, eles vão do marxismo-leninismo ao mais recente Pensamento de Xi Jinping.

A Assembleia Popular Nacional é responsável por ratificar ou denunciar acordos, assim como fazer diplomacia parlamentar. O presidente representa o país de acordo com a Constituição. O Conselho de Estado gerencia as relações. A Comissão Militar organiza cooperação e trocas militares. O Ministério das Relações Exteriores conduz as trocas diplomáticas do Partido e do Estado com líderes estrangeiros e otimiza a gestão e a coordenação das relações estrangeiras de outros órgãos do governo e localidades.

Demais organizações e grupos da sociedade também possuem responsabilidade em manter a honra e a dignidade das relações exteriores do país. Cabe ao Partido Comunista da China a liderança final das relações exteriores.

O texto afirma que a China considera a ONU como o centro do sistema internacional, que a República promove a democratização das relações internacionais e a globalização econômica de ganha-ganha. A lei reforça a obrigatoriedade do cumprimento de sanções aprovadas pelo Conselho de Segurança da ONU por toda a China sob a liderança do governo central.

Sugere que os países superem as diferenças nacionais, étnicas e culturais e defendam a paz, o desenvolvimento, a equidade, a justiça, a democracia e a liberdade, que são valores comuns da humanidade.

Afirma ainda que a República Popular reconhece a importância da governança climática ambiental global e que busca a construção de uma civilização ecológica global.

Diz que a República realizará assistência externa por meio de meios econômicos, tecnológicos, materiais, de talentos e de gestão para promover o desenvolvimento econômico e o progresso social dos países em desenvolvimento, aumentar suas capacidades de desenvolvimento independente e sustentável e promover a cooperação internacional para o desenvolvimento.

O ponto mais comentado sobre a nova lei foi que ela capacita a resposta às crescentes sanções lideradas pelos EUA contra a China e oferece mais proteção para os ativos chineses no exterior - 10 trilhões de yuans (R\$ 6.5 trilhões). Em 2021, foi aprovada uma lei específica contra

⁹⁶ The Five Principles of Peaceful Co-Existence Stand Stronger. (n.d.). Gov.Cn. Retrieved July 3, 2023, from http://ir.china-embassy.gov.cn/eng/dtxw/201407/t20140702_1894012.htm

as sanções⁹⁷. O texto deste ano é mais amplo e dá poderes para que o Conselho de Estado tome decisões finais na execução das contramedidas.

Conclusões

A nova lei faz parte do desenvolvimento contínuo das políticas chinesas de relações internacionais numa mudança estrutural em que o país se vê como uma potência internacional e o maior entre os países em desenvolvimento. Ela se insere na conjuntura de reorganização das relações entre Estado e Partido, especialmente na afirmação histórica do partido como principal liderança responsável pela mudança estrutural. O contínuo desenvolvimento chinês não ocorre sem resistências e mecanismos de resposta às contenções se fazem necessários. A visão inicial das relações com o resto do mundo continua parecida com a fundação da república socialista no contexto da terceira onda de descolonizações na qual emergiu a Nova China. Mas oferece agora um arcabouço conceitual que se sobrepõe, complementa ou se projeta – a depender de diferentes interpretações – sobre as noções hegemônicas vigentes.

⁹⁷ 庞博. (n.d.). 中华人民共和国反外国制裁法. Gov.Cn. Retrieved July 3, 2023, from https://www.gov.cn/xinwen/2021-06/11/content_5616935.htm

Ocupação e desigualdades fazem diferenças nos efeitos do clima à saúde.

Em um [artigo recém-publicado pela KFF](#) foi feito um apanhado das pesquisas que relacionaram clima e efeitos à saúde, com ênfase nos efeitos em trabalhadores. O artigo cita artigos publicado [no Lancet](#)), do [Centros de Doenças Controle e Prevenção \(CDC\)](#) e da [Agência de Proteção Ambiental \(EPA\)](#) que observam que a exposição desproporcionada a condições adversas relacionadas com as alterações climáticas podem exacerbar a saúde existente e em especial a certos trabalhadores. O risco de impactos na saúde relacionados ao clima varia entre ocupações, da mesma forma que outros fatores subjacentes que causam disparidades climática e vulnerabilidade em trabalhadores e na população em geral, como afirma outro [texto da KFF](#).

Nesse texto se identificam ocupações que estão em maior risco de impactos na saúde relacionados ao clima, incluindo trabalhadores agrícolas e da construção civil, socorristas de emergência e pessoas que trabalham ao ar livre. Nas conclusões se observa que pessoas de cor, imigrantes não cidadãos e trabalhadores com menor nível educacional e renda são desproporcionalmente propensos a serem empregados nessas ocupações de risco. Constata também que os trabalhadores em profissões de risco têm maior probabilidade de não estarem segurados, o que lhes dificulta o acesso aos cuidados de saúde se forem feridos ou adoecerem. O texto conclui destacando a importância de abordar as desigualdades sociais e econômicas subjacentes que impulsionam exposições ocupacionais díspares a riscos de saúde relacionados ao clima.

Os autores estimaram que existem mais de 65 milhões de trabalhadores adultos não idosos em ocupações com risco aumentado de riscos para a saúde relacionados ao clima, representando mais de quatro em cada dez trabalhadores não idosos. Estes incluem trabalhos com maior exposição ao calor, diminuição da qualidade do ar, condições climáticas extremas, doenças transmitidas por vetores e infecciosas e contaminantes ambientais. Alguns exemplos de empregos em risco incluem trabalhadores agrícolas e da construção civil e socorristas.

Os trabalhadores adultos não idosos, muitas pessoas de cor, imigrantes não cidadãos e trabalhadores com níveis educacionais e de renda mais baixos são desproporcionalmente propensos a serem empregados em empregos com maiores riscos relacionados ao clima. Trabalhadores não idosos hispânicos (58%), negros (51%) e nativos do Havaí ou das Ilhas do Pacífico (NHOP) (52%) são mais propensos do que os trabalhadores brancos (39%) a trabalhar em ocupações de risco. Da mesma forma, cerca de seis em cada dez trabalhadores imigrantes não idosos não cidadãos que trabalham em ocupações de risco, em comparação com cerca de quatro em cada dez cidadãos nascidos nos EUA. Os trabalhadores não idosos com menor nível de escolaridade e rendimentos são mais propensos a trabalhar em ocupações de risco em comparação com os seus homólogos com maior nível de escolaridade e rendimentos.

Os trabalhadores não idosos em ocupações de risco têm cerca de duas vezes mais probabilidade do que os seus homólogos em ocupações de menor risco de não terem seguro de saúde (16% vs. 7%), estas taxas mais elevadas de não segurados refletem taxas mais baixas de cobertura privada entre estes trabalhadores (70% vs. 85%), o que é provavelmente o resultado de uma disponibilidade mais limitada de seguro patrocinado pelo empregador nestes tipos de empregos. O Medicaid ajuda a preencher parte dessa lacuna na cobertura privada para trabalhadores em ocupações de risco, cobrindo 14% dos trabalhadores em empregos de risco

versus 8% daqueles em empregos de menor risco, mas não compensa totalmente a lacuna na cobertura privada.

Certas ocupações correm mais risco de impactos na saúde relacionados ao clima do que outras como indica a tabela abaixo

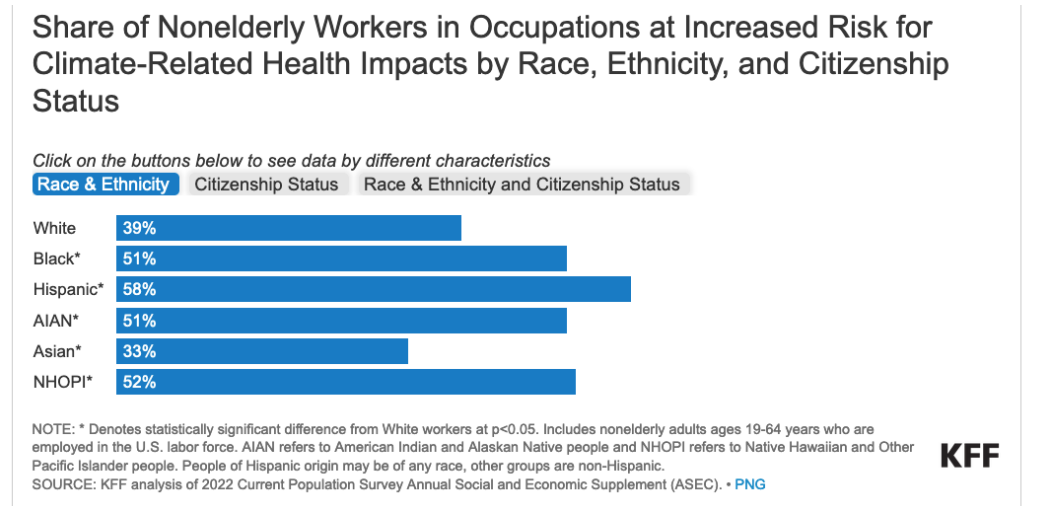
Occupation Groups by Climate-Related Health Risks

At-Risk Occupations	Less At-Risk Occupations
Community and social service occupations	Management occupations
Health care practitioner and technical occupations	Business and financial operations occupations
Health care support occupations	Computer and mathematical science occupations
Protective service occupations	Architecture and engineering occupations
Food preparation and serving related occupations	Life, physical, and social science occupations
Building and grounds cleaning and maintenance occupations	Legal occupations
Farming, fishing, and forestry occupations	Education, training, and library occupations
Construction and extraction occupations	Arts, design, entertainment, sports, and media occupations
Installation, maintenance, and repair occupations	Personal care and service occupations
Production occupations	Sales and related occupations
Transportation and material moving occupations	Office and administrative support occupations

SOURCE: KFF Analysis of 2022 Current Population Survey Annual Social and Economic Supplement (ASEC). • [PNG](#)

KFF

A tabela abaixo destaca que pessoas de cor, imigrantes não cidadãos e trabalhadores com menor nível educacional e renda são desproporcionalmente propensos a serem empregados em ocupações de risco.



É essencial abordar as desigualdades sociais e económicas subjacentes que conduzem a exposições profissionais como a educação que como mostra a tabela abaixo submete as pessoas a situações díspares a riscos de saúde relacionados com o clima.

Share of Nonelderly Workers in Occupations at Increased Risk for Climate-Related Health Impacts by Educational Attainment and Income

Click on the buttons below to see data by different characteristics

Educational Attainment Income



NOTE: * Denotes statistically significant difference from those with a bachelor's degree or higher at $p < 0.05$. Includes nonelderly adults ages 19-64 years who are employed in the U.S. labor force.

SOURCE: KFF analysis of 2022 Current Population Survey Annual Social and Economic Supplement (ASEC). • PNG

KFF

Um dos pontos mais importantes apresentados no texto é que pessoas de cor, imigrantes não cidadãos e trabalhadores com menor escolaridade e renda têm probabilidade desproporcional de serem empregados em ocupações de risco. Essa é uma questão crítica porque esses grupos já são mais propensos a experimentar disparidades de saúde. É provável que as alterações climáticas exacerbem estas disparidades, tornando ainda mais difícil para estes grupos o acesso aos cuidados de saúde e uma vida saudável.

O texto também destaca a importância de abordar as desigualdades sociais e econômicas subjacentes que impulsionam exposições ocupacionais díspares a riscos de saúde relacionados ao clima. Essas desigualdades incluem coisas como discriminação, falta de acesso à educação e treinamento e oportunidades de emprego limitadas. O enfrentamento dessas iniquidades é essencial para a proteção da saúde do trabalhador no longo prazo.

Como disse o presidente do Brasil, Lula da Silva e a Ministra Nísia Trindade é necessário abordar as questões ambientais e climáticas tendo em conta as desigualdades e as populações em situação de vulnerabilidade.

As polêmicas decisões da Suprema Corte sobre o caso Roe v. Wade, a ação afirmativa da educação e as políticas do Governo do Presidente Biden:

A pedido do Editor se incluem alguns comentários sobre as recentes polêmicas decisões da Suprema Corte, entre elas:

Revisão do caso Roe v. Wade: A decisão da Suprema Corte de anular Roe v. Wade foi uma grande vitória para os ativistas antiaborto e um revés para os defensores do direito ao aborto. A decisão efetivamente acabou com o direito constitucional ao aborto nos Estados Unidos, deixando a cargo de cada estado decidir se permite ou não o procedimento.

A decisão foi recebida com protestos generalizados e contestações legais. Alguns estados já proibiram o aborto, enquanto outros devem fazê-lo nas próximas semanas e meses. A derrubada de Roe v. Wade provavelmente terá um impacto significativo na saúde e nos direitos das mulheres nos Estados Unidos. Estima-se que 26 estados provavelmente proibirão totalmente o aborto, e muitos mais devem impor restrições significativas ao procedimento. Isso tornará muito mais difícil para as mulheres o acesso a cuidados de aborto seguro e legal, especialmente em áreas rurais e estados com recursos limitados.

A derrubada de Roe v. Wade também deve ter um impacto significativo no cenário político dos Estados Unidos. A questão do aborto é altamente divisiva, e a decisão

provavelmente energizará ativistas pró-escolha e antiaborto. É possível que a questão do aborto possa se tornar um fator importante nas próximas eleições de meio de mandato.

Revisão das políticas de Educação: A Suprema Corte também emitiu uma série de decisões polêmicas sobre educação nos últimos anos. Em 2022, o tribunal decidiu que as escolas públicas não poderiam discriminar estudantes com base em sua raça ou etnia em decisões de admissão. Essa decisão foi vista como uma vitória para grupos de direitos civis, mas também foi criticada por alguns que argumentam que tornará mais difícil para as escolas alcançarem a diversidade.

A decisão do tribunal neste caso foi baseada na Cláusula de Proteção Igual da Décima Quarta Emenda, que proíbe o governo de discriminar com base na raça. O tribunal argumentou que usar a raça como fator nas decisões de admissão é uma forma de discriminação, mesmo que seja feita com o objetivo de alcançar a diversidade.

A decisão do tribunal foi recebida com reações mistas. Algumas pessoas elogiaram o tribunal por defender o princípio do daltonismo, enquanto outras criticaram a decisão por tornar mais difícil para as escolas alcançarem a diversidade. É provável que esta questão continue a ser debatida nos próximos anos.

Declaração de inconstitucionalidade de atos do Governo do Presidente Biden: A Suprema Corte também emitiu uma série de decisões que bloquearam ou limitaram as políticas do presidente Biden. Em 2021, o tribunal bloqueou o mandato de vacina de Biden para grandes empregadores. Em 2022, o tribunal bloqueou o plano de Biden de acabar com a política de "permanecer no México" do governo Trump para requerentes de asilo. E em 2023, o tribunal bloqueou o plano de Biden de aumentar o número de refugiados admitidos nos Estados Unidos.

Essas decisões foram vistas como um revés para a agenda de Biden e levantaram questões sobre a disposição do tribunal de interferir na capacidade do Executivo de fazer política. As decisões do tribunal nesses casos foram baseadas em uma variedade de fundamentos legais, incluindo a separação de poderes, a Décima Emenda e a Primeira Emenda.

As decisões do tribunal sobre a política de Biden foram recebidas com reações mistas. Algumas pessoas elogiaram o tribunal por defender os princípios do governo limitado e da liberdade individual, enquanto outros criticaram o tribunal por bloquear políticas que acreditam ser de interesse público. É provável que esta questão continue a ser debatida nos próximos anos.

No geral, a Suprema Corte emitiu uma série de decisões controversas nos últimos anos. Essas decisões tiveram um impacto significativo em uma ampla gama de questões, incluindo aborto, educação e imigração. As decisões do tribunal provavelmente continuarão a ser debatidas nos próximos anos.

Harris, Biden, Sanders e outros líderes fizeram sobre as decisões controversas da Suprema Corte sobre Wade, educação e política de Biden:

- **Kamala Harris:**

- Sobre a derrubada de Roe vs Wade, Harris disse que a decisão era "um dia sombrio para nossa nação" e que "terá consequências devastadoras para as mulheres em todo o país". Ela também pediu ao Congresso que codifique Roe v. Wade em lei.

- Sobre a decisão da Suprema Corte sobre ações afirmativas, Harris disse que a decisão é "um passo atrás" e que "tornará mais difícil para nossas escolas alcançarem a diversidade". Ela também disse que a decisão estava "em descompasso com o povo americano".

- Sobre a decisão da Suprema Corte sobre o mandato de vacina de Biden, Harris disse que a decisão foi "um retrocesso" e que "tornará mais difícil proteger as pessoas da Covid-19". Ela também disse que a decisão "não foi baseada na ciência".

- **Joe Biden:**

- Sobre a derrubada de Roe versus Wade, Biden disse que a decisão é "um dia triste para o tribunal e para o país" e que "terá consequências reais e imediatas". Ele também pediu ao Congresso que codifique Roe v. Wade em lei.

- Sobre a decisão da Suprema Corte sobre ações afirmativas, Biden disse que a decisão foi "errada" e que "tornará mais difícil para nossas escolas alcançarem a diversidade". Ele também disse que a decisão foi "um retrocesso para o progresso".

- Sobre a decisão da Suprema Corte sobre o mandato de vacina de Biden, Biden disse que a decisão é "um sério passo atrás" e que "tornará mais difícil proteger as pessoas da Covid-19". Ele também disse que a decisão "não foi baseada na ciência".

- **Bernie Sanders:**

- Sobre a derrubada de Roe vs Wade, Sanders disse que a decisão foi "um golpe devastador nos direitos das mulheres" e que "terá um impacto devastador em milhões de mulheres em todo o país". Ele também pediu ao Congresso que codifique Roe v. Wade em lei.

- Sobre a decisão da Suprema Corte sobre ações afirmativas, Sanders disse que a decisão foi "um grande retrocesso para os direitos civis" e que "tornará mais difícil para nossas escolas alcançarem a diversidade". Ele também disse que a decisão foi "um sinal dos tempos".

- Sobre a decisão da Suprema Corte sobre o mandato de vacina de Biden, Sanders disse que a decisão foi "um grande revés para a saúde pública" e que "tornará mais difícil proteger as pessoas da Covid-19". Ele também disse que a decisão "não foi baseada na ciência".

Esses são apenas alguns exemplos das declarações que Harris, Biden, Sanders e outros líderes fizeram sobre as polêmicas decisões da Suprema Corte. Essas decisões foram recebidas com críticas generalizadas de democratas e progressistas, que argumentam que são prejudiciais aos direitos das mulheres, aos direitos civis e à saúde pública. Republicanos e conservadores, por outro lado, geralmente elogiaram as decisões, argumentando que elas são uma vitória para os direitos dos estados e a liberdade individual. É provável que essas decisões continuem a ser debatidas nos próximos anos.

Manchetes reveladoras

Paulo M. Buss

Para este **Caderno 11** resolvi fazer um exercício que mostrou resultados surpreendentes: examinar as ‘manchetes’ dos 4 maiores e mais prestigiosos jornais brasileiros⁹⁸ e de 4 grandes jornais internacionais⁹⁹ no final-de-semana de 30/06 a 2/07 de 2023. Poderiam ter sido outros, e outros e mais outros, mas não pretendia realizar uma análise de discurso representativa, senão observações casuais de um leitor obrigadamente compulsivo. Incluí política, economia, ambiente e sociedade, recortando as manchetes que na minha percepção eram mais eloquentes e mesmo representativas pela maior frequência. Encadeei manchetes e acrescentei palavras de ligação que as fizessem mais compreensíveis ao leitor.

Com todas essas ressalvas, leitor e leitora queridos, não me critiquem, nem pela falta de critérios mais exigentes, nem pelas conclusões, que são apenas impressões, como já disse, de um leitor compulsivo.

Começo pelo Patropi.

Bolsonaro começa a colher o que plantou. Inelegível por 8 anos só poderá participar de eleição em 2030. Sobre a ineligibilidade, ex-presidente fala que foi “condenado pelo conjunto da obra” e agora será “um cabo eleitoral de luxo”. Otimista! Os jornalões brasileiros foram unânimes em aplaudir a decisão do TSE. Após Código Eleitoral, novo acerto de contas será com Código Penal, diz *OESP*. A reação internacional também positiva à inelegibilidade aparece na capa de todos os jornalões externos examinados.

A economia parece que vai bem por aqui, pelos menos aos olhos de um ser avesso aos dogmas e complicações teóricas da economia política: Mercado eleva projeção do crescimento do PIB de 2023; surpreendente reação da Bolsa (que sobe) e do dólar (que desvaloriza 9,27%) no primeiro semestre do governo Lula; Petrobras reduz preço da gasolina nas refinarias a partir deste sábado (1º./07); banco central já admite reduzir os juros teimosamente mantidos na estratosfera há meses; desemprego no Brasil recua a 8,3% no trimestre encerrado em maio, no menor nível para o período desde 2015; conta de luz dos brasileiros continua sem cobrança extra em julho etc. etc. etc.

Continuando na economia: reajuste salarial ficou acima da inflação em maio; meta será contínua e prevê inflação de 3% até 2026; agro sustenta o crescimento do superávit da balança comercial. Plano Safra 2023/2024 do governo federal, que financia plantio no Brasil, alcança R\$ 364,22 bilhões, 27% maior que na safra anterior (2022/2023), encerrada em 30 de junho. Marina Silva afirmou que o Plano 2023/24 será o “plano sustentável 1.0”. (Nota do Autor [N.A.]: Que ótimo, s.m.j. melhoram as previsões de uma safra maior, para alimentar brasileiros com preços mais acessíveis, e para ampliar exportações, com sustentabilidade ambiental).

Os resultados do Censo Demográfico trouxeram surpresas a especialistas e a nós todos: o Brasil está menor que o esperado, tem 203 milhões de habitantes (4,7 milhões de pessoas abaixo da projeção) e a população cresce cada vez mais devagar, mas ainda assim deve continuar como o sétimo maior do mundo; família brasileira “encolhe” e tem menos de 3 moradores por domicílio; Censo aponta para o envelhecimento acelerado da população

⁹⁸ O Globo, Valor Econômico, Folha de São Paulo e O Estado de São Paulo

⁹⁹ New York Times, Le Monde, El País e The Guardian

brasileira; com população menor, renda per capita cresce no País (N.A.: vão dizer que o Lula tem sorte, pois sem nada ter feito, o Brasil aumenta a renda *per capita*...).

No meio de uma massa eufórica de 6 mil pessoas, a 17ª. Conferência Nacional de Saúde foi inaugurada em Brasília, na noite de domingo, 2 de julho de 2023, sob a presidência da Ministra Nísia Trindade. Além dela, estiveram presentes, numa impressionante demonstração de unidade do governo, a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva; Sônia Guajajara, ministra dos Povos Indígenas; Aparecida Gonçalves, ministra das Mulheres; e o ministro do Trabalho, Luiz Marinho. Jarbas Barbosa, diretor geral da Opas/OMS, as deputadas Jandira Feghali e Érika Kokay e o senador Humberto Costa, os presidentes do Conass, Fábio Bacchereti e do Conasems, Wilames Freire, prestigiaram também o retorno efetivo da participação social na construção das políticas públicas em saúde. No encerramento, a apoteótica participação do presidente Lula foi o fecho de ouro.



Em mais um episódio triste envolvendo imigrantes e em meio a surto de sarna, 150 afegãos acampados em Guarulhos foram transferidos para o litoral de SP, mas o destino final é incerto e manifestações de xenofobia também aparecem no Brasil.

O negociador-chefe do Brasil em questões ambientais disse ao *Valor* que a Cúpula da Amazônia, que reunirá governos da OTCA, espera estabelecer na região uma linha de ação conjunta dos países amazônicos. “Se não se tem uma liderança regional não se terá uma liderança global”, diz.

O meio ambiente agradece: Brasil chega a 2 milhões de placas solares em telhados e terrenos. Os povos indígenas estão melhor protegidos: no território Yanomami, o governo estima ter expulsado 90% dos 20 mil invasores da região e voos clandestinos caem 90% na região.

Na administração pública, novidades alvissareiras: governo federal começa a repor o déficit de pessoal decorrente de aposentadorias e seus concursos públicos terão cotas para transexuais e indígenas.

Em saúde populacional, pesquisa nacional da UFPel sinaliza que obesidade entre jovens subiu 90% em um ano. De outro lado, 52% dos brasileiros não fazem atividades físicas, diz outra pesquisa. Enquanto isso, OMS informa que o aspartame (que muitos de nós usam todo o santo dia) será declarado produto possivelmente cancerígeno.

Enquanto isso...

Nos *States*, a barbárie conservadora da Suprema Corte continua solta. Além do caso do aborto, há algumas semanas, agora, em novos retrocessos, a Corte legislou que empresas poderão recusar atendimento a LGBTQIA+. E mais, *‘Justices rule against affirmative action’*

(*Juízes decidem contra ações afirmativas*) é primeira página no *NYT* de 30/06 e '*Justice say no to student loan relief*' (*Justiça diz não ao alívio no crédito estudantil*), em 1º/07. Ufa, ainda bem que não é por aqui...

Ainda na política e nas questões sociais, a contradição europeia: ministro da economia da Finlândia renuncia após referências nazistas e onda de protestos na França pela morte do adolescente Nahel Merzo já duram seis noites e acumulam duas mortes, dezenas de prisões e veículos incendiados. (N.A.: quesito comum *worldwide*, digo a violência policial, vide Estados Unidos e Brasil nos dois últimos anos, por exemplo).

Enquanto isso, o mundo incendeia em terra: calor extremo no México causa mais de 100 mortes em junho; fumaça dos incêndios no Canadá volta a atingir cidades americanas; e a principal represa do Uruguai tem apenas 2,4% de volume, levando o governo a entregar 'vale água mineral' para 500 mil pessoas.

No mar, o fogo é político: ultrapassa 600 o possível número de mortos no naufrágio de barco com imigrantes na costa da Grécia, cuja Guarda Costeira teria assistido impassível os afogamentos. Isto levou à agência europeia de fronteiras (Frontex) a pedir explicações ao governo grego. Até onde chegamos com a xenofobia europeia, que durante toda sua história tanto se beneficiou da emigração para as Américas e a África, e mostra-se incapaz de gestos solidários neste século XXI, quando a onda migratória é revertida. Mas verdade seja dita: os barcos que afundam no Mediterrâneo com imigrantes são rapidamente esquecidos. Suas vítimas não têm o *status* das do Titanic, nem do submarino fajuto dos ricos que foram atrás dos destroços do transatlântico.

Talvez impulsionado por este 'fogo político' no mar, estampa o *El País* que o Conselho Europeu conseguiu resistir às tentativas de veto dos governos ultranacionalistas da Hungria e Polônia ao pacto migratório europeu, que inclui políticas de ajuda econômica da Europa aos países de origem e trânsito de imigrantes para o continente, e realocação das migrações consentidas.

Velho e triste mundo, com repetições dolorosas de políticas e práticas irresponsáveis com respeito às desigualdades, ao meio ambiente, aos direitos civis. Salve, salve, Brasil em renovação, que restaura esperanças com a admirável força de sua democracia e da sociedade civil, que se opõem às forças conservadoras que querem manter o *status quo*, que tanto lhes favorece.

CRÉDITOS DOS AUTORES DESTA EDIÇÃO

Anna Carole D'Amelio - Médica residente da Escola de Saúde Pública da Università Vita-Salute San Raffaele de Milão e estagiária da WFPHA

Ana Helena Gigliotti de Luna Freire - Mestre em Relações Internacionais, especialista em Divulgação e Popularização da Ciência, Analista de Gestão em Saúde, Cris/Fiocruz

Ananda Melo King - Mestre em Antropologia Social e Cultural da Universidade de Estrasburgo (França) e Doutoranda em Saúde Global e Sustentabilidade da USP

André Lobato - Mestre em mídias globais e comunicações, doutorando, membro das equipes do CRIS e do Centro de Desenvolvimento Tecnológico em Saúde, Fiocruz

Augusto Paulo José da Silva - Biólogo, mestre em biologia, Moldova State University, assessor e pesquisador, Cris/Fiocruz

Caio Murta - Doutorando, Faculdade de Saúde Pública da USP

Claudia Chamas - Pesquisadora sênior, CDTs Fiocruz e Instituto Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Doenças de Populações Negligenciadas

Claudia Hoirisch - Engenheira química, mestre em gestão e políticas de saúde, membro da equipe do Cris/Fiocruz

Danielly P. Magalhães - Pós-doutora em saúde pública, doutora em química ambiental e mestre em saúde pública

Deisy de Freitas Lima Ventura - Professora Titular e Coordenadora do Doutorado em Saúde Global e Sustentabilidade da Faculdade de Saúde Pública da USP, Vice-Diretora do Instituto de Relações Internacionais da USP

Denise Oliveira e Silva - Doutora em saúde pública, Pós Doutora em Antropologia, Pesquisadora em Saúde Pública, Fiocruz Brasília

Diana Reyna Zeballos Rivas – Médica; Mestre em Medicina e Saúde; Doutoranda, Instituto de Saúde Coletiva, UFBA

Eduardo Nilson - Doutor em Saúde Global e Sustentabilidade; Pesquisador em Saúde Pública, Fiocruz Brasília

Erica Ell - Pesquisadora da Fiocruz Brasília, Mestre em Saúde Pública e Doutora em Meio Ambiente e Desenvolvimento

Erica Kastrup – Mestre em Saúde Global e Diplomacia da Saúde; Doutoranda em História das Ciências e da Saúde; Analista do Cris/Fiocruz.

Fabiane Gaspar - Assessora de Cooperação da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, graduada em Direito e em Comércio Exterior, especialista em Gestão de Organizações de C&T e mestre em Direito Internacional – UERJ

Felix Júlio Rosenberg - Médico veterinário, mestre em ciências médicas. Diretor do Forum Itaboraí, Fiocruz. Secretário Executivo da RINSP/CPLP, coordenador da Rede Latino-Americana e do Caribe de Institutos Nacionais de Saúde Pública, IANPHI 170

Gisele Sanglard - Pesquisadora e docente da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz; Graduação em História; Mestrado em História Social da Cultura; Doutorado em História das Ciências da Saúde

Harim Baek - Doutoranda, Faculdade de Saúde Pública da USP

Isis Pillar Cazumbá da Cruz - MBA em Gestão de Projetos e Relações Internacionais pela Universidade Estácio de Sá. Assistente de pesquisa do CRIS/Fiocruz

Jameson Vinícius Martins da Silva - Mestre em Relações Internacionais da USP e Doutorando em Saúde Global e Sustentabilidade da USP

Jesus Enrique Patiño Escarcina - Grupo de Trabalho sobre Sociedade Civil e Saúde Global, Cadernos CRIS

Julia A. M. Abbud Ribeiro - Mestranda em Cooperação Internacional e Conflitos, Especialista em Mediação e Direito Internacional, pesquisadora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Juliana Ubarana – Docente e pesquisadora da Fiocruz Brasília; Graduação em Nutrição; Mestrado em Saúde Pública, ENSP/Fiocruz

Lara Daibert – Advogada, pós-graduada em Relações Internacionais, mestranda em Desenvolvimento Humano FLACSO Argentina. Secretária executiva do Sustainable Health Equity Movement (SHEM)

Laurenice Pires - Assistente Social, mestre em Serviço Social, doutoranda em Saúde Pública na Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca/Fiocruz

Luana Bermudez - Graduada em Relações Internacionais, Mestre em Saúde Pública, doutoranda em saúde pública, assessora da Presidência da Fiocruz

Lúcia Marques - Jornalista, mestre em Saúde Pública, analista de gestão em saúde pública, assessora Programa Fiocruz na Antártica, CRIS/Fiocruz

Luiz Augusto Galvão - Mestre em saúde pública, doutor em saúde coletiva. Professor adjunto na Universidade Georgetown, EUA, e membro do Cris/Fiocruz

Luís Eugenio Portela Fernandes de Souza - Professor do Instituto de Saúde Coletiva da UFBA, Vice-presidente / Presidente-eleito da Federação Mundial de Associações de Saúde Pública

Manuel Mahoche - Professor da Universidade Lúrio de Moçambique; Doutorando em Epidemiologia, Faculdade de Saúde Pública. USP

Marciglei Brito Moraes - Enfermeira e Historiadora, Mestra em Educação, Doutoranda no Instituto de Saúde Coletiva da UFBA

Maria Auxiliadora de Souza Mendes Gomes - Pediatra, Doutora em Ciências, Pesquisadora e Docente da Pós-Graduação em Saúde da Mulher e da Criança, Coordenadora de Ações Nacionais e de Cooperação, IFF/Fiocruz

Maria Teresa Rossetti Massari - Enfermeira, Mestre em Saúde da Mulher e da Criança, Coordenadora de Conteúdo do eixo Mulher e Criança do Portal de Boas Práticas, IFF/Fiocruz

Miryam de Souza Minayo - Analista de relações internacionais, doutora em Direito e Relações Internacionais, assessora e pesquisadora CRIS/Fiocruz

Nina Bouqvar - Mestranda em Análise e Gestão de Políticas Internacionais: Resolução de Conflitos e Cooperação para o Desenvolvimento (MAPI) pela PUC-Rio e bacharela em Ciência Política (UNIRIO)

Patrícia Lewis - Psicóloga, mestre em ciências pela USP, pesquisadora do Observatório Saúde e Migração (OSM)

Paula Reges - Médica infectologista pelo Instituto Nacional de Infectologia Evandro Chagas (INI/Fiocruz); coordenadora nacional do WHO Solidarity Trial

Paulo Esteves - Doutor em Ciência Política, Professor Associado do Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio

Paulo Marchiori Buss - Médico, doutor em ciências. Professor emérito da Fiocruz, Coordenador do Cris/Fiocruz, membro titular da Academia Nacional de Medicina, Presidente da Alianza Latino-americana de Salud Global - ALASAG

Pedro Burger - Licenciado em História, Mestre em Economia Política Internacional, Especialista em Saúde Pública, Coordenador adjunto do CRIS/Fiocruz

Rafael Gomes França – Doutorando da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo

Renan Amaral Oliveira - Mestrando em Relações Internacionais, UFBA; Bacharel em Ciências e Humanidades e em Relações Internacionais, UFABC

René Mendes - Professor Titular da Faculdade de Medicina da UFMG (aposentado); Pesquisador Visitante Sênior, Centro de Relações Internacionais em Saúde, Fundação Oswaldo Cruz (CRIS/Fiocruz)

Regina Ungerer - Médica, Doutora em Ciências, membro da equipe do Cris/Fiocruz

Rômulo Paes de Sousa - Pesquisador da Fiocruz Minas; vice-presidente da ABRASCO

Samia de Brito - Graduação em Relações Internacionais; Mestrado em Relações Internacionais; Analista em cooperação internacional, Instituto René Rachou Fiocruz Minas

Sebastian Tobar - Sociólogo, Doutor em Saúde Pública, assessor de cooperação do CRIS/Fiocruz, assessor da Aliança Latino Americana de Saúde Global – ALASAG

Thaiany Medeiros Cury - Bacharel em Relações Internacionais, Mestranda em Análise e Gestão de Políticas Internacionais, IRI/PUC-Rio

Tomé Cá - Estatístico-epidemiologista, mestre em ciências econômicas e em saúde pública, membro da Organização Oeste Africana de Saúde (OOAS/CEDEAO)

Vitória Kavanami - graduado em Relações Internacionais e bolsista da Casa de Oswaldo Cruz / Fundação Oswaldo Cruz (COC/Fiocruz)

Cadernos CRIS Fiocruz sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Desde abril de 2020 o CRIS vem produzindo **Cadernos sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde**. Desde então já são **65** Informes quinzenais produzidos. Os interessados na coleção podem acessar o conjunto de Informes em:

<https://portal.fiocruz.br/cadernos-cris>

Seminários Avançados em Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Desde setembro de 2020, o CRIS vem realizando os **Seminários Avançados em Saúde Global e Diplomacia da Saúde**, sobre temas de alta relevância para este campo conceitual e de práticas da saúde pública e das relações internacionais. No ciclo de 2021 foram realizados **27** seminários; em 2022 foram realizados **23** seminários avançados; **11** até o momento em 2023 e todos podem ser acessados em:

<https://portal.fiocruz.br/seminarios-avancados-em-saude-global>

ou

<https://www.youtube.com/playlist?list=PLz0vw2G9i8v-mMVaQPrzpQUQhqa-0obSN>

Próximos seminários – Série 2023

12 de julho – *Cooperação Sul-Sul*

26 de julho – *Agenda 2030 e HLPF no ECOSOC*

9 de agosto – *Sociedade civil na Saúde Global e Diplomacia da Saúde*

Os seminários são transmitidos ao vivo na página da Fiocruz no Youtube:

<https://www.youtube.com/channel/UC5z5hsnZOZJH8vFacP-9poQ>

FICHA CATALOGRÁFICA

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ

Centro de Relações Internacionais em Saúde

Centro Colaborador OMS/OPAS em Diplomacia da Saúde Global e Cooperação Sul-Sul

Cadernos CRIS/FIOCRUZ sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Número: 11/2023

Período de 20 de junho a 4 de julho de 2023

Organizadores: PAULO MARCHIORI BUSS, PEDRO BURGER e ERICA KASTRUP

Fundação Oswaldo Cruz; Centro de Relações Internacionais em Saúde; Observatório de Saúde Global e Diplomacia da Saúde. Rio de Janeiro, 30 de março de 2023.

194 pp; il.

Bibliografia: Inclui Bibliografias.

1. SAUDE GLOBAL. 2. DIPLOMACIA DA SAÚDE. 3. RELAÇÕES INTERNACIONAIS. I. Título.

Nota: Os artigos dos Cadernos CRIS/FIOCRUZ sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde são de responsabilidades de seus autores e as opiniões expressas nos mesmos não necessariamente coincidem com as opiniões dos organizadores ou do Centro de Relações Internacionais em Saúde da Fiocruz.